



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3.ª COMISSÃO PERMANENTE

PARECER N.º 7/VII/2024

Assunto: Proposta de Lei intitulada “Aprovação do Código Fiscal”

I – Introdução

1. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou, no dia 18 de Outubro de 2021, a Proposta de Lei intitulada “Aprovação do Código Fiscal”¹, a qual foi admitida através do Despacho n.º 031/VII/2021 do Presidente da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais.
2. A Proposta de Lei foi apresentada, discutida e votada na generalidade em reunião plenária realizada no dia 05 de Novembro de 2021, tendo sido aprovada por unanimidade com 31 votos.
3. Esta Proposta de Lei foi distribuída a esta Comissão no dia 05 de Novembro de 2021, para efeitos de apreciação na especialidade e emissão de parecer até ao dia 04 de Fevereiro de 2022, nos termos do Despacho n.º 070/VII/2021 do Presidente da Assembleia Legislativa.
4. No entanto, devido à complexidade dos trabalhos relativos à Proposta de Lei em apreciação, a Comissão necessitou de solicitar sucessivamente prorrogações do prazo originalmente concedido pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa até ao dia

¹ A designação da Proposta de Lei em língua portuguesa foi alterada, dado que inicialmente a Proposta de Lei estava intitulada “Aprovação do Código Tributário”, passando a ser intitulada como “Aprovação do Código Fiscal”. Na versão em língua chinesa não houve alterações na designação da Proposta de Lei em apreciação, isto é, “《核准〈稅務法典〉》”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

31 de Dezembro de 2024, para a apreciação na especialidade da Proposta de Lei, solicitações que foram gentilmente acolhidas.

5. A Comissão procedeu à análise da Proposta de Lei num total de 42 reuniões realizadas nos dias 02, 06, 10, 15 e 17 de Dezembro de 2021, nos dias 05, 10, 12, 14, 20, 21, 26 e 27 de Janeiro, 08, 11, 25, 26 e 28 de Abril, 04, 05, 06, 17, 18, 24, 26 e 31 de Maio, 02, 10, 16 e 17 de Junho, 01, 03, 04, 10 e 11 de Novembro de 2022, e nos dias 18, 23, 25 e 26 de Julho, 06 e 07 de Agosto de 2024, e 10 de Dezembro de 2024.
6. A Comissão contou com a presença de representantes do Governo nas reuniões realizadas nos dias 08, 11, 25, 26 e 28 de Abril, 04, 05, 06, 17, 18, 24, 26 e 31 de Maio, 02, 10, 16 e 17 Junho, 01, 03, 04, 10 e 11 de Novembro de 2022, e nos dias 18, 23, 25 e 26 de Julho, 06 e 07 de Agosto de 2024.
7. A par das reuniões da Comissão, foram realizadas várias reuniões de trabalho entre as Assessorias da Assembleia Legislativa e do Governo, com vista ao aperfeiçoamento técnico da Proposta de Lei.
8. Em 21 de Novembro de 2024, o Governo apresentou a versão alternativa da Proposta de Lei que, em parte, reflecte as opiniões expressas no seio da Comissão e a análise técnico-jurídica efectuada pela Assessoria da Assembleia Legislativa.
9. Ao longo do presente Parecer, as referências aos artigos serão feitas com base na versão alternativa da Proposta de Lei, excepto quando seja conveniente fazer referência à versão inicial, como tal devidamente identificada.

II – Apresentação

10. A Nota Justificativa, com vista ao esclarecimento do enquadramento da apresentação desta iniciativa legislativa, refere que:

“O regime tributário em vigor na Região Administrativa Especial de Macau, doravante designada por RAEM, foi paulatina e principalmente criado na década de 70, tendo as leis tributárias sido elaboradas, em forma de legislação avulsa, consoante as necessidades tributárias, não havendo, no entanto, normas tributárias gerais que abranjam toda a relação jurídica tributária, com um conceito, princípios e procedimentos de tributação uniformizados, o que já não corresponde às



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

necessidades reais do desenvolvimento socioeconómico. Neste sentido, a fim de estabelecer normas sistemáticas e claras relativamente às leis tributárias avulsas em vigor e criar um regime tributário moderno que se adequue ao desenvolvimento económico da RAEM e aos padrões tributários internacionais, o Governo da RAEM considera imprescindível a elaboração de um Código Tributário, doravante designado por Código, que constitua, de futuro, a base do regime tributário da RAEM.

O Código, que ora se elabora, visa proceder à unificação das normas da legislação tributária avulsa vigente, definir os direitos e as obrigações nas relações jurídicas tributárias e estabelecer os princípios e os trâmites que se devam respeitar no procedimento tributário, no processo judicial tributário e no processo de execução fiscal, por forma a assegurar as receitas tributárias da RAEM, salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos contribuintes e permitir, ao fim e ao cabo, fortalecer a confiança da comunidade internacional e dos investidores de todo o mundo no regime tributário da RAEM, reforçando aqui a competitividade e atractividade do ambiente de negócios.”

- 11.** A Nota Justificativa refere, em primeiro lugar, a nova regulação legal relativa à ordem jurídica fiscal, sendo informado o seguinte:

“O presente título estabelece as disposições gerais da ordem tributária e as regras de interpretação, insusceptibilidade de integração analógica e aplicação das normas tributárias, abrangendo as definições tributárias, as espécies de tributos, os pressupostos e os fins dos tributos, e prevê, expressamente, que a tributação deve obedecer aos princípios da legalidade, do direito ao acesso à justiça tributária, da proibição da retroactividade da lei tributária e da territorialidade, entre outros.”

- 12.** A Nota Justificativa refere, em segundo lugar, a matéria relativa à relação jurídica fiscal, sendo esclarecido que:

“Este título inicia-se com a definição dos sujeitos activos e passivos da relação jurídica tributária, introduzindo as disposições relativas ao domicílio fiscal e ao residente fiscal no âmbito da tributação internacional, sendo definidos, de modo claro, os casos de responsabilidade solidária ou subsidiária dos responsáveis tributários, os elementos integrantes da relação jurídica tributária e o princípio da indisponibilidade do crédito tributário, entre outros. Em seguida, são ainda definidas as formas de extinção da relação jurídica tributária, incluindo o pagamento, a compensação, a caducidade do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

direito à liquidação e a prescrição da prestação tributária. O direito à liquidação de tributos caduca, em regra, no prazo de cinco anos contados a partir do dia previsto na lei, enquanto a dívida tributária prescreve no prazo de 20 anos, salvo se prazo mais curto estiver fixado nas leis tributárias.

Por fim, para assegurar e reforçar as obrigações do devedor quanto ao cumprimento das prestações tributárias, a lei prevê expressamente que a RAEM dispõe, entre outros, dos privilégios creditórios e do direito de retenção sobre os bens do devedor, estabelecendo medidas legais destinadas a salvaguardar o exercício desses direitos.”.

13. A Nota Justificativa, em terceiro lugar, refere-se ao procedimento administrativo fiscal, sendo mencionado que:

“Este título consagra os princípios e disposições gerais do procedimento tributário. Por um lado, prevê que a actuação da administração tributária, no decurso do procedimento tributário nos termos da lei, é exercida com respeito pelas garantias aos sujeitos passivos. Por exemplo: a administração tributária está obrigada a pronunciar-se e a decidir sobre os pedidos apresentados pelos sujeitos passivos, bem como está obrigada a guardar sigilo sobre os factos de que tenha conhecimento; os sujeitos passivos têm o direito de ser informados pela administração tributária (artigos 55.º, 57.º, 58.º e 62.º). Por outro lado, este título visa assegurar que o procedimento tributário é dotado de mecanismos sujeitos a certas condições, bem como estabelecer, entre outros, o dever de colaboração para com a administração tributária e a exclusão do dever de sigilo relativamente a determinadas pessoas ou entidades (artigos 60.º e 61.º), com vista à prossecução da justiça tributária.

Para além de normas gerais estipuladas para o procedimento tributário, o presente título regula ainda, de forma clara e uniformizada, vários procedimentos tributários, englobando o de liquidação (artigos 99.º a 117.º), de cobrança (artigos 118.º a 126.º), de relaxe (artigos 127.º a 131.º), de emissão de título de anulação e restituição em dinheiro decorrente da anulação de colecta (artigos 132.º a 146.º), de reclamação (artigos 147.º a 149.º) e de recurso hierárquico (artigos 150.º e 151.º), entre outros.

É de salientar que, no procedimento tributário, é garantido ao sujeito passivo o direito de reclamar de qualquer acto tributário ou acto em matéria tributária com fundamento na ilegalidade ou na inconveniência do mesmo (artigo 147.º). A reclamação tem natureza facultativa, salvo aquela acerca da matéria colectável



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dirigida à comissão de revisão nos termos das leis tributárias aplicáveis, a qual é necessária. De qualquer modo, em ambos os casos, a reclamação tem efeito suspensivo (artigo 148.º). Do indeferimento total ou parcial da reclamação ou de qualquer acto tributário ou acto em matéria tributária praticado pela administração tributária, cabe recurso hierárquico necessário, com efeito suspensivo, para o Chefe do Executivo, excepção feita às deliberações da comissão de revisão ou a outros casos em que o recurso contencioso seja imediato nos termos das leis tributárias aplicáveis (artigo 150.º).”

14. A Nota Justificativa, em quarto lugar, faz menção do processo judicial fiscal, sendo dito que:

“No processo judicial tributário, os prazos de interposição de recurso contencioso são os seguintes: I) dois meses contados do indeferimento do recurso hierárquico necessário; II) 30 dias contados da deliberação da comissão de revisão; III) 365 dias contados da formação da presunção de indeferimento tácito (artigo 157.º).

A par disso, à interposição, processamento e julgamento dos recursos, é aplicável o disposto no Código de Processo Administrativo Contencioso relativo aos recursos jurisdicionais (artigo 169.º).”

15. A Nota Justificativa refere, em quinto lugar, o processo de execução fiscal, sendo esclarecido que:

“Este título define o âmbito da cobrança coerciva das dívidas, tais como, a cobrança coerciva de tributos, multas administrativas, as dívidas de qualquer natureza, reembolsos ou reposições de importâncias a favor da RAEM, bem como outras dívidas aos serviços públicos e organismos autónomos da RAEM (artigo 170.º).

Quanto à forma da reversão no processo de execução fiscal, desde que tenha sido citado o executado originário, o processo de execução pode ser revertido contra possuidores, fruidores ou proprietários, contra terceiros adquirentes de bens e contra responsáveis subsidiários, nomeadamente, membros dos corpos sociais e responsáveis técnicos, liquidatários e trabalhadores da administração tributária, que são chamados a intervir no processo de execução fiscal como executado, cabendo-lhes pagar, nos termos da lei, as dívidas do executado originário (artigos 180.º a 184.º).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Todavia, no processo de execução fiscal, nos termos e prazos definidos nos artigos 219.º a 221.º, o executado goza do direito de oposição à execução, podendo, dentro desse prazo, requerer o pagamento em prestações, bem como a dação em cumprimento (artigos 213.º a 218.º). Se a dívida não for paga, procede-se à penhora (artigos 230.º a 253.º), à convocação dos credores e verificação dos créditos (artigos 256.º a 263.º) e, finalmente, à venda dos bens penhorados (artigos 264.º a 276.º), extinguindo-se o processo logo que a importância arrecadada seja suficiente para pagar a dívida exequenda e demais encargos (artigos 279.º a 291.º).

Por fim, os actos que no processo de execução fiscal afectem os direitos e interesses legítimos do executado, ou de terceiro, são susceptíveis de recurso contencioso para o Tribunal Administrativo (artigos 292.º e 293.º).".

III – Análise genérica

Enquadramento

- 16.** Como informa a Nota Justificativa, o novo Código Fiscal contido na Proposta de Lei como anexo (cf. artigo 1.º da Proposta de Lei) quer obter a “*unificação das normas da legislação tributária avulsa vigente, definir os direitos e as obrigações nas relações jurídicas tributárias e estabelecer os princípios e os trâmites que se devam respeitar no procedimento tributário, no processo judicial tributário e no processo de execução fiscal, por forma a assegurar as receitas tributárias da RAEM, [e] salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos contribuintes*”.
- 17.** A Proposta de Lei em apreciação assume relevância maior para a ordem jurídica da RAEM, consistindo na aprovação de um novo Código Fiscal para regular, de forma global, um regime geral para a ordem jurídica fiscal, nomeadamente o procedimento administrativo fiscal, o processo judicial fiscal e também o novo regime de execução fiscal. No seu conjunto trata-se de uma intervenção legislativa muito ampla e que terá previsivelmente um impacto grande na nossa ordem jurídica fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

18. O Código Fiscal está dividido em seis títulos: (1) Título I – Parte geral² (artigos 1.º a 5.º do Código Fiscal), que refere o objecto da Proposta de Lei, introduz definições e conceitos, e procura clarificar o direito aplicável; (2) Título II – Ordem jurídica fiscal (artigos 6.º a 15.º do Código Fiscal), com um conjunto de disposições gerais da ordem fiscal; (3) Título III - Relação jurídica fiscal (artigos 16.º a 54.º do Código Fiscal), que regula os elementos integrantes da relação jurídica fiscal; (4) Título IV - Procedimento fiscal (artigos 55.º a 154.º do Código Fiscal), que se ocupa dos princípios e disposições gerais do procedimento administrativo fiscal, regulando a actuação da administração fiscal e as garantias dos contribuintes; (5) Título V - Processo judicial fiscal (artigos 155.º a 173.º do Código Fiscal), que trata do processo judicial fiscal, nomeadamente do recurso contencioso dos actos da administração fiscal; e (6) Título VI - Processo de execução fiscal (artigos 174.º a 312.º do Código Fiscal), que regula a cobrança coerciva de dívidas fiscais e também de outras dívidas à RAEM ou a outras entidades públicas (as dívidas referidas no artigo 174.º do Código Fiscal).

19. Na versão alternativa da Proposta de Lei foi assumida uma nova opção legislativa no sentido dos Títulos II a V do Código Fiscal se aplicarem apenas aos impostos (e não a outros tributos, nomeadamente não visando as taxas administrativas) e do Título VI do Código Fiscal, relativo à execução fiscal, se aplicar a todas as dívidas previstas no artigo 174.º do Código Fiscal (que inclui os impostos e outros tributos, as multas, os reembolsos e outras dívidas a favor da RAEM ou a outras entidades públicas, que devam ser alvo de cobrança coerciva através do processo executivo fiscal). Tal obrigou à introdução de um grande número de alterações aos artigos dos Títulos II a V do Código Fiscal, que inicialmente, ou seja, na sua versão inicial, regulavam todas as espécies tributárias (inclusive taxas administrativas) e não visavam apenas os impostos³.

² Este novo Título I do Código Fiscal relativo à parte geral foi introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei. Tal obrigou à renumeração dos cinco títulos seguintes do Código Fiscal.

³ Entre muitas outras alterações, na versão alternativa da Proposta de Lei foi introduzido um novo artigo 2.º ao Código Fiscal, que procura delimitar esta opção legislativa, e foram eliminados os artigos 5.º e 6.º da versão inicial do Código Fiscal (que regulavam as espécies e os pressupostos dos tributos).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Consulta Pública

20. Da leitura da nota justificativa não resulta que a Proposta de Lei tenha sido elaborada com base numa consulta pública.
21. Tendo em conta que a Proposta de Lei visa a aprovação de um novo Código Fiscal, que inclui nomeadamente um processo judicial fiscal e um novo processo de execução fiscal, com relevo para o funcionamento dos tribunais e para o Ministério Público, e havendo regulação que limita o sigilo profissional dos advogados, mesmo que tal possa não ser estritamente obrigatório nos termos legais aplicáveis, parece ser recomendável que se procedesse a uma auscultação prévia do Conselho dos Magistrados Judiciais⁴, do Conselho dos Magistrados do Ministério Público⁵ e da Associação de Advogados de Macau⁶. Para estas entidades serem ouvidas.
22. A Comissão convidou estas entidades a se pronunciarem sobre a Proposta de Lei, tendo recebido um conjunto de opiniões do Conselho dos Magistrados do Ministério Público e da Associação de Advogados de Macau. O Conselho dos Magistrados Judiciais não emitiu opiniões sobre a Proposta de Lei. As opiniões recebidas destas entidades foram devidamente consideradas, tendo sido alvo de estudo por parte da Comissão, ao longo dos trabalhos legislativos da Proposta de Lei (veja-se o mapa das opiniões recebidas em anexo ao Presente Parecer).
23. A Comissão entendeu também ser recomendável que se procedesse a uma recolha de opiniões da sociedade em geral, dado o impacto amplo que se pode esperar da

⁴ “Compete ao Conselho dos Magistrados Judiciais: (...) Emitir parecer sobre projectos legislativos da Lei de Bases da Organização Judiciária e do Estatuto dos Magistrados”, artigo 95.º, alínea 15) da Lei n.º 10/1999 (Estatuto dos Magistrados).

⁵ “Compete ao Conselho dos Magistrados do Ministério Público: (...) Emitir parecer sobre projectos legislativos da Lei de Bases da Organização Judiciária e do Estatuto dos Magistrados”, artigo 107.º, alínea 9) da Lei n.º 10/1999 (Estatuto dos Magistrados).

⁶ “A associação [Associação de Advogados de Macau] será obrigatoriamente ouvida sobre propostas ou projectos de diplomas que regulem a organização judiciária, o exercício da advocacia, o processo civil e o processo penal”, artigo 30.º, n.º 3 do Estatuto do Advogado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31/91/M, de 6 de Maio.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Proposta de Lei, dando oportunidade nomeadamente para que os contribuintes, mas também os profissionais do sector da contabilidade e o sector financeiro, em particular, se pudessem pronunciar e apresentar sugestões sobre a iniciativa legislativa. Para o efeito decorreu uma recolha de opiniões junto da Assembleia Legislativa (veja-se o mapa das opiniões recebidas em anexo ao Presente Parecer).

Modernização do Regime Fiscal

24. A Proposta de Lei em apreciação consiste numa iniciativa legislativa que visa aprovar um novo Código Fiscal, que, nos termos da Nota Justificativa, se quer que *“constitua, de futuro, a base do regime tributário da RAEM”*.
25. Como refere ainda a Nota Justificativa, actualmente não há ainda no nosso sistema fiscal *“normas tributárias gerais que abranjam toda a relação jurídica tributária, com um conceito, princípios e procedimentos de tributação uniformizados”*. E, por isso, é necessário *“estabelecer normas sistemáticas e claras relativamente às leis tributárias avulsas em vigor e criar um regime tributário moderno que se adeque ao desenvolvimento económico da RAEM”*.
26. É referido também na Nota Justificativa que a Proposta de Lei, ao aprovar o novo Código Fiscal, visa *“permitir, ao fim e ao cabo, fortalecer a confiança da comunidade internacional e dos investidores de todo o mundo no regime tributário da RAEM, reforçando aqui a competitividade e atractividade do ambiente de negócios”*. A Proposta de Lei pretende, portanto, ter também um efeito relevante em termos da competitividade e atractividade do ambiente de negócios em Macau, tendo em conta a baixa carga fiscal que existe no sistema fiscal da RAEM.
27. A Proposta de Lei procede a uma consolidação e a uma modernização da legislação em vigor em matéria do procedimento e do processo judicial fiscal, que está actualmente incompleta e desactualizada, o que pode permitir uma melhoria importante para o sistema fiscal da RAEM. O novo Código Fiscal, ao incluir um novo processo de execução fiscal, vai também permitir que se deixe de aplicar materialmente o antigo Código das Execuções Fiscais, que se entende não ser já formalmente vigente, mas ser de mera



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

aplicação transitória, até à elaboração de nova legislação⁷.

28. Aquando da Apresentação da Proposta de Lei, no Plenário de dia 05 de Novembro de 2021, foi referido pelo Senhor Secretário para a Economia e Finanças⁸ que:

“O conteúdo principal e o objectivo legislativo da presente proposta de lei visam:

(1) Tornar mais expresso e claro o regime jurídico tributário da RAEM

O regime tributário em vigor em Macau foi criado, progressivamente, sobretudo durante a década de 70, sendo que devido à necessidade de se proceder à cobrança de tributos para assegurar as receitas financeiras públicas, as leis tributárias foram elaboradas, em forma de legislação avulsa, tais como o Regulamento da Contribuição Industrial, o Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, o Regulamento do Imposto Profissional e o Regulamento do Imposto de Selo, sem, no entanto, haver uma norma tributária global, que estipulasse todas as relações jurídicas tributárias, com conceitos e princípios tributários uniformizados. Para o efeito, torna-se necessário estabelecer normas expressas e claras sobre as relações jurídicas tributárias, após um reordenamento sistemático.

Além disso, a proposta de lei procede à unificação das normas das legislações fiscais avulsas em vigor, definindo, claramente, os direitos e as obrigações nas relações jurídicas tributárias, estabelecendo os princípios e os trâmites a respeitar no procedimento tributário, no processo judicial tributário e no processo de execução fiscal, por forma a assegurar as receitas fiscais da RAEM, e, ao mesmo tempo,

⁷ Pelo acórdão de uniformização de jurisprudência emitido pelo TUI no Processo n.º 50/2021, de 28 de Setembro de 2022, publicado no *Boletim Oficial* da RAEM n.º 42, de 17 de Outubro de 2022, foi uniformizada jurisprudência no seguinte sentido: “Por força do art. 4.º, n.º 4 da Lei de Reunificação – Lei n.º 1/1999 – o Código das Execuções Fiscais aprovado pelo Decreto n.º 38088 de 12.12.1950 deixou de vigorar na Região Administrativa Especial de Macau a partir do dia 20 de Dezembro de 1999. Porém, em conformidade com o estatuído no aludido art. 4º, n.º 1, al. 8) da referida Lei de Reunificação, as normas do dito Código das Execuções Fiscais podem, transitoriamente, continuar a ser aplicadas na Região Administrativa Especial de Macau”.

⁸ Apresentação da Proposta de Lei intitulada “Aprovação do Código Tributário”, pelo Senhor Secretário para a Economia e Finanças, Dr. Lei Wai Nong, na reunião plenária que decorreu na Assembleia Legislativa no dia 05 de Novembro de 2021.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos contribuintes.

(2) Construir um regime tributário moderno que se adequue aos critérios internacionais no âmbito da tributação

A fim de se coadunar com os mais recentes critérios internacionais no âmbito de tributação e com a legislação tributária de outras jurisdições do mundo, promovendo e concretizando um regime tributário moderno da RAEM, no intuito de garantir que a RAEM seja capaz de cumprir as suas obrigações internacionais, é introduzido no “Código Tributário” uma série de conceitos e disposições no âmbito da tributação internacional, tais como: residente fiscal, estabelecimento estável, preços de transferência, entre outros.

(3) Alterar a actual prática de ter, ainda, como referência o Código das Execuções Fiscais de Portugal, na medida em que a aplicação desta lei não é a ideal para a cobrança de tributos devidos e de outras dívidas à RAEM

O “Código Tributário” determina expressamente o processo de execução fiscal, bem como diversos meios de execução da lei a recorrer para satisfazer tributos e outros créditos da RAEM, incluindo a realização de penhora dos imóveis dos devedores à RAEM e as respectivas vendas. Com uma regulamentação jurídica local explícita, vai ser alterada a actual prática de ter, ainda, como referência o “Código das Execuções Fiscais” de Portugal, datado de 1950.

Por fim, o “Código Tributário” procede a uma regulamentação sistematizada, clarificada e codificada sobre a estrutura e as matérias no âmbito tributário em vigor na RAEM, o que não só permite aos contribuintes, empresas, profissionais dos sectores como contabilidade e direito, Administração Tributária, etc., ter um conhecimento e compreensão exactos sobre a aplicação e a execução do “Código Tributário”, esperando que, com uma regulamentação jurídica fiscal clara e inequívoca, se possa coadunar com o rumo de desenvolvimento de Macau na próxima fase e atrair mais investidores do exterior a investirem em Macau.”.

29. Em vários momentos, o Código Fiscal não pretende ser totalmente inovador, optando antes por consolidar e modernizar o regime fiscal já actualmente em vigor, que se encontra regulado por um conjunto de leis fiscais avulsas. Assumindo, portanto, soluções normativas assentes numa opção legislativa de continuidade e que não se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

afastam relevantemente do que já vigora presentemente no sistema fiscal da RAEM. Noutros momentos, o Código Fiscal vai antes tomar uma opção legislativa em favor de novas soluções, afastando-se do regime legal actualmente em vigor.

A Proposta de Lei de 2011

30. A Proposta de Lei em apreciação consiste na segunda iniciativa legislativa que visa aprovar um Código Fiscal para Macau, depois de em 2011 se ter apresentado uma primeira proposta de lei, que acabou por ser retirada em 2012 pelo Governo, para serem feitos mais estudos⁹. Da consulta da proposta de lei apresentada em 2011, e do confronto com as soluções previstas na presente iniciativa legislativa, nota-se uma maior simplificação técnico-legislativa na Proposta de Lei em apreciação, o que implicou uma redução do número total de artigos na Proposta de Lei em análise (a proposta de lei de 2011 tinha 384 artigos). A Proposta de Lei em apreciação beneficiou, portanto, em parte, desta primeira iniciativa legislativa não concluída.

Âmbito da Iniciativa Legislativa

31. A Proposta de Lei encontra-se dividida formalmente em dois instrumentos jurídicos:

- 31.1. a lei preambular que aprova o Código Fiscal (com um total de 29 artigos), e
- 31.2. o Código Fiscal propriamente dito (com um total de 312 artigos).

32. Aquando da Apresentação da Proposta de Lei, no Plenário de dia 05 de Novembro de 2021, foi referido pelo Senhor Secretário para a Economia e Finanças¹⁰ que:

⁹ A proposta de lei intitulada “Aprovação do Código Tributário” foi apresentada em Plenário no dia 13 de Junho de 2011 e foi retirada pelo Governo em 03 de Maio de 2012, sem ter sido alvo de apreciação e votação na generalidade na Assembleia Legislativa.

¹⁰ Apresentação da Proposta de Lei intitulada “Aprovação do Código Tributário”, pelo Senhor Secretário para a Economia e Finanças, Dr. Lei Wai Nong, na reunião plenária que decorreu na Assembleia Legislativa no dia 05 de Novembro de 2021.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

“A presente proposta de lei é dividida em duas partes, a Lei de Aprovação do Código Tributário e o Código Tributário:

(1) A Lei de Aprovação do Código Tributário contém 22 artigos, pelos quais se procede, principalmente, à adaptação das leis fiscais avulsas em vigor em Macau, por exemplo: alteração ou revogação parcial das disposições definidas nos regulamentos fiscais; uniformização da terminologia nas versões chinesa e portuguesa, etc.

(2) O Código Tributário desagrega-se em cinco títulos e contém 293 artigos. O Título I trata da “Ordem tributária”, o Título II da “Relação jurídica tributária”, o Título III do “Procedimento tributário”, o Título IV do “Processo judicial tributário”, e por fim, o Título V do “Processo de execução fiscal”.

33. Na versão alternativa da Proposta de Lei, a lei preambular que aprova o Código Fiscal passa a modificar de forma relevante o regime dos impostos actualmente em vigor e que são disciplinados por leis avulsas. Trata-se de uma opção legislativa, assumida pelo proponente, de actualizar o regime procedimental dos impostos, tendo em vista uma melhor articulação com novo regime procedimental administrativo fiscal e processual judicial fiscal que se encontra previsto no Código Fiscal.

34. No seu conjunto, a Proposta de Lei procede ainda a um esforço de revisão formal das leis fiscais em vigor, tendo em vista modernizar aspectos que estão desactualizados. Em particular, é melhorada a designação em língua chinesa do Regulamento da Contribuição Industrial (cf. artigo 5.º da Proposta de Lei), do Regulamento do Imposto Profissional (cf. artigo 7.º da Proposta de Lei), do Regulamento da Contribuição Predial Urbana (cf. artigo 9.º da Proposta de Lei) e do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos (cf. artigo 13.º da Proposta de Lei).

35. Deve também ser notado que há várias matérias fiscais que não foram incluídas na Proposta de Lei em apreciação, onde pode também haver necessidade de uma intervenção legislativa no futuro próximo. Em especial é de referir que:

35.1. O Código Fiscal não introduz um regime geral para os benefícios fiscais (estatuto dos benefícios fiscais), mantendo-se a dispersão legislativa dos incentivos fiscais, em vários diplomas legais avulsos que concedem incentivos fiscais. Tal implica uma menor de coerência e uniformidade neste campo. Esta matéria pode ser alvo de uma futura iniciativa legislativa;



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

35.2. O Código Fiscal não se ocupa da matéria relativa às infracções em matéria fiscal. É recomendável que se aprove no futuro próximo uma lei própria que regule as infracções fiscais, para substituir o Diploma Legislativo n.º 922 (Estabelecendo a forma da organização dos processos relativos ao contencioso das contribuições e impostos e às transgressões das leis e regulamentos fiscais). Futuramente deve ser aprovada regulação por lei especial para a matéria relativa às infracções administrativas fiscais.

35.3. A lei preambular que aprova o Código Fiscal procura mitigar esta problemática, ao introduzir várias alterações pontuais na legislação fiscal em vigor para procurar afastar referências legais à aplicação de legislação mais antiga para efeitos da aplicação de multas fiscais (procura afastar a aplicação subsidiária do regime previsto no Diploma Legislativo n.º 922 (Estabelecendo a forma da organização dos processos relativos ao contencioso das contribuições e impostos e às transgressões das leis e regulamentos tributários)), passando a prever que se deva aplicar antes o regime geral das infracções administrativas [regulado pelo Decreto-Lei n.º 52/99/M (Regime geral das infracções administrativas e respectivo procedimento)], até que seja aprovada nova legislação dirigida especificamente à matéria infraccional fiscal.

Lei preambular que aprova o Código Fiscal

36. A lei preambular visa em primeiro lugar aprovar o Código Fiscal, que faz parte integrante desta Proposta de Lei, como anexo (cf. artigo 1.º da Proposta de Lei).

37. A lei preambular inclui também nomeadamente as seguintes matérias:

37.1. É previsto que os encargos a serem cobrados no processo de execução fiscal são fixados por despacho do Chefe do Executivo. Estes encargos devem ser fixados oportunamente para entrarem em vigor na mesma data do Código Fiscal (a 01 de Janeiro de 2026) (cf. artigo 2.º da Proposta de Lei). Estes encargos são aplicáveis aos processos de execução fiscal que estejam pendentes aquando da entrada em vigor da Proposta de Lei e do Código Fiscal (cf. artigo 26.º, n.º 5 da Proposta de Lei);

37.2. É regulado o regime das custas nos tribunais tanto para o novo processo judicial fiscal previsto no Código Fiscal, como também para os actos dos processos de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

execução fiscal que corram os seus termos junto dos tribunais, nos termos disciplinados pelo Código Fiscal (cf. artigo 3.º da Proposta de Lei);

37.3. É introduzida uma alteração na Contribuição Predial Urbana que determina que a actual segunda avaliação do valor locativo do prédio urbano, nos termos do disposto no artigo 48.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana, seja substituída por uma reclamação da avaliação feita pela Comissão de Fixação para a Comissão de Revisão (cf. artigo 8.º da Proposta de Lei);

37.4. É introduzida uma alteração relevante ao regime de incidência do Imposto Complementar de Rendimentos, sendo aditado um novo n.º 2 ao artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos para incluir, no âmbito da incidência do Imposto Complementar de Rendimentos, os rendimentos de dividendos, juros, *royalties* e mais-valias obtidos ou gerados fora RAEM pelos residentes fiscais da RAEM que correspondam às entidades referidas na alínea 4) do artigo 1.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos (cf. artigo 10.º da Proposta de Lei);

37.5. É aditado um novo artigo 51.º-A ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos que visa a eliminação da dupla tributação e que prevê que, para efeitos do novo n.º 2 ao artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, caso os contribuintes já tenham pago imposto correspondente ao Imposto Complementar de Rendimentos no exterior da RAEM, possam, mediante a apresentação junto da Direcção dos Serviços de Finanças de um comprovativo do pagamento desse imposto noutra jurisdição fiscal, beneficiar do crédito do imposto que tenham pago no exterior da RAEM, com certas limitações (cf. artigo 11.º da Proposta de Lei);

37.6. É introduzida regulação inovadora e de grande complexidade técnica relativa aos “Preços de transferências”, que na versão alternativa da Proposta de Lei foram retiradas do Código Fiscal e inseridas no Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, por via de aditamentos introduzidos pela lei preambular (cf. artigo 11.º da Proposta de Lei);

37.7. É clarificado, por via de várias alterações de expressões utilizadas nas leis fiscais, que ao procedimento das infracções administrativas constantes dos diversos tipos de impostos se aplica subsidiariamente o previsto no Decreto-Lei n.º 52/99/M, de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

4 de Outubro (Regime geral das infracções administrativas), para as infracções de natureza não penal, praticadas no procedimento fiscal (cf. artigo 24.º da Proposta de Lei), alterando e uniformizando ainda as normas relativas à reincidência nas leis fiscais vigentes;

37.8. É feita a actualização das remissões constantes de leis avulsas para o Código das Execuções Fiscais, para o Decreto-Lei n.º 16/84/M (Impõe a necessidade de se proceder à notificação ou aviso, sob registo postal por virtude de legislação de natureza fiscal) e para a Lei n.º 15/96/M (Clarificação de alguns aspectos em matéria fiscal) (cf. artigo 25.º da Proposta de Lei), que passam a ser feitas para as disposições correspondentes do Código Fiscal;

37.9. É introduzido um regime transitório, tendo em vista regular um conjunto amplo de matérias relativas à aplicação no tempo do novo Código Fiscal, sendo nomeadamente previsto que as normas de procedimento administrativo fiscal e de processo judicial fiscal sejam de aplicação imediata, salvo quanto tal cause prejuízo para as garantias, direitos e interesses dos particulares. É também previsto que o prazo de caducidade do direito à liquidação de impostos, previsto no artigo 48.º do Código Fiscal, seja de aplicação imediata, salvo quando a legislação em vigor estabelecer prazos de caducidade da liquidação de impostos que sejam mais curtos. O novo prazo de prescrição mais curto de 15 anos, previsto no artigo 49.º do Código Fiscal, é aplicado imediatamente para os processos de execução fiscal em curso (cf. artigo 26.º, n.ºs 1 a 4 da Proposta de Lei);

37.10. É introduzida um dever de comunicação do domicílio fiscal, de carácter geral, que obriga todos os contribuintes a comunicarem ou a actualizarem junto da administração fiscal o seu domicílio fiscal no prazo de 1 ano após a entrada em vigor da Proposta de Lei e do Código Fiscal. O incumprimento deste dever de comunicação terá como consequência apenas que o último endereço conhecido do sujeito passivo seja considerado como o endereço do domicílio fiscal (cf. artigo 26.º, n.ºs 6 a 7 do Código Fiscal);

37.11. É revogado integral ou parcialmente um total de 29 diplomas legais¹¹ (cf. artigo

¹¹ São integralmente revogados os seguintes diplomas legais: (1) Lei n.º 15/96/M (Clarificação de alguns aspectos em matéria fiscal) (cf. artigo 27.º, alínea 13) da Proposta de Lei); (2) Decreto-Lei n.º 16/84/M (Impõe a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

27.º da Proposta de Lei);

37.12. É previsto a republicação na sua versão em vigor, com as alterações introduzidas pela Proposta de Lei, por despacho do Chefe do Executivo, no prazo de 2 anos a contar da data da entrada em vigor da Proposta de Lei em apreciação: (1) do Regulamento da Contribuição Industrial; (2) do Regulamento do Imposto Profissional; (3) do Regulamento da Contribuição Predial Urbana; (4) do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos; (5) do Regulamento do Imposto do Selo (e da Tabela Geral do Imposto do Selo anexa); (6) do Regulamento do Imposto de Circulação; (7) do Regulamento do Imposto de Turismo; (8) do Regulamento do Imposto de Consumo; e (9) do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados (cf. artigo 28.º da Proposta de Lei);

37.13. É previsto a entrada em vigor da Proposta de Lei no dia 01 de Janeiro de 2026, para permitir tempo suficiente para os contribuintes se prepararem devidamente para a entrada em vigor do Código Fiscal e também para a administração fiscal concluir os preparativos que sejam necessários para aplicar o novo Código Fiscal. Para certas matérias previstas na lei preambular que aprova o Código Fiscal e contidas também no próprio Código Fiscal (cf. artigos 24.º e 76.º do Código Fiscal), a entrada em vigor será mais rápida, tendo em vista a necessidade de implementar alterações mais urgentes ao regime fiscal actualmente em vigor (cf. artigo 29.º da Proposta de Lei).

38. Havia ainda um conjunto de matérias reguladas na versão inicial da lei preambular que aprova o Código Fiscal que deixaram de ser previstas na versão alternativa da Proposta de Lei, por opção do proponente, e que incluíam: (1) a alteração à Lei n.º 1/86/M Fevereiro (Incentivos fiscais no âmbito da política industrial) (cf. artigos 6.º da versão

necessidade de se proceder à notificação ou aviso, sob registo postal por virtude de legislação de natureza fiscal) (cf. artigo 27.º, alínea 26) da Proposta de Lei); (3) Decreto-Lei n.º 16/85/M (Regime geral da anulação e restituição das contribuições e impostos) (cf. artigo 27.º, alínea 27) da Proposta de Lei); e (4) Decreto-Lei n.º 36/99/M, de 26 de Julho (que regula a Repartição das Execuções Fiscais) (cf. artigo 27.º, alínea 28) da Proposta de Lei). Da lista dos diplomas legais sujeitos a revogação expressa não consta o Código das Execuções Fiscais, aprovado pelo Decreto n.º 38.088 (cf. artigo 25.º da Proposta de Lei), que se considera não estar formalmente em vigor, sendo aplicado apenas transitoriamente até à aprovação de nova legislação.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

inicial da Proposta de Lei); (2) a alteração à Lei n.º 6/2011 (Imposto do selo especial sobre a transmissão de bens imóveis), entretanto revogada¹² (cf. artigos 7.º da versão inicial da Proposta de Lei); e (3) a alteração à Lei n.º 11/2013 (Lei de Salvaguarda do Património Cultural) (cf. artigos 8.º da versão inicial da Proposta de Lei).

39. Como se referiu, a lei preambular que aprova o Código Fiscal introduz um conjunto de regras que complementam o regime contido no Código Fiscal, como acontece com a regulação dos encargos que são devidos no processo de execução fiscal (cf. artigo 2.º da Proposta de Lei) ou com a clarificação do regime das custas nos tribunais para o processo judicial fiscal (cf. artigo 3.º da Proposta de Lei).
40. Estes encargos legais, devidos no processo de execução fiscal, que corra termos no serviço de execução fiscal (actualmente na Repartição das Execuções Fiscais), devem ser posteriormente fixados por despacho do Chefe do Executivo (cf. artigo 2.º da Proposta de Lei). Os encargos no processo de execução fiscal devem ser fixados com prudência, em montante não excessivamente elevado, para se assegurar que nenhuma pessoa que reúna as condições legais seja impedida, por insuficiência de meios económicos, de fazer valer ou defender os seus direitos e interesses legalmente protegidos no processo de execução fiscal.
41. Outros aspectos constantes da lei preambular estão dirigidos a rever a legislação fiscal em vigor, tendo em vista a sua articulação com o novo Código Fiscal, como acontece com: (1) a alteração ao Regulamento da Contribuição Industrial (cf. artigos 4.º e 5.º da Proposta de Lei); (2) alteração ao Regulamento do Imposto Profissional (cf. artigos 6.º e 7.º da Proposta de Lei); (3) alteração ao Regulamento da Contribuição Predial Urbana (cf. artigos 8.º e 9.º da Proposta de Lei); (4) alteração ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos (cf. artigos 10.º a 13.º da Proposta de Lei); (5) alteração ao Imposto do Selo (cf. artigos 14.º e 15.º da Proposta de Lei); (6) alteração ao Regulamento do Imposto de Circulação (cf. artigo 16.º da Proposta de Lei); (7) alteração ao Regulamento do Imposto de Turismo (cf. artigos 17.º e 18.º da Proposta de Lei); (8) alteração ao Regulamento do Imposto de Consumo (cf. artigos 19.º e 20.º da Proposta de Lei); (9) alteração ao Regulamento do Imposto sobre veículos motorizados (cf. artigo 21.º da Proposta de Lei); (10) alteração à Lei n.º 5/2017 (Regime

¹² Cf. artigo 4.º, alínea 5) da Lei n.º 5/2024 (Abolição das medidas fiscais relacionadas com a gestão da procura imobiliária).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

jurídico da troca de informações em matéria fiscal) (cf. artigo 22.º da Proposta de Lei); e (11) alteração à Lei n.º 1/2021 (Regime de benefícios fiscais para as empresas que exerçam actividades de inovação científica e tecnológica) (cf. artigo 23.º da Proposta de Lei).

Alterações ao Imposto Complementar de Rendimentos

42. Na apreciação na especialidade da presente iniciativa legislativa mereceu especial atenção da Comissão as alterações introduzidas pela Proposta de Lei ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, tendo sido recebidas várias opiniões e sugestões da União das Associações Profissionais de Contabilidade de Macau. Em especial, foi analisado a alteração do regime de incidência do Imposto Complementar de Rendimentos, a alteração ao regime declarativo do Imposto Complementar de Rendimentos, o novo regime dos preços de transferência e das transacções controladas do Imposto Complementar de Rendimentos e o novo regime de créditos fiscais para eliminar a dupla tributação do Imposto Complementar de Rendimentos. Sobre estas questões o proponente esclareceu o seguinte:

"1. Alteração ao artigo 2.º- Incidência

Repetição com o n.º 1 [do novo n.º 1 com o n.º 2 do artigo 2.º]

O regime fiscal de Macau vai seguir expressamente o princípio da territorialidade. O n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos visa, principalmente, regulamentar todos os rendimentos obtidos ou gerados na RAEM, e o n.º 2 do artigo 2.º regulamenta os rendimentos passivos obtidos fora da RAEM. Não existe repetição entre os dois.

Sobre a clareza da incidência

A norma do n.º 2 expressa claramente que a incidência do imposto depende do preenchimento cumulativo de dois requisitos:

Requisito 1: as entidades referidas na alínea 4) do artigo 1.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos; e

Requisito 2: os rendimentos de dividendos, juros, royalties e mais-valias obtidos fora



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

da RAEM. (...)

A incidência do imposto sobre os rendimentos do exterior é reduzida às entidades referidas na alínea 4) do artigo 1.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, uma vez que estes grupos de empresas multinacionais apresentam maiores riscos de transferência de lucros, situação que pode erodir a base tributária de outras jurisdições fiscais. A principal razão da tributação dos rendimentos passivos obtidos no exterior é satisfazer as exigências da União Europeia. A DSF pondera emitir, em tempo oportuno, instruções sobre o âmbito de aplicação das respectivas normas, para referência do público.

2. Alteração ao artigo 10.º - Declarações anuais

(...) A presente alteração ao prazo de declarações anuais do artigo 10.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos visa, precisamente, dar resposta às reivindicações das associações profissionais de contabilidade apresentadas ao longo dos anos, prorrogando o prazo em causa por mais um mês. Após a apresentação de declarações fiscais anuais pelos contribuintes, a DSF procede, nos termos legais, à liquidação, notificação, reclamação e cobrança do imposto complementar de rendimentos. Nos termos do disposto do referido Regulamento, o tempo para a execução dos respectivos trabalhos já é muito apertado, e se se introduzir, novamente, a possibilidade de requerer a prorrogação do prazo de entrega da declaração por motivos especiais, é de prever que a DSF venha a enfrentar um grande número de pedidos e a necessitar de mais recursos para a apreciação dos pedidos, afectando necessariamente os trabalhos subsequentes de liquidação e tributação e, consequentemente, as receitas do cofre, portanto a DSF não concorda com a referida proposta.

Por fim, caso haja lugar à aplicação de sanção administrativa ao contribuinte por apresentação da declaração anual fora do prazo, se houver razoabilidade, este pode invocar motivos de força maior como excepção, para requerer a isenção da sanção junto da DSF.

3. Alteração à alínea h) do n.º 1 do artigo 13.º - Documentos anexos à declaração de rendimentos

(...) Na elaboração do diploma complementar ao Código Fiscal, vai considerar-se se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

estão reunidas as condições para a fixação do valor limite para a apresentação do quadro-resumo das transacções controladas, a fim de evitar o agravamento das responsabilidades fiscais do sujeito passivo e dos encargos do sector contabilístico na execução das declarações fiscais.

(...) O quadro-resumo das transacções controladas complementa os dados relativos às transacções transfronteiriças do sujeito passivo, cujo conteúdo deve corresponder à situação do exercício do ano em causa, reflectida na declaração de rendimentos. O quadro-resumo das transacções controladas permite não só à administração fiscal identificar e analisar, numa perspectiva macro, os eventuais riscos dos preços de transferência, mas também contribuir para a verificação do conteúdo da declaração anual de rendimentos e para uma justa fixação da matéria colectável do sujeito passivo. O quadro-resumo das transacções controladas deve ser incluído em anexo, fazendo parte integrante da declaração de rendimentos, e o respectivo conteúdo deve ser verificado por contabilistas. Além disso, acredita-se que, através da apresentação do quadro-resumo das transacções controladas, será possível reforçar os conhecimentos dos sujeitos passivos sobre a necessidade dos preços de transferência, bem como prestar atenção à responsabilidade pelo cumprimento das regras dos preços de transferência.

4. Aditamento do artigo 43.º B - Partes relacionadas

(...) As “partes relacionadas” e o conteúdo do seu articulado serão regulamentados em diploma complementar.

5. Aditamento do artigo 43.º D - Dever de preparação e conservação da documentação

(...) Os documentos e as informações relacionados com “todos os documentos relevantes” vão ser regulamentados em diploma complementar.

6. N.º 1 do novo artigo 43.º-F (Acordo prévio sobre preços de transferência)

(...) O montante (igual ou superior a 40 000 000 patacas) aplicável ao Acordo prévio sobre preços de transferência foi fixado tendo como referência a abordagem adoptada nos territórios vizinhos e tendo em conta a escala de exploração das empresas locais. Analisada a aplicação do Acordo prévio sobre preços de transferência nos territórios vizinhos, verifica-se que o montante fixado como



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

requisito se manteve inalterado, o que implica estabilidade e eficácia, por conseguinte, a sua confirmação legal em Macau proporcionará aos contribuintes maior clareza quanto às condições do pedido de celebração do Acordo prévio sobre preços de transferência. Se, no futuro, se verificarem mudanças significativas na situação de exploração das empresas locais susceptíveis de afectar o pedido de celebração do referido Acordo prévio, a Direcção dos Serviços de Finanças procederá certamente ao respectivo acompanhamento atempado e, se for necessário articular-se com as necessidades reais, apresentará uma proposta de lei de alteração às devidas disposições do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, no sentido de ajustar o montante fixado como requisito.

7. Aditamento do artigo 43.º -I (Diplomas complementares)

(...) Os diplomas complementares que estão a ser elaborados serão divulgados atempadamente, de acordo com o calendário verificado de aprovação e entrada em vigor do Código Fiscal, de modo que os sujeitos passivos e os sectores envolvidos disponham de tempo suficiente para a respectiva coadunação. Além disso, a Direcção dos Serviços de Finanças considerará, activamente, a viabilidade de consultar os sectores antes da implementação dos diplomas complementares, em prol da definição e implementação dos mesmos.

8. Alteração ao artigo 51.º-A (Eliminação da dupla tributação)

Não se verifica duplicação nos n.º 1 e n.º 3. O n.º 1 exige o preenchimento do requisito de “o imposto que incide sobre o rendimento resultante de dividendos tenha sido pago no exterior”; e o n.º 3 exige o preenchimento do requisito de “o imposto que incide sobre o lucro tributável resultante de dividendos distribuídos pelas empresas, tenha sido pago no exterior,” o que não significa que o rendimento resultante de dividendos tenha sido tributado no exterior. Tal significa que caso o imposto que incide sobre o lucro tributável resultante de dividendos distribuídos pelas empresas tenha sido pago no exterior, pode ainda haver lugar ao crédito de imposto previsto no n.º 3, embora o rendimento resultante de dividendos não tenha sido tributado no exterior. A fixação de 10% de participações representativas do capital teve essencialmente como referência a abordagem de Singapura.

9. Artigo 29.º (Entrada em vigor) do Código Fiscal



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Nos termos do artigo 13.º (Aplicação no tempo) do Código Fiscal, as normas fiscais aplicam-se, apenas, aos factos fiscais posteriores à sua entrada em vigor, não podendo ser criados quaisquer impostos retroactivos. (...)

10. Artigo 14.º (Aplicação no espaço) do Código Fiscal

O artigo 14.º (Aplicação no espaço) clarifica que o Regime fiscal de Macau vai cumprir o princípio da territorialidade, porém, devido à necessidade de cumprir os requisitos da União Europeia e de evitar a dupla não tributação, foi introduzida alteração ao artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, com o aditamento do n.º 2, que prevê que os contribuintes que preencham determinadas condições são tributados apenas sobre quatro tipos de rendimentos passivos (dividendos, juros, royalties e mais-valias) provenientes de fontes fora da RAEM, a par do estabelecimento de um mecanismo de crédito de imposto.

11. Artigo 22.º (Representante fiscal) do Código Fiscal

(...) Nos termos do artigo 22.º do Código Fiscal, os representantes fiscais representam, principalmente, os contribuintes perante a administração fiscal e cumprem as suas obrigações acessórias e exercem os seus direitos, incluindo os de impugnação administrativa, por conseguinte, qualquer pessoa com capacidade jurídica pode assumir essas funções. Se se estipular que o representante fiscal deve preencher determinadas condições para poder assumir as respectivas funções, então, as condições a preencher terão de ser estipuladas por lei, o que implica um trabalho de julgamento adicional e uma redução da margem para os contribuintes procurarem representantes fiscais. Isto não será propício ao desenvolvimento do trabalho.

Na prática, se um representante fiscal se deparar com um problema profissional que tenha de ser resolvido, pode também representar o contribuinte na procura de ajuda junto de profissionais como contabilistas, advogados, etc. Por conseguinte, não é necessário exigir que o representante fiscal possua determinadas qualificações.

12. Outras opiniões

(...) A Direcção dos Serviços de Finanças está a acompanhar de perto a aplicação, em vários países e regiões, da taxa mínima global de imposto estabelecida no pilar 2, e também efectuou um estudo aprofundado das regras do GloBE. Se o imposto mínimo global for aplicado em Macau, será necessário adoptar as várias normas da OCDE



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

para efeito do crédito de imposto, porém, os requisitos em matéria de normas de contabilidade e de ajustamentos ao cálculo de ganhos e perdas são diferentes das normas de contabilidade e da base tributária utilizadas na RAEM, o que irá, sem dúvida, impor um certo ónus ao cumprimento por parte das empresas. Para proteger o poder de tributar da RAEM e criar um ambiente de negócios amigável e saudável, se a taxa mínima global de imposto estabelecida no pilar 2 for implementada em Macau, a Direcção dos Serviços de Finanças esforçar-se-á, certamente, por estudar uma solução vantajosa para todos, e obviamente, consultará as opiniões das várias partes interessadas e tornará públicas, atempadamente, as políticas e medidas a adoptar.”

Dedução de Prejuízos no Imposto Complementar de Rendimentos

A Comissão prestou atenção ao regime em vigor para a dedução de prejuízos dos lucros tributáveis que se encontra previsto no n.º 1 do artigo 34.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, dado que actualmente se fixa um limite de apenas 3 anos para os prejuízos de um exercício serem susceptíveis de dedução aos lucros de exercícios futuros. A Comissão entende que este prazo de 3 anos para a dedução de prejuízos é realmente demasiado curto e deve ser alargado, pode admitir-se que não deva haver nenhum prazo limite para os prejuízos serem deduzidos aos lucros tributáveis de anos futuros (como acontece em Hong Kong) ou, em alternativa, que haja um prazo de pelo menos 5 anos para o efeito (como acontece no Interior da China). Este aspecto não foi ainda alvo de uma intervenção na lei preambular que aprova o Código Fiscal, mas será matéria que, no entender da Comissão, merecerá ser ponderada aquando da discussão na especialidade da Proposta de Lei em apreciação, tendo em vista uma possível alteração adicional.

O Código Fiscal

43. Atendendo à grande extensão e complexidade da Proposta de Lei em apreciação, não é possível proceder a uma análise completa e pormenorizada das muitas questões que se colocam perante a leitura dos 312 artigos deste Código Fiscal, pelo que a Comissão opta por fazer referência somente às principais matérias que foram objecto de um



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

b g

exame mais cuidado em sede de apreciação na especialidade.

44. Os seguintes aspectos merecem ser especialmente referidos tendo em vista as questões que foram alvo de especial atenção no desenrolar dos trabalhos:

18

44.1. Princípio da territorialidade – no que diz respeito à aplicação da lei fiscal no espaço o Código Fiscal afirma, como regra geral, que as normas fiscais apenas se aplicam aos factos geradores de impostos que ocorram na RAEM. Tal implica uma limitação da obrigação fiscal aos rendimentos obtidos de fontes localizadas no espaço territorial da RAEM como regra normal de incidência para os impostos no nosso ordenamento jurídico-fiscal. Fica, ainda assim, salvaguardada a possibilidade de uma disposição legal em sentido contrário, bem como da salvaguarda do disposto em acordos internacionais ou inter-regionais em matéria fiscal (cf. artigo 14.º do Código Fiscal);

ff

J.

44.2. Domicílio fiscal – os contribuintes e outros sujeitos passivos devem comunicar o seu domicílio fiscal às autoridades fiscais. O domicílio fiscal será para as pessoas singulares o local da sua residência habitual e para as pessoas colectivas o local da sua sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável na RAEM (cf. artigo 21.º do Código Fiscal). A alteração do domicílio fiscal deve ser também comunicada pelos interessados às autoridades fiscais (cf. artigo 92.º do Código Fiscal) (veja-se também o artigo 26.º, n.º 6 da Proposta de Lei);

1

4

44.3. Residentes fiscais – A pessoa singular que permaneça pelo menos 183 dias por ano na RAEM, ou tenha uma residência habitual na RAEM, é considerada como sendo residente fiscal na RAEM, podendo, por isso, obter a emissão de uma declaração de residente fiscal na RAEM. Para as pessoas colectivas a residência fiscal na RAEM é reconhecida para quem tenha sede ou direcção efectiva na RAEM (cf. artigo 24.º do Código Fiscal);

1

44.4. Representante fiscal – os contribuintes que não permaneçam 183 dias por ano na RAEM ou que sejam residentes no exterior de Macau devem constituir um representante fiscal com morada em Macau. Tal visa permitir que possam exercer os seus direitos e garantias, bem como permitir que as autoridades fiscais possam notificar o contribuinte por via do seu representante fiscal das decisões que lhe digam respeito. Para as pessoas singulares é possível optar pela notificação por via electrónica, o que permite a dispensa de designação de representante fiscal (cf.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

h 3

artigo 22.º do Código Fiscal);

- 44.5.** Juros indemnizatórios – O Código Fiscal assume que, quando por razões imputáveis às autoridades fiscais, não sejam reembolsadas quantias indevidamente cobradas aos contribuintes, haja lugar não apenas à devolução da quantia prestada em excesso ou sem fundamento legal, mas também, em certas circunstâncias legalmente delimitadas, se proceda ao pagamento de juros compensatórios ao contribuinte pela administração fiscal (cf. artigo 38.º do Código Fiscal). Actualmente o pagamento de juros compensatórios pelas autoridades fiscais apenas está previsto no Imposto de Consumo. Com esta alteração passam a ser devidos juros indemnizatórios aos contribuintes para todos os impostos e contribuições, de forma uniforme e coerente;
- 44.6.** Juros fiscais – a taxa de juros fiscais a serem cobrados pela administração fiscal aos contribuintes, aplicando-se por igual a todos os impostos, em caso de cobrança coerciva da dívida fiscal, a ser cobrada junto do contribuinte faltoso passa a ser fixada pelo Código Fiscal em: (1) 1% ao mês de juros de mora, sendo cobrada apenas durante 3 anos (actualmente os juros de mora são cobrados durante 5 anos), e (2) de 3% de juros de dívidas, que são juros fiscais adicionais se aplicam em conjunto com os juros de mora de 1% ao mês, e devem assumir uma função compulsória, incentivando ao pagamento pontual da dívida fiscal (cf. artigos 45.º e 46.º do Código Fiscal). Este regime corresponde essencialmente, com pequenos acertos, ao regime dos juros de mora fiscais aplicado actualmente e que se encontrava previsto no Decreto Provincial n.º 33/74;
- 44.7.** Prazo de prescrição – o prazo de prescrição da dívida fiscal passa a ser fixado pelo Código Fiscal em 15 anos (cf. artigo 49.º do Código Fiscal), o que corresponde ao prazo ordinário da prescrição de 15 anos, nos termos do artigo 302.º do Código Civil (actualmente o prazo de prescrição fiscal é de 20 anos, nos termos do artigo 251.º do Código das Execuções Fiscais);
- 44.8.** Afastamento do sigilo bancário e segredo profissional – o Código Fiscal reforça os deveres de colaboração das entidades privadas com a administração fiscal (cf. artigo 61.º do Código Fiscal) e opta por afastar de forma genérica o regime de sigilo bancário e também vários sigilos profissionais, que actualmente limitam a informação que possa ser exigida. Passando a ser previsto, como regra normal, que a administração fiscal possa passar a solicitar a prestação de informações

Handwritten signatures and marks on the right margin.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

fiscalmente relevante sobre os contribuintes que seja detida pelos bancos, seguradoras e outras instituições financeiras e vários grupos de profissionais (contabilistas, agentes imobiliários, advogados) tendo em vista a fiscalização do cumprimento de obrigações em matéria fiscal. Este novo regime de exclusão do dever de sigilo é afastado para o caso do sigilo profissional dos advogados, sendo que estes profissionais não devem prestar informações profissionais sigilosas às autoridades fiscais que sejam relativas a pareceres ou processos onde intervenham (cf. artigo 62.º do Código Fiscal);

44.9. Regime geral do procedimento fiscal – o Código Fiscal uniformiza e consolida vários aspectos do procedimento administrativo fiscal actualmente dispersos em legislação fiscal avulsa, nomeadamente os princípios que devem ser orientadores do procedimento administrativo fiscal (cf. artigo 56.º do Código Fiscal), a competência geral da administração fiscal (cf. artigo 70.º do Código Fiscal), os prazos legais aplicáveis (cf. artigo 71.º do Código Fiscal) e o regime das notificações fiscais (cf. artigo 79.º do Código Fiscal);

44.10. Notificação fiscal – é mantido com alterações e actualizações um regime de notificação fiscal que faz uso de uma presunção de notificação ao quinto dia para as notificações fiscais que são enviadas pelas autoridades fiscais por via postal registada (cf. artigo 89.º do Código Fiscal), conforme resulta do regime da notificação fiscal em vigor, que se encontra previsto no Decreto-Lei n.º 16/84/M, de 24 de Março (Impõe a necessidade de se proceder à notificação ou aviso, sob registo postal por virtude de legislação de natureza fiscal);

44.11. Notificação Electrónica – A notificação fiscal é complementada pela opção inovadora no Código Fiscal de permitir que os interessados possam optar voluntariamente por receber notificações fiscais através da forma electrónica. Assim, passa a estar prevista a utilização de meios electrónicos para a notificação fiscal, quando tal resulte de uma opção voluntária do interessado [cf. artigo 83.º do Código Fiscal e artigo 21.º da Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica)]. A possibilidade de fazer uso de meios electrónicos na comunicação entre as autoridades fiscais e os contribuintes e outros sujeitos passivos reflecte, em larga medida, os novos impulsos promovidos recentemente no que diz respeito à governação electrónica por via da alteração da Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica) pela Lei n.º 13/2024 (Alteração à Lei n.º 2/2020 — Governação



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

electrónica e à Lei n.º 5/2022 — Envio de peças processuais e pagamento de custas por meios electrónicos);

44.12. Reversão na execução fiscal — quando o contribuinte não possua bens penhoráveis e havendo terceiros que são responsáveis fiscais, por imposição legal, nomeadamente para os membros dos órgãos das pessoas colectivas (cf. artigo 31.º do Código Fiscal), deve ocorrer a reversão da cobrança da dívida fiscal no processo de execução fiscal. No entanto, o Código Fiscal altera relevantemente o regime da reversão do processo de execução fiscal contra os responsáveis fiscais quando ocorra sub-rogação fiscal, dado que a opção legislativa no Código Fiscal passa a ser no sentido do sub-rogado ter que accionar os meios processuais civis junto dos tribunais comuns, não podendo fazer uso do processo de execução fiscal (cf. artigo 128.º do Código Fiscal);

44.13. Regime da execução fiscal — o Código Fiscal aprova um novo regime para o processo de execução fiscal, pretendendo modernizar a execução fiscal, sendo que, em parte, aproxima o processo de execução fiscal do regime actual parcialmente mais garantístico previsto para o processo executivo civil. O processo executivo fiscal aplica-se para a cobrança não apenas de dívidas fiscais, mas de um universo amplo de outros tributos e dívidas à RAEM e a outras entidades públicas. Sobre o novo regime da execução fiscal previsto no Código Fiscal pode ser mencionado o seguinte:

44.13.1 Em muitos momentos, o novo regime do processo de execução fiscal segue o modelo que se encontra contido no Código das Execuções Fiscais, fazendo uso de um processo executivo especial que corre, em grande parte, os seus termos no órgão administrativo legalmente encarregado da execução fiscal (actualmente a Repartição das Execuções Fiscais). Aos executados assiste, no entanto, em certos momentos processuais, o direito de impugnação judicial para o Tribunal Administrativo, nos termos previstos na Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária) (cf. artigo 180.º do Código Fiscal). Nesse caso, o processo executivo fiscal transita para o tribunal competente, sendo depois novamente devolvido ao órgão encarregado da execução fiscal, após tomada da decisão judicial. Para as dívidas fiscais, será a própria autoridade fiscal a emitir os títulos executivos que serviram de base ao processo executivo fiscal, através da emissão de «certidões de relaxe» (cf. artigo 131.º do Código Fiscal; artigo 190.º, alínea 1)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

do Código Fiscal). Tal corresponde, em larga medida, ao actual modelo de processo executivo fiscal e resulta de uma opção legislativa de continuidade, no que diz respeito ao modelo da execução fiscal;

44.13.2 Ainda assim, podem ser assinaladas algumas novidades, que passam desde logo pela modernização e revisão técnico-jurídica do regime do processo executivo fiscal, que se encontrava muito datado. Desde logo o Código Fiscal procura melhor clarificar quais são as dívidas que, assumindo uma natureza de direito público, podem ser cobradas no âmbito do processo executivo fiscal (cf. artigo 174.º do Código Fiscal), que geram as várias espécies de títulos executivos que servem de base à execução fiscal (cf. artigo 190.º do Código Fiscal). As dívidas a entidades públicas de fonte privada não são cobradas na execução fiscal, mas devem ser executadas pelos meios processuais comuns;

44.13.3 Para a cobrança de juros moratórios e dos encargos devidos na execução fiscal, havendo vários juros fiscais (cf. artigos 37.º, 45.º e 46.º do Código Fiscal) e encargos a serem cobrados no processo executivo fiscal, bem como outras despesas, a opção legislativa foi no sentido de se introduzir a figura jurídica dos «encargos legais». Os encargos legais incluem os juros de mora, os 3% de dívidas, os encargos e despesas a serem cobradas na execução fiscal (cf. artigo 3.º, alínea 10) do Código Fiscal). Estes encargos legais são cobrados integralmente na execução fiscal para as dívidas fiscais, mas para as outras dívidas (isto é, dívidas que não sejam dívidas de impostos) a opção legislativa passa por não se cobrar os 3% de dívidas (cf. artigo 213.º do Código Fiscal);

44.13.4 No que diz respeito à reversão da execução fiscal, nota-se um esforço clarificador para as várias situações abrangidas por esta figura processual (cf. artigo 186.º do Código Fiscal), mas também se regista uma opção legislativa, na versão alternativa da Proposta de Lei, no sentido de não se prever a reversão contra os trabalhadores da administração fiscal que tenham intervindo na execução fiscal e que, pela sua conduta, tenham impossibilitado a cobrança de dívidas¹³. Foi entendido que este regime de reversão contra os trabalhadores na execução fiscal, que é actualmente mais responsabilizante para os trabalhadores, não se justifica, bastando o regime disciplinar aplicável;

¹³ Foi eliminado o artigo 184.º da versão inicial do Código Fiscal sobre a reversão contra trabalhadores.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- 44.13.5** A Proposta de Lei procura modernizar a execução fiscal em matérias onde actualmente o regime do Código das Execuções Fiscais tem revelado insuficiências várias, nomeadamente no que respeito aos meios de defesa dos executados perante os tribunais competentes, em particular sendo reformulados os fundamentos da oposição à execução (cf. artigo 231.º do Código Fiscal), os embargos de terceiros (cf. artigo 268.º do Código Fiscal), bem como o regime para a convocação dos credores e verificação dos créditos (cf. artigo 270.º do Código Fiscal);
- 44.13.6** Para a suspensão da execução fiscal, a opção legislativa, conforme consolidada na versão alternativa da Proposta de Lei, passa por colocar o ênfase maior na prestação de uma garantia idónea. Assim, em geral, mesmo que esteja pendente um recurso contencioso do acto que sustenta a dívida a ser cobrada na execução fiscal, ou quando exista uma oposição à execução a ser apreciada judicialmente, a execução fiscal normalmente só se suspende quando exista uma garantia que tenha sido prestada que assegure a satisfação da totalidade da dívida exequenda e dos encargos legais (cf. artigos 195.º e 233.º do Código Fiscal);
- 44.13.7** No processo executivo fiscal admite-se amplamente a possibilidade de o executado, em caso de comprovada necessidade motivada por notórias dificuldades financeiras, solicitar o pagamento em prestações da dívida. O Código Fiscal regula o pagamento em prestações, introduzindo um período de até 5 anos de pagamento em prestações mensais de pelo menos mil patacas (cf. artigo 222.º, n.º 3 do Código Fiscal). Durante este período de pagamento em prestações da dívida na execução fiscal continuam a contar-se juros de mora. Muitas vezes, será necessário nestes casos também dispensar a apresentação de uma garantia idónea, por manifesta insuficiência económica do executado (cf. artigo 224.º, n.º 5 do Código Fiscal);
- 44.13.8** O Código Fiscal prevê a dação em cumprimento, por via da entrega de bens imóveis, tendo em vista o pagamento da dívida no processo de execução fiscal (cf. artigo 226.º do Código Fiscal). A opção legislativa assumida é ainda cautelosa, não admitindo a dação em cumprimento com bens móveis, dado a relativa maior dificuldade que pode haver com a sua avaliação. Para os bens imóveis, será feita uma avaliação do valor dos bens imóveis apresentados para a dação em



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

cumprimento por uma comissão de avaliação¹⁴, que se quer isenta, independente e imparcial, para depois se decidir se esse bem imóvel deve ser aceite para dação em cumprimento no processo executivo fiscal (cf. artigo 227.º do Código Fiscal). Tal visa oferecer uma via alternativa para os interessados se libertarem de um processo executivo fiscal, apresentado por sua iniciativa um bem imóvel para satisfação da dívida exequenda e encargos legais, por via da dação em cumprimento;

44.13.9 Para a venda dos bens penhorados, a opção legislativa passou por uma maior aproximação ao actual regime do processo civil, sendo a venda normalmente feita por meio de propostas em carta fechada (cf. artigo 280.º do Código Fiscal). Acredita-se que esta modalidade de venda poderá ser a mais indicada do que a venda dos bens penhorados por arrematação por hasta pública, como acontece ainda nos termos do Código das Execuções Fiscais. Inovadoramente, o Código Fiscal passa a prever a possibilidade de aquisição dos bens penhorados pela RAEM, em caso de inexistência de proponentes ou de não aceitação das propostas em carta fechada por o valor das propostas que foram apresentadas ser inferior ao valor anunciado para venda (cf. artigo 293.º do Código Fiscal). Essa aquisição pela RAEM deverá acontecer quando o valor dos bens imóveis garanta suficientemente o pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais. A aquisição pela RAEM permite evitar que, por falta de compradores interessados no mercado, a venda de um bem imóvel com suficiente valor fique sem efeito. Os bens imóveis a serem adquiridos devem ter um valor equivalente ao valor da dívida exequenda e dos encargos legais. Caso o valor seja superior ao da dívida deve proceder-se à restituição do remanescente apurado nas execuções fiscais, conforme resulta do regime geral da venda (cf. artigo 297.º do Código Fiscal);

44.13.10 Existe também uma preocupação em assegurar a plena garantia dos direitos dos particulares, por via de um direito de recurso dos actos administrativos praticados no processo de execução fiscal que afectem interesses de particulares, onde se deve seguir o regime geral do recurso contencioso (cf. artigo 310.º do

¹⁴ É referido que a “Comissão de Avaliação de Imóveis da DSF” verifica o valor dos imóveis atribuído pelo interessado, avaliando os imóveis (cf. artigo 227.º, n.º 2 do Código Fiscal). O proponente informou que os imóveis são avaliados pela Comissão de Avaliação de Imóveis prevista no Imposto do Selo.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

11/4

Código Fiscal). Em geral, também se poderá fazer uso, neste âmbito, da suspensão de eficácia, bem como de outros meios processuais que sejam concretamente adequados para a tutela dos interesses em presença. Certos recursos terão natureza urgente, continuando a correr os seus termos durante as férias (cf. artigo 311.º do Código Fiscal). Para as decisões judiciais tomadas no âmbito do processo executivo fiscal, também se assegura amplamente o recurso jurisdicional, aplicando-se o previsto no artigo 173.º do Código Fiscal (cf. artigo 312.º do Código Fiscal);

11/4

11/4

44.13.11 Em vários momentos, como acontece noutras áreas do procedimento administrativo e do processo administrativo contencioso, admite-se a possibilidade de os intervenientes processuais fazerem uso dos novos meios electrónicos na execução fiscal, conforme tal é já possível nos termos gerais previstos para a governação electrónica e para o envio de peças processuais por meios electrónicos, respectivamente nos termos da Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica) e da Lei n.º 5/2022 (Envio de peças processuais e pagamento de custas por meios electrónicos);

11/4

11/4

11/4

44.13.12 Este novo regime para a execução fiscal previsto no Código deve ser complementado por uma futura alteração ao regime orgânico dos Serviços de Finanças, tendo em vista a reformulação da actual Repartição das Execuções Fiscais (cf. artigo 3.º, n.º 3 e 29.º do Decreto-Lei n.º 30/99/M, de 5 de Julho, e Decreto-Lei n.º 36/99/M, de 26 de Julho), para melhor organizar e estruturar a entidade pública com competências e atribuições no âmbito da execução fiscal. O órgão competente para promover a execução fiscal deve manter um estatuto de isenção, imparcialidade e neutralidade no processo executivo fiscal, garantindo plenamente os direitos dos particulares na execução fiscal.

11/4

Entrada em Vigor

11/4

45. A Proposta de Lei prevê uma entrada em vigor no dia 01 de Janeiro de 2026 (cf. artigo 29.º da Proposta de Lei). Espera-se que tal permita um período de tempo suficiente entre a publicação no *Boletim Oficial* da RAEM e a entrada em vigor da presente iniciativa legislativa para a comunidade se preparar devidamente para a aplicação do novo Código Fiscal. Por uma questão de cautela legislativa, houve também a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

preocupação do novo Código Fiscal entrar em vigor num novo ano civil, dado que em muitos aspectos os impostos assumem uma natureza periódica e anual.

46. A Proposta de Lei excepciona desta opção geral pela entrada em vigor no dia 01 de Janeiro de 2026 as seguintes situações: (1) as disposições relativas aos residentes fiscais previstas no Código Fiscal (cf. artigo 24.º do Código Fiscal), que entram em vigor no dia 01 de Janeiro de 2025, para que os contribuintes, que reúnam os requisitos, possam tornar-se residentes fiscais da RAEM, o mais cedo possível, em 2025; (2) as disposições relativas aos modelos de impressos a utilizar no procedimento fiscal (cf. artigo 76.º do Código Fiscal), para permitir que os modelos actuais de impressos fiscais sejam substituídos mais rapidamente; e (3) as alterações introduzidas pela Lei Preambular que aprova o Código Fiscal ao artigo 58.º do Regulamento do Imposto do Selo (cf. artigo 14.º da Proposta de Lei) e à Tabela Geral do Imposto do Selo (cf. artigo 15.º da Proposta de Lei), que entram em vigor no dia seguinte ao dia da publicação no *Boletim Oficial* da RAEM desta iniciativa legislativa.

47. Neste último caso, o proponente informou que a entrada em vigor do novo regime previsto no artigo 58.º do Regulamento do Imposto do Selo no dia seguinte à publicação no *Boletim Oficial* da RAEM visa permitir a rápida implementação do serviço “one-stop” para a realização de escrituras públicas de compra e venda por via electrónica, medida esta que permite que os contribuintes não tenham de se deslocar à Recebedoria da Direcção dos Serviços de Finanças, munidos da respectiva escritura pública, para apor o carimbo, como forma de pagamento do imposto. Tal resulta da devida articulação com a Lei n.º 18/2024 (Electronização dos registos predial e comercial e do notariado), que foi aprovada na especialidade em Plenário no dia 16 de Outubro de 2024 e que entrou em vigor no dia 01 de Dezembro de 2024.

IV – Apreciação na especialidade

Para além da apreciação na generalidade, a Comissão procedeu ainda ao exame na especialidade da Proposta de Lei, nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa, visando apreciar a adequação das soluções aos princípios da Proposta de Lei aprovada na generalidade e a perfeição técnico-jurídica das disposições legais.

Será feita primeiro referência aos normativos contidos na lei preambular que



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

aprova o Código Fiscal (num total de 29 artigos).

LEI PREAMBULAR QUE APROVA O CÓDIGO FISCAL

Artigo 1.º - Objecto

48. Esta disposição sofreu alterações na versão alternativa em língua portuguesa na versão alternativa da Proposta de Lei.
49. Esta disposição refere-se ao objecto da Proposta de Lei, que consiste na aprovação do Código Fiscal, que é anexo à Proposta de Lei e que dela faz parte integrante.
50. A Proposta de Lei também introduz várias alterações e actualizações com alguma importância no ordenamento jurídico-fiscal em vigor, por via dos seus 29 artigos.

Artigo 2.º - Encargos no processo de execução fiscal

51. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei. Este artigo corresponde ao artigo 3.º da versão inicial da Proposta de Lei.
52. Este artigo introduz a regulação dos encargos no processo de execução fiscal. Estes encargos legais consistem em taxas administrativas a cobrar pelo serviço de execução fiscal no processo de execução fiscal e que devem ser posteriormente fixados por despacho do Chefe do Executivo, a ser publicado no *Boletim Oficial* da RAEM. Estes novos encargos devidos no processo de execução fiscal devem ser fixados oportunamente para entrarem em vigor ao mesmo tempo que o Código Fiscal. Deve aqui ser acautelado que o valor dos encargos no processo de execução fiscal não deva ser excessivamente elevado, não dificultando excessivamente que os particulares se possam defender da execução do seu património, em sede de processo de execução fiscal. Conforme acontece também com as custas cobradas nos processos judiciais.

Artigo 3.º - Regime das custas nos tribunais

53. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei. Foi



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

W3

aditado um novo n.º 2 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O número único deste artigo na versão inicial passou a constar, com alterações, do n.º 1 deste artigo na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão em língua portuguesa.

W3
H
H
J

54. O n.º 1 deste artigo visa a clarificação do regime das custas nos tribunais para o processo judicial fiscal. Para este efeito, é previsto que ao processo judicial fiscal (cf. artigos 155.º a 173.º do Código Fiscal) se aplique, com as necessárias adaptações, o previsto no Título III do Regime das Custas nos Tribunais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/99/M, de 25 de Outubro. Este Título III do Regime das Custas nos Tribunais é composto pelos artigos 84.º a 92.º do Regime das Custas nos Tribunais e regula o regime das custas nos processos administrativos contenciosos. As custas nos tribunais para o processo judicial fiscal correspondem, portanto, com as adaptações que sejam necessárias, às custas nos processos administrativos contenciosos.

55. O n.º 2 deste artigo prevê que aos actos praticados pelos tribunais nos processos de execução fiscal se aplique, com as necessárias adaptações, o previsto no Título I do Regime das Custas nos Tribunais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/99/M, de 25 de Outubro, que regula as custas no processo civil. Tal resulta também do previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 63/99/M, de 25 de Outubro.

H.
H

56. Este artigo não o prevê expressamente, mas nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 63/99/M, de 25 de Outubro, aos processos de transgressão fiscal é aplicável, com as necessárias adaptações, o Título II do Regime das Custas nos Tribunais (Custas no Processo Penal). A Proposta de Lei vai substituir as referências ao “transgressor”, à “transgressão”, e ao “processo de transgressão fiscal” nas leis fiscais avulsas, fazendo antes uso das expressões “infractor”, “infracção” e “processo de infracção administrativa” para regular a infracção fiscal, remetendo para o regime geral das infracções administrativas (cf. artigo 24.º da Proposta de Lei).

2

57. No processo de execução fiscal deve aplicar-se, quando tal seja necessário, o regime geral de apoio judiciário, aprovado pela Lei n.º 13/2012, que visa assegurar que nenhuma pessoa que reúna as condições legais seja impedida, por insuficiência de meios económicos, de fazer valer ou defender os seus direitos e interesses legalmente protegidos por meio de processo judicial [cf. artigo 1.º da Lei n.º 13/2012 (Regime geral de apoio judiciário)], nomeadamente por via da concessão de uma isenção de custas no processo de execução fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

12-3

58. Os artigos 4.º a 23.º da Lei Preambular que aprova o Código Fiscal introduzem alterações pontuais a leis fiscais avulsas, tendo em vista desde logo uma melhor harmonização desta legislação fiscal perante o regime geral contido no Código Fiscal.
59. Em termos emblemáticos, a versão alternativa da Proposta de Lei opta por alterar a designação em língua chinesa da Contribuição Industrial, do Imposto Profissional, da Contribuição Predial Urbana e do Imposto Complementar de Rendimentos.
60. Há também algumas alterações materiais relevantes a serem operadas pela Proposta de Lei junto do regime dos impostos actualmente em vigor, nomeadamente tendo em vista a criação de uma comissão de revisão para efeitos da Contribuição Predial Urbana ou a introdução de um novo regime de incidência e de créditos fiscais no Imposto Complementar de Rendimentos, entre outras inovações.
61. O proponente aproveitou também para rever vários outros aspectos, nomeadamente tendo em vista uma reformulação dos formulários fiscais e facilitar o uso dos novos meios electrónicos na comunicação com os contribuintes, mas também fazendo ajustamentos em matéria de recensão legislativa, designadamente procedendo-se a uma actualização da designação de serviços públicos e órgãos administrativos.

13-3

14-3

15-3

16-3

Artigo 4.º - Alteração ao Regulamento da Contribuição Industrial

62. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão em língua chinesa.
63. Este artigo altera os artigos 4.º, 6.º, 8.º, 12.º, 25.º, 28.º, 42.º, 45.º, 47.º, 58.º e 59.º do Regulamento da Contribuição Industrial, aprovado pela Lei n.º 15/77/M, de 31 de Dezembro.
64. Passamos agora a assinalar sumariamente as alterações introduzidas ao Regulamento da Contribuição Industrial:
- 64.1. O n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento da Contribuição Industrial é alterado para passar a prever que sobre as colectas da contribuição industrial não recaem nenhum adicional. A norma actualmente em vigor ainda prevê que sobre a colecta da contribuição industrial recaia, como único adicional, o selo do conhecimento (cf. artigos 33.º e 34.º do Regulamento do Imposto do Selo e artigo 15 da Tabela Geral

17-3



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

10/4

do Imposto do Selo).

64.2. A alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento da Contribuição Industrial é alterada para passar a conceder uma isenção aos vendilhões. A alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento da Contribuição Industrial é actualizada para se referir às festas, feiras, exposições, mostras comerciais, entre outras, que se realizam em espaços públicos. Foi ainda actualizada a redacção da alínea j) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 6.º do Regulamento da Contribuição Industrial.

10/4

64.3. O n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento da Contribuição Industrial é alterado nos seguintes termos: (1) esta disposição passa a referir-se ao modelo M/1 (e não ao actual modelo M/1A), que será apresentado pelo contribuinte; (2) a alínea a) deste artigo passa a contemplar a alteração do capital social, o que inclui tanto o aumento como a diminuição do capital social (actualmente a disposição refere-se apenas ao aumento do capital social); (3) a alínea b) deste artigo passa a referir-se à alteração do nome do contribuinte, do estabelecimento ou do local onde a indústria é exercida (deixando de se referir ao endereço do contribuinte e ao dístico comercial); (4) é aditada uma nova alínea f) a este artigo que se refere à alteração do endereço ou dos elementos de identificações dos sócios ou dos titulares dos órgãos da sociedade. O incumprimento deste dever declarativo pelo contribuinte é sancionado com multa administrativa nos termos do artigo 39.º do Regulamento da Contribuição Industrial.

10/4

10/4

10/4

10/4

O n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a referir-se ao modelo M/1 (e não ao actual modelo M/1A) e refere-se às alíneas a), b), c), e) e f) do n.º 2 deste artigo.

O novo n.º 4 do artigo 8.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a prever que se o contribuinte apresentar um pedido de registo na conservatória competente para alteração do capital social, da firma ou dos sócios ou titulares da pessoa colectiva, fique dispensada a obrigação declarativa em sede deste imposto relativamente a estes factos. Tal resulta do regime previsto na Lei n.º 18/2024 (Electronização dos registos predial e comercial e do notariado), que no seu artigo 7.º altera o artigo 44.º, n.ºs 3 a 5 do Código do Registo Comercial, prevendo a interconexão de dados e a comunicação pela conservatória à Direcção dos Serviços de Finanças de elementos sobre a sociedade que seriam apresentados nos termos do artigo 8.º da Contribuição Industrial. Esta comunicação pela conservatória à

10/4



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Direcção dos Serviços de Finanças é equiparada à apresentação da declaração fiscal respectiva. Esta matéria mereceu a melhor atenção da Comissão.

O actual n.º 4 passa a constar do n.º 5 do artigo 8.º do Regulamento da Contribuição Industrial. O actual n.º 5 do artigo 8.º do Regulamento da Contribuição Industrial é tacitamente revogado, por substituição integral.

64.4. O n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a referir-se à “contribuição” (actualmente a disposição refere-se à “colecta e ao selo de conhecimento”, selo este que deixa de ser cobrado) e actualiza a referência à entidade competente para a “Direcção dos Serviços de Finanças” (antes a norma referia ainda a “Repartição de Finanças”).

O n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a prever um prazo de 30 dias para a cobrança (o prazo actual é de 8 dias).

O n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento da Contribuição Industrial é revogado, por consistir numa duplicação da matéria relativa aos juros fiscais que agora passa a estar prevista no Código Fiscal.

64.5. O artigo 25.º do Regulamento da Contribuição Industrial é actualizado, passando a referir-se à Recebedoria da Direcção dos Serviços de Finanças, deixando de fazer menção ao modelo M/43 do Regulamento da Fazenda, e permitindo a entrega em formato de papel ou em formato electrónico dos documentos relativos aos conhecimentos de cobrança emitidos nos termos do artigo 24.º do Regulamento da Contribuição Industrial.

64.6. O n.º 1 do artigo 28.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a referir-se a que os avisos de cobrança de modelo M/8 sejam enviados aos contribuintes por correio simples ou por via electrónica.

O n.º 2 do artigo 28.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a referir que o prazo de pagamento da contribuição, liquidada nos períodos normais, seja anunciada pela Direcção dos Serviços de Finanças mediante a publicação de editais e avisos, nos termos previstos no artigo 77.º do Código Fiscal, que regula a publicação de editais, anúncios e avisos.

64.7. O n.º 1 do artigo 42.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a prever



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

o conceito de reincidência pela prática de uma infracção administrativa fiscal que esteja prevista no Regulamento da Contribuição Industrial.

O n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a prever que, em caso de reincidência, o limite mínimo da multa seja elevado em um quarto e o limite máximo se mantenha inalterado.

64.8. O n.º 2 do artigo 45.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a referir-se ao pagamento da “colecta e dos encargos legais” (cf. artigo 3.º, alínea 10) do Código Fiscal).

64.9. O n.º 1 do artigo 47.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a prever que o valor das multas reverta para a RAEM. É também actualizado o guia modelo a ser utilizado, que passa a ser o “modelo B” (agora “M/B”).

O n.º 2 do artigo 47.º do Regulamento da Contribuição Industrial é revogado por ser considerado desnecessário.

64.10. O n.º 1 do artigo 58.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a referir-se ao pagamento da contribuição devida e “dos encargos legais e multas”, reconhecendo um privilégio creditório à RAEM.

64.11. O n.º 1 do artigo 59.º do Regulamento da Contribuição Industrial passa a referir-se à execução para a cobrança das colectas, “encargos legais” e multas em dívida, prevendo uma interdição temporária do exercício de uma actividade comercial ou industrial na RAEM.

64.12. O n.º 2 do artigo 17.º da versão chinesa do Regulamento da Contribuição Industrial sofreu ajustamentos de redacção.

Artigo 5.º - Alteração de designação e epígrafe do Regulamento da Contribuição Industrial

65. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

66. O n.º 1 deste artigo altera a designação em língua chinesa do Regulamento da Contribuição Industrial para «營業稅規章».



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

67. O n.º 2 deste artigo altera a epígrafe do artigo 39.º do Regulamento da Contribuição Industrial, para se referir à entrega da declaração modelo “M/1” (agora é “M/1A”).

Artigo 6.º - Alteração ao Regulamento do Imposto Profissional

68. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

69. Este artigo altera os artigos 8.º, 17.º a 19.º, 22.º, 23.º, 32.º, 35.º a 38.º, 41.º, 42.º, 45.º, 46.º, 52.º, 62.º, 67.º, 69.º, 70.º, 73.º, 79.º e 90.º do Regulamento do Imposto Profissional, aprovado pela Lei n.º 2/78/M, de 25 de Fevereiro.

70. Passamos agora a assinalar sumariamente as alterações introduzidas ao Regulamento do Imposto Profissional:

70.1. O n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento do Imposto Profissional deixa de se referir ao adiantamento a que se refere o artigo 34.º do Regulamento do Imposto Profissional, que é revogado pela Proposta de Lei.

70.2. A alínea a) do n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento do Imposto Profissional actualiza uma das entidades competentes (passa a ser o director dos Serviços de Finanças) e a ter em vista as competências previstas no n.º 1 do artigo 79.º do Regulamento do Imposto Profissional (na versão da Proposta de Lei).

70.3. A alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento do Imposto Profissional actualiza a entidade competente (passa a ser o director dos Serviços de Finanças).

70.4. A alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regulamento do Imposto Profissional é actualizada para se passar a referir a dois “trabalhadores” (agora é feita menção aos “funcionários ou agentes”). A alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a referir-se a um contabilista devidamente habilitado, conforme decorre do disposto na Lei n.º 20/2020 (Regime de qualificação e exercício da profissão de contabilista).

70.5. O n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever como entidade competente o director dos Serviços de Finanças.

70.6. O n.º 2 do artigo 22.º do Regulamento do Imposto Profissional é revogado.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

O n.º 3 do artigo 22.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a referir o director da Direcção dos Serviços de Finanças como entidade competente, remetendo para o procedimento previsto no artigo 103.º do Código Fiscal. O exame à escrita será realizado por um perito de reconhecida idoneidade, que deverá ser um contabilista devidamente habilitado, com experiência profissional suficiente para o efeito.

- 70.7.** O n.º 2 do artigo 23.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever a afixação de editais e a publicação de avisos pela Direcção dos Serviços de Finanças, nos termos do disposto no artigo 77.º do Código Fiscal.

O n.º 3 do artigo 23.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever um prazo de 15 dias para a notificação e que essa notificação siga os termos previstos no artigo 82.º do Código Fiscal.

- 70.8.** O n.º 7 do artigo 32.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever um prazo de 30 dias para pagamento e que a entidade competente seja a Direcção dos Serviços de Finanças.

O n.º 8 do artigo 32.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que a entrega das deduções seja feita na Recebedoria da Direcção dos Serviços de Finanças [cf. artigos 11.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 30/99/M, de 5 de Julho (lei orgânica da Direcção dos Serviços de Finanças)].

- 70.9.** Os n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 35.º do Regulamento do Imposto Profissional são revogados, dado que se trata de matéria constante do Código Fiscal.

O n.º 4 do artigo 35.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que a entidade onde se pode consultar as listas relativas à relação nominal seja a Direcção dos Serviços de Finanças.

- 70.10.** O n.º 3 do artigo 36.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever um prazo de 30 dias para entrega das deduções e que a entidade competente seja a Direcção dos Serviços de Finanças.

O novo n.º 4 do artigo 36.º do Regulamento do Imposto Profissional prevê que a entrega das deduções seja efectuada mediante o preenchimento de impresso próprio fornecido pela Direcção dos Serviços de Finanças.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

70.11. O artigo 37.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a referir-se à matéria colectável (agora é o “rendimento colectável”) e ao cadastro individual do contribuinte (agora é o “verbete individual do contribuinte”), sendo eliminada a referência ao artigo 34.º do Regulamento do Imposto Profissional, que é revogado pela Proposta de Lei.

70.12. O n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a referir-se à matéria colectável (agora é o “rendimento colectável”) e a incluir também o caso especial dos contribuintes que se enquadram no previsto no n.º 1 do artigo 36.º do Regulamento do Imposto Profissional.

70.13. Os n.ºs 2 a 8 do artigo 38.º do Regulamento do Imposto Profissional são revogados, por se tratar de matéria agora regulada no Código Fiscal.

70.14. O artigo 41.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a referir-se aos cadastros individuais dos contribuintes (agora são os “verbetes individuais dos contribuintes”), sendo agora referido apenas o modelo M/12 para o efeito.

70.15. O n.º 1 do artigo 42.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a referir-se à Recebedoria da Direcção dos Serviços de Finanças e que se deva acompanhar uma relação com os conhecimentos de cobrança emitidos ou outros documentos similares elaborados por meios electrónicos.

70.16. O n.º 1 do artigo 45.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que a Direcção dos Serviços de Finanças notifica o contribuinte nos termos do artigo 82.º do Código Fiscal para no prazo de 30 dias proceder ao pagamento.

70.17. O n.º 1 do artigo 46.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que a entidade competente seja a Direcção dos Serviços de Finanças e que o aviso de cobrança voluntária possa ser enviado por correio simples ou por via electrónica.

O n.º 2 do artigo 46.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que será a Direcção dos Serviços de Finanças a anunciar o prazo de pagamento do imposto liquidado nos períodos normais nos termos do previsto no artigo 77.º do Código Fiscal.

70.18. O artigo 52.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que a Direcção dos Serviços de Finanças possa solicitar aos contribuintes os



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

esclarecimentos necessários no prazo do artigo 104.º do Código Fiscal.

70.19. O n.º 3 do artigo 62.º do Regulamento do Imposto Profissional deixa de se referir ao n.º 5 do artigo 34.º do Regulamento do Imposto Profissional que é revogado pela Proposta de Lei.

70.20. O n.º 1 do artigo 67.º do Regulamento do Imposto Profissional introduz um novo conceito de reincidência.

O n.º 2 do artigo 67.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que, em caso de reincidência, o limite mínimo da multa seja elevado em um quarto e o limite máximo se mantenha inalterado.

70.21. O n.º 3 do artigo 69.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que o despacho sancionatório seja notificado no prazo de 15 dias.

70.22. O n.º 2 do artigo 70.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que o pagamento da multa não dispensa o pagamento da colecta e dos encargos legais.

70.23. O n.º 1 do artigo 73.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que as multas sejam liquidadas através do guia “modelo B” e que reverterem a favor da RAEM.

70.24. O n.º 2 do artigo 73.º do Regulamento do Imposto Profissional é revogado.

70.25. O n.º 1 do artigo 79.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a prever que o contribuinte possa reclamar da fixação da matéria colectável para a Comissão de Revisão. Deixa de se prever que a RAEM, e não apenas o contribuinte, possa também reclamar da fixação da matéria colectável.

70.26. Os n.ºs 3 a 9 do artigo 79.º do Regulamento do Imposto Profissional são revogados.

70.27. O n.º 1 do artigo 90.º do Regulamento do Imposto Profissional passa a referir-se aos “encargos legais” (agora são referidos os “juros”).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 7.º - Alteração de designação e epígrafes do Regulamento do Imposto Profissional

71. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.
72. O n.º 1 deste artigo altera a designação em língua chinesa do Regulamento do Imposto Profissional para «職業稅規章».
73. O n.º 2 deste artigo altera a epígrafe do artigo 40.º do Regulamento do Imposto Profissional, para se referir à “omissão ao lançamento”.
74. O n.º 3 deste artigo altera a epígrafe do Capítulo VIII do Regulamento do Imposto Profissional, para se referir à “garantia dos contribuintes”.
75. O n.º 4 deste artigo altera a versão chinesa da epígrafe do artigo 4.º do Regulamento do Imposto Profissional para «不屬計稅依據».
76. O n.º 5 deste artigo altera a versão chinesa da epígrafe do Capítulo II do Regulamento do Imposto Profissional para «計稅依據的確定».
77. O n.º 6 deste artigo altera a versão chinesa da epígrafe do Capítulo IX do Regulamento do Imposto Profissional para «最後規定».

Artigo 8.º - Alteração ao Regulamento da Contribuição Predial

78. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.
79. Este artigo altera os artigos 11.º, 24.º, 27.º a 29.º, 31.º, 33.º, 35.º a 37.º, 40.º, 46.º a 51.º, 56.º, 71.º, 75.º, 83.º, 95.º, 97.º, 106.º, 108.º, 109.º, 112.º, 127.º e 128.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana, aprovado pela Lei n.º 19/78/M, de 12 de Agosto.
80. Passamos agora a assinalar sumariamente as alterações introduzidas ao Regulamento da Contribuição Predial Urbana:
- 80.1. O n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que a entidade competente para reconhecer uma isenção seja o director da Direcção dos Serviços de Finanças.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

O n.º 5 do artigo 11.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que o despacho seja notificado nos termos do artigo 82.º do Código Fiscal e que do mesmo se possa reclamar ou interpor recurso hierárquico necessário.

80.2. O n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que a fixação da matéria colectável (agora a disposição refere o “rendimento colectável”) seja da competência do director da Direcção dos Serviços de Finanças.

O n.º 2 do artigo 24.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a referir-se ao último dia do mês de Fevereiro (agora a disposição refere o dia 28 de Fevereiro).

O n.º 3 do artigo 24.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que, caso a matéria colectável (agora a disposição refere o “rendimento colectável”) não seja apurada no prazo do n.º 2 do artigo 24.º deste Regulamento, se notifique o contribuinte, no prazo de 5 dias a contar da sua fixação, nos termos do disposto no artigo 82.º do Código Fiscal.

80.3. O n.º 4 do artigo 27.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que seja da competência do director da Direcção dos Serviços de Finanças a determinação das datas das actualizações periódicas.

80.4. O artigo 28.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que a iniciativa para a avaliação dos prédios urbanos seja do chefe da Repartição de Finanças de Macau ou dos contribuintes.

80.5. O n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que o director da Direcção dos Serviços de Finanças tenha competência para autorizar as propostas de avaliações apresentadas pelo chefe da Repartição de Finanças de Macau e pelos contribuintes. O n.º 2 deste artigo 29.º é revogado.

80.6. O n.º 1 do artigo 31.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a referir-se ao chefe da Repartição de Finanças de Macau.

80.7. O n.º 1 do artigo 33.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a referir-se ao chefe da Repartição de Finanças de Macau.

O n.º 3 do artigo 33.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

referir-se à Repartição de Finanças de Macau.

80.8. O n.º 1 do artigo 35.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana deixa de se referir a uma repartição das avaliações em cada “concelho de Macau”. As avaliações continuam a ser efectuadas pela Comissão Permanente de Avaliação de prédios.

O n.º 2 do artigo 35.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana deixa de se referir ao “concelho de Macau”. A disposição continua a prever que possam ser constituídas várias comissões de avaliação, quando tal seja conveniente para a melhor celeridade dos trabalhos.

80.9. O n.º 2 do artigo 36.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que dois dos três membros efectivos das comissões de avaliações, e seus suplentes, sejam escolhidos pelo director da Direcção dos Serviços de Finanças e que o outro membro efectivo destas comissões seja escolhido pelo presidente do Conselho de Administração para os Assuntos Municipais do Instituto para os Assuntos Municipais.

O n.º 4 do artigo 36.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que o secretário de cada uma das comissões será um trabalhador da Direcção dos Serviços de Finanças indicado pelo director da Direcção dos Serviços de Finanças.

80.10. O n.º 3 do artigo 37.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a referir-se à Repartição de Finanças de Macau.

80.11. O n.º 1 do artigo 40.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a referir-se ao chefe da Repartição de Finanças de Macau.

80.12. O artigo 46.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que a movimentação dos processos de avaliação entre a Repartição de Finanças de Macau e as comissões de avaliação seja registada por qualquer forma que seja conveniente, nomeadamente por meios electrónicos.

80.13. O n.º 1 do artigo 47.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a referir que os contribuintes que possam reclamar das avaliações devam ser notificados do resultado das avaliações.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

80.14. O n.º 2 do artigo 47.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que a notificação seja feita nos termos do disposto no artigo 82.º do Código Fiscal no prazo de 8 dias.

80.15. O n.º 1 do artigo 48.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que o contribuinte que não se conformar com o resultado da avaliação possa apresentar uma reclamação para a comissão de revisão. Actualmente o contribuinte pode requerer uma segunda avaliação. Esta alteração é das mais relevantes introduzida pela Proposta de Lei nas leis fiscais vigentes.

Esta reclamação deve ser apresentada, mediante o modelo M/6, no prazo de 15 dias a contar da notificação. A reclamação do contribuinte deve ser devidamente fundamentada e identificar a pessoa que o sujeito passivo indica (o seu “louvado”) para integrar a comissão de revisão (cf. artigo 49.º, n.º 1, alínea b) do Regulamento da Contribuição Predial Urbana na versão da Proposta de Lei).

O n.º 2 do artigo 48.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que o chefe da Repartição de Finanças de Macau possa também apresentar uma reclamação para a comissão de revisão, mediante o modelo M/6, no prazo de 15 dias a contar da deliberação do resultado da avaliação.

80.16. O novo n.º 3 do artigo 48.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana prevê que da deliberação da comissão de revisão, que decida de reclamação interposta nos termos deste artigo, cabe recurso contencioso imediato.

80.17. O n.º 1 do artigo 49.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que a nova comissão de revisão seja composta por três membros: (1) um trabalhador da área fiscal designado pelo director da Direcção dos Serviços de Finanças, que será o presidente da comissão de revisão; (2) um membro escolhido pelo sujeito passivo (no caso da reclamação prevista no n.º 1 do artigo 48.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana na versão da Proposta de Lei); e (3) um membro escolhido pelo presidente do Conselho de Administração para os Assuntos Municipais do Instituto para os Assuntos Municipais.

O n.º 2 do artigo 49.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que a comissão de revisão seja acompanhada por um secretário, sem direito de voto, que será um trabalhador da Direcção dos Serviços de Finanças indicado



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1
3
h

pelo director da Direcção dos Serviços de Finanças.

O novo n.º 3 do artigo 49.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana corresponde, com pequenos ajustamentos, ao actual n.º 2 do artigo 49.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana.

13
28
28

O novo n.º 4 do artigo 49.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana prevê que as deliberações da comissão de revisão são tomadas por maioria simples de votos e que, em caso de empate, o presidente da comissão tenha voto de qualidade.

O novo n.º 5 do artigo 49.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana prevê que, sempre que necessário, para efeitos da apreciação da reclamação, as comissões de revisão possam proceder a uma vistoria ao prédio.

✓

O novo n.º 6 do artigo 49.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana prevê que as comissões de revisão devam decidir as reclamações no prazo máximo de 90 dias depois de serem apresentadas.

✓
4.

O novo n.º 7 do artigo 49.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana prevê que possam ser constituídas várias comissões de avaliação, quando tal seja conveniente para a melhor celeridade dos trabalhos.

2

80.18. O artigo 50.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que as disposições relativas à avaliação se aplicam, com as necessárias adaptações, à revisão da avaliação pelas comissões de revisão decorrente da reclamação do resultado da avaliação.

80.19. O n.º 1 do artigo 51.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que os membros das comissões de avaliação e das comissões de revisão, bem como o secretário, têm direito a uma remuneração a ser fixada anualmente pelo Chefe do Executivo, sob proposta do director da Direcção dos Serviços de Finanças. Por opção do proponente, esta norma opta por exceptonar o direito à remuneração para o membro da comissão de revisão indicado pelo sujeito passivo, afastando para este caso o direito à remuneração. Espera-se que esta excepção não implique dificuldades práticas em encontrar pessoas idóneas e tecnicamente competentes para integrar as comissões de revisão e que sejam indicadas pelos contribuintes.

1
2



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 51.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana são revogados, dado que o seu teor passa, em grande parte, a constar do n.º 1 deste artigo na redacção introduzida pela Proposta de Lei.

80.20. O n.º 2 do artigo 56.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que, quando a Direcção dos Serviços de Finanças não disponha de elementos que permitam identificar o domicílio fiscal dos contribuintes, se considera o local do prédio como sendo o seu domicílio fiscal. Esta regra pode ter alguma importância prática, gerando um domicílio fiscal para os casos onde este não seja conhecido, ainda que por vezes tal possa não ser um domicílio onde realmente se encontre o contribuinte. Esta norma é alvo de uma remissão pelo artigo 27.º-D, n.º 2 do Regulamento do Imposto do Selo.

O novo n.º 3 do artigo 56.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana corresponde ao actual n.º 2 deste artigo.

80.21. O n.º 1 do artigo 71.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que as matrizes serão postas a reclamação dos contribuintes no mês de Março de cada ano, sendo publicados editais e avisos nos termos do previsto no artigo 77.º do Código Fiscal.

O n.º 2 do artigo 71.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que, quando se verifique uma alteração da matéria colectável (a disposição actual refere-se ao “rendimento colectável”) que não resulte de declaração do contribuinte, se notifique o contribuinte, nos termos do disposto no artigo 82.º do Código Fiscal, no prazo de 5 dias a contar da fixação da matéria colectável.

80.22. O n.º 2 do artigo 75.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que a actualização dos elementos constantes da matriz seja da competência do director da Direcção dos Serviços de Finanças.

80.23. O artigo 83.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que a contribuição predial urbana seja liquidada anualmente pela Direcção dos Serviços de Finanças, sobre os rendimentos produzidos pelos prédios urbanos sujeitos a inscrição matricial. A contribuição predial incide sobre os rendimentos dos prédios urbanos situados na RAEM (cf. artigo 2.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana). Na nova redacção do artigo 83.º do Regulamento da Contribuição Predial



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Urbana, que é uma norma de competência para liquidação do imposto e não uma norma de incidência, é pressuposto que os prédios urbanos estão todos inscritos matricialmente.

80.24. O n.º 1 do artigo 95.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que os avisos de cobrança de modelo M/8 sejam remetidos por correio simples ou por via electrónica, no prazo de 15 dias antes da abertura do cofre.

O n.º 2 do artigo 95.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que o prazo de pagamento da contribuição predial urbana liquidada nos períodos normais seja anunciado pela Direcção dos Serviços de Finanças, antes do início da cobrança, mediante a publicação de editais e avisos, nos termos do previsto no artigo 77.º do Código Fiscal.

80.25. O n.º 1 do artigo 97.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que nos casos em que a contribuição predial seja liquidada fora dos prazos normais, o contribuinte seja notificado, nos termos do disposto no artigo 82.º do Código Fiscal, para pagar o imposto no prazo de 30 dias.

O n.º 2 do artigo 97.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana é revogado por ser considerado desnecessário.

80.26. O n.º 1 do artigo 106.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever um novo regime para a reincidência.

O n.º 2 do artigo 106.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que, em caso de reincidência, o limite mínimo da multa seja elevado em um quarto e o limite máximo se mantenha inalterado.

O n.º 3 do artigo 108.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que o despacho sancionatório seja notificado ao infractor no prazo de 15 dias.

80.27. O n.º 2 do artigo 109.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a referir-se aos “encargos legais” (agora ainda se refere “selos e juros”).

80.28. O n.º 1 do artigo 112.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a prever que as multas sejam liquidadas por meio da guia “modelo B” e que os



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1
12

montantes cobrados revertem a favor da RAEM.

80.29. O n.º 2 do artigo 112.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana é revogado, por se considerar como sendo desnecessário.

13
14
15

80.30. O n.º 1 do artigo 127.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a referir-se aos “encargos legais” (agora ainda se refere “juros” e “custas”) e actualiza-se a referência à Região Administrativa Especial de Macau.

80.31. O n.º 2 do artigo 127.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a referir-se aos “encargos legais” (agora ainda se refere “juros” e “custas”).

80.32. O n.º 2 do artigo 128.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana passa a referir-se aos “encargos legais” (agora ainda se refere aos “juros de mora”). A norma opta por manter a referência actual aos “selos”.

16

Artigo 9.º - Alteração de designações e epígrafes da Lei n.º 19/78/M, de 12 de Agosto, e do Regulamento da Contribuição Predial Urbana

81. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

17
18
19

82. A alínea 1) do n.º 1 deste artigo altera a designação em língua chinesa da Lei n.º 19/78/M, de 12 de Agosto, para «市區房屋稅».

83. A alínea 2) do n.º 1 deste artigo altera a versão chinesa da epígrafe do artigo 1.º da Lei n.º 19/78/M, de 12 de Agosto, para «市區房屋稅».

84. A alínea 1) do n.º 2 deste artigo altera a designação em língua chinesa do Regulamento da Contribuição Predial Urbana para «市區房屋稅規章».

85. A alínea 2) do n.º 2 deste artigo altera a epígrafe do artigo 91.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana, para “omissão ao lançamento”.

20
21

86. A alínea 3) do n.º 2 deste artigo altera a epígrafe do artigo 103.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana, para “falta de esclarecimentos”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 10.º - Alteração ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos

87. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações na versão chinesa.

88. O n.º 1 deste artigo altera os artigos 1.º-A, 2.º, 10.º, 13.º, 17.º, 19.º, 20.º, 35.º, 37.º, 39.º, 40.º, 42.º a 46.º, 48.º, 49.º, 56.º, 58.º, 60.º, 61.º, 65.º a 67.º, 69.º, 70.º, 73.º e 80.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, aprovado pela Lei n.º 21/78/M, de 9 de Setembro.

89. Passamos agora a assinalar sumariamente as alterações introduzidas ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos:

89.1. A nova alínea 12) do artigo 1.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa introduzir uma definição legal, formulada para efeitos do Imposto Complementar de Rendimentos, de “Rendimentos de mais-valias”.

Esta definição legal procura esclarecer que, para este efeito, se incluem os rendimentos gerados pela transmissão de bens, tanto móveis como imóveis, bem como de participações de capital e de activos intangíveis, como os direitos de propriedade intelectual e outros de natureza similar. Este novo conceito de rendimentos de mais-valias tem em vista concretizar a opção legislativa tomada no novo n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, que passa a tributar nomeadamente os rendimentos de mais-valias obtidos ou gerados no exterior.

89.2. O novo n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos corresponde ao actual teor deste mesmo artigo 2.º.

Para a generalidade dos contribuintes a opção de incidência deste imposto não sofre alterações materiais, sendo tributados os rendimentos comerciais ou industriais auferidos na RAEM (cf. artigos 2.º e 3.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos). Este continua a ser o regime regra para efeitos de incidência assumido pelo Imposto Complementar de Rendimentos, de acordo com o princípio da territorialidade em matéria fiscal (cf. artigo 14.º do Código Fiscal). A presente iniciativa legislativa não pretende alargar a tributação para os rendimentos obtidos ou gerados fora da RAEM, excepto para efeitos do previsto no



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

novo n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, aditado pela Proposta de Lei.

89.3. O novo n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos aditado pela Proposta de Lei passa a prever que o imposto complementar incide igualmente sobre os rendimentos de dividendos, juros, *royalties* e mais-valias obtidos ou gerados fora da RAEM pelas entidades referidas na alínea 4) do artigo 1.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, que sejam residentes fiscais na RAEM.

Este novo n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos alarga o actual âmbito de incidência do Imposto Complementar de Rendimentos, prevendo que certos rendimentos comerciais ou industriais com fonte ou origem no exterior da RAEM passem a ser tributados quando sejam recebidos por um grupo especial de contribuintes. Deve ser ainda referido sobre os rendimentos e contribuintes visados:

1. Rendimentos tributados - esta opção legislativa no sentido da tributação de rendimentos obtidos ou gerados no exterior visa apenas os rendimentos de: (1) dividendos; (2) juros; (3) *royalties*; e (4) mais-valias. Outros rendimentos comerciais ou industriais não são abrangidos pelo n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, não sendo tributados nos termos da Proposta de Lei.

O proponente informou que faz uso destes quatro tipos de rendimentos tendo em vista o regime de tributação que sobre os mesmos se aplica, no campo do direito internacional fiscal e das convenções em matéria fiscal, onde estes rendimentos são bem conhecidos e estão desenvolvidos.

Existe já uma referência aos «juros» e aos «dividendos» para efeitos da determinação do lucro tributável na alínea d), do n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, sendo considerados como rendimentos resultantes de uma operação de natureza financeira. Este regime não é alterado pela Proposta de Lei em apreciação.

A referência aos «royalties» é inovadora para o sistema fiscal e surge acompanhada de uma alteração à alínea f), do n.º 1 do artigo 20.º do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten mark: 12

Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos pela Proposta de Lei, que se passa a referir aos *royalties* para efeitos dos proveitos ou ganhos do exercício para determinação do lucro tributável.

Handwritten mark: 13

A referência às «mais-valias» é em alguma medida também inovadora e não encontra actualmente acolhimento legal expresso no Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, tendo por isso sido alvo da introdução de uma nova definição legal na alínea 12) do artigo 1.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos.

Handwritten mark: 14

2. Contribuintes visados - a nova regra de incidência do imposto visa apenas um certo grupo de contribuintes: as pessoas colectivas que sejam consideradas como sendo uma das «entidades constituintes», nos termos definidos na alínea 4) do artigo 1.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, que sejam residentes fiscais na RAEM.

Handwritten mark: 15

A nova opção de tributação de rendimentos contida no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos não visa abranger: (1) as pessoas singulares; (2) as pessoas colectivas que não sejam uma «entidade constituinte», para efeitos da alínea 4) do artigo 1.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos; e (3) as pessoas que não sejam residentes fiscais na RAEM.

Handwritten mark: 16

Handwritten mark: 17

Handwritten mark: 18

Merece ser sublinhado que o novo regime tributação de rendimentos de dividendos, juros, *royalties* e mais-valias obtidos ou gerados fora da RAEM contido no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos não se vai aplicar à generalidade dos contribuintes do Imposto Complementar de Rendimentos. Em particular, a regra especial de incidência prevista no novo n.º 2 ao artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos não se aplica às pessoas singulares que recebam na RAEM rendimentos do exterior. Estes contribuintes locais continuam a não estar sujeitos a Imposto Complementar de Rendimentos para efeitos a tributação dos rendimentos obtidos fora da RAEM.

Handwritten mark: 19

Para os contribuintes que passam a estar sujeitos ao novo regime de incidência previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, e para minorar o impacto fiscal desta opção legislativa, é



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

concedido um crédito de imposto pago no exterior para efeitos de Imposto Complementar de Rendimentos, nos termos previstos no novo artigo 51.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos.

- 89.4.** As alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passam a prever que as declarações anuais dos contribuintes do grupo B sejam apresentadas nos meses de Janeiro a Março (actualmente é entre Fevereiro e Março) e do grupo A nos meses de Abril a Julho (actualmente é entre Abril a Junho).

O n.º 5 do artigo 10.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos é revogada, dado que se regula uma situação relativa à alínea g), do n.º 1, do artigo 9.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos que é também revogada pela Proposta de Lei.

- 89.5.** A subalínea iii), da alínea g), do n.º 1, do artigo 13.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se à matéria colectável (a disposição actual refere-se ao “lucro tributável”).

A nova alínea h), do n.º 1, do artigo 13.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos refere-se inovadoramente ao “quadro-resumo das transacções controladas” que sejam efectuadas entre as partes relacionadas fora da RAEM. A Proposta de Lei não concretiza no que consiste este quadro-resumo, sendo se trata de matéria que terá de ser alvo de posterior regulamentação complementar de cariz técnico, tendo em vista a nova regulação para os preços de transferência, introduzida nos novos artigos 43.º-A a 43.º-I do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos pela Proposta de Lei.

- 89.6.** O artigo 17.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir como entidade competente a Direcção dos Serviços de Finanças, para solicitar aos contribuintes para prestarem os esclarecimentos que sejam necessários no prazo previsto no artigo 104.º do Código Fiscal.

- 89.7.** O n.º 1 do artigo 19.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se à matéria colectável (a disposição actualmente refere o “lucro tributável”) e elimina a menção actual nesta disposição a que seriam considerados os proveitos ou ganhos “seja qual for a respectiva proveniência”. Esta



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

referência podia ser entendida como apontando no sentido da possível tributação de proveitos ou ganhos obtidos fora da RAEM (isto é, de proveitos ou ganhos com proveniência no exterior da RAEM). Na opção da Proposta de Lei as regras de incidência espacial do Imposto Complementar de Rendimentos surgem configurados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos. A tributação de rendimentos obtidos ou gerados fora da RAEM está prevista no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos. A regra geral no Código Fiscal passa pela tributação apenas dos factos fiscais que ocorram na RAEM, de acordo com o princípio da territorialidade, ainda que possa haver certas excepções (cf. artigo 14.º do Código Fiscal).

- 89.8. A alínea f) do n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se aos rendimentos da propriedade industrial, rendimentos de *royalties* ou outros rendimentos da mesma natureza, para efeitos de apuramento dos proveitos ou ganhos do exercício que servem de base à determinação do lucro tributável. A norma em vigor refere-se aos “rendimentos da propriedade industrial ou outros análogos”. O conceito de propriedade industrial é desenvolvido pelo Regime Jurídico da Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 97/99/M, de 13 de Dezembro.

O conceito de *royalties* não é actualmente utilizado na legislação interna de Macau, mas surge nos acordos internacionais e inter-regionais para eliminar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento celebrados pela RAEM. A opção legislativa pretende, portanto, para este efeito, fazer uso do conceito de *royalties* conforme este é utilizado nas convenções fiscais internacionais e inter-regionais sobre o rendimento e o património, sendo um conceito que surge no artigo 12.º da Convenção Modelo sobre o rendimento e o património da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

- 89.9. O n.º 2 do artigo 35.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir o director da Direcção dos Serviços de Finanças como entidade competente para autorizar a dedução dos lucros reinvestidos.

- 89.10. O n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir na composição da comissão de fixação a dois



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

trabalhadores da Direcção dos Serviços de Finanças (a norma actual refere-se à Repartição de Contribuições e Impostos) e a um contabilista habilitado ou a exercer a profissão (a norma actual refere-se a um técnico de contas). O secretário da comissão de fixação é também referido como sendo um trabalhador da Direcção dos Serviços de Finanças.

89.11. O n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos deixa de se referir às datas para a fixação do rendimento dos contribuintes dos grupos A e B e aos casos de fixação de rendimentos dos contribuintes que tenham usado do prazo previsto na alínea c), n.º 1, do artigo 10.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos (que foi revogada pela alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 4/90/M, de 4 de Junho).

89.12. O n.º 2 do artigo 39.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se a um “trabalhador” (a norma actual refere-se ainda a um “funcionário”).

89.13. O n.º 1 do artigo 40.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir o director da Direcção dos Serviços de Finanças como entidade competente para a realização de exames à escrita.

O n.º 2 do artigo 40.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos é revogado por desnecessário, atendendo à nova redacção introduzida pela Proposta de Lei ao n.º 1 deste mesmo artigo.

O n.º 3 do artigo 40.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir o director da Direcção dos Serviços de Finanças como entidade competente para a escolha dos peritos com reconhecida idoneidade que sejam necessários para a realização de exames à escrita.

89.14. O n.º 4 do artigo 40.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se aos contabilistas habilitados ou a exercer a profissão (a norma actual refere-se ainda aos técnicos de contas).

89.15. As alíneas a) e b) do artigo 42.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passam ambas a ter 15 de Julho como prazo limite para a fixação da matéria colectável.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

A alínea c) do artigo 42.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos é revogada pela Proposta de Lei, dado que se refere ainda à alínea c), do n.º 1, do artigo 10.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, revogada pela Lei n.º 4/90/M, de 4 de Junho.

89.16. O n.º 1 do artigo 43.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos é revogado pela Proposta de Lei, uma vez que se considera desnecessário dada a nova redacção dada aos artigos 43.º e 44.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimento pela Proposta de Lei.

O n.º 2 do artigo 43.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever que a Direcção dos Serviços de Finanças anuncia, nos termos do previsto no artigo 77.º do Código Fiscal, que a matéria colectável dos contribuintes, referida no artigo 42.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimento, se encontra fixada.

O n.º 3 do artigo 43.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever que a fixação da matéria colectável será notificada ao contribuinte, nos termos do disposto no artigo 82.º do Código Fiscal, através do modelo M/5. A informação relativa a esta matéria colectável pode ser consultada pelo contribuinte na Direcção dos Serviços de Finanças no prazo de 15 dias.

O n.º 4 do artigo 43.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever que os contribuintes tenham 15 dias (agora o prazo é de 20 dias) para consultar as informações relativas à fixação da matéria colectável. Este prazo conta-se a partir da notificação do modelo M/5.

O n.º 5 do artigo 43.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos é revogado pela Proposta de Lei, dado que este se considera desnecessário tendo em conta a nova redacção dos artigos 43.º e 44.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimento na Proposta de Lei.

89.17. O n.º 1 do artigo 44.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos é revogado pela Proposta de Lei, dado que este se considera desnecessário tendo em conta a nova redacção do n.º 2 deste mesmo artigo.

O n.º 2 do artigo 44.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever que os contribuintes possam reclamar no prazo de 15 dias da fixação



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

da matéria colectável para a comissão de revisão. Este prazo é contado a partir da data da notificação do modelo M/5.

Os n.ºs 3 e 4 do artigo 44.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos são revogados pela Proposta de Lei, dado que estes se consideram desnecessários tendo em conta o regime do recurso administrativo previsto no artigo 153.º do Código Fiscal.

89.18. O n.º 1 do artigo 45.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se para efeitos da composição da comissão de revisão a um dos membros da comissão de fixação que presta serviço na Direcção dos Serviços de Finanças (a disposição actual refere-se à Repartição de Contribuições e Impostos) (cf. artigo 37.º, n.º 1 do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos) e a um contabilista (a disposição actual refere-se a um técnico de contas). O secretário da comissão de revisão será também um trabalhador da Direcção dos Serviços de Finanças.

O n.º 2 do artigo 45.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos deixa de se referir às datas de funcionamento da comissão de revisão (a norma actual refere como datas de funcionamento normal da comissão de revisão o período entre 1 de Junho a 15 de Setembro).

89.19. O n.º 1 do artigo 46.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se a um prazo de 90 dias para a apreciação das reclamações pela comissão de revisão (o prazo actual é de 30 dias).

89.20. O artigo 48.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se ao trabalhador que serve de secretário (agora a disposição ainda se refere ao “funcionário”).

89.21. O artigo 49.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se a que a competência para o lançamento, liquidação e cobrança do imposto complementar de rendimentos pertence à Direcção dos Serviços de Finanças (a norma actual refere o Departamento de Contribuições e Impostos).

89.22. O n.º 1 do artigo 56.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se à entrega dos conhecimentos de cobrança modelo M/6 para os contribuintes referidos no artigo 42.º do Regulamento do Imposto



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Complementar de Rendimentos, que devem ser entregues na Recebedoria da Direcção dos Serviços de Finanças até ao dia 20 de Agosto, com os necessários documentos de suporte (a norma actual refere-se ainda à relação modelo n.º 43 do Regulamento de Fazenda).

O n.º 2 do artigo 56.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos é revogado, dado que se ainda se refere à alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos que foi revogada pela Lei n.º 4/90/M, de 4 de Junho.

89.23. O n.º 1 do artigo 58.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir que a Direcção dos Serviços de Finanças deve notificar os contribuintes referidos no artigo 42.º deste mesmo Regulamento até ao dia 25 de Agosto, por correio simples ou por via electrónica, do aviso de cobrança modelo M/6 (actualmente é o modelo M/7).

O n.º 2 do artigo 58.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos é revogado por ser considerado desnecessário.

O n.º 3 do artigo 58.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir que, no caso previsto no n.º 4 do artigo 43.º deste mesmo Regulamento, a Direcção dos Serviços de Finanças deva notificar os contribuintes do aviso de cobrança voluntária modelo M/7 e da guia de pagamento, para que paguem o imposto no prazo de 30 dias, decorrido o qual se lhes aplicará o disposto nos artigos 45.º, 46.º e 129.º do Código Fiscal.

O n.º 4 do artigo 58.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir que a Direcção dos Serviços de Finanças antes do início da cobrança anuncia os prazos para pagamento, mediante a publicação de editais e avisos, nos termos do artigo 77.º do Código Fiscal.

89.24. O n.º 1 do artigo 60.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever que o contribuinte seja notificado nos termos do artigo 82.º do Código Fiscal para, no prazo de 30 dias, pagar o imposto.

89.25. O artigo 61.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever um prazo de 30 dias para a cobrança do imposto.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

89.26. O n.º 3 do artigo 65.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se aos trabalhadores competentes (agora a disposição ainda se refere aos “funcionários”).

89.27. O n.º 2 do artigo 66.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever uma multa entre 10 mil a 100 mil patacas para sancionar o não cumprimento das obrigações previstas nos novos artigos 43.º-D e 43.º-G deste mesmo Regulamento.

O n.º 3 do artigo 66.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever um agravamento do valor das multas para o caso das infracções previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 66.º deste mesmo Regulamento serem cometidas dolosamente.

O n.º 4 do artigo 66.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a conter o actual n.º 3 do artigo 66.º deste mesmo Regulamento.

89.28. O n.º 1 do artigo 67.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever um novo conceito de reincidência.

O n.º 2 do artigo 67.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever que em caso de reincidência, o limite mínimo da multa seja elevado em um quarto e o limite máximo permaneça inalterado.

89.29. O n.º 3 do artigo 69.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever que o despacho sancionatório seja notificado ao infractor no prazo de 15 dias.

89.30. O n.º 2 do artigo 70.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se aos “encargos legais” (agora a disposição ainda se refere aos “selos e juros”).

89.31. O n.º 1 do artigo 73.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a referir-se ao guia modelo B (actualmente é ainda o modelo M/B) e que as receitas das multas revertem para a RAEM.

89.32. O n.º 2 do artigo 73.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos que se refere ainda aos “autos de transgressão” é revogado.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

89.33. O n.º 1 do artigo 80.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos passa a prever que da fixação da matéria colectável haja somente reclamação para a Comissão de Revisão.

90. O n.º 2 do artigo 10.º da Proposta de Lei altera a versão chinesa do n.º 1 do artigo 28.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos.

Artigo 11.º - Aditamento ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos

91. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

92. O artigo 11.º da Proposta de Lei aditada os artigos 43.º-A, 43.º-B, 43.º-C, 43.º-D, 43.º-E, 43.º-F, 43.º-G, 43.º-H, 43.º-I e 51.º-A ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, aprovado pela Lei n.º 21/78/M, de 9 de Setembro.

93. Passamos agora a assinalar sumariamente os aditamentos introduzidos ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos:

93.1. O artigo 43.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos introduz um novo conceito de “preços de transferência”, que são os preços praticados nas transacções comerciais ou financeiras entre sujeitos passivos da RAEM e as suas partes relacionadas noutras jurisdições fiscais (n.º 1 deste artigo). Este artigo exige que o sujeito passivo efectue as transacções com as suas partes relacionadas de acordo com o princípio da plena concorrência (n.º 2 deste artigo). Este artigo 43.º-A faz uso também de um novo conceito de “princípio da plena concorrência”, que implica que nas transacções entre o sujeito passivo e as suas partes relacionadas se pratiquem termos e condições equivalentes aos normalmente praticados no mercado (n.º 3 deste artigo).

93.2. O artigo 43.º-B do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos introduz um novo conceito de “partes relacionadas”, tendo em vista situações em que um sujeito passivo da RAEM e uma outra entidade mantenham uma relação onde há uma participação relevante na respectiva gestão que permita estabelecer nas suas transacções termos e condições diferentes dos normalmente praticados no mercado. Para o efeito, o artigo 43.º-B introduz, nas suas alíneas a) a c), várias



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

situações onde se considera haver uma influência significativa nas respectivas decisões de gestão.

- 93.3.** O artigo 43.º-C do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos prevê que, quando não for observado o princípio da plena concorrência, a Direcção dos Serviços de Finanças possa proceder à avaliação indirecta e aos ajustamentos da matéria colectável do sujeito passivo (cf. n.º 1 deste artigo). A Direcção dos Serviços de Finanças pode também proceder a ajustamentos da matéria colectável do sujeito passivo quando tal tenha ocorrido noutra jurisdição fiscal, nos termos previstos em acordos em matéria fiscal celebrados entre a RAEM e essas jurisdições fiscais (cf. n.º 2 deste artigo).
- 93.4.** O artigo 43.º-D do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos refere-se ao regime para a preparação e conservação da documentação relativa aos preços de transferência. A opção legislativa passa por exigir que a documentação relevante seja mantida durante pelo menos 7 anos.
- 93.5.** O artigo 43.º-E do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos refere-se aos métodos dos preços de transferência que podem ser adoptados pela Direcção dos Serviços de Finanças para proceder à avaliação e ajustamento da matéria colectável do sujeito passivo. A orientação geral é a de fazer uso de métodos que observem o princípio da plena concorrência.
- 93.6.** O artigo 43.º-F do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos regula o acordo prévio sobre preços de transferência. Este artigo permite que o sujeito passivo e as partes com as quais tenha relações especiais (as “partes relacionadas” – cf. artigo 43.º-B deste mesmo Regulamento) possam celebrar um acordo prévio com a Direcção dos Serviços de Finanças para a fixação prévia dos métodos a utilizar na determinação de preços de transferência. Deste acordo prévio sobre preços de transferência deve constar a forma de fixação de preços e a forma de cálculo das transacções efectuadas entre o sujeito passivo e as partes relacionadas num determinado período temporal, que devem estar sempre em conformidade com o princípio da plena concorrência (cf. n.º 1 deste artigo). Para permitir a apreciação do pedido de acordo prévio sobre preços de transferência, o sujeito passivo terá que disponibilizar um conjunto de elementos financeiros, indicando também o período temporal visado pelo acordo prévio, as partes relacionadas e as transacções controladas abrangidas e os métodos dos preços de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

transferência e as formas de cálculo que pretende que se adoptem no acordo prévio sobre preços de transferência (cf. n.º 2 deste artigo). A decisão sobre a aceitação do pedido de acordo prévio sobre preços de transferência compete ao director da Direcção dos Serviços de Finanças, que celebra, altera e resolve o acordo prévio sobre preços de transferência (cf. n.º 4 deste artigo). Uma vez celebrado o acordo prévio, a Direcção dos Serviços de Finanças passa a determinar, por meio de avaliação directa, a matéria colectável relativa aos preços de transferência das transacções abrangidas pelo acordo (cf. n.º 5 deste artigo). O acordo prévio sobre preços de transferência é considerado confidencial, sem prejuízo do previsto em acordos em matéria fiscal que vigorem na RAEM (cf. n.º 6 deste artigo). Caso o sujeito passivo não cumpra os termos previstos no acordo prévio sobre preços de transferência, deve fornecer na sua declaração fiscal os preços que normalmente pratica com partes não relacionadas. Caso tal não aconteça, a Direcção dos Serviços de Finanças recorre a métodos de avaliação indirecta para efectuar os correspondentes ajustamentos à matéria colectável (cf. n.º 7 deste artigo).

93.7. O artigo 43.º-G do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos regula a apresentação e conservação de informações relativas ao acordo prévio sobre preços de transferência. O sujeito passivo deve anualmente apresentar à Direcção dos Serviços de Finanças um relatório anual sobre a execução do acordo prévio sobre preços de transferência (cf. n.º 1 deste artigo). O sujeito passivo deve conservar todos os registos e informações relacionados com o acordo prévio sobre preços de transferência pelo prazo de 7 anos, a contar da data do termo do acordo (cf. n.º 2 deste artigo).

93.8. O artigo 43.º-H do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos regula a duração do acordo prévio sobre preços de transferência. Cada acordo prévio não pode ter uma duração superior a 5 anos (cf. n.º 1 deste artigo). O acordo prévio sobre preços de transferência pode abranger os 2 anos de tributação anteriores à data da celebração do acordo (cf. n.º 2 deste artigo), a pedido do sujeito passivo (cf. n.º 3 deste artigo). Para esse efeito, a Direcção dos Serviços de Finanças deverá ajustar e fiscalizar a matéria colectável dos anos de tributação findos relativa às transacções controladas, em conformidade com os termos do acordo prévio sobre preços de transferência celebrado com o sujeito passivo (cf. n.º 4 deste artigo).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

93.9. O artigo 43.º-I do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos prevê que os diplomas necessários para executar o regime dos preços de transferência previsto na Proposta de Lei sejam regulados por regulamento administrativo complementar, tendo em vista várias matérias técnicas que se encontram enumerada nas alíneas a) a h) deste artigo.

93.10. O artigo 51.º-A do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos introduz um novo mecanismo para a eliminação da dupla tributação, por via da atribuição de um crédito de imposto. Tal visa os rendimentos obtidos noutras jurisdições fiscais, que sejam tributados ao abrigo do novo n.º 2 do artigo 2.º, e que tenham sido já tributados noutras jurisdições fiscais por impostos de natureza idêntica ao Imposto Complementar de Rendimentos. O valor de imposto pago noutra jurisdição fiscal pode ser utilizado como crédito de imposto para efeitos do Imposto Complementar de Rendimentos (cf. n.º 1 deste artigo). O valor do crédito de imposto tem como limite o valor da colecta apurada para efeitos do Imposto Complementar de Rendimentos nos termos da lei fiscal da RAEM. Para este efeito, a opção legal passa por fazer uso de uma fórmula, com base na matéria colectável calculada sobre os rendimentos obtidos na RAEM e no exterior, a dividir pelo valor da matéria colectável e a multiplicar pelo valor dos rendimentos obtidos no exterior da RAEM no ano em questão (cf. n.º 2 deste artigo). Para o caso dos residentes fiscais da RAEM que detenham pelo menos 10% de participações sociais em empresas do exterior, estes podem ainda beneficiar de um crédito adicional de imposto, pelo valor calculado em função da percentagem do dividendo recebido em relação ao imposto pago fora da RAEM (cf. n.º 3 deste artigo). O valor deste crédito adicional fiscal relativo aos dividendos é limitado ao remanescente do valor do crédito fiscal geral previsto no n.º 2 deste artigo (cf. n.º 4 deste artigo). Para beneficiarem dos créditos fiscais previsto neste artigo, os sujeitos passivos devem apresentar à Direcção dos Serviços de Finanças o comprovativo do pagamento do imposto, emitido pela administração fiscal da jurisdição fiscal do exterior (cf. n.º 5 deste artigo). Fica sempre salvaguardada a aplicação do que estiver previsto em acordos fiscais que vigorem na RAEM (cf. n.º 6 deste artigo).

Artigo 12.º - Aditamento de secção ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos

94. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Lei.

95. Este artigo adita ao Capítulo II do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos a nova Secção III-A com a epígrafe “preços de transferência”, constituída pelos artigos 43.º-A a 43.º-I do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos (na versão introduzida pela Proposta de Lei).

Artigo 13.º - Alteração de designações e epígrafes da Lei n.º 21/78/M, de 9 de Setembro, e do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos

96. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

97. A alínea 1) do n.º 1 deste artigo altera a designação chinesa da Lei n.º 21/78/M, de 9 de Setembro, que passa a ser «所得補充稅».

98. A alínea 2) do n.º 1 deste artigo altera a versão chinesa da epígrafe do artigo 1.º da Lei n.º 21/78/M, de 9 de Setembro, que passa a ser «所得補充稅».

99. A alínea 1) do n.º 2 deste artigo altera a designação chinesa do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos para «所得補充稅規章».

100. A alínea 2) do n.º 2 deste artigo altera a epígrafe do artigo 23.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos para “reintegrações e amortizações”.

101. A alínea 3) do n.º 2 deste artigo altera a epígrafe do artigo 55.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos para “omissão ao lançamento”.

102. A alínea 4) do n.º 2 deste artigo altera a epígrafe do Capítulo VI do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos para “garantias dos contribuintes”.

103. A alínea 5) do n.º 2 deste artigo altera a versão chinesa da epígrafe do artigo 36.º para «職權».

Artigo 14.º - Alteração ao Regulamento do Imposto do Selo

104. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

105. Este artigo altera os artigos 3.º, 25.º-C, 27.º-B a 27.º-D, 58.º, 65.º, 90.º e 92.º do Regulamento do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 17/88/M, de 27 de Junho.

106. Passamos agora a assinalar sumariamente as alterações introduzidas ao Regulamento do Imposto do Selo:

106.1. A alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento do Imposto do Selo passa a referir as instituições do Governo Popular Central estabelecidas em Macau. As alíneas b) a l) do n.º 1 deste artigo são renumeradas, passando a alíneas b) a m) do n.º 1 deste mesmo artigo.

106.2. O n.º 1 do artigo 25.º-C do Regulamento do Imposto do Selo passa a prever um prazo de 30 dias para a entrega do imposto sobre as arrematações.

106.3. O n.º 3 do artigo 27.º-B do Regulamento do Imposto do Selo passa a referir-se ao contrato de arrendamento ou outro documento equivalente.

106.4. O n.º 5 do artigo 27.º-C do Regulamento do Imposto do Selo passa a prever que a notificação seja feita nos termos do artigo 82.º do Código Fiscal.

106.5. O n.º 1 do artigo 27.º-D do Regulamento do Imposto do Selo passa a prever que a notificação da liquidação do selo dos arrendamentos seja enviada para o domicílio fiscal do locador.

O n.º 2 do artigo 27.º-D do Regulamento do Imposto do Selo passa a prever que, quando a Direcção dos Serviços de Finanças não conheça o domicílio fiscal do locador, se aplique o previsto no n.º 2 do artigo 56.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana (o local do prédio passa a ser domicílio fiscal).

O n.º 3 do artigo 27.º-D do Regulamento do Imposto do Selo é revogado por ser considerado desnecessário.

106.6. O n.º 4 do artigo 58.º do Regulamento do Imposto do Selo passa a prever que o pagamento seja certificado por validação mecânica ou por outros meios.

O n.º 5 do artigo 58.º do Regulamento do Imposto do Selo passa a prever que o modelo de validação mecânica seja aprovado por despacho do director da Direcção dos Serviços de Finanças.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

106.7. O artigo 65.º do Regulamento do Imposto do Selo passa a referir-se à caducidade do direito à liquidação nos termos do disposto no artigo 48.º do Código Fiscal ou à prescrição do direito à cobrança nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 102.º do Regulamento do Imposto do Selo.

106.8. O n.º 1 do artigo 90.º do Regulamento do Imposto do Selo passa a referir-se ao atraso na liquidação do imposto por facto imputável ao sujeito passivo.

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 90.º deste mesmo Regulamento foram revogados, por regularem matéria que passa a estar disciplinada no Código Fiscal.

106.9. O n.º 3 do artigo 92.º do Regulamento do Imposto do Selo passa a prever que das deliberações da Comissão de Revisão cabe recurso contencioso, nos termos do Código Fiscal.

Artigo 15.º - Alteração à Tabela Geral do Imposto do Selo

107. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

108. Este artigo altera os artigos 11 e 24 da Tabela Geral do Imposto do Selo, anexa ao Regulamento do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 17/88/M, de 27 de Junho.

109. Passamos agora a assinalar sumariamente as alterações introduzidas à Tabela Geral do Imposto do Selo:

109.1. Tendo em vista a incidência do imposto prevista no artigo 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo para a certidão, certificado, pública-forma e documento fotocopiado emitidos por meios electrónicos, passa a estar previsto que por cada exemplar seja liquidado e cobrado o valor previsto em lei especial. Trata-se de uma norma remissiva que visa o imposto do selo previsto no artigo 29.º da Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica) na redacção da Lei n.º 13/2024.

Foi sugerido que seria tecnicamente mais adequado prever a taxa do imposto do selo na própria Tabela Geral do Imposto do Selo e não em lei especial. O proponente ponderou esta questão, mas optou por manter esta norma remissiva.

109.2. Tendo em vista a isenção prevista no artigo 11 da Tabela Geral do Imposto do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Selo foi aditada a situação dos certificados passados por advogado, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 62/99/M, de 25 de Dezembro.

109.3. Tendo em vista a incidência do imposto prevista no artigo 24 da Tabela Geral do Imposto do Selo para as escrituras públicas e testamentos públicos, passa a ser regulado também o uso de registos e de sistemas informáticos pela Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça.

Artigo 16.º - Alteração ao Regulamento do Imposto de Circulação

110. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

111. Este artigo altera os artigos 4.º, 5.º e 11.º do Regulamento do Imposto de Circulação, aprovado pela Lei n.º 16/96/M, de 12 de Agosto.

112. Passamos agora a assinalar sumariamente as alterações introduzidas ao Regulamento do Imposto de Circulação:

112.1. A alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento do Imposto de Circulação passa a referir as instituições do Governo Popular Central estabelecidas em Macau.

A alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento do Imposto de Circulação passa a referir a Assembleia Legislativa.

A alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento do Imposto de Circulação passa a conter o teor da actual alínea d) do n.º 1 deste mesmo artigo.

A alínea f) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento do Imposto de Circulação passa a referir os serviços públicos e outras entidades públicas.

A alínea g) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento do Imposto de Circulação passa a referir as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.

As alíneas g) e h) do n.º 1 do artigo 4.º Regulamento do Imposto de Circulação são renumeradas, passando respectivamente a alíneas h) e i) do n.º 1 deste mesmo artigo.

112.2. O n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento do Imposto de Circulação passa a referir as



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

alíneas c) a f) e h) do n.º 1 do artigo 4.º deste mesmo Regulamento, reflectindo as alterações introduzidas pela Propostas de Lei.

112.3. O n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento do Imposto de Circulação é revogado, dado que regula matéria que passa a constar do Código Fiscal.

O n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento do Imposto de Circulação passa a referir-se ao “imposto” e aos “encargos legais” cobrados.

Artigo 17.º - Alteração ao Regulamento do Imposto de Turismo

113. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

114. Este artigo altera os artigos 8.º e 10.º do Regulamento do Imposto de Turismo, aprovado pela Lei n.º 19/96/M, de 19 de Agosto.

115. Passamos agora a assinalar sumariamente as alterações introduzidas ao Regulamento do Imposto de Turismo:

115.1. O n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento do Imposto de Circulação passa a referir que o sujeito passivo seja notificado nos termos do artigo 82.º do Código Fiscal para que proceda à entrega do montante do imposto em falta e do acrescido.

115.2. O n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento do Imposto de Circulação passa a referir que, no caso de liquidação adicional, o sujeito passivo seja notificado nos termos do artigo 82.º do Código Fiscal.

Foi aditado um novo n.º 4 ao artigo 10.º do Regulamento do Imposto de Circulação que fixa um prazo de 30 dias para a entrega do montante do imposto em falta, em caso de liquidação adicional.

Artigo 18.º - Alteração de epígrafe do Regulamento do Imposto de Turismo

116. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

117. Este artigo altera a epígrafe do Capítulo II do Regulamento do Imposto de Turismo para “Determinação da matéria colectável e taxa do imposto”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 19.º - Alteração ao Regulamento do Imposto de Consumo

118. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

119. Este artigo altera os artigos 8.º, 29.º, 36.º, 39.º, 54.º, 58.º, 64.º, 83.º e 93.º do Regulamento do Imposto de Consumo, aprovado pela Lei n.º 4/99/M, de 13 de Dezembro.

120. Passamos agora a assinalar sumariamente as alterações introduzidas ao Regulamento do Imposto de Consumo:

120.1. O n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a referir que a dívida fiscal prescreve no prazo de 5 anos, contado a partir do dia imediato ao termo do prazo de cobrança voluntária.

120.2. O n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento do Imposto de Consumo deixa de se referir à taxa de juros legal, para os juros compensatórios, dado que esta matéria esta agora regulada no Código Fiscal.

O n.º 2 do artigo 29.º do Regulamento do Imposto de Consumo é revogado por regular matéria agora disciplinada no Código Fiscal.

120.3. O artigo 36.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a referir-se à Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico e a prever um prazo de 30 dias para pagamento do imposto liquidado.

120.4. O n.º 1 do artigo 39.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a referir, como princípio geral, que a restituição do imposto nos termos da Secção IV seja feita em conformidade com o previsto no Regulamento do Imposto de Consumo. Trata-se de um regime especial perante o previsto no Código Fiscal.

120.5. O n.º 4 do artigo 39.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a referir-se à Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico.

120.6. O n.º 5 do artigo 39.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a prever que, quando a restituição do imposto não ocorra, por motivo imputável à Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico, haja lugar a juros indemnizatórios, aplicando-se os n.ºs 3 e 4 do artigo 38.º do Código Fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

120.7. O n.º 6 do artigo 39.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a prever que a restituição de imposto em virtude de anulação da colecta é efectuada nos termos do Código Fiscal.

120.8. O n.º 2 do artigo 54.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a prever que a contagem dos juros compensatórios ocorra a partir do final do prazo referido na alínea a) do artigo 36.º deste mesmo Regulamento.

120.9. O n.º 1 do artigo 58.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a referir-se aos Serviços de Alfândega e aos “trabalhadores da DSED” (agora a disposição ainda se refere à Polícia Marítima e Fiscal e aos “funcionários da DSE”).

120.10. O n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a prever o conceito de reincidência para efeitos do presente Regulamento.

O n.º 3 do artigo 64.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a prever que, em caso de reincidência, o limite mínimo da multa seja elevado em um quarto e o limite máximo permaneça inalterado.

120.11. O n.º 1 do artigo 83.º do Regulamento do Imposto de Consumo passa a prever que os contribuintes gozam das garantias consignadas no Código Fiscal.

O n.º 2 do artigo 83.º do Regulamento do Imposto de Consumo sofreu ajustamentos de redacção, sem impacto material relevante.

120.12. O n.º 1 do artigo 93.º do Regulamento do Imposto de Consumo é revogado, dado que a emissão de formulários fiscais passa a constar do Código Fiscal.

No n.º 2 do artigo 93.º do Regulamento do Imposto de Consumo é eliminada a referência à emissão de um aviso para regular a dispensa de entrega de formulários fiscais, passando essa dispensa a decorrer directamente deste artigo.

Artigo 20.º - Alteração de epígrafes do Regulamento do Imposto de Consumo

121. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

122. O n.º 1 deste artigo altera a epígrafe do artigo 37.º do Regulamento do Imposto de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Consumo para “notificação para liquidação”.

123. O n.º 2 deste artigo altera a epígrafe do artigo 76.º do Regulamento do Imposto de Consumo para “proposta de suspensão dos subsídios ou outros benefícios financeiros”.

124. O n.º 2 deste artigo altera a versão chinesa da epígrafe do Capítulo III do Regulamento do Imposto de Consumo para «計稅依據的確定».

Artigo 21.º - Alteração ao Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados

125. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

126. Este artigo altera os artigos 17.º, 18.º, 24.º, 33.º e 41.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados, aprovado pela Lei n.º 5/2002.

127. Passamos agora a assinalar sumariamente as alterações introduzidas ao Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados:

127.1. O n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados passa a prever um prazo de 30 dias para a liquidação do imposto.

127.2. O n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados passa a prever que a liquidação oficiosa seja notificada nos termos do artigo 82.º do Código Fiscal, para se proceder ao pagamento no prazo de 30 dias.

127.3. Os n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 24.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados passam a referir os trabalhadores da Direcção dos Serviços de Finanças (agora a disposição refere os “funcionários”).

127.4. O n.º 1 do artigo 33.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados introduz um conceito legal de reincidência para efeitos deste Regulamento.

O n.º 2 do artigo 33.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados prevê que, em caso de reincidência, o limite mínimo da multa seja elevado em um quarto e o limite máximo permaneça inalterado.

127.5. O n.º 1 do artigo 41.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados passa a referir-se ao “acto fiscal” e a remeter para o previsto no Código Fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

127.6. O n.º 2 do artigo 41.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados passa a prever um prazo de 30 dias para a interposição de recurso contencioso.

127.7. O n.º 3 do artigo 41.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados é revogado, por conter matéria disciplinada no Código Fiscal.

127.8. O n.º 4 do artigo 41.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados sofreu de ajustamentos de redacção, sem relevância material.

Artigo 22.º - Alteração à Lei n.º 5/2017

128. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

129. Este artigo altera o artigo 9.º da Lei n.º 5/2017 (Regime jurídico da troca de informações em matéria fiscal) nos seguintes termos:

129.1. Foi aditada uma nova alínea 3) ao n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 5/2017, que prevê a dispensa de notificação da recolha da informação aos interessados para o caso de tal ser solicitado pelas entidades competentes da parte requerente, com base em urgência devidamente fundamentada.

129.2. O n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 5/2017 passa a prever que as notificações sejam enviadas para a morada na RAEM do interessado que seja indicada pelas entidades competentes da parte requerente (isto é, pela autoridade pública da outra jurisdição fiscal que requer a informação), bem como ainda para o seu domicílio fiscal declarado junto da administração fiscal, quando este exista, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 89.º e 90.º do Código Fiscal.

129.3. O n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 5/2017 passa a prever uma excepção para o direito de recurso contencioso, com fundamento no erro da informação a remeter, para o caso das informações a remeter terem sido fornecidas pelos interessados.

Artigo 23.º - Alteração à Lei n.º 1/2021

130. Esta disposição corresponde ao artigo 9.º da versão inicial da Proposta de Lei.

131. Este artigo altera o artigo 14.º da Lei n.º 1/2021 (Regime de benefícios fiscais para as



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

empresas que exerçam actividades de inovação científica e tecnológica) nos seguintes termos: este artigo passa a remeter para o Código Fiscal como parte da legislação aplicável subsidiariamente, entre outros diplomas legais relevantes.

Artigo 24.º - Alteração de referências

132. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações.

133. Este artigo procede a um esforço de recensão legislativa, sendo actualizado e adaptado o texto legal dos seguintes diplomas legais: (1) Lei n.º 15/77/M, de 31 de Dezembro; (2) Regulamento da Contribuição Industrial; (3) Regulamento do Imposto Profissional; (4) Lei n.º 19/78/M, de 12 de Agosto; (5) Regulamento da Contribuição Predial Urbana; (6) Lei n.º 21/78/M, de 9 de Setembro; (7) Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos; (8) Lei n.º 17/88/M, de 27 de Junho; (9) Regulamento do Imposto do Selo; (10) Regulamento do Imposto de Circulação; (11) Regulamento do Imposto de Turismo; (12) Regulamento do Imposto de Consumo; e (13) Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados.

134. Deve ser notado que algumas das alterações de referências introduzidas ao texto destes diplomas legais por este artigo consistem em adaptações legislativas e alterações materiais, visando modificar o teor de normativos legais em vigor, para melhor articulação com o novo regime contido no Código Fiscal. Tal será também assim para efeitos da eliminação e substituição das referências aos processos de transgressão fiscal, onde a Proposta de Lei passa a remeter para o regime geral das infracções administrativas.

135. Em geral, foi questionado se as matérias relativas à recensão e adaptação legislativa não deveriam antes ser tratadas nas duas propostas de lei que se encontram em curso e que visam aspectos de adaptação legislativa¹⁵. O proponente ponderou esta questão, mas acabou por optar por manter na presente Proposta de Lei este conjunto de intervenções que se assumem como de recensão legislativa, mas que visam diplomas

¹⁵ Trata-se de proposta de Lei intitulada "Adaptação e integração de leis e decretos-leis publicados entre 1976 e 1993" e da proposta de Lei intitulada "Adaptação e integração de leis e decretos-leis publicados entre 1994 e 1999", que se encontram ainda em apreciação na Assembleia Legislativa.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de natureza fiscal, para proceder de forma mais unitária.

Artigo 25.º - Remissões

136. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

137. Este artigo actualiza as remissões feitas pela legislação para o Código das Execuções Fiscais, para a Lei n.º 15/96/M (Clarificação de alguns aspectos em matéria fiscal) e para o Decreto-Lei n.º 16/84/M (Impõe a necessidade de se proceder à notificação ou aviso, sob registo postal por virtude de legislação de natureza fiscal). Todas estas remissões legais passam a ter em vista o Código Fiscal.

Artigo 26.º - Disposições transitórias

138. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

139. Este artigo da lei preambular inclui um regime transitório para acautelar devidamente possíveis impactos adversos decorrentes do início de vigência do Código Fiscal, designadamente tendo em vista processos que estejam pendentes à data de entrada em vigor do novo regime procedimento e processual fiscal. Especial cuidado mereceu a entrada em vigor do novo processo executivo fiscal, com um regime e uma tramitação processuais em vários aspectos inovadores.

140. A preocupação foi também dirigida à tutela da posição dos particulares, dado que a alteração súbita de regimes de procedimento administrativo e de processo judicial, podia eventualmente levar a situações onde os seus direitos e garantias procedimentais ou processuais fossem enfraquecidos ou esvaziados. O que não se pretende que ocorra.

141. O n.º 1 deste artigo prevê que as normas sobre procedimento administrativo e processo judicial fiscal, bem como as normas do processo de execução fiscal, sejam de aplicação imediata. Salvaguarda-se expressamente a validade dos actos realizados na vigência da legislação previamente em vigor e ainda o disposto no n.º 2 deste mesmo artigo.

142. O n.º 2 deste artigo consiste numa norma de garantia ao prever que as novas normas sobre procedimento administrativo e processo judicial fiscal, bem como de processo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de execução fiscal, não sejam aplicáveis aos procedimentos e processos que se tenham iniciado antes da sua entrada em vigor, quando desta aplicação imediata resultar prejuízo para as garantias, direitos e interesses legítimos dos sujeitos passivos.

143. O n.º 3 deste artigo prevê que o n.º 1 do artigo 48.º do Código Fiscal, que estabelece um prazo de caducidade do direito à liquidação de 5 anos, seja de aplicação imediata. Excepciona-se expressamente situações onde, ao abrigo da legislação previamente vigente, esteja previsto um prazo de caducidade da liquidação mais curto, caso em que se continua a aplicar o disposto nessa mesma legislação previamente vigente.

144. O n.º 4 deste artigo prevê que o n.º 1 do artigo 49.º do Código Fiscal, que estabelece um prazo de prescrição da dívida fiscal de 15 anos, seja imediatamente aplicável aos processos de execução fiscal já autuados. Este prazo de prescrição de 15 anos deve ser contando a partir do dia da autuação do processo.

145. O n.º 5 deste artigo prevê que o disposto no artigo 2.º da Proposta de Lei, que regula o novo regime dos encargos nos processos de execução fiscal, seja aplicável às contas dos processos de execução fiscal que se encontrem pendentes à data da entrada em vigor do Código Fiscal (aqui tem-se em vista a regra geral de entrada em vigor, prevista no n.º 1 do artigo 29.º da Proposta de Lei, e que está fixada para o dia 01 de Janeiro de 2026).

146. Acresce depois um conjunto de disposições transitórias que não visam já a entrada em vigor do Código Fiscal, mas pretendem antes acautelar outros aspectos, estando previsto:

146.1. No n.º 6 deste artigo é previsto que, no prazo de 1 ano a contar da entrada em vigor da presente iniciativa legislativa (até dia 01 de Janeiro de 2027), os sujeitos passivos (cf. artigo 20.º do Código Fiscal) devam, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 21.º do Código Fiscal, comunicar ou alterar junto da administração fiscal o seu domicílio fiscal através dos meios legalmente admitidos.

146.2. No n.º 7 deste artigo é previsto que, na falta da comunicação referida no n.º 6 deste artigo, o endereço indicado pelo sujeito passivo na última declaração fiscal que tenha sido apresentada junto da administração fiscal é considerado, para efeitos de notificação, como sendo o seu domicílio fiscal.

146.3. No n.º 8 deste artigo é previsto que, quando em relação ao mesmo facto fiscal



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

existirem dois ou mais sujeitos passivos e estes não apresentarem a declaração prevista no n.º 2 do artigo 84.º do Código Fiscal no prazo de 1 ano a contar da entrada em vigor da presente iniciativa legislativa, a notificação deva ser feita para o sujeito passivo com o domicílio fiscal declarado mais recentemente.

146.4. No n.º 9 deste artigo é previsto que os impressos que tenham sido aprovados antes da entrada em vigor Proposta de Lei podem continuar a ser utilizados até que sejam adoptados novos modelos de impressos, aprovados nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Código Fiscal.

Artigo 27.º - Revogação

147. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditadas as alíneas 23) a 29) a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei.

148. Este artigo revoga total ou parcialmente um conjunto de 29 diplomas legais, tendo em vista matérias que agora passam a ser reguladas no Código Fiscal, mas também para se eliminarem disposições legais que se entendem já não serem necessárias.

149. São revogadas as seguintes disposições legais:

149.1. O artigo 3.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º e o n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 15/77/M, de 31 de Dezembro (cf. alínea 1) deste artigo);

149.2. O n.º 3 do artigo 6.º, o n.º 3 do artigo 12.º, o artigo 29.º, o n.º 2 do artigo 47.º e os artigos 61.º a 65.º do Regulamento da Contribuição Industrial (cf. alínea 2) deste artigo);

149.3. O Capítulo V do Regulamento da Contribuição Industrial e os artigos 48.º a 57.º que compõem este Capítulo V (cf. alínea 3) deste artigo);

149.4. O artigo 3.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º e o n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 2/78/M, de 25 de Fevereiro (cf. alínea 4) deste artigo);

149.5. A alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º, o n.º 2 do artigo 22.º, os artigos 27.º, 33.º, 34.º, os n.ºs 1 a 3 do artigo 35.º, os n.ºs 2 a 8 do artigo 38.º, o n.º 1 do artigo 40.º, os artigos 48.º a 50.º, o artigo 63.º, o n.º 2 do artigo 73.º, os artigos 74.º, 76.º a 78.º, os n.ºs 3 a 9 do artigo 79.º, os artigos 82.º a 88.º, 91.º a 93.º, 95.º e 96.º do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Regulamento do Imposto Profissional (cf. alínea 5) deste artigo);

149.6. O artigo 2.º, os n.ºs 2 a 6 do artigo 3.º, o n.º 2 do artigo 4.º e o n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 19/78/M, de 12 de Agosto (cf. alínea 6) deste artigo);

149.7. O n.º 2 do artigo 29.º, o artigo 41.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo 51.º, o n.º 3 do artigo 52.º, o n.º 1 do artigo 91.º, o artigo 96.º, o n.º 2 do artigo 97.º, o n.º 2 do artigo 112.º, os artigos 113.º, 131.º a 133.º, 133.º-B e 134.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana (cf. alínea 7) deste artigo);

149.8. O Capítulo VIII do Regulamento da Contribuição Predial Urbana e os artigos 115.º a 118.º e 120.º a 126.º que compõem este Capítulo VIII (cf. alínea 8) deste artigo);

149.9. O artigo 2.º e o n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 21/78/M, de 9 de Setembro (cf. alínea 9) deste artigo);

149.10. A alínea 7) do artigo 1.º-A, as alíneas a), b) e g) do n.º 1 do artigo 9.º, o n.º 5 do artigo 10.º, o artigo 11.º, os n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º, a alínea d) do artigo 29.º, o n.º 2 do artigo 40.º, a alínea c) do artigo 42.º, os n.ºs 1 e 5 do artigo 43.º, os n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 44.º, o artigo 51.º, o n.º 1 do artigo 55.º, o n.º 2 do artigo 56.º, os n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, o n.º 2 do artigo 58.º, o artigo 59.º, o n.º 5 do artigo 63.º, o n.º 2 do artigo 73.º, o artigo 74.º, os artigos 76.º a 79.º e os artigos 81.º a 86.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos (cf. alínea 10) deste artigo);

149.11. O Capítulo VII do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos e os artigos 88.º a 91.º que compõem este Capítulo VII (cf. alínea 11) deste artigo);

149.12. O n.º 3 do artigo 27.º-D, os artigos 71.º-A e 71.º-B, os n.ºs 2 e 3 do artigo 90.º, os artigos 91.º e 101.º, o n.º 1 do artigo 102.º, os artigos 104.º a 106.º e 112.º do Regulamento do Imposto do Selo (cf. alínea 12) deste artigo);

149.13. O artigo 9.º, o n.º 1 do artigo 10.º e o n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento do Imposto de Circulação (cf. alínea 14) deste artigo);

149.14. O Capítulo VII do Regulamento do Imposto de Circulação e as secções I e II que compõem este Capítulo VII, bem como os artigos 21.º a 27.º que compõem estas secções (cf. alínea 15) deste artigo);



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- 149.15.** O n.º 2 do artigo 11.º, o n.º 2 do artigo 12.º e os artigos 14.º e 15.º do Regulamento do Imposto de Turismo (cf. alínea 16) deste artigo);
- 149.16.** O Capítulo VIII do Regulamento do Imposto de Turismo e as secções I e II que compõem este Capítulo VIII, bem como os artigos 32.º a 38.º que compõem estas secções (cf. alínea 17) deste artigo);
- 149.17.** O Capítulo IX do Regulamento do Imposto de Turismo e o artigo 40.º que compõe este Capítulo IX (cf. alínea 18) deste artigo);
- 149.18.** O artigo 2.º da Lei n.º 4/99/M, de 13 de Dezembro (cf. alínea 19) deste artigo);
- 149.19.** Os artigos 7.º e 9.º a 11.º, o n.º 2 do artigo 12.º, o n.º 2 do artigo 29.º, os artigos 38.º, 43.º, 77.º e 84.º a 87.º e o n.º 1 do artigo 93.º do Regulamento do Imposto de Consumo (cf. alínea 20) deste artigo);
- 149.20.** A secção II do capítulo IX do Regulamento do Imposto de Consumo e os artigos 88.º a 92.º que compõem esta secção (cf. alínea 21) deste artigo);
- 149.21.** O n.º 2 do artigo 20.º, os artigos 22.º e 23.º e o n.º 3 do artigo 41.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados (cf. alínea 22) deste artigo);
- 149.22.** O Capítulo VIII do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados e o artigo 42.º que compõe este Capítulo VIII (cf. alínea 23) deste artigo);
- 149.23.** O artigo 2.º da Lei n.º 12/2003 (cf. alínea 24) deste artigo);
- 149.24.** O n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2019 (cf. alínea 25) deste artigo); e
- 149.25.** O artigo 6.º da Portaria n.º 219/93/M, de 2 de Agosto (cf. alínea 29) deste artigo).
- 150.** São integralmente revogados os seguintes diplomas legais: (1) Lei n.º 15/96/M, de 12 de Agosto (Clarificação de alguns aspectos em matéria fiscal) (cf. alínea 13) deste artigo); (2) Decreto-Lei n.º 16/84/M, de 24 de Março (Impõe a necessidade de se proceder à notificação ou aviso, sob registo postal por virtude de legislação de natureza fiscal) (cf. alínea 26) deste artigo); (3) Decreto-Lei n.º 16/85/M, de 2 de Março (Regime geral da anulação e restituição das contribuições e impostos) (cf. alínea 27) deste artigo); e (4) Decreto-Lei n.º 36/99/M, de 26 de Julho (relativo ao funcionamento da actual Repartição



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

das Execuções Fiscais) (cf. alínea 28) deste artigo). Foi ponderada a eventual vantagem em se revogar outros diplomas legais mais antigos, por uma questão de certeza e segurança jurídica, mas o proponente não entendeu que tal fosse necessário¹⁶.

151. No desenrolar dos trabalhos legislativos procurou-se confirmar junto do proponente, ainda que sumariamente, todas as opções revogatórias contidas nas alíneas 1) a 29) do artigo 27.º da Proposta de Lei. Para se confirmar da sua oportunidade e adequação, mas também da correcção técnico-jurídica deste conjunto de normas revogatórias. Em particular foi notado que se procedia à revogação de várias disposições relativas ao regime da transgressão fiscal, o que não consiste em matéria disciplinada pelo Código Fiscal. Espera-se que num futuro não muito distante possa ser possível fazer aprovar nova legislação que regule satisfatoriamente a matéria da infracção em matéria fiscal.

Artigo 28.º - Republicação

152. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

153. Este artigo prevê que a republicação da versão revista e consolidada dos diplomas legais que sofrem alterações pela Proposta de Lei em apreciação ocorra, por despacho do Chefe do Executivo, no prazo de 2 anos a contar da data da entrada em vigor da presente iniciativa legislativa (até 01 de Janeiro de 2028).

154. A opção pela republicação resultou de se ter introduzido um número crescente de alterações às várias leis fiscais, tornando-se mais difícil, em termos de aplicação prática, compreender o regime de cada imposto após a entrada em vigor da presente iniciativa legislativa. A Comissão esteve atenta a esta questão, sugerindo a republicação das leis fiscais alteradas pela Proposta de Lei para facilitar que a população possa tomar

¹⁶ Da lista dos diplomas legais sujeitos a revogação expressa não constam outros diplomas fiscais mais antigos como o Código das Execuções Fiscais, aprovado pelo Decreto n.º 38.088 (cf. artigo 25.º da Proposta de Lei), que é entendido como não estando já formalmente em vigor, ainda que se possa continuar a aplicar transitoriamente; o Diploma Legislativo n.º 922 (Estabelecendo a forma da organização dos processos relativos ao contencioso das contribuições e impostos e às transgressões das leis e regulamentos fiscais) ou o Decreto Provincial n.º 33/74 (que regula o regime dos juros de mora fiscais), entre outros diplomas fiscais datados.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

facilmente conhecimento do regime legal que passa a estar em vigor.

155. São republicados os seguintes diplomas legais: (1) O Regulamento da Contribuição Industrial (cf. n.º 1 deste artigo); (2) O Regulamento do Imposto de Profissional (cf. n.º 2 deste artigo); (3) O Regulamento da Contribuição Predial Urbana (cf. n.º 3 deste artigo); (4) O Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos (cf. n.º 4 deste artigo); (5) O Regulamento do Imposto do Selo (cf. n.º 5 deste artigo); (6) O Regulamento do Imposto de Circulação (cf. n.º 6 deste artigo); (7) O Regulamento do Imposto de Turismo (cf. n.º 7 deste artigo); (8) O Regulamento do Imposto de Consumo (cf. n.º 8 deste artigo); e (9) O Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados (cf. n.º 9 deste artigo).

156. Este artigo prevê, ainda, a republicação da versão revista e consolidada das leis fiscais, com as alterações introduzidas pela lei preambular que aprova o Código Fiscal, mas também com as alterações introduzidas ao longo do tempo por vários outros diplomas legais. Acresce ainda que se opta por se proceder a um esforço de integração e adaptação legislativa, actualizando-se o texto legal e a terminologia utilizada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 1/1999 (Lei de Reunificação) e em outros diplomas legais considerados relevantes em cada caso. Tal decorre da opção tomada pelo proponente de introduzir os trabalhos de recensão legislativa, inclusive adaptação e integração legislativa, na presente Proposta de Lei.

Artigo 29.º - Entrada em vigor

157. Esta disposição sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditados os novos n.ºs 2 e 3 a este artigo. O número único deste artigo na versão inicial passou a n.º 1 deste artigo na versão alternativa da Proposta de Lei.

158. O n.º 1 deste artigo prevê, em geral, a entrada em vigor da Proposta de Lei no dia 01 de Janeiro de 2026. É recomendável que o novo Código Fiscal e as alterações às leis fiscais previstas na lei preambular entrem em vigor num novo ano fiscal.

159. A Proposta de Lei procura prever um período de tempo suficientemente amplo para a administração fiscal, os operadores judiciais e o público em geral se prepararem devidamente para a entrada em vigor do novo Código Fiscal. Este período de tempo, entre a publicação desta iniciativa legislativa e a data de entrada em vigor parece ser suficiente, para permitir acautelar que a comunidade se prepare devidamente.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

160. O n.º 2 deste artigo prevê que o artigo 58.º do Regulamento do Imposto do Selo, alterado pelo artigo 14.º da Proposta de Lei, e a Tabela Geral do Imposto do Selo, alterada pelo artigo 15.º da Proposta de Lei, entram em vigor imediatamente no dia seguinte ao dia da publicação no *Boletim Oficial* da RAEM da presente iniciativa legislativa.

161. O n.º 3 deste artigo prevê que os artigos 24.º e 76.º do Código Fiscal entrem em vigor no dia 01 de Janeiro de 2025.

Será agora feita referência aos normativos contidos no novo Código Fiscal, a ser aprovado em anexo à Proposta de Lei em apreciação (num total de 312 artigos).

CÓDIGO FISCAL

Alteração da designação do Código em língua portuguesa

162. A versão alternativa da Proposta de Lei relativa ao procedimento administrativo fiscal, entre outras matérias, passa a não ter em vista a regulação dos tributos em geral, mas passa a disciplinar apenas o regime dos impostos (que são um tipo de tributos). Esta modificação da opção legislativa implicou a alteração em língua portuguesa da designação do Código (passa a designar-se de “Código Fiscal”; na versão em língua chinesa não houve alteração da designação do Código), bem como um grande número de alterações no regime jurídico previsto na Proposta de Lei. Na execução fiscal, no entanto, a opção legislativa originária é mantida, no sentido de permitir que se faça uso do processo executivo fiscal para a cobrança de todo o tipo de tributos (não apenas para a cobrança das dívidas fiscais, relativas aos impostos).

TÍTULO I – Parte geral

Artigo 1.º - Objecto

163. Esta disposição sofreu alterações em língua portuguesa na versão alternativa da Proposta de Lei.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

164. Este artigo indica como objecto do novo Código Fiscal as seguintes cinco matérias: (1) as relações jurídicas fiscais; (2) o procedimento fiscal; (3) o processo judicial fiscal; (4) o processo de execução fiscal; e (5) os recursos jurisdicionais.

165. O Código Fiscal inclui normas de ordem geral, sendo disciplinado um conjunto de princípios gerais e regras fundamentais para o sistema fiscal (Título I e Título II), normas de carácter substantivo regulando a relação jurídica fiscal (Título III), normas procedimentais administrativas relativas ao procedimento fiscal (Título IV), normas processuais para regular a tramitação do processo judicial fiscal (Título V) e normas sobre a tramitação processual para a execução fiscal (Título VI).

Artigo 2.º - Âmbito de aplicação

166. Esta disposição é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa da Proposta de Lei.

167. O n.º 1 deste artigo prevê que o regime previsto nos Títulos II a V do Código Fiscal se aplica aos impostos. Tal consiste numa modificação da opção legislativa originária, dado que o Código Fiscal agora apenas vai procurar disciplinar os impostos (e não os outros tributos, em particular não visa regular as taxas administrativas). O Título I do Código Fiscal será meramente enquadrador, não sendo referido.

168. O n.º 2 deste artigo prevê que o Título VI do Código Fiscal, relativo à execução fiscal, se aplica a todas as dívidas previstas no artigo 174.º do Código Fiscal. Tal inclui os impostos e outros tributos, as multas, os reembolsos e outras dívidas a favor da RAEM, nos termos do direito público, mas também que tenham como credor outra entidade pública, que devam ser alvo de cobrança coerciva por via do processo de execução fiscal.

Artigo 3.º - Definições

169. Esta disposição sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditadas as alíneas 8) a 10) a este artigo na versão alternativa da Proposta de Lei.

170. Este artigo prevê um conjunto de definições legais que visam clarificar o sentido de conceitos utilizados no Código Fiscal. Existem definições para: (1) «Administração fiscal»; (2) «Serviço de execução fiscal»; (3) «Entidade legalmente equiparada»; (4)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

«Acto fiscal»; (5) «Relação jurídica fiscal»; (6) «Facto fiscal»; (7) «Imposto»; (8) «Duplicação da colecta»; (9) «Retenção na fonte»; e (10) «Encargos legais».

171. No que diz respeito ao conceito de «Administração fiscal», por opção do proponente, a definição sofreu alterações passando a não identificar concretamente as entidades públicas com competências legais em matéria fiscal. Os actos da «Administração fiscal», agindo como tal, são os «Actos fiscais».

172. Foi introduzido um novo conceito de «Serviço de execução fiscal» na versão alternativa da Proposta de Lei, que corresponde actualmente à Repartição das Execuções Fiscais, onde corre termos o processo de execução fiscal (cf. artigo 179.º do Código Fiscal). Trata-se de uma entidade administrativa que deve assumir um grau elevado de autonomia funcional, isenção e imparcialidade, garantindo os direitos de defesa dos particulares, no exercício das suas competências legais, dado que ocupa um papel similar a um tribunal, correndo a execução fiscal nesta entidade administrativa. O Código Fiscal diferencia expressamente a «Administração fiscal» do «Serviço de execução fiscal».

173. Foi introduzido um novo conceito de «Encargos legais» na versão alternativa da Proposta de Lei, que inclui os juros fiscais e os encargos cobrados no processo de execução fiscal, bem como outras despesas administrativas no procedimento administrativo fiscal. Os conceitos de «Acto fiscal», «Facto fiscal» e «Imposto» foram também introduzidos inovadoramente.

Artigo 4.º - Conceito de estabelecimento estável

174. Esta disposição sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

175. Este artigo contém um conceito legal de “estabelecimento estável” que se aproxima do previsto no artigo 5.º da Convenção Modelo sobre o rendimento e o património da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Registam-se, no entanto, algumas diferenças perante este padrão internacional de referência na formulação do Código Fiscal¹⁷. As empresas não locais que tenham estabelecimento

¹⁷ Os n.ºs 4.1, 7 e 8 do artigo 5.º da Convenção Modelo da OCDE sobre o rendimento e o património (edição de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

estável em Macau são sujeitos passivos fiscais locais e serão tributadas na RAEM pelos rendimentos imputados ao estabelecimento estável.

176. Merece ser especialmente assinalado que no n.º 1 deste artigo se presume como estabelecimento estável as instalações constituídas por entidades do exterior que organizem exposições, convenções, conferências ou feiras comerciais ou industriais na RAEM. Tal terá em vista a tributação da indústria das convenções e exposições. Por outro lado, para efeitos do n.º 2 deste artigo é referido um período de seis meses, para que um local de construção, instalação ou montagem, ou actividades relacionadas com estes, ser considerado como um estabelecimento estável, enquanto que no artigo 5.º da Convenção Modelo da OCDE se referem 12 meses.

177. A lei preambular que aprova o Código Fiscal revoga a alínea 7) do artigo 1.º-A (Definições; «Estabelecimento estável») do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos (cf. artigo 27.º, alínea 10) da Proposta de Lei), onde se regula actualmente de forma mais simplificada o conceito de “estabelecimento estável”.

Artigo 5.º - Direito aplicável

178. Esta disposição sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminado o n.º 1 deste artigo. O n.º 2 deste artigo passou a número único na versão alternativa da Proposta de Lei.

179. Este artigo regula o direito aplicável subsidiariamente, em caso de omissão de regulação legal específica no Código Fiscal. Para estes efeitos, deve ser aplicada a lei que seja mais adequada à natureza das matérias em causa, conforme as necessidades concretas de cada situação. É feita uma enumeração não taxativa das principais fontes normativas a que se deve recorrer para este efeito.

180. A ordem de enumeração deste normativo revela a intenção legislativa de que, em primeiro lugar, se aplique o previsto nas leis fiscais. Em segundo lugar, e sucessivamente, será de aplicar o previsto nas normas sobre a organização e processo

2017) não constam do artigo 4.º do Código Fiscal. Esta Convenção Modelo da OCDE pode ser consultada em:
https://read.oecd-ilibrary.org/taxation/model-tax-convention-on-income-and-on-capital-condensed-version-2017_mtc_cond-2017-en#page33.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

judicial, nomeadamente o previsto na Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária), no Código de Processo Administrativo Contencioso e no Código de Processo Civil. Em terceiro lugar, o Código de Procedimento Administrativo e demais legislação administrativa, em especial a legislação relativa às infrações administrativas. Em quarto lugar, o Código Civil e o Código Comercial.

181. Sem prejuízo desta ordem de enumeração, deve ser aplicada subsidiariamente a lei que seja mais adequada à natureza das matérias em causa. No Título III do Código Fiscal sobre a relação jurídica fiscal será necessário em alguns momentos recorrer a figuras gerais de Direito reguladas no Código Civil. No Título IV do Código Fiscal, relativo ao procedimento fiscal, será necessário recorrer à aplicação subsidiária do regime geral do procedimento administrativo, em vários momentos. No Título V do Código Fiscal, sobre o processo judicial fiscal, será necessário aplicar subsidiariamente, na falta de regulação própria, o regime geral do processo administrativo contencioso e, em algumas matérias, o previsto no processo civil. No Título VI do Código Fiscal, onde se regula a execução fiscal, muitas das matérias processuais não estão exaustivamente reguladas, carecendo da aplicação subsidiária do regime processual civil, no que diz respeito ao processo executivo. Para a delimitação das competências entre o serviço de execução fiscal e os tribunais será também necessário consultar o previsto na Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária). Pode ser necessário recorrer a outros diplomas legais, para além dos expressamente previstos no artigo 5.º do Código Fiscal.

TÍTULO II – Ordem jurídica fiscal

Capítulo I – Princípios gerais

Artigo 6º - Fins dos impostos

182. Esta disposição sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminado o n.º 2 deste artigo. O n.º 1 deste artigo na versão inicial do Código Fiscal passou a número único. A epígrafe sofreu alterações na versão portuguesa.

183. Este artigo consiste numa norma de carácter geral que visa esclarecer o fim dos impostos, ao prever que os impostos são a principal fonte de receita pública, tendo como fim satisfazer as necessidades financeiras com o funcionamento e a prestação



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

W 4

de serviços públicos pela RAEM e por outras entidades públicas. Este dispositivo também refere, como outras finalidades dos impostos, a promoção da justiça social, da igualdade de oportunidades e da distribuição equitativa da riqueza e do rendimento, enquanto fins sociais que os impostos devem procurar servir.

184

Artigo 7.º - Fundamento dos impostos

184. Esta disposição corresponde ao n.º 1 do artigo 6.º da versão inicial do Código Fiscal.

185. Este artigo prevê que os impostos assentam essencialmente na capacidade contributiva, que se afere tendo em vista o rendimento e o património dos contribuintes, bem como da utilização que seja feita do rendimento e do património.

✓

186. A capacidade contributiva deve ser a base para a lei fiscal fixar a prestação contributiva exigida a título de imposto a cada pessoa, nomeadamente por via de uma tributação progressiva dos rendimentos. O conceito de capacidade contributiva é um conceito jurídico-económico. O imposto deve ser repartido na medida da capacidade económica que cada contribuinte demostre para o suportar.

186

Artigo 8.º - Princípios da tributação

187. Esta disposição corresponde ao n.º 2 do artigo 7.º da versão inicial do Código Fiscal, que foi eliminada pela versão alternativa da Proposta de Lei

188. Este artigo prevê que a tributação deve respeitar os princípios fiscais da generalidade, da igualdade fiscal, da legalidade fiscal e da justiça material. Estamos perante uma referência de carácter geral no Código Fiscal a princípios tuteladores dos direitos fundamentais dos contribuintes e outros sujeitos passivos fiscais. O princípio da legalidade fiscal é desenvolvido no artigo 9.º do Código Fiscal. Sobre o princípio da igualdade, em geral, veja-se o artigo 25.º da Lei Básica.

189. Esta disposição será relevante para a criação de normas fiscais, na delimitação das opções legítimas de tributação, e para interpretação e aplicação das normas fiscais, tendo em vista a administração fiscal e os tribunais. A referência à generalidade, igualdade fiscal, legalidade fiscal e justiça material deve ser entendida como formuladora de critérios orientadores na decisão de casos concretos. A privação da propriedade privada pelos impostos deve obedecer a estes princípios da tributação.

189



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

190. Existem ainda outros princípios da tributação, também estruturantes para o ordenamento jurídico-fiscal da RAEM, para além dos princípios mencionados expressamente neste artigo, como o princípio da não retroactividade dos impostos (cf. artigo 13.º do Código Fiscal), o princípio da territorialidade fiscal (cf. artigo 14.º do Código Fiscal), o princípio da baixa tributação (cf. artigo 106.º da Lei Básica), a proibição do confisco fiscal (cf. artigo 103.º da Lei Básica) e o livre desenvolvimento da propriedade privada (cf. artigos 6.º e 7.º da Lei Básica).

Artigo 9.º - Princípio da legalidade fiscal

191. Esta disposição sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminado o n.º 2 deste artigo. O n.º 1 deste artigo passou a número único na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão alternativa.
192. Este artigo enumera as matérias que estão sujeitas ao princípio da legalidade fiscal e à reserva de lei, nos termos da Lei Básica e conforme concretizada na Lei n.º 13/2009 (Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas). A reserva de lei em matéria fiscal resulta do previsto no artigo 71.º, alínea 3) da Lei Básica.
193. As matérias sujeitas ao princípio da legalidade, e a reserva de lei, incluem a incidência, a taxa dos impostos, os benefícios e isenções fiscais, as garantias dos sujeitos passivos fiscais, a liquidação e cobrança dos impostos, incluindo os prazos de caducidade e prescrição, a regulamentação da substituição e da responsabilidade fiscais, a definição das obrigações acessórias e as regras de procedimento fiscal, processo judicial fiscal e do processo de execução fiscal. O regime dos juros de mora fiscais, enquanto obrigações acessórias das dívidas de imposto, também estão sujeitas ao princípio da legalidade fiscal.
194. Esta enumeração não será exaustiva, sendo que também devem ser sujeitos ao princípio da legalidade fiscal nomeadamente o regime do processo de infracção em matéria fiscal, a definição dos crimes fiscais, das contravenções fiscais e das infracções administrativas fiscais, bem como o seu procedimento e estatuição das respectivas sanções, nos termos do artigo 6.º e do artigo 7.º, n.º 1, alínea 6) da Lei n.º 13/2009 (Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas). A regulação da estrutura e orgânica dos organismos cujas competências interfiram directamente com os direitos e liberdades fundamentais dos particulares e com as suas garantias deve



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ser feita por lei formal [cf. artigo 7.º, n.º 1, alínea 4) da Lei n.º 13/2009 (Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas)].

Artigo 10.º - Acesso à justiça fiscal

195. Esta disposição sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão portuguesa

196. O n.º 1 deste artigo reconhece, de uma forma geral, a garantia do acesso à justiça fiscal e aos tribunais para assegurar a tutela plena e efectiva dos direitos ou interesses legalmente protegidos dos particulares perante a administração fiscal. A norma refere-se especialmente aos direitos atribuídos pelo Código Fiscal e pelas leis fiscais. O direito de acesso aos tribunais inclui o direito de fazer apreciar uma pretensão por um tribunal e o direito a uma decisão tempestiva pelo tribunal. A insuficiência de meios económicos não pode ser impeditiva do recurso aos tribunais.

197. O n.º 2 deste artigo prevê que os actos fiscais que lesem direitos ou interesses legalmente protegidos podem ser alvo de impugnação administrativa ou recurso contencioso, nos termos da lei. Podem ser utilizados todos os meios procedimentais administrativos ou processuais contenciosos que sejam adequados.

198. O n.º 3 deste artigo determina que o pagamento do imposto não afasta o direito de impugnação administrativa ou de recurso contencioso, não obstante a possibilidade de renúncia expressa ao direito ao recurso pelo interessado. É afastada, nestes termos, a renúncia implícita ao direito de impugnar administrativamente ou de recorrer contenciosamente. Tal reduz o âmbito da aceitação tácita dos actos fiscais, tendo em vista as consequências que se podem retirar do simples pagamento do imposto pelo contribuinte (cf. artigo 34.º do Código do Processo Administrativo Contencioso).

199. Este artigo reconhece o direito à justiça fiscal, o que deve ser compreendido no contexto mais amplo da garantia de acesso ao Direito, direito de acesso aos tribunais e ao patrocínio jurídico, para defesa dos direitos e interesses legítimos dos particulares, nos termos do artigo 36.º da Lei Básica. E que assegura um direito ao recurso contencioso contra os actos administrativos lesivos da Administração Pública. Veja-se ainda o artigo 14.º do Código do Procedimento Administrativo, onde se garante aos particulares o acesso aos tribunais com jurisdição administrativa, a fim de obterem a fiscalização contenciosa dos actos da Administração Pública, e para tutela dos seus



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

direitos ou interesses legalmente protegidos.

CAPÍTULO II - Interpretação, integração e aplicação das normas fiscais

Artigo 11.º - Interpretação

200. Esta disposição sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

201. O n.º 1 deste artigo clarifica o regime de interpretação das normas fiscais, prevendo que, na interpretação de normas fiscais, se deve observar as regras e os princípios gerais de interpretação e aplicação das leis (cf. artigo 8.º do Código Civil).

202. O n.º 2 deste artigo prevê que quando se faça uso de conceitos provenientes de outros ramos do direito, estes conceitos terão o mesmo sentido que lhes seja dado no ramo de direito de origem. Tal favorece a unidade da ordem jurídica. Isto não impede que o direito fiscal introduza ajustamentos ou desvios a estes conceitos originários, quando tal for considerado conveniente.

Artigo 12.º - Insusceptibilidade de integração de lacunas

203. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações na versão alternativa.

204. Este artigo prevê que as lacunas das normas fiscais abrangidas pelo princípio da legalidade (cf. artigo 9.º do Código Fiscal) não são susceptíveis de integração. Tal afasta a integração analógica (meio preferencial de integração de lacunas), mas também impede a possibilidade de utilização de qualquer outro meio de integração de lacunas (cf. artigo 9.º do Código Civil) em decorrência do princípio da legalidade e da reserva de lei em matéria fiscal. Os elementos essenciais dos impostos (a incidência, a taxa dos impostos, os benefícios fiscais, entre outros) são determinados por lei formal (cf. artigo 71.º, alínea 3) da Lei Básica), resultando da vontade expressa do legislador, não se permitindo, a integração de lacunas. É proibida a integração de lacunas, mas não se afasta a interpretação extensiva, nos termos gerais da interpretação das leis (cf. artigo 11.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signature

205. Deste artigo resulta também que se deve admitir a possibilidade de integração de lacunas, nos termos gerais, para certas matérias sujeitas ao princípio da legalidade, que não tenham em vista elementos essenciais do regime fiscal (cf. artigo 71.º, alínea 3) da Lei Básica), sendo relativas ao procedimento fiscal, ao processo judicial fiscal e ao processo de execução fiscal, ou aspectos relativos às garantias dos contribuintes e outros sujeitos passivos (cf. alíneas 7), 8), 9) e 10) do artigo 9.º do Código Fiscal).

Artigo 13.º - Aplicação no tempo

206. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 3 e 4 deste artigo foram eliminados pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações em língua chinesa pela versão alternativa.

207. O n.º 1 deste artigo prevê que as normas fiscais se aplicam aos factos posteriores à sua entrada em vigor, não sendo possível criar impostos retroactivos.

208. O n.º 2 deste artigo prevê que se o facto fiscal for de formação sucessiva, a lei nova só se aplica ao período fiscal que se iniciar após a entrada em vigor da lei nova. Tal terá em vista os impostos periódicos, que vão tributar todos os factos fiscais ocorridos durante um período de tempo, sendo que nesse caso só se deve aplicar a lei nova ao novo período fiscal, que comece após a entrada em vigor da lei nova.

209. Este artigo regula o regime de aplicação da lei fiscal no tempo (cf. artigo 11.º do Código Civil) e firma o princípio da não retroactividade dos impostos. A não retroactividade dos impostos resulta da segurança jurídica e da protecção da confiança dos particulares. A proibição de retroactividade dos impostos terá em vista as normas definidoras do tipo de imposto (incidência, isenções e taxa do imposto) e da dívida fiscal. Em geral, deve ser entendido que a retroactividade não está impedida quando for favorável ao contribuinte. Não há razão para se afastar a retroactividade das normas fiscais que sejam mais favoráveis aos contribuintes ou que alargam os seus direitos e garantias perante a administração fiscal.

Artigo 14.º - Aplicação no espaço

210. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações em língua chinesa pela versão alternativa.

Handwritten signature



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signature

211. Este artigo regula o regime de aplicação da lei fiscal no espaço. Está previsto, como regra geral, que as normas fiscais se aplicam aos factos fiscais que ocorram na RAEM. Tal consiste no acolhimento pelo Código Fiscal do princípio da territorialidade das leis fiscais. Em geral, não se visa a tributação de factos fiscais que ocorram no exterior, mas apenas de rendimentos, patrimónios ou consumos com fonte na RAEM. Na interpretação e aplicação da lei fiscal deve ter-se em conta este princípio geral, que será critério orientador aquando da decisão dos casos concretos.

Handwritten signature

212. Este artigo admite ainda que se possa prever uma tributação assente noutros critérios (elementos de conexão subjectivos, como a sede, domicílio ou residência do contribuinte), quando tal decorra do previsto em acordos internacionais ou inter-regionais em matéria fiscal ou por via de disposição legal nesse sentido. Pode, portanto, haver excepções ao princípio da territorialidade, por opção legal expressa ou decorrentes do previsto em acordos para evitar a dupla tributação.

Handwritten signature

Artigo 15.º - Benefícios fiscais

213. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

Handwritten signature

214. Este artigo regula os deveres de colaboração dos titulares de benefícios fiscais. Os benefícios fiscais resultam de excepções previstas por lei, por razões ponderosas de carácter económico, cultural, social ou ambiental, que afastam a regra da tributação dos factos fiscais abrangidos. Os benefícios fiscais incluem as isenções fiscais, as reduções de taxas de impostos, as reduções à matéria colectável, as reduções de colecta e restituições de colecta, entre outras modalidades.

215. O n.º 1 deste artigo é uma norma de enquadramento geral que prevê que os titulares de benefícios fiscais são obrigados a revelar à administração fiscal os pressupostos da sua concessão ou a cumprir outras obrigações previstas na lei. Se tal não acontecer, os benefícios fiscais em questão podem ficar sem efeito. O que implica que a administração fiscal possa recusar ou revogar a concessão de benefícios fiscais, por não ser possível comprovar a observância das obrigações exigidas ao beneficiário, para que os benefícios fiscais possam ser atribuídos nos termos da lei aplicável. O artigo prevê, ainda, que os benefícios fiscais possam também caducar nestes casos.

Handwritten signature

216. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando se tratem de benefícios fiscais que são concedidos em função dos rendimentos do beneficiário, a sua atribuição depende do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signature

conhecimento da situação fiscal do interessado pela administração fiscal. Caso um benefício fiscal dependa dos rendimentos auferidos num período por um interessado não ultrapassarem certos montantes máximos, os mesmos devem ser revelados à administração fiscal. O incumprimento deste dever especial de colaboração exigido a este grupo de contribuintes implica a não atribuição dos benefícios fiscais.

Handwritten signature

TÍTULO III - Relação jurídica fiscal

Handwritten signature

CAPÍTULO I - Sujeitos da relação jurídica fiscal

Artigo 16.º - Personalidade fiscal

Handwritten signature

217. Este artigo sofreu alterações em língua portuguesa na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações na versão alternativa.

Handwritten signature

218. Este artigo prevê que a personalidade fiscal consista na susceptibilidade, em abstracto, de ser sujeito de relações jurídicas fiscais. O que implica que a personalidade jurídica, em geral, coincida normalmente com a personalidade jurídica fiscal, não havendo outros requisitos ou pressupostos.

Handwritten signature

219. O direito fiscal, no entanto, admite que entes desprovidos de personalidade jurídica estejam obrigados ao pagamento de impostos (cf. artigo 20.º do Código Fiscal). O Código Fiscal faz uso, para esse efeito, do conceito de «entidade legalmente equiparada» (cf. artigo 3.º, alínea 3) do Código Fiscal). Nestes casos, entes sem personalidade jurídica são sujeitos passivos de impostos, e também titulares de uma posição jurídica fiscal, sendo sujeitos dos inerentes deveres e direitos fiscais.

220. Sobre a personalidade procedimental fiscal, veja-se artigo 66.º, n.º 1 do Código Fiscal. Sobre a personalidade judiciária fiscal, veja-se artigo 156.º, n.º 1 do Código Fiscal.

Artigo 17.º - Capacidade fiscal

221. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão portuguesa.

Handwritten signature



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

18/4

222. O n.º 1 deste artigo prevê, como regra geral, que quem tenha personalidade fiscal terá também capacidade fiscal. A lei fiscal pode alargar ou diminuir a capacidade fiscal de certas entidades, conforme tal for necessário. A capacidade fiscal consiste na capacidade para ser titular de direitos e obrigações, podendo exercer direitos e praticar actos que produzem consequências jurídicas na relação jurídica fiscal.

18/4

223. O n.º 2 deste artigo prevê que os direitos e os deveres fiscais dos incapazes (cf. artigos 111.º, 112.º e 122.º do Código Civil) são exercidos e cumpridos, respectivamente, pelos seus representantes designados nos termos do Código Civil. São incapazes para o exercício de direitos fiscais os menores de 18 anos e os interditos. A representação legal dos incapazes está prevista nos artigos 113.º e seguintes do Código Civil. Os incapazes agem no procedimento fiscal por intermédio dos seus representantes, ou com a assistência do curador, excepto quanto aos actos que possam exercer pessoal e livremente (artigo 66.º, n.º 3 do Código Fiscal).

18/4

224. O n.º 3 deste artigo prevê que, para as entidades sem personalidade jurídica [ou «entidades legalmente equiparadas» (cf. artigo 3.º, alínea 3) do Código Fiscal)], que tenham que cumprir deveres fiscais ou exercer direitos fiscais, tal deve ocorrer por via das pessoas que administram, nos termos da lei aplicável ou meramente de facto, os interesses dessas mesmas entidades sem personalidade jurídica.

18/4

225. O n.º 4 deste artigo prevê que o cumprimento dos deveres fiscais pelos próprios incapazes não torna o acto inválido em virtude dessa circunstância, sem prejuízo do direito de reclamação, recurso hierárquico ou recurso contencioso do representante legal. Trata-se de uma regra excepcional perante o regime da invalidade que decorre da incapacidade no direito civil, que contempla, em termos amplos, a anulabilidade dos actos dos incapazes (cf. artigos 114.º, 131.º a 133.º do Código Civil), tendo em vista proteger especialmente a posição do credor público na relação jurídica fiscal.

18/4

226. Sobre a capacidade procedimental fiscal, veja-se artigo 66.º, n.º 2 do Código Fiscal. Sobre a capacidade judiciária fiscal, veja-se artigo 156.º, n.º 2 do Código Fiscal. Para a representação dos incapazes em juízo, veja-se 156.º, n.º 3 do Código Fiscal.

Artigo 18.º - Gestão de negócios

18/4

227. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

228. O n.º 1 deste artigo prevê que os actos que não tenham carácter pessoal praticados pelo gestor de negócios produzam os seus efeitos em relação ao dono do negócio para efeitos da relação jurídica fiscal nos termos da lei civil. Trata-se de uma norma remissiva, nesta matéria, para o regime da gestão de negócios previsto no Código Civil (cf. artigo 458.º e seguintes do Código Civil).
229. O n.º 2 deste artigo prevê que, até a gestão de negócios ser aprovada ou ratificada pelo dono do negócio, o gestor de negócios assuma os direitos e deveres do sujeito passivo da relação jurídica fiscal.
230. O n.º 3 deste artigo prevê que, em caso de cumprimento das obrigações acessórias ou da obrigação principal de pagamento do imposto (cf. artigo 36.º do Código Fiscal) pelo gestor de negócios, a gestão de negócios se vai presumir como estando ratificada após o termo do prazo legal do seu cumprimento. Esta presunção é ilidível, nos termos gerais, podendo ser afastada pelo dono do negócio.

Artigo 19.º - Sujeitos activos

231. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
232. Este artigo regula os sujeitos activos das relações jurídicas fiscais. Estando previsto que é sujeito activo das relações jurídicas fiscais a «administração fiscal» (cf. alínea 1) do artigo 3.º do Código Fiscal). Em geral, são sujeitos activos das relações jurídicas fiscais: a RAEM e as outras entidades públicas que, nos termos da lei, sejam titulares do direito de exigir o cumprimento das obrigações fiscais. Sobre o conceito de «relação jurídica fiscal» veja-se a alínea 5) do artigo 3.º do Código Fiscal.
233. O sujeito activo é o titular de direitos e deveres na relação jurídica fiscal, em particular sendo quem pode exigir a obrigação principal de pagamento do imposto, bem como a prestação das obrigações acessórias (exigir a apresentação de declarações fiscais aos contribuintes, fiscalizar os contribuintes, entre outras). O sujeito activo deve ser determinado ou ser determinável com base na lei, resultando das leis que regulam cada imposto quem deva ser o sujeito activo.

Artigo 20.º - Sujeitos passivos

234. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

235. O n.º 1 deste artigo prevê que são sujeitos passivos das relações jurídicas fiscais: (1) as pessoas singulares, (2) as pessoas colectivas e (3) as entidades legalmente equiparadas (cf. artigo 3.º, alínea 3) do Código Fiscal) que, nos termos da lei, se encontram vinculadas ao cumprimento de uma obrigação fiscal, seja como contribuintes, substitutos ou responsáveis. Os sujeitos passivos assumem a posição de devedor na obrigação fiscal, conforme estiver configurado na lei.

236. O sujeito passivo pode ser uma pessoa singular ou colectiva, mas também poderá ser um património ou um ente de facto que, nos termos da lei, esteja obrigado ao cumprimento de uma obrigação fiscal. Pode também ser um contribuinte directo, como o seu substituto, ou ainda um responsável fiscal. Também aqui estão incluídos os devedores originários e os seus sucessores.

237. O n.º 2 deste artigo prevê que não seja um sujeito passivo quem (1) suporte o encargo do imposto por repercussão legal ou (2) deva prestar informações sobre assuntos fiscais de terceiros, exibir documentos ou permitir o acesso a imóveis ou locais de trabalho. Não são considerados sujeitos passivos as pessoas que suportam os encargos económicos de um imposto (por exemplo, os consumidores), sem assumirem a posição jurídica de devedor na obrigação fiscal, em resultado da repercussão legal.

Artigo 21.º - Domicílio fiscal

238. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 deste artigo na versão inicial passou a n.º 1 do mesmo artigo na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 3 a este artigo. O n.º 3 deste artigo passou a n.º 4 na versão alternativa da Proposta de Lei.

239. Este artigo regula o domicílio fiscal dos sujeitos passivos da relação jurídica fiscal. Deve haver um único domicílio fiscal para cada sujeito passivo, a ser comunicado pelo contribuinte à administração fiscal (n.º 1 deste artigo). Não deve haver para cada imposto um domicílio fiscal separado, para evitar a duplicação e desactualização que pode resultar de o contribuinte ter vários endereços fiscais registados.

240. O n.º 2 deste artigo prevê que o domicílio fiscal para as pessoas singulares seja o local da sua residência habitual (cf. artigo 83.º do Código Civil) e para as pessoas colectivas seja o local da sua sede (cf. artigo 181.º do Código Comercial) ou direcção efectiva, ou na falta das mesmas, seja o local do seu estabelecimento estável (cf. artigo 4.º do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Código Fiscal) na RAEM.

- 241.** O n.º 3 deste artigo prevê que, para efeitos de notificação, se considera o domicílio fiscal o endereço electrónico que seja declarado pelo sujeito passivo. Tal implica que o endereço electrónico indicado pelo contribuinte e aceite pela administração fiscal seja equiparado ao domicílio fiscal (cf. artigos 82.º, 83.º e 90.º do Código Fiscal, sob a notificação electrónica). O endereço electrónico para efeitos de notificação fiscal consiste num endereço de correio electrónico disponibilizado pela administração fiscal, numa aplicação indicada pela administração fiscal ou noutra tecnologia equivalente [cf. artigo 21.º, n.º 2, alínea 2) da Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica)].
- 242.** O n.º 4 deste artigo prevê que a mudança de domicílio fiscal seja ineficaz para efeitos fiscais enquanto não for comunicada à administração fiscal. Tal implica que até essa comunicação, a administração fiscal possa continuar a considerar o contribuinte residente num domicílio fiscal que este já abandonou. Deve admitir-se, no entanto, que a administração fiscal possa rectificar oficiosamente o domicílio fiscal dos sujeitos passivos, se tal decorrer dos elementos ao seu dispor.
- 243.** Em sentido próximo, sobre a obrigação de comunicar a alteração do domicílio fiscal, veja-se também o artigo 92.º do Código Fiscal.

Artigo 22.º - Representante fiscal

- 244.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditados os novos n.º 2, 4 e 5 a este artigo na versão alternativa do Código Fiscal.
- 245.** O n.º 1 deste artigo prevê que os sujeitos passivos que sejam pessoas singulares residentes no exterior da RAEM ou se ausentem por período superior a 183 dias num ano civil devem designar um representante fiscal com residência habitual na RAEM. Este período superior a 183 dias por ano pode ser seguido ou interpolado.
- 246.** O n.º 2 deste artigo prevê que a nomeação de um representante fiscal possa ser dispensada se o sujeito passivo optar voluntariamente por receber notificações fiscais através da forma electrónica (cf. artigo 21.º, n.º 3 do Código Fiscal).
- 247.** O n.º 3 deste artigo prevê que as pessoas colectivas ou outras entidades legalmente equiparadas que cessem a sua actividade ou que não tenham sede, direcção efectiva



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ou estabelecimento estável na RAEM, mas obtenham rendimentos na RAEM, devem designar um representante com residência habitual na RAEM. Não se aplica, nestes casos, o regime de dispensa da nomeação de um representante fiscal para quem opte por receber notificações fiscais através da forma electrónica nos termos do Código Fiscal (cf. n.º 2 deste artigo).

248. O n.º 4 deste artigo prevê que a designação como representante fiscal deva ser expressamente aceite pelo mesmo.

249. O n.º 5 deste artigo prevê que o representante fiscal possa renunciar à representação, nos termos gerais, tendo que comunicar essa renúncia à administração fiscal, para que a mesma seja eficaz. O mesmo acontece em caso de revogação da designação de um representante fiscal, ou da substituição de um representante fiscal, devendo o representado comunicar estes actos à administração fiscal, para que os mesmos se tornem eficazes perante esta autoridade pública.

250. A designação de um representante perante a administração fiscal permite que os sujeitos passivos que se encontrem no exterior da RAEM possam cumprir as suas obrigações fiscais e exercer os seus direitos e garantias perante a administração fiscal, incluindo de reclamação, recurso hierárquico ou recurso contencioso. Deve ser notado, no entanto, que a falta de designação de um representante fiscal não impede estritamente que um contribuinte possa directamente exercer os seus direitos e garantias fiscais, nomeadamente de reclamação, recurso administrativo ou impugnação judicial. O direito de reclamação, de recurso e de impugnação são direitos fundamentais dos particulares perante a administração fiscal.

Artigo 23.º - Contribuinte

251. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

252. Este artigo prevê um conceito legal de contribuinte. O n.º 1 deste artigo prevê que o contribuinte seja uma pessoa singular, uma pessoa colectiva ou uma entidade legalmente equiparada que tem de suportar uma obrigação de pagamento de imposto, derivada da verificação de um facto fiscal, nos termos da lei.

253. O n.º 2 deste artigo esclarece que, em caso de repercussão legal (cf. artigo 20.º, n.º 2, alínea 1) do Código Fiscal), a pessoa não perca a qualidade de contribuinte, mesmo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signature

que repercuta o pagamento do imposto num terceiro.

Artigo 24.º - Residentes fiscais

254. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

Os n.ºs 1 e 2 deste artigo na versão alternativa do Código Fiscal correspondem materialmente aos n.ºs 3 e 4 do artigo 22.º da versão inicial do Código Fiscal.

255. O n.º 1 deste artigo prevê que são considerados residentes fiscais na RAEM: (1) as pessoas singulares que tenham permanecido mais de 183 dias por ano na RAEM ou, caso tenha permanecido menos tempo em Macau, tenham uma residência na RAEM em condições que permita que se conclua que tenham vontade de manter essa habitação como residência habitual e (2) as pessoas colectivas ou outras entidades legalmente equiparadas que tenham a sua sede ou direcção efectiva na RAEM. Não será suficiente que tenham estabelecimento estável na RAEM.

256. O n.º 2 deste artigo prevê que, tendo em vista avaliar se um interessado permaneceu mais de 183 dias por ano na RAEM, se considera como dia de permanência na RAEM não apenas os dias completos, mas também os dias parcialmente passados dentro do espaço territorial da RAEM.

257. O n.º 3 deste artigo prevê que os contribuintes que satisfaçam os requisitos do n.º 1 deste artigo possam pedir a emissão da declaração de residente fiscal na RAEM.

Artigo 25.º - Pluralidade passiva

258. Este artigo sofreu alterações em língua portuguesa na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações em língua chinesa pela versão alternativa.

259. Este artigo prevê o regime da solidariedade passiva, sendo que quando os pressupostos do facto fiscal se verifiquem em relação a mais de uma pessoa, todas essas pessoas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento da dívida fiscal, salvo disposição legal em sentido contrário. Os sujeitos realizaram conjuntamente o facto fiscal e são por isso solidariamente responsáveis pela obrigação fiscal, que inclui a prestação do montante do imposto, mas também de outras obrigações acessórias.

260. Veja-se o artigo 84.º, n.º 2 do Código Fiscal para a notificação em caso de pluralidade



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

passiva. E veja-se também o artigo 26.º, n.º 8 da Proposta de Lei.

Artigo 26.º - Substituto fiscal

261. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão portuguesa.

262. Este artigo prevê o regime da substituição fiscal, que se verifica quando a obrigação fiscal seja exigida a pessoa diferente do contribuinte, por imposição legal. Esse substituto fiscal pode ser uma pessoa singular, uma pessoa colectiva ou uma entidade legalmente equiparada. A substituição fiscal é efectuada nomeadamente através da retenção na fonte do imposto devido (cf. artigo 29.º do Código Fiscal).

Artigo 27.º - Responsável fiscal

263. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão portuguesa.

264. Este artigo prevê o regime da responsabilidade fiscal. O n.º 1 deste artigo prevê que o responsável fiscal seja a pessoa singular, a pessoa colectiva ou a entidade legalmente equiparada que, além do contribuinte e por imposição da lei, se encontra vinculado ao pagamento do imposto.

265. O n.º 2 deste artigo prevê que a responsabilidade fiscal por dívidas de um terceiro seja apenas subsidiária (cf. artigo 28.º do Código Fiscal), salvo previsão legal em sentido contrário.

266. O n.º 3 deste artigo prevê que a responsabilidade fiscal abrange a totalidade da dívida fiscal e encargos legais, salvo disposição legal em contrário. Sobre o conceito de «encargos legais» veja-se o artigo 3.º, alínea 10) do Código Fiscal.

267. O n.º 4 deste artigo prevê que os responsáveis fiscais têm os mesmos direitos que o devedor principal, quanto à dívida pela qual lhes seja atribuída responsabilidade. As pessoas solidária ou subsidiariamente responsáveis podem reclamar, recorrer administrativamente ou impugnar judicialmente a dívida cuja responsabilidade lhes for atribuída nos mesmos termos do devedor principal. Para esse efeito, a notificação ou citação deve conter todos os elementos essenciais da notificação ou citação do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

devedor principal, incluindo a fundamentação nos termos da lei, acrescidos ainda dos elementos que sejam próprios do devedor solidário ou subsidiário.

Artigo 28.º - Responsabilidade fiscal subsidiária

268. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão portuguesa.

269. Este artigo prevê o regime da responsabilidade fiscal subsidiária (cf. artigo 27.º, n.º 2 do Código Fiscal). O n.º 1 deste artigo prevê que a responsabilidade subsidiária se efectiva por reversão do processo de execução fiscal (cf. artigos 186.º e 189.º do Código Fiscal). A reversão contra o responsável subsidiário depende de fundada insuficiência de bens penhoráveis do devedor principal e dos responsáveis solidários, sem prejuízo do benefício da excussão prévia (cf. artigo 189.º, n.º 4 do Código Fiscal).

270. O n.º 2 deste artigo prevê que o responsável subsidiário fica isento de todos os encargos legais, desde que, após ser citado para cumprir a dívida fiscal constante do título executivo, efectuar o respectivo pagamento no prazo da oposição à execução (no prazo de 30 dias após a citação - cf. artigo 214.º, n.º 1 do Código Fiscal).

271. Esta isenção de pagamento dos «encargos legais» (cf. artigo 3.º, alínea 10) do Código Fiscal) não abrange os juros compensatórios, devidos por atraso na liquidação, imputável ao sujeito passivo, que se integram na própria dívida do imposto, com a qual são conjuntamente liquidados (cf. artigo 37.º, n.ºs 1 e 7 do Código Fiscal).

272. O n.º 3 deste artigo prevê que, apesar da isenção de pagamento dos encargos legais pelo devedor subsidiário previsto no n.º 2 deste artigo, o devedor principal e o responsável solidário continuam obrigados a pagar os encargos legais, caso seja encontrado no seu património os bens necessários.

Artigo 29.º - Responsabilidade no caso de substituição fiscal com retenção na fonte

273. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 3 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 3 da versão inicial passou a n.º 4 deste artigo. A epígrafe sofreu alterações na versão alternativa.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

274. Este artigo prevê o regime da responsabilidade fiscal em caso de uma substituição fiscal operada pela via da retenção na fonte (cf. artigo 26.º do Código Fiscal). O n.º 1 deste artigo prevê que em caso de substituição fiscal com retenção na fonte, a entidade obrigada à retenção na fonte seja responsável pelas importâncias retidas e não entregues ao cofre da RAEM. Enquanto que o substituído fica desonerado de qualquer responsabilidade pelo seu pagamento.
275. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando a retenção seja efectuada por conta do imposto final, cabe ao substituído a responsabilidade originária pelo imposto não retido e ao substituto a responsabilidade subsidiária (cf. artigos 27.º, n.º 2 e 28.º do Código Fiscal).
276. O n.º 3 deste artigo prevê que, para efeitos de retenção na fonte, em caso de atraso na entrega no cofre da RAEM, os juros compensatórios (cf. artigo 37.º do Código Fiscal) que sejam devidos entre o termo do prazo para pagamento e a data de entrega do imposto retido sejam da responsabilidade do substituto.
277. O n.º 4 deste artigo prevê que, nos casos de retenção definitiva, o substituído apenas é subsidiariamente responsável (cf. artigos 27.º, n.º 2 e 28.º do Código Fiscal), pelo pagamento da diferença entre as importâncias que deveriam ter sido retidas na fonte e as importâncias que efectivamente foram retidas na fonte. A responsabilidade originária pelo pagamento do imposto, em caso de retenção na fonte definitiva, cabe ao substituto.
278. Nos casos dos n.ºs 2 e 4 deste artigo, na falta ou insuficiência de bens do devedor principal, a execução fiscal reverte contra os responsáveis subsidiários (cf. artigos 186.º e 189.º do Código Fiscal).

Artigo 30.º - Responsabilidade no caso de substituição fiscal sem retenção na fonte

279. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão alternativa.
280. Este artigo prevê o regime para a responsabilidade fiscal em caso de uma substituição fiscal operada sem retenção na fonte. O n.º 1 deste artigo prevê que, em caso de substituição fiscal sem retenção na fonte, o substituto é responsável pelas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

importâncias cobradas e não entregues no cofre da RAEM. Enquanto que o substituído fica desonerado de qualquer responsabilidade pelo seu pagamento. Este regime é similar ao previsto no n.º 1 do artigo 29.º do Código Fiscal.

281. O n.º 2 deste artigo prevê que em caso de cobrança em falta, cabe ao substituído a responsabilidade originária pelas importâncias não cobradas e ao substituto a responsabilidade subsidiária, mas apenas quando a cobrança em falta se dever a culpa sua. Neste caso, a responsabilidade subsidiária do substituto fica dependente de culpa própria na falta da cobrança. Este regime aproxima-se da responsabilidade dos membros dos corpos sociais (cf. artigo 31.º do Código Fiscal), não sendo, no entanto, exigido ao substituto o ónus da prova de não ter culpa na falta de cobrança.

Artigo 31.º - Responsabilidade dos membros dos órgãos das pessoas colectivas e das entidades legalmente equiparadas

282. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditada uma nova alínea 3) ao n.º 1 deste artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

283. Este artigo prevê o regime de responsabilidade subsidiária dos membros dos corpos sociais de pessoas colectivas ou outras entidades legalmente equiparadas. Este regime de responsabilidade subsidiária visa apenas as dívidas fiscais (decorrentes do não pagamento de impostos), não incluindo as dívidas de multas fiscais.

284. O n.º 1 deste artigo prevê que os administradores, directores e gerentes e outras pessoas que exerçam, ainda que somente de facto, funções de administração, direcção ou gestão em pessoas colectivas ou entidades legalmente equiparadas são subsidiariamente responsáveis em relação a estas entidades, e solidariamente entre si, pelo pagamento de certas dívidas fiscais. A base desta responsabilidade fiscal é uma culpa subjectiva, ainda que por vezes presumida, no exercício destes cargos sociais.

285. Tal abrange não apenas as sociedades comerciais e sociedades civis (actualmente apenas se prevê responsabilidade fiscal para as sociedades com responsabilidade limitada – artigo 297.º do Código das Execuções Fiscais), mas ainda outras pessoas colectivas, nomeadamente as associações, as fundações e as entidades legalmente equiparadas às pessoas colectivas (cf. artigo 3.º, alínea 3) do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

286. As dívidas fiscais abrangidas são:

- (1) as dívidas cujo facto constitutivo se tenha verificado durante o exercício do respectivo cargo, excepto quando os interessados provarem que a insuficiência do património para o pagamento das dívidas fiscais não resultou de culpa sua (cf. alínea 1), do n.º 1 deste artigo);
- (2) as dívidas cujo prazo legal de pagamento ou entrega tenha ocorrido no exercício do respectivo cargo, excepto quando os interessados provarem que a falta de pagamento da dívida não resultou de culpa sua (cf. alínea 2), do n.º 1 deste artigo). Estando aqui incluídas as dívidas fiscais cujo acto gerador tenha sido anterior ao exercício das funções;
- (3) as dívidas cujo prazo legal de pagamento ou entrega tenha terminado depois do período de exercício do cargo, quando o património para o pagamento das dívidas fiscais se tenha tornado insuficiente por culpa sua (cf. alínea 3), do n.º 1 deste artigo). Aqui estão incluídas as dívidas fiscais cujo facto constitutivo se tenha verificado tanto antes, como após o exercício das funções.

287. No caso das alíneas 1) e 2) do n.º 1 deste artigo o ónus da prova da falta de culpa funcional no não pagamento da dívida fiscal, para efeitos do n.º 1 deste artigo, corre a cargo dos responsáveis subsidiários (inversão do ónus da prova). Serão os membros dos corpos sociais a ter que fazer a demonstração que não lhe deve ser imputada a insuficiência do património da pessoa colectiva para o cumprimento das dívidas fiscais (para a alínea 1) do n.º 1 deste artigo) ou para a falta de pagamento das dívidas fiscais (para a alínea 2) do n.º 1 deste artigo). Esta presunção de culpa terá que ser afastada pelos interessados, pela demonstração da inexistência de culpa ou inexistência de um nexo de causalidade entre a sua actuação e a insuficiência do património da pessoa colectiva ou a falta de pagamento das dívidas fiscais.

288. No caso da alínea 3) do n.º 1 deste artigo, para efeitos do pagamento de dívidas fiscais cujo prazo legal de pagamento ou entrega tenha terminado depois do período de exercício do cargo, não se opera esta inversão do ónus da prova. Será a administração fiscal a demonstrar que o património da pessoa colectiva se tornou insuficiente para o cumprimento das dívidas fiscais, por culpa dos membros dos corpos sociais.

289. O n.º 2 deste artigo prevê que o regime de responsabilidade subsidiária previsto no



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

n.º 1 deste artigo se aplique também, com as necessárias adaptações, para os membros dos órgãos de fiscalização, quando se demonstre que a violação dos deveres fiscais pela pessoa colectiva ou equiparada resultou do incumprimento das funções de fiscalização legalmente atribuídas ao órgão de fiscalização. O n.º 2 deste artigo não opera uma inversão do ónus da prova para este efeito.

290. Na sua versão inicial também se previa no n.º 2 deste artigo uma responsabilidade fiscal para os contabilistas que prestassem serviços de contabilidade e fiscalidade, em caso de violação dos deveres profissionais e técnicos na área da contabilidade fiscal ou na apresentação de declarações fiscais, demonstrações financeiras e outros elementos fiscais. O proponente entendeu não ser de manter esta opção legislativa.

Artigo 32.º Responsabilidade dos liquidatários

291. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 3 a este artigo na versão alternativa do Código Fiscal.

292. O n.º 1 deste artigo prevê que na liquidação de qualquer património (cf. artigo 1031.º e seguintes do Código de Processo Civil), os liquidatários devem começar por satisfazer as dívidas fiscais com esse mesmo património, sob pena de ficarem pessoal e solidariamente responsáveis pelas respectivas importâncias. Trata-se, por opção legal expressa, de uma responsabilidade solidária e não de uma responsabilidade subsidiária (cf. artigo 27.º, n.º 2 do Código Fiscal).

293. O n.º 2 deste artigo prevê que a responsabilidade dos liquidatários, para este efeito, seja afastada quando as dívidas que sejam pagas primeiro gozem de preferência perante as dívidas fiscais (cf. artigo 728.º e seguintes do Código Civil).

294. O n.º 3 deste artigo prevê que se a liquidação for efectuada em processo de falência ou insolvência, a ordem de pagamento é fixada pelo tribunal na sentença de verificação e graduação dos créditos que seja proferida (cf. artigo 1152.º do Código de Processo Civil), devendo os liquidatários satisfazer as dívidas fiscais de acordo com o previsto na sentença. Neste caso, a responsabilidade dos liquidatários é também excluída quando a liquidação ocorra no processo de falência ou insolvência, onde os liquidatários devem obedecer à ordem prescrita pelo tribunal.



Artigo 33.º - Responsabilidade dos gestores de bens ou direitos de sujeitos passivos que residem no exterior

295. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

296. Este artigo prevê o regime de responsabilidade dos gestores de bens de não residentes fiscais. O n.º 1 deste artigo prevê que os gestores de bens ou direitos de sujeitos passivos que residam no exterior e não tenham um «estabelecimento estável» na RAEM (cf. artigo 4.º do Código Fiscal) são solidariamente responsáveis, entre si e em relação a estes, por todos os impostos e encargos legais relativos ao exercício do seu cargo. Trata-se de uma responsabilidade solidária e não de uma responsabilidade subsidiária (cf. artigo 27.º, n.º 2 do Código Fiscal). A administração fiscal pode exigir o pagamento do imposto ao gestor de bens. A responsabilidade do gestor de bens apenas pode ser exigida na medida do exercício do cargo, que lhe tenha sido confiado, e apenas se reporta ao período de exercício do cargo.

297. O n.º 2 deste artigo prevê que se consideram como gestores de bens ou direitos todas as pessoas singulares ou colectivas que assumam ou sejam incumbidas, por qualquer meio, da direcção de negócios de entidades não residentes fiscais sem estabelecimento estável na RAEM, agindo no interesse e por conta dos mesmos. Os gestores, para este efeito, abrangem todos os mandatários da administração de bens ou direitos, de direito ou de facto, agindo em nome próprio ou em nome do mandante, desde que se esteja a actuar no interesse e por conta do terceiro. Este conceito é muito abrangente e inclui os gestores de negócios (cf. artigo 458.º do Código Civil) e os mandatários sem representação (cf. artigo 261.º do Código Civil).

298. O n.º 3 deste artigo prevê que o gestor de bens ou direitos de sujeitos passivos que residem no exterior possa ser pessoa diferente do representante fiscal (cf. artigo 22.º do Código Fiscal). O não residente fiscal pode confiar a administração dos seus bens a uma pessoa e a sua representação fiscal a outra pessoa. Neste caso, no entanto, o representante fiscal deve comunicar à administração fiscal quem é o gestor de bens ou direitos de sujeitos passivos que residem no exterior, quando tenha conhecimento desse facto. O representante fiscal deve ainda prestar as informações que possua e permitam identificar o gestor de bens ou direitos à administração fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 34.º - Transmissão dos créditos e obrigações fiscais

299. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações na versão alternativa.
300. O n.º 1 deste artigo prevê que os créditos fiscais não possam ser cedidos a um terceiro, salvo nos casos previstos na lei. O credor fiscal, em regra, não pode ceder o seu crédito a um terceiro (proibição da cessão de créditos fiscais). Ressalvam-se os casos previstos na lei, que não existem actualmente na legislação fiscal. Admite-se, no entanto, a possibilidade de um terceiro pagar uma obrigação fiscal podendo ficar sub-rogado nos direitos da administração fiscal (cf. artigo 587.º do Código Civil), desde que seja autorizado para o efeito (cf. artigo 43.º, n.º 2 do Código Fiscal).
301. O n.º 2 deste artigo prevê que também as obrigações fiscais não possam ser transmitidas entre vivos, salvo nos casos previstos na lei. Não sendo indiferente a pessoa do devedor, e o seu património, é determinado que as dívidas fiscais, em regra, não sejam transmissíveis (cfr. artigo 590.º do Código Civil).
302. O n.º 3 deste artigo prevê que as obrigações fiscais originárias e subsidiárias sejam transmitidas em caso de sucessão por morte (cf. artigo 1031.º e seguintes do Código de Processo Civil), mesmo que não tenham sido ainda liquidadas. Os herdeiros adquirem os mesmos direitos e obrigações do falecido, inclusive para efeitos das obrigações fiscais. Os herdeiros só respondem dentro das forças da herança, conforme resulta do regime geral da sucessão legal (cf. artigo 1909.º do Código Civil).
303. O n.º 4 deste artigo prevê que, sem prejuízo do previsto no n.º 3 deste artigo, as obrigações fiscais originárias e subsidiárias se transmitem também aos legatários, quando toda a herança se distribua através de legados (cf. artigo 1919.º e artigo 2107.º do Código Civil). O mesmo acontece ainda, quando, havendo legatários, o valor atribuído à quota dos herdeiros seja inferior ao montante das dívidas fiscais. Ainda que, neste último caso, a herança seja insuficiente para pagamento integral dos legados, que devem ser pagos rateadamente (cf. artigo 2108.º do Código Civil).



CAPÍTULO II - Objecto da relação jurídica fiscal

Artigo 35.º - Objecto

304. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 3 a este artigo na versão alternativa da Proposta de Lei.
305. O n.º 1 deste artigo prevê a prestação objecto da obrigação fiscal principal e as demais obrigações fiscais acessórias. O objecto da relação jurídica fiscal pode incluir: (1) o crédito e a dívida fiscal; (2) o direito à dedução, reembolso ou restituição do imposto; (3) o direito a prestações acessórias de qualquer natureza e o correspondente dever ou sujeição; (4) o direito a juros indemnizatórios; (5) o direito a juros compensatórios; (6) o direito a juros de mora; e (7) o direito a juros à taxa de 3% da dívida.
306. O n.º 2 deste artigo prevê que o crédito fiscal seja indisponível (cf. artigo 34.º, n.º 1 do Código Fiscal). A indisponibilidade do crédito fiscal deve estender-se a outros vínculos creditícios da relação jurídica fiscal, nomeadamente ao direito a juros fiscais.
307. O n.º 3 deste artigo prevê que a fixação de condições para a redução ou extinção do crédito fiscal só possa ocorrer por disposição legal com respeito pelos princípios da igualdade fiscal e da legalidade fiscal.

Artigo 36.º - Obrigações do sujeito passivo

308. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
309. O n.º 1 deste artigo prevê que a obrigação principal do sujeito passivo consista no pagamento do imposto. Esta prestação fiscal terá carácter patrimonial, devendo também ter carácter pecuniário, enquanto quantia em dinheiro.
310. O n.º 2 deste artigo prevê que sejam obrigações acessórias do sujeito passivo as obrigações que visam permitir o apuramento da obrigação de imposto, nomeadamente a apresentação de declarações fiscais, a exibição de documentos fiscalmente relevantes, incluindo a contabilidade ou escrita, e a prestação de informações à administração fiscal. Existem outras obrigações acessórias no direito fiscais, nomeadamente as obrigações decorrentes de sanções fiscais.



Artigo 37.º - Juros compensatórios

311. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 8 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei.

312. O n.º 1 deste artigo prevê que sejam devidos juros compensatórios pelo sujeito passivo quando este retardar por facto que lhe possa ser imputável: (1) a liquidação total ou parcial do imposto devido, (2) a entrega do imposto a reter no âmbito da substituição fiscal ou (3) a entrega de imposto a pagar a ser autoliquidado e entregue no cofre da RAEM. Tal terá que resultar de factos imputáveis ao sujeito passivo, pelo que a sua conduta deve ser culposa, podendo ser dolosa ou negligente, para que o sujeito passivo deva juros compensatórios.

313. O n.º 2 deste artigo prevê que são também devidos juros compensatórios quando o sujeito passivo, por facto a si imputável, obtenha reembolso superior ao devido.

314. O n.º 3 deste artigo prevê que os juros compensatórios se contam por cada dia de atraso, contando-se a partir do fim do prazo para a apresentação da declaração fiscal, de entrega do imposto retido ou que deveria ter sido retido na fonte ou de entrega do imposto a ser autoliquidado, até ao suprimimento ou correcção da falta que motivou o retardamento da liquidação do imposto em cada caso.

315. O n.º 4 deste artigo prevê que, se a causa dos juros compensatórios for o recebimento de reembolso indevido, os juros compensatórios se contam a partir da data do recebimento indevido até ao suprimimento ou correcção da falta que o motivou.

316. O n.º 5 deste artigo prevê que se considera haver retardamento da liquidação quando as declarações fiscais forem apresentadas fora dos prazos legais.

317. O n.º 6 deste artigo prevê que a taxa dos juros compensatórios corresponda à taxa de juro legal fixada nos termos do n.º 1 do artigo 552.º do Código Civil. A taxa de juros legais encontra-se actualmente fixada em 9,75% (cf. artigo 1.º da Ordem Executiva n.º 29/2006).

318. O n.º 7 deste artigo prevê que os juros compensatórios se integram na dívida do imposto, sendo liquidados com a liquidação da dívida fiscal.

319. O n.º 8 deste artigo prevê que a liquidação deve indicar os montantes da dívida de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

imposto e dos juros compensatórios, explicando com clareza o seu cálculo e distinguindo os juros compensatórios a serem cobrados das outras prestações fiscais a serem devidas.

320. A liquidação dos juros compensatório juntamente com a dívida do imposto deve ser devidamente fundamentada pela administração fiscal. Deve ser indicada a situação fáctica violadora da lei que justifica a liquidação dos juros compensatórios e que permitem que a administração fiscal tenha imputado culposamente ao sujeito passivo o atraso na liquidação do imposto ou o recebimento de reembolso indevido.

321. Os juros compensatórios previstos neste artigo têm a natureza de uma reparação civil, indemnizando o credor pela demora na entrega da quantia devida, que não foi liquidada pontualmente ou que foi indevidamente reembolsada.

Artigo 38.º - Juros indemnizatórios

322. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Este artigo passou a conter os n.ºs 1 a 4 na versão alternativa do Código Fiscal.

323. Este artigo regula o regime dos juros indemnizatórios, que visam compensar o contribuinte pela mora na devolução de uma prestação fiscal que seja cobrada indevidamente, por razão imputável à administração fiscal. Na opção legislativa formulada, estes juros indemnizatórios assumem uma função compensatória do dano moratório causado pelo atraso na devolução do imposto que tenha sido cobrado indevidamente – mora na restituição de impostos indevidos. Em geral, por razões de justiça material na tributação, justifica-se o pagamento de juros indemnizatórios aos contribuintes se houver um erro imputável à administração fiscal de que resulte o pagamento de uma dívida fiscal em montante superior ao legalmente devido. Actualmente o direito a juros indemnizatórios está previsto no Imposto de Consumo (cf. artigos 43.º, 86º e 87.º do Regulamento do Imposto de Consumo).

324. O n.º 1 deste artigo prevê que se proceda ao pagamento de juros indemnizatórios ao sujeito passivo pela administração fiscal quando, havendo lugar à restituição de imposto indevido por ter ocorrido uma anulação da colecta (cf. n.º 1 do artigo 135.º do Código Fiscal), a restituição de imposto indevido não seja feita no prazo legalmente previsto (nos termos do artigo 147.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

325. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando a restituição dependa de um requerimento a ser apresentado pelo interessado, a administração fiscal pague juros indemnizatórios se a falta de restituição no prazo legal for imputável à própria administração fiscal.
326. O n.º 3 deste artigo prevê que os juros indemnizatórios se contem desde o termo do prazo legal para restituição até à data do despacho de autorização de pagamento.
327. O n.º 4 deste artigo prevê que a taxa dos juros indemnizatórios, tendo natureza de um juro moratório, corresponda à taxa de juro legal fixada nos termos do n.º 1 do artigo 552.º do Código Civil, que se encontra actualmente fixada em 9,75% (cf. artigo 1.º da Ordem Executiva n.º 29/2006) (cf. artigo 37.º, n.º 6 do Código Fiscal).

CAPÍTULO III - Constituição e alteração da relação jurídica fiscal

Artigo 39.º - Disposições gerais

328. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
329. Este artigo prevê as regras gerais sobre a constituição e a alteração da relação jurídica fiscal. O n.º 1 deste artigo prevê que a relação jurídica fiscal se constitui com o facto fiscal. A obrigação fiscal principal surge com a verificação do facto fiscal. Os deveres acessórios surgem também a partir deste momento.
330. O n.º 2 deste artigo prevê que os elementos essenciais da relação jurídica fiscal não podem ser alterados por vontade das partes. As partes não podem alterar os elementos da relação jurídica fiscal (objecto da obrigação fiscal, juros, prazo de pagamento, etc.). Estando preenchidos os pressupostos de facto, a obrigação fiscal fica estritamente vinculada, quando ao seu objecto e regime. Tal resulta do princípio da legalidade fiscal e do princípio da legalidade da actividade administrativa (cf. artigo 3.º do Código do Procedimento Administrativo). A administração fiscal não pode conceder moratórias no pagamento de obrigações fiscais, excepto nos casos previstos por lei. A vontade da administração fiscal apenas é relevante para as obrigações acessórias, onde pode determinar a oportunidade e âmbito de uma intervenção, por exemplo na fiscalização.
331. O n.º 3 deste artigo prevê que a qualificação do negócio jurídico efectuada pelas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

partes, mesmo em documento autêntico, não vincula a administração fiscal.

Artigo 40.º - Tributação de rendimentos ou actos ilícitos

332. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

333. Este artigo prevê a tributação de rendimentos ou actos ilícitos. O carácter ilícito da obtenção de rendimentos ou da aquisição, titularidade ou transmissão de bens não obsta à sua tributação, quando estes actos preencham os pressupostos das normas de incidência que sejam aplicáveis. O direito fiscal considera irrelevante a ilicitude do comportamento gerador do imposto para efeitos da tributação.

Artigo 41.º - Simulação de negócio jurídico

334. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu ajustamentos na versão em língua portuguesa.

335. Este artigo prevê o regime aplicável, no âmbito do direito fiscal, para a simulação de negócios jurídicos. Estando previsto que, em caso de simulação de negócio jurídico (cf. artigo 232.º e seguintes do Código Civil), a tributação recai sobre o negócio jurídico real e não sobre o negócio jurídico simulado.

336. Os negócios jurídicos simulados são nulos para o direito civil, sendo irrelevantes para efeitos fiscais, não tendo eficácia fiscal. O negócio jurídico real, que foi efectivamente celebrado e tenha sido ocultado, caso exista, é tributado. A tributação de negócio jurídico real dissimulado constante de documento autêntico (por exemplo, venda dissimulada como doação de bem imóvel por escritura pública) deve depender de uma prévia decisão judicial que declare a sua nulidade.

CAPÍTULO IV - Extinção da relação jurídica fiscal

Artigo 42.º - Formas de extinção da obrigação principal

337. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

- 338.** Este artigo enumera, de forma aberta, as formas típicas de extinção da dívida fiscal, fazendo referência ao pagamento, à compensação, à caducidade do direito à liquidação e à prescrição. Trata-se de uma disposição meramente orientadora, existindo outras formas de extinção da obrigação fiscal principal não referidas, como acontece com a dação em cumprimento (cf. artigo 226.º do Código Fiscal).

Artigo 43.º - Pagamento e condições de sub-rogação

- 339.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. No n.º 2 deste artigo foram introduzidas alíneas pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

- 340.** O n.º 1 deste artigo prevê que o pagamento das dívidas fiscais possa ser efectuado pelo devedor ou por terceiro.

- 341.** O n.º 2 deste artigo prevê que o terceiro que proceda ao pagamento das dívidas fiscais, após o termo do prazo fixado na lei para o seu pagamento, possa procurar ficar sub-rogado nos direitos do credor fiscal. Terá, para esse efeito, que ter previamente obtido a autorização para a sub-rogação da administração fiscal (cf. artigo 127.º do Código Fiscal). Para o efeito, deve ainda obter o consentimento do devedor ou ter demonstrado um interesse legítimo no pagamento da dívida fiscal.

Artigo 44.º - Pagamento em prestações

- 342.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 2 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O número único deste artigo passou para o n.º 1 deste artigo na versão alternativa.

- 343.** O n.º 1 deste artigo prevê que o devedor possa requerer o pagamento em prestações, nos casos admitidos na lei. O pagamento em prestações pode ser pedido nomeadamente no processo de execução fiscal (cf. artigo 221.º do Código Fiscal).

- 344.** O n.º 2 deste artigo prevê que, quando seja autorizado o pagamento das dívidas fiscais em prestações, a falta de pagamento de uma única prestação determine o vencimento imediato de todas as prestações que ainda não tenham sido pagas (cf.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

artigo 225.º, n.º 1 do Código Fiscal) (cf. artigo 770.º do Código Civil).

345. Em geral, o pagamento da obrigação fiscal em prestações, em caso de notórias dificuldades financeiras do devedor fiscal, deveria ser admitido amplamente no procedimento administrativo fiscal para todos os impostos. Evitando-se que uma dívida fiscal siga para relaxe e seja sujeita a um processo de execução fiscal, quando o contribuinte não a possa pagar imediatamente de uma só vez por se encontrar numa situação financeira difícil. Deve, por isso, ser introduzido no futuro próximo um regime legal que regule, para todas as dívidas fiscal, o pagamento em prestações.

Artigo 45.º - Juros de mora

346. Este artigo sofreu ajustamentos de redacção na versão alternativa da Proposta de Lei.

347. Este artigo prevê o regime dos juros de mora por falta de pagamento de impostos. O n.º 1 deste artigo prevê que são devidos juros de mora quando o sujeito passivo não pague o imposto devido no prazo fixado nas leis fiscais (cf. artigo 126.º do Código Fiscal). O prazo de pagamento do imposto pode ser prorrogado por despacho do Chefe do Executivo (cf. artigo 126.º, n.º 2 do Código Fiscal).

348. O n.º 2 deste artigo prevê que a taxa de juros de mora seja de 1% ao mês, salvo disposição legal em contrário. Tal corresponde à taxa de juros de mora actualmente aplicada (cf. artigo 3.º do Decreto Provincial n.º 33/74, de 28 de Dezembro).

349. O n.º 3 deste artigo prevê que os juros de mora se vençam no primeiro dia de cada mês, sendo contado como inteiro o mês em que se faça a cobrança. Os juros de mora aplicáveis às dívidas fiscais são devidos até à data do pagamento da dívida.

350. O n.º 4 deste artigo prevê, como regra geral, que o prazo máximo de contagem dos juros de mora seja de três anos. Em caso de pagamento em prestações da dívida fiscal (cf. artigo 44.º do Código Fiscal), os juros de mora são contados até ao termo do prazo do respectivo pagamento, não podendo exceder cinco anos. Tal implica que exista uma taxa máxima de juros de mora de 36% (1% ao mês durante 36 meses), em geral, e de 60% (1% ao mês durante 60 meses) para o pagamento em prestações.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 46.º - Cobrança de 3% de dívidas

351. Este artigo sofreu ajustamentos de redacção na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações em língua portuguesa na versão alternativa.

352. Este artigo prevê a cobrança de um juro de 3% por dívidas fiscais. O não pagamento do imposto no prazo legal fixado nas leis fiscais determina a cobrança de um juro de 3% de dívidas. Trata-se de um juro adicional, que acresce aos juros de mora previstos no artigo 45.º do Código Fiscal, que visa um efeito compulsório que leve o devedor ao rápido pagamento das dívidas fiscais. O juro fiscal em caso de não pagamento pontual do imposto é composto, portanto, (1) por um juro de mora mensal de 1% e ainda também (2) por um juro adicional de 3% de dívidas.

Artigo 47.º - Compensação

353. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 3 deste artigo na sua versão inicial passou a constar do n.º 2 deste artigo na sua versão alternativa. O n.º 2 deste artigo da sua versão inicial passou a n.º 3 deste artigo na sua versão alternativa.

354. Este artigo prevê o regime da compensação das dívidas fiscais no processo de execução fiscal. Para além desta compensação de créditos fiscais na execução fiscal, também pode ocorrer a extinção da obrigação fiscal por compensação de créditos fiscais durante o procedimento administrativo fiscal, nomeadamente por via da utilização dos títulos de anulação (cf. artigo 142.º do Código Fiscal).

355. O n.º 1 deste artigo prevê que os créditos fiscais do executado, que dão lugar à restituição de imposto por anulação de colecta (cf. artigos 135.º e seguintes do Código Fiscal), são aplicados na compensação das suas dívidas que estejam a ser cobradas em processo de execução fiscal (cf. artigo 146.º do Código Fiscal). Para se proceder à compensação de créditos fiscais no processo de execução fiscal não pode estar: (1) a decorrer prazo para interposição de recurso contencioso (cf. artigo 160.º do Código Fiscal) ou oposição à execução (cf. artigo 230.º do Código Fiscal) (cf. alínea 1) do n.º 1 do artigo 47.º do Código Fiscal); ou (2) pendente recurso contencioso ou oposição à execução, ou a dívida a ser paga em prestações, quando a dívida exequenda esteja garantida nos termos do artigo 196.º do Código Fiscal (cf. alínea 2) do n.º 1 do artigo 47.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- 356.** O n.º 2 deste artigo prevê que, quando a importância do crédito for insuficiente para o pagamento da totalidade das dívidas fiscais, a compensação se efectua prioritariamente: (1) pelas dívidas mais antigas, (2) dentro das dívidas com a mesma antiguidade, com as dívidas de menor valor, e (3) com qualquer das dívidas que esteja em igualdade de circunstâncias.
- 357.** O n.º 3 deste artigo prevê que, se o crédito for insuficiente para o pagamento das dívidas e dos encargos legais, se proceda primeiro ao pagamento da dívida, e depois sucessivamente ao pagamento dos juros de mora, dos 3% de dívidas, dos encargos do processo de execução fiscal e de quaisquer outras despesas que ocorram no procedimento fiscal e no processo de execução fiscal.
- 358.** O n.º 4 deste artigo prevê que a compensação seja efectuada mediante pagamento da dívida e dos encargos legais a favor do serviço de execução fiscal (actualmente será ainda a Repartição das Execuções Fiscais).
- 359.** O n.º 5 deste artigo prevê que o montante da dívida extinta por compensação seja contabilizado como receita e abatido à receita do imposto do sujeito passivo.

Artigo 48.º - Caducidade do direito à liquidação

- 360.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditadas duas novas alíneas ao n.º 3 e aditado um novo n.º 4 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada em língua chinesa pela versão alternativa da Proposta de Lei.
- 361.** O n.º 1 deste artigo prevê que o direito de liquidar os impostos caduca se a liquidação não for notificada ao contribuinte no prazo de cinco anos. A falta de notificação da liquidação do imposto no prazo de caducidade constitui fundamento de oposição à execução fiscal (cf. artigo 231.º, n.º 1, alínea 5) do Código Fiscal). O prazo de caducidade conta-se, nos impostos periódicos, a partir do termo do ano em que se verificou o facto fiscal (cf. alínea 1), n.º 1 do artigo 48.º do Código Fiscal). E, para os impostos de obrigação única, conta-se a partir da data em que o facto fiscal aconteceu, excepto para os impostos sobre o rendimento com retenção na fonte a título definitivo, onde o prazo se conta a partir do ano civil seguinte em que se verificou o facto fiscal (cf. alínea 2), n.º 1 do artigo 48.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

362. O n.º 2 deste artigo prevê que o prazo de caducidade do direito à liquidação se interrompe, sendo reiniciada a contagem do prazo integralmente (cf. artigo 318.º do Código Civil), com o conhecimento do facto fiscal pela administração fiscal. Estão aqui em causa situações onde a administração fiscal toma conhecimento tardiamente de novos factos tributáveis, enquanto decorre ainda o prazo de caducidade. Neste caso, ainda dentro do prazo de caducidade, pode ainda ser feita a revisão oficiosa do imposto a ser cobrado em favor da RAEM (cf. artigo 120.º, n.º 1 do Código Fiscal).

363. O n.º 3 deste artigo prevê que o prazo de caducidade do direito à liquidação se suspende também: (1) em caso de o direito à liquidação resultar de reclamação, recurso hierárquico ou recurso contencioso, a partir da apresentação da reclamação ou da impugnação até à decisão da mesma (alínea 1), n.º 3 do artigo 48.º do Código Fiscal); (2) em caso de litígio judicial de cuja resolução dependa a liquidação do imposto, desde o início do litígio até ao trânsito em julgado da decisão judicial (alínea 2), n.º 3 do artigo 48.º do Código Fiscal); (3) com a apresentação da reclamação da fixação da matéria colectável até à notificação da respectiva deliberação da comissão de revisão (cf. artigo 152.º, n.º 2 do Código Fiscal) (alínea 3), n.º 3 do artigo 48.º do Código Fiscal); (4) durante a existência de uma isenção fiscal, desde a atribuição à caducidade da isenção, salvo disposição em contrário (alínea 4), n.º 3 do artigo 48.º do Código Fiscal); e (5) durante a decorrência de uma acção de fiscalização, desde o início da fiscalização à sua conclusão (alínea 5), n.º 3 do artigo 48.º do Código Fiscal).

364. O n.º 4 deste artigo prevê que a suspensão do prazo de caducidade do direito à liquidação em decorrência de uma acção de fiscalização (cf. alínea 5), n.º 3 do artigo 48.º do Código Fiscal) cessa se a fiscalização ultrapassar 6 meses. Neste caso, conta-se o prazo de caducidade desde o seu início, incluindo-se o período de suspensão de 6 meses nessa contagem da caducidade do direito à liquidação.

Artigo 49.º - Prescrição

365. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 3 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei.

366. O n.º 1 deste artigo prevê que a dívida fiscal prescreve no prazo de 15 anos, salvo se outro prazo mais curto estiver fixado nas leis fiscais aplicáveis. O prazo ordinário da prescrição é de 15 anos, nos termos do artigo 302.º do Código Civil. A versão inicial da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Proposta de Lei previa um prazo de prescrição de 20 anos.

367. O n.º 2 deste artigo prevê que o prazo de prescrição se conta a partir do dia imediato ao termo do prazo de cobrança voluntária (cf. artigo 122.º do Código Fiscal).

368. O n.º 3 deste artigo prevê que o prazo de prescrição se suspende pelo pagamento de prestações, quando tal esteja legalmente autorizado (cf. artigo 44.º do Código Fiscal).

369. A prescrição extingue a obrigação fiscal, inclusive a dívida de imposto e os seus juros fiscais (cf. artigo 297.º, n.º 2 do Código Civil). A prescrição da dívida fiscal pode ocorrer sem que tenha tido lugar o acto de liquidação do imposto.

Artigo 50.º - Conhecimento oficioso da caducidade e da prescrição

370. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada.

371. Este artigo prevê o conhecimento oficioso da caducidade do direito de liquidação do imposto e da prescrição da dívida fiscal. Este artigo inicialmente apenas previa a prescrição, tendo passado a referir-se também à caducidade na versão alternativa da Proposta de Lei. A administração fiscal poderá ter conhecimento oficioso de outras causas de extinção da obrigação fiscal.

372. A prescrição é de conhecimento oficioso pelo serviço de execução fiscal em sede de processo executivo fiscal (cf. artigo 201.º do Código Fiscal). O serviço de execução fiscal deve também conhecer da caducidade, em termos similares.

373. A prescrição pode ser alegada como fundamento da ilegalidade de um acto fiscal que queira cobrar um imposto, quando o imposto esteja prescrito à data desse acto. O mesmo deve acontecer com a caducidade do direito à liquidação do imposto, caso a mesma se verifique.

374. A prescrição da dívida exequenda é fundamento de oposição à execução fiscal (cf. artigo 231.º, n.º 1, alínea 4) do Código Fiscal). A falta de notificação da liquidação do imposto no prazo de caducidade é também um fundamento de oposição à execução fiscal (cf. artigo 231.º, n.º 1, alínea 5) do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

CAPÍTULO V - Garantias dos créditos fiscais

Artigo 51.º - Garantia geral e garantias especiais dos créditos fiscais

375. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

376. O n.º 1 deste artigo prevê que o património do devedor constitui a garantia geral dos créditos fiscais. O património do devedor, como em qualquer outro crédito, é a garantia geral do credor fiscal (cf. artigo 596.º do Código Civil).

377. O n.º 2 deste artigo prevê que, para garantia dos créditos fiscais, a RAEM dispõe ainda de um conjunto de garantias especiais:

- 1) Dos privilégios creditórios previstos no Código Civil ou nas leis fiscais: os privilégios creditórios concedem a certos credores, independentemente do registo, a faculdade de serem pagos com preferência sobre os outros (cf. artigo 728.º do Código Civil). Os privilégios creditórios são mobiliários ou imobiliários, conforme têm por objecto bens móveis ou imóveis, e são gerais ou especiais, conforme abrangem o valor de todos os bens móveis existentes no património do devedor à data da penhora ou data equivalente ou compreendem apenas o valor de determinados bens móveis (cf., entre outros, artigo 731.º e artigo 736.º do Código Civil);
- 2) Do direito de constituição, nos termos da lei, de penhor ou hipoteca legal: quando essas garantias se revelem necessárias à cobrança efectiva da dívida fiscal. Entre os credores que têm hipoteca legal encontra-se a RAEM para efeitos da Contribuição Predial Urbana e da tributação da transmissão de bens móveis que actualmente está prevista ao abrigo do Imposto do Selo (cf. artigo 700.º, alíneas a) e b) do Código Civil; artigo 127.º do Regulamento da Contribuição Predial Urbana). Sobre a constituição de penhor ou hipoteca legal no processo de execução fiscal, veja-se artigo 220.º do Código Fiscal;
- 3) Do direito de retenção previsto na lei: O direito de retenção (cf. artigo 744.º do Código Civil) pode abranger os produtos de que o sujeito passivo seja proprietário (cf. artigo 46.º do Regulamento do Imposto de Consumo).

378. Deve ser notado que o regime da garantia dos créditos fiscais no Código Civil se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

encontra datado e a carecer de ser revisto, dado que em vários momentos se faz ainda menção ao já revogado “sisal ou imposto sobre as sucessões e doações” (cf. artigo 700.º, alínea b) e artigo 736.º, n.º 2 do Código Civil). A vigência destes dispositivos legais é por isso questionável. A tributação sobre a transmissão de bens encontra-se actualmente regulada no Imposto do Selo, pelo que seria este o imposto que deveria ser referido pelo Código Civil para este efeito. É desejável que se proceda com brevidade a uma actualização deste regime da garantia dos créditos fiscais¹⁸.

379. O n.º 3 deste artigo prevê que as garantias referidas na alínea 2) do n.º 2 deste artigo (penhor ou hipoteca legal) só produzem efeitos depois do registo, quando o mesmo seja legalmente exigido. Como o penhor não é normalmente registável (dado que só alguns bens móveis estão sujeitos a registo), esta disposição terá em vista sobretudo a hipoteca, o que tem concretização na constituição de penhor ou hipoteca legal nos n.ºs 2 a 4 do artigo 220.º do Código Fiscal.

Artigo 52.º - Citação para reclamação de créditos

380. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 2 a este artigo pela versão alternativa. Os n.ºs 2 e 3 deste artigo na sua versão inicial passaram a n.ºs 3 e 4 da versão alternativa do Código Fiscal. A epígrafe deste artigo sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

381. O n.º 1 deste artigo prevê que, nos processos de execução que não tenham natureza fiscal, salvo disposição legal em contrário, a Direcção dos Serviços de Finanças e também o serviço de execução fiscal (actualmente a Repartição das Execuções Fiscais) sejam citados pelo tribunal competente para apresentarem, no prazo de 10 dias, uma certidão de onde conste as dívidas que sejam imputadas ao executado que possam ser objecto de reclamação de créditos.

382. O n.º 2 deste artigo prevê que na falta de citação se aplique o regime previsto no n.º 3 do artigo 755.º do Código de Processo Civil.

383. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando não haja dívidas que sejam imputadas ao

¹⁸ Esta actualização do Código Civil deve ocorrer por via da Proposta de Lei intitulada “Adaptação e integração de leis e decretos-leis publicados entre 1994 e 1999”, que se encontra a ser apreciada na especialidade junto da Assembleia Legislativa (elementos disponíveis em <https://www.al.gov.mo/pt/law/lawcase/592>).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

executado que possam ser objecto de reclamação de créditos, será comunicado esse facto ao tribunal através de ofício da Direcção dos Serviços de Finanças e do serviço de execução fiscal (actualmente a Repartição das Execuções Fiscais).

384. O n.º 4 deste artigo prevê que a certidão de dívidas, referida no n.º 1 deste artigo, deve ser remetida ao Ministério Público, para os devidos efeitos legais (cf., entre outros, artigos 755.º, n.º 1, alínea c), 758.º, n.º 2, 1064.º, n.º 1, 1077.º, n.º 1, alínea c), 1084.º, n.º 1, alínea b), 1085.º, n.º 3, 1091.º, n.º 1, alínea c) do Código de Processo Civil). Da certidão de dívidas deve constar a natureza e o montante de cada uma das dívidas, o período de tempo a que se reportam, o montante dos encargos legais e a data a partir da qual são devidos juros de mora. A certidão de dívidas deve indicar a proveniência ou causa da dívida que seja imputada ao executado, bem como a indicação dos artigos matriciais dos prédios sobre que recaiu uma eventual dívida fiscal (cf. alíneas 1) e 4) do artigo 131.º do Código Fiscal).

385. A indicação dos juros de mora, referido no n.º 4 deste artigo, depende do regime dos juros de cada dívida em concreto. Para efeitos da indicação dos juros de mora deve ser referido que, para as dívidas fiscais, será também de fazer constar na certidão de dívidas os juros de 3% de dívidas previsto no artigo 46.º do Código Fiscal. Para as dívidas de natureza pública que não são de impostos não devem ser cobrados os juros de 3% de dívidas, mas apenas os juros de mora previstos no artigo 45.º do Código Fiscal (cf. artigo 213.º do Código Fiscal).

Artigo 53.º Frustração de créditos fiscais

386. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

387. Este artigo prevê o regime para a interposição de meios judiciais para obstar à frustração de créditos fiscais. Este normativo prevê que a administração fiscal comunique ao Ministério Público quando se verificarem os requisitos para a declaração de nulidade (cf. artigo 600.º do Código Civil) ou para a impugnação pauliana (cf. artigos 605.º e seguintes do Código Civil), tendo em vista a interposição de uma acção de declaração de nulidade ou de uma impugnação pauliana, respectivamente, quando tal se justifique, no caso concreto.



Artigo 54.º - Providências cautelares

388. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

389. Este artigo refere-se às medidas cautelares provisórias de natureza administrativa que a administração fiscal pode adoptar sem recurso aos tribunais, nos casos onde a lei lhe atribui essa faculdade (cf. artigos 83.º e 84.º do Código do Procedimento Administrativo). Para além destas medidas provisórias, a administração fiscal pode requerer ao tribunal competente a instauração das providências cautelares de natureza judicial de arresto e arrolamento (cf. artigos 167.º a 172.º do Código Fiscal).

390. O n.º 1 deste artigo prevê que a administração fiscal pode, nos termos que estejam previstos na lei aplicável, tomar providências cautelares para garantia dos créditos fiscais em caso de fundado receio de frustração da sua cobrança ou de destruição ou extravio de documentos ou outros elementos necessários ao apuramento da situação fiscal dos sujeitos passivos e de outros obrigados fiscais.

391. O n.º 2 deste artigo prevê que, entre as medidas provisórias que podem ser adoptadas, se inclui a apreensão de bens, direitos ou documentos, em risco de perda ou extravio, ou na retenção de imposto a que o sujeito passivo tenha direito, até à satisfação dos créditos fiscais.

392. O n.º 3 deste artigo prevê que as medidas provisórias a serem adoptadas devem ser necessárias e proporcionais ao dano a evitar (respeitando o princípio da proporcionalidade - cf. artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo), não causando danos de impossível ou difícil reparação.

393. Quando tenha sido constituída ou prestada garantia idónea ou a penhora garantida a totalidade da dívida exequenda e encargos legais na execução fiscal, não se deve fazer uso das medidas provisórias para garantia dos créditos previstas neste artigo. O crédito fiscal, nesse caso, será garantido pelos meios previstos na execução fiscal.

394. Os actos da administração fiscal previstos neste artigo são impugnáveis, nos termos gerais, podendo ser alvo de reclamação (cf. artigo 150.º do Código Fiscal), recurso hierárquico (cf. artigo 153.º do Código Fiscal) e recurso contencioso (cf. artigo 154.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

TÍTULO IV - Procedimento fiscal

CAPÍTULO I - Disposições gerais

Artigo 55.º - Âmbito do procedimento fiscal

395. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe em língua portuguesa sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

396. Este artigo prevê que o procedimento fiscal compreenda toda a sucessão de actos dirigidos à declaração de direitos fiscais. Este normativo enumera em termos não taxativos os actos fiscais que estão incluídos no procedimento fiscal, sendo referidos expressamente: (1) as acções preparatórias ou complementares da liquidação dos impostos ou de confirmação de factos fiscais declarados pelos sujeitos passivos (cf. artigo 102.º e seguintes do Código Fiscal); (2) a liquidação dos impostos quando efectuada pela administração fiscal (cf. artigo 105.º e seguintes do Código Fiscal); (3) a revisão oficiosa dos actos de fixação da matéria colectável e de liquidação (cf. artigo 120.º do Código Fiscal); (4) o reconhecimento ou revogação dos benefícios fiscais; (5) A prática ou revogação de outros actos fiscais; (6) as reclamações (cf. artigos 150.º a 152.º do Código Fiscal) e os recursos hierárquicos (cf. artigo 153.º do Código Fiscal); (7) a emissão de títulos de anulação e restituição de imposto decorrentes da anulação de colecta (cf. artigo 133.º e seguintes do Código Fiscal); (8) a avaliação directa ou indirecta dos rendimentos ou bens sujeitos a tributação (cf. artigos 110.º a 117.º do Código Fiscal); e (9) a cobrança voluntária do imposto (cf. artigos 121.º a 128.º do Código Fiscal).

Artigo 56.º - Princípios do procedimento fiscal

397. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe em língua portuguesa sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

398. Este artigo prevê que a administração fiscal exerce as suas atribuições na prossecução do interesse público, de acordo nomeadamente com os princípios da legalidade, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade, da celeridade, da participação e da confidencialidade, no respeito pelas garantias dos sujeitos passivos e demais obrigados fiscais.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

399. Toda a actividade da administração fiscal deve subordinar-se ao interesse público, tendo em vista que o sistema fiscal visa a obtenção de receitas para satisfazer as necessidades financeiras da RAEM (cf. artigo 6.º do Código Fiscal).

400. A actividade administrativa pública deve respeitar os direitos e interesses dos particulares, sendo que a administração fiscal deve actuar em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que lhes estejam atribuídos e em conformidade com os fins para que os mesmos poderes lhes forem conferidos (princípio da legalidade) e respeitando os princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade, da boa fé e da participação (cf. artigos 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 8.º e 10.º do Código do Procedimento Administrativo). Acrescem ainda outros princípios gerais do procedimento administrativo fiscal, como o princípio do inquisitório (cf. artigo 57.º do Código Fiscal), o princípio da decisão (cf. artigo 58.º do Código Fiscal) e o princípio da colaboração (cf. artigo 61.º do Código Fiscal).

Artigo 57.º - Princípio do inquisitório

401. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

402. Este artigo determina que a administração fiscal deve, no procedimento fiscal, proceder a todas as diligências que sejam necessárias à satisfação do interesse público e à descoberta da verdade material, não estando subordinada à iniciativa dos pedidos apresentados pelos particulares.

403. A administração fiscal deve tomar a iniciativa de realizar as diligências que sejam relevantes para a averiguação da realidade factual em que vai assentar a decisão (cf. artigo 58.º do Código Fiscal). Atendendo ao dever de imparcialidade (cf. artigo 56.º do Código Fiscal), a administração fiscal deve procurar trazer ao procedimento fiscal todas as provas relevantes, nomeadamente elementos de facto que sejam no interesse dos próprios contribuintes. Este dever exigido à administração fiscal de averiguar a verdade material, apurando os factos relevantes para a decisão, não dispensa os interessados da obrigação de colaborarem na produção da prova, nos termos do artigo 61.º do Código Fiscal.



Artigo 58.º - Obrigatoriedade de decisão

404. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

405. O n.º 1 deste artigo formula um dever geral da administração fiscal de decidir sobre todos os assuntos que lhe sejam apresentados pelos sujeitos passivos (cf. artigo 20.º do Código Fiscal) ou por quem tiver um interesse legítimo no âmbito do procedimento fiscal, sobre as matérias que sejam da sua competência (princípio da decisão - cf. artigo 11.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo). Este dispositivo indica vários meios procedimentais administrativos através dos quais os interessados podem apresentar as suas pretensões ou exercer os seus direitos, e em que existe um dever de decisão, sendo feita referência às reclamações, recursos, queixas ou quaisquer outros meios previstos na lei (petições, requerimentos, exposições, representações, etc. – cf. artigo 73.º do Código Fiscal).

406. A criação de um dever legal de decidir pela administração fiscal tem como finalidade possibilitar a formação de um acto tácito de indeferimento, que depende do incumprimento deste dever de decisão, no prazo legal aplicável, que permite a impugnação contenciosa do acto tácito de indeferimento (indeferimento tácito - cf. artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo).

407. O n.º 2 deste artigo prevê os casos em que não existe um dever de decisão, quando a administração fiscal se tiver pronunciado, há menos de dois anos, sobre um pedido idêntico do mesmo interessado (cf. artigo 11.º, n.º 2 do Código do Procedimento Administrativo). Para o efeito, deve haver identidade do autor e dos fundamentos de facto e de direito invocados (para os pedidos com idênticos objecto e fundamentos).

Artigo 59.º - Dever de sigilo fiscal

408. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

409. O n.º 1 deste artigo prevê o dever de sigilo fiscal dos dirigentes e dos trabalhadores da administração fiscal, dos membros de comissões de avaliação, comissões de fixação e comissões de revisão, dos peritos e de outras pessoas nomeadas pela administração fiscal nos termos da lei fiscal. Os dados relativos à situação fiscal dos contribuintes



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

obedecem ao princípio da confidencialidade, para assegurar o direito à reserva da intimidade da vida privada, consagrada no artigo 30.º da Lei Básica. O dever de sigilo fiscal obriga os dirigentes e os trabalhadores da administração fiscal, e outros intervenientes no procedimento fiscal, a não revelar factos ou informações sobre a situação fiscal dos contribuintes e outros elementos de natureza pessoal que tenham conhecimento no exercício das suas funções. Não estão abrangidos pelo dever de sigilo fiscal factos que tenham natureza pública e sejam disponibilizados ao público por outras vias administrativas (por exemplo, dados constantes dos registos predial, comercial e civil que possam ser livremente consultados).

410. O n.º 2 deste artigo prevê que o dever de sigilo fiscal cesse apenas em caso de: (1) consentimento do contribuinte para a revelação da sua situação fiscal; (2) cooperação legal da administração fiscal com outras entidades públicas, na medida dos seus poderes; (3) Assistência mútua e cooperação da administração fiscal com as administrações fiscais de outros países ou regiões, resultante de acordos em matéria fiscal que vigoram na RAEM; e (4) Colaboração com a justiça, nos termos do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal.

411. O princípio da confidencialidade não obsta a que os dados relativos à situação fiscal dos contribuintes possam ser revelados ao tribunal, nos processos de natureza fiscal (cf. artigos 161.º, 232.º e 275.º do Código Fiscal). Também se prevê a possibilidade de os factos abrangidos pelo sigilo fiscal serem revelados em processos de natureza não fiscal, em casos previstos na lei (cf. alínea 4) do n.º 2 deste artigo). A revelação de dados abrangidos pelo sigilo fiscal pode também decorrer de decisão judicial, nos termos do artigo 122.º do Código de Processo Penal. O sigilo fiscal pode também ser afastado com o consentimento do interessado, nomeadamente para efeitos de comprovar o direito ao apoio judiciário (cf. artigo 17.º, n.º 3 da Lei n.º 13/2012 (Regime geral de apoio judiciário)) (cf. alínea 1) do n.º 2 deste artigo). Entre as excepções ao dever de sigilo fiscal encontram-se ainda as situações relativas à troca de informações fiscais no âmbito das convenções ou acordos internacionais ou inter-regionais em matéria fiscal celebrados entre a RAEM e outras jurisdições fiscais, nos termos da Lei n.º 5/2017 (Regime jurídico da troca de informações em matéria fiscal) (cf. alínea 3) do n.º 2 do artigo 59.º do Código Fiscal). Acrescem ainda as situações onde outras entidades públicas, nos termos da lei, devam ter acesso a dados ou elementos que estejam abrangidos pelo sigilo fiscal (cf. alínea 2) do n.º 2 deste artigo).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

412. O n.º 3 deste artigo prevê que o dever de sigilo fiscal se comunica a quem, nos termos do n.º 2 deste artigo, obtenha elementos protegidos pelo segredo fiscal. Trata-se de uma extensão do dever de confidencialidade para quem tenha obtido acesso a elementos protegidos pelo segredo fiscal, que terá em vista os casos previstos nas alíneas 2), 3) e 4) do n.º 2 deste artigo.

413. O n.º 4 deste artigo prevê que o dever de sigilo fiscal não prejudica o acesso do sujeito passivo aos dados sobre a situação fiscal de outros sujeitos passivos que sejam comprovadamente necessários à fundamentação da impugnação administrativa ou contenciosa, desde que estes elementos sejam prestados expurgados de quaisquer elementos susceptíveis de identificar a pessoa ou pessoas a que dizem respeito. Este acesso aos dados referentes a terceiros apenas deve ocorrer quando tal seja comprovadamente necessário, tendo em vista a fundamentação de uma reclamação, recurso administrativo ou impugnação judicial (por exemplo, para conferir que casos idênticos tiveram um tratamento diferente do dado ao interessado – violação do princípio da igualdade no procedimento fiscal).

Artigo 60.º - Tratamento de dados pessoais

414. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

415. Este artigo prevê que a administração fiscal possa proceder ao tratamento e interconexão de dados pessoais com outras entidades públicas que possuem dados relevantes, na medida necessária ao exercício das competências que lhe sejam atribuídas para a realização dos procedimentos fiscal previstos no presente Código e nas leis fiscais [cf. artigo 9.º da Lei n.º 8/2005 (Lei da Protecção de Dados Pessoais)].

416. Veja-se, em lugar próximo, o previsto no artigo 208.º do Código Fiscal.

Artigo 61.º - Dever de colaboração

417. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

418. Este artigo determina um dever de cooperação dos sujeitos passivos da relação jurídica fiscal e das entidades públicas, em geral, com a administração fiscal, quando esta actue no cumprimento de normas do Código Fiscal e demais leis fiscais. Esta disposição prevê que as pessoas singulares e colectivas e as entidades legalmente



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

equiparadas (cf. artigo 20.º do Código Fiscal) e os serviços públicos ou entidades públicas estão obrigados a proporcionar à administração fiscal os dados e informações com relevância fiscal decorrentes das suas relações económicas, profissionais, laborais ou financeiras com terceiros, quando tal seja solicitado pela administração fiscal.

419. A colaboração que deve ser exigida pela administração fiscal deve decorrer do cumprimento de uma norma legal, bem como ser adequada e proporcional aos objectivos a atingir, conforme decorre do princípio da proporcionalidade¹⁹. Existem situações onde pode ocorrer uma recusa legítima de cooperação, nomeadamente quando a administração fiscal solicite o acesso a elementos abrangidos pelo segredo profissional dos advogados (cf. artigo 62.º, n.º 2 do Código Fiscal).

Artigo 62.º - Exclusão do dever de sigilo

420. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alteração na versão chinesa da Proposta de Lei.

421. Este artigo prevê a exclusão do dever de sigilo legal de várias entidades e profissionais, tendo em vista a colaboração com acções de fiscalização fiscal. O n.º 1 deste artigo prevê uma dispensa do dever de sigilo quando a administração fiscal solicitar, de forma devidamente fundamentada, a disponibilização de elementos fiscais legalmente protegidos, com vista à fiscalização do cumprimento do presente Código e das leis fiscais (cf. artigos 102.º a 104.º do Código Fiscal).

422. Esta exclusão do dever de sigilo visa: (1) as instituições financeiras (afastando o regime do sigilo bancário – cf. artigos 18.º a 20.º do Regime Jurídico do Sistema Financeiro, aprovado pela Lei n.º 13/2023); (2) os advogados, os advogados estagiários e os solicitadores (afastando o segredo profissional do advogado – cf. artigos 5.º a 7.º do Código Deontológico, aprovado pelo Despacho n.º 121/GM/92); (3) os contabilistas habilitados a exercer a profissão, as sociedades de contabilistas habilitados a exercer a profissão, os contabilistas e as sociedades de contabilistas que possam prestar serviços

¹⁹ O artigo 61.º do Código Fiscal apenas se dirige a regular os deveres de cooperação de terceiros perante a administração fiscal. Em geral, no entanto, os órgãos da administração fiscal e os contribuintes, ou outros interessados, estão sujeitos a um dever de colaboração recíproca no procedimento fiscal (cf. artigo 9.º do Código do Procedimento Administrativo).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

contabilísticos e fiscais (afastando o sigilo profissional dos contabilistas – cf. artigo 64.º, n.º 1, alínea 1) e 77.º, n.º 4, alínea 4) do Regime de qualificação e exercício da profissão de contabilista, aprovado pela Lei n.º 20/2020); e (4) os mediadores e os agentes imobiliários (afastando o dever de sigilo dos mediadores imobiliários – cf. artigo 24.º e artigo 40.º, n.º 2 da Lei da actividade de mediação imobiliária, aprovado pela Lei n.º 16/2012).

423. O n.º 2 deste artigo prevê uma excepção à exclusão do dever de sigilo, que se dirige à comunicação confidencial entre advogados, advogados estagiários ou solicitadores e os seus clientes, no âmbito de parecer jurídico solicitado ou no âmbito de um processo judicial actual ou futuro [cf. artigo 7.º, alínea 4) da Lei n.º 5/2017 (Regime jurídico da troca de informações em matéria fiscal)]. Neste âmbito da relação privilegiada entre um advogado e o seu cliente, tendo em vista o aconselhamento jurídico ou a representação legal num procedimento administrativo ou processo judicial, prevalece o segredo profissional do advogado sobre a dispensa do dever de sigilo, motivada por razões de fiscalização fiscal. Como será o caso, por exemplo, se um contribuinte constituir um advogado para o defender num procedimento de fiscalização fiscal, estando em causa a eventual prática de infracções fiscais.

Artigo 63.º - Direito à informação

424. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

425. O n.º 1 deste artigo prevê que os sujeitos passivos (cf. artigo 20.º do Código Fiscal) têm o direito de ser informados pela administração fiscal, oralmente ou por escrito, sempre que o solicitem, a fim de obter esclarecimentos, nomeadamente sobre: (1) a interpretação correcta das leis fiscais e o modo de lhes dar o devido cumprimento; (2) a fase em que se encontram os procedimentos administrativos fiscais em que sejam directamente interessados e a data previsível para a sua conclusão; e (3) Os actos fiscais já praticados nos procedimentos administrativos fiscais em que sejam directamente interessados. Mais detalhadamente:

425.1. A alínea 1) do n.º 1 deste artigo regula o pedido de informação sobre a interpretação das leis fiscais, que visa obter a emissão de orientações escritas emitidas pela administração fiscais para esclarecer questões de direito relevantes colocadas pelos contribuintes, sobre a correcta interpretação de normas fiscais,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

tendo em vista conhecer a posição da administração fiscais sobre matérias que suscitem fundadas dúvidas interpretativas ou de aplicação. Pode ser também pedida informação de carácter genérico sobre os direitos e obrigações de um interessado em matéria fiscal e cumprimento de deveres acessórios em matéria fiscal (“e modo de lhes dar cumprimento”);

425.2. A alínea 2) do n.º 1 deste artigo regula a informação a ser prestada sobre procedimentos fiscais em curso, onde se deve informar genericamente apenas sobre andamento dos procedimentos em que sejam directamente interessados e o tempo previsto para a sua conclusão (direito à informação sobre procedimentos fiscais em curso, cujo conhecimento pelos interessados não deve comprometer o fim principal do procedimento);

425.3. A alínea 3) do n.º 1 deste artigo regula o direito à informação procedimental, que permite que se possa pedir acesso aos actos fiscais já praticados, nos processos fiscais em que sejam directamente interessados; e

425.4. As alíneas 2) e 3) do n.º 1 deste artigo regulam o direito à informação procedimental, que permite que os interessados possam pedir informação administrativa sobre a sua concreta situação fiscal e relativos a processos fiscais em que sejam directamente interessados, sendo também reconhecido o direito de acesso aos arquivos ou registos administrativos (cf. artigos 63.º a 67.º do Código do Procedimento Administrativo).

426. O n.º 2 deste artigo prevê que as informações prestadas pela administração fiscal devem ser claras, detalhadas e completas. As informações fiscais devem ser fornecidas pela administração fiscal no prazo de 10 dias úteis (cf. artigo 63.º, n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo).

427. Os órgãos da Administração Pública devem prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelos particulares, desde que os mesmos não tenham carácter confidencial ou de reserva pessoal (princípio da cooperação - cf. artigo 56.º, do Código Fiscal). A prestação de informações erradas, por escrito, ainda que não obrigatórias, pode gerar responsabilidade civil da administração fiscal (cf. artigo 9.º, n.º 2 do Código do Procedimento Administrativo).

428. Os sujeitos passivos podem reagir contra a omissão do dever de informar através da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

acção para prestação de informação, consulta de processo ou passagem de certidão (cf. artigos 108.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso). Este contencioso administrativo relativo ao acesso à informação fiscal integra-se ainda no âmbito do processo judicial fiscal (cf. artigo 155.º do Código Fiscal), devendo seguir o regime geral do processo administrativo contencioso.

Artigo 64.º - Exclusão de responsabilidade em caso de cumprimento de instruções da administração fiscal

429. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações.

430. Este artigo prevê que a prática de um acto violador da lei ou a omissão de acto legalmente devido, decorrente do cumprimento pelos sujeitos passivos de instruções escritas transmitidas pela administração fiscal sobre os seus deveres fiscais acessórios (por exemplo, apresentação de declarações fiscais, emissão de facturas ou documentos equivalentes, ou manutenção da contabilidade), isente esses sujeitos passivos de qualquer responsabilidade pela prática ou omissão do respectivo acto. Esta isenção de responsabilidade visa afastar a aplicação de eventuais infracções fiscais ou outras sanções aplicáveis a estas condutas.

431. Atendendo ao princípio da boa fé no exercício da actividade administrativa, a administração fiscal deve ter em consideração as informações que tenham suscitado confiança nos contribuintes a quem tenham sido prestadas. O respeito pela expectativa fundada gerada junto dos contribuintes pela actuação da administração fiscal justifica que não se deva penalizar quem tenha razoavelmente actuado em conformidade com a informação que lhe tenha sido prestada (cf. artigo 8.º, n.º 2, alínea b) do Código do Procedimento Administrativo).

Artigo 65.º - Efeitos de decisão favorável ao sujeito passivo

432. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

433. Este artigo prevê que a administração fiscal está obrigada, em caso de total ou parcial procedência de reclamação, recurso hierárquico ou processo judicial a favor do sujeito passivo, à prática de todos os actos jurídicos e operações materiais que sejam



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

concretamente necessários para obter a reintegração efectiva da ordem jurídica violada e à reposição da situação actual hipotética. Em geral, o cumprimento espontâneo pelos órgãos administrativos das decisões dos tribunais em processos do contencioso administrativo, transitadas em julgado, obrigam à prática de todos os actos jurídicos e operações materiais que sejam necessários, conforme as hipóteses, à reintegração efectiva da ordem jurídica violada e à reposição da situação actual hipotética (cf. artigo 174.º, n.º 3 do Código do Processo Administrativo Contencioso).

CAPÍTULO II - Sujeitos

Artigo 66.º - Personalidade e capacidade procedimental fiscal

434. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe em língua portuguesa deste artigo sofreu alterações.
435. O n.º 1 deste artigo prevê que a personalidade procedimental fiscal resulte da personalidade fiscal (cf. artigo 16.º do Código Fiscal).
436. O n.º 2 deste artigo prevê que a capacidade para exercer direitos no procedimento fiscal resulta da capacidade fiscal para o exercício dos direitos fiscais (cf. artigo 17.º, n.º 1 do Código Fiscal).
437. O n.º 3 deste artigo prevê que os incapazes devem intervir no procedimento fiscal por intermédio dos seus representantes, ou com a assistência do curador, excepto quanto aos actos que possam exercer pessoal e livremente (cf. artigo 17.º, n.º 2 do Código Fiscal).
438. Em sentido próximo, sobre a personalidade e capacidade judiciária fiscal, veja-se o artigo 156.º do Código Fiscal.

Artigo 67.º - Nomeação de representante legal e de curador especial

439. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 4 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. Este novo n.º 4



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

corresponde materialmente ao artigo 67.º do Código Fiscal na versão inicial da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

440. O n.º 1 deste artigo prevê que, quando no procedimento fiscal se apurar a inexistência de um representante legal do incapaz, e sem prejuízo dos poderes legalmente atribuídos aos Ministério Público, a administração fiscal deva requerer imediatamente ao tribunal a nomeação de representante legal do incapaz. Em caso de urgência, deve proceder-se simultaneamente também à nomeação de um curador especial que represente o incapaz no procedimento fiscal até à nomeação do representante legal (cf. artigo 45.º do Código de Processo Civil).

441. O n.º 2 deste artigo prevê que o regime previsto no n.º 1 deste artigo se aplique também às pessoas singulares que, por anomalia psíquica ou qualquer outro motivo, estejam impossibilitadas de receber notificações promovidas pela administração fiscal. Este mesmo regime também se aplica às pessoas singulares que estejam ausentes em parte incerta sem representante legal ou procurador.

442. O n.º 3 deste artigo prevê que o curador especial tenha direito ao reembolso pelo representado das despesas que, comprovadamente, haja efectuado no exercício das suas funções, podendo ser remunerado nos termos previstos para a curadoria no Código Civil.

443. O n.º 4 deste artigo prevê que o previsto na primeira parte do n.º 1 deste artigo, relativamente à possibilidade de a administração fiscal solicitar a nomeação de um representante legal junto do tribunal, se aplique também, com as adaptações que sejam necessárias, às pessoas colectivas ou outras entidades legalmente equiparadas que não tenham quem as represente.

Artigo 68.º - Legitimidade no procedimento fiscal

444. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 1 deste artigo na versão inicial da Proposta de Lei passou a número único do mesmo artigo na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram eliminados os n.ºs 2 e 3 deste artigo constantes da versão inicial. A epígrafe em língua portuguesa deste artigo sofreu alterações.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

445. Este artigo prevê que tenha legitimidade para intervir no procedimento fiscal os sujeitos passivos (cf. artigo 20.º, n.º 1 do Código Fiscal), incluindo os contribuintes, substitutos ou responsáveis²⁰, outros obrigados fiscais e demais pessoas que provem interesse legalmente protegido (por exemplo, as partes dos contratos fiscais).
446. Em geral, deve ser reconhecida legitimidade para iniciar um procedimento administrativo fiscal e para intervir nele aos titulares de direitos subjectivos ou interesses legalmente protegidos lesados pela actuação administrativa, bem como as associações que tenham por fim a defesa desses mesmos interesses (cf. artigo 55.º do Código de Procedimento Administrativo). E têm legitimidade para reclamar ou recorrer administrativamente os titulares de direitos subjectivos ou interesses legalmente protegidos que se considerem lesados por um acto administrativo em matéria fiscal (cf. artigo 147.º do Código de Procedimento Administrativo)
447. Sobre a legitimidade no processo judicial fiscal veja-se artigo 157.º do Código Fiscal. Sobre a legitimidade no processo de execução fiscal veja-se artigo 181.º a 189.º do Código Fiscal.

Artigo 69.º - Mandato

448. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
449. O n.º 1 deste artigo prevê que os interessados ou seus representantes legais (cf. artigos 22.º e 67.º do Código Fiscal) podem conferir mandato, sob a forma prevista na lei (cf. artigo 1083.º e seguintes do Código Civil), para a prática de actos de natureza procedimental fiscal que não tenham carácter pessoal.
450. O n.º 2 deste artigo prevê que a revogação do mandato só produza efeitos para com a administração fiscal quando esse facto lhe seja comunicado por qualquer das partes

²⁰ A legitimidade dos responsáveis solidários resulta da exigência em relação a eles do cumprimento da obrigação fiscal ou de quaisquer deveres acessórios, ainda que em conjunto com o devedor principal. A legitimidade dos responsáveis subsidiários resulta de ter sido contra eles ordenada a reversão do processo de execução fiscal (cf. artigos 28.º, n.º 1 e 186.º do Código Fiscal) ou requerida qualquer providência cautelar de garantia dos créditos fiscais. As providências cautelares podem ser de natureza administrativa, desde que se dirijam à garantia dos créditos fiscais (cf. artigo 54.º do Código Fiscal), ou ser de natureza judicial (cf. artigo 167.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(isto é, pelo mandante ou pelo mandatário).

Artigo 70.º - Competência da administração fiscal

451. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe em língua portuguesa deste artigo sofreu alterações.

452. A enumeração das competências da administração fiscal neste artigo é meramente exemplificativa, sendo referidas as competências para: (1) emitir circulares e outras instruções gerais necessárias à aplicação das leis fiscais; (2) liquidar os impostos, aplicando as normas de incidência aos factos fiscais relevantes, bem como determinar a matéria colectável e o montante do imposto a pagar; (3) cobrar os impostos, arrecadando os impostos no período de cobrança voluntária; (4) decidir as petições (inclusive os pedidos de informações) e reclamações e pronunciar-se sobre os recursos hierárquicos apresentados no âmbito do procedimento fiscal; e (5) sancionar as infracções fiscais, verificando a existência de infracções administrativas e instruindo o respectivo processo infraccional fiscal, bem como executando as decisões que apliquem sanções e instruindo o recurso destas mesmas decisões.

453. A administração fiscal deve emitir orientações genéricas que sejam necessárias para a aplicação das leis fiscais, que podem constar de circulares e outras instruções gerais (cf. alínea 1) deste artigo). As orientações genéricas constantes de circulares ou instruções gerais devem ser entendidas como vinculativas para a administração fiscal, firmando a interpretação e aplicação de normas fiscais. Os contribuintes que tenham agido com base nessas orientações genéricas e de boa fé, não podem ser sancionados (cf. artigo 64.º do Código Fiscal). Em caso de alteração destas orientações genéricas pela administração fiscal, as mesmas não devem ser aplicadas retroactivamente em desfavor dos contribuintes que tenham agido de boa fé.

454. Existem outras competências legais da administração fiscal, nomeadamente para proceder à revisão oficiosa dos actos fiscais (cf. artigo 120.º do Código Fiscal), reconhecer isenções ou outros benefícios fiscais e praticar outros actos administrativos em matéria fiscal, nos casos previstos na lei (cf. artigo 55.º do Código Fiscal), e dar cumprimento ao disposto sobre os efeitos de decisão favorável ao sujeito passivo (cf. artigo 65.º do Código Fiscal) e sobre a organização, registo e arquivo dos processos administrativos fiscais (cf. artigo 75.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

455. Para o serviço de execução fiscal, que o Código Fiscal diferencia da administração fiscal (cf. alíneas 1) e 2) do artigo 3.º do Código Fiscal), surgem as competências legais no período de cobrança coerciva do imposto, nomeadamente para instaurar os processos de execução fiscal e realizar os actos a estes respeitantes, salvo o previsto no artigo 180.º (Competência do Tribunal Administrativo) do Código Fiscal, cobrar os encargos legais dos processos de execução fiscal, que corram termos no serviço de execução fiscal (actualmente na Repartição das Execuções Fiscais), e dar-lhes o destino legal, efectuar as diligências que sejam ordenadas ou solicitadas pelos tribunais, receber e enviar ao tribunal competente as petições iniciais nos processos de impugnação judicial que nele sejam entregues (cf. artigos 232.º, 268.º, 296.º e 311.º do Código Fiscal), e realizar os demais actos que lhe sejam cometidos na lei.

CAPÍTULO III - Actos procedimentais

Secção I - Prazos

Artigo 71.º - Fixação de prazos

456. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

457. Este artigo prevê que, quando o prazo para a prática do acto deva ser fixado pela administração fiscal, este mesmo prazo não possa ser inferior a 15 dias (cf. n.º 1 deste artigo). Se a administração fiscal não fixar o prazo aplicável, este mesmo prazo será de 15 dias (cf. n.º 2 deste artigo).

Artigo 72.º - Passagem de certidões e prazos

458. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

459. O n.º 1 deste artigo prevê que as certidões de actos do procedimento fiscal, da situação fiscal de um interessado ou de elementos constantes dos arquivos sejam emitidas no prazo de 10 dias úteis, a pedido do interessado.

460. O n.º 2 deste artigo prevê que as certidões emitidas pela administração fiscal tenham



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

uma validade de três meses.

461. Este artigo visa as certidões de elementos de procedimentos em matéria fiscal que não estejam informatizados. Sobre a emissão de certidões electrónicas e o acesso aos elementos em arquivo na administração fiscal que estejam informatizados, aplica-se o que estiver legalmente previsto para o uso dos meios electrónicos (sobre as certidões electrónicas veja-se artigos 2.º, n.º 1, alínea 1), 3.º, 7.º, 19.º, 27.º e 30.º da Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica)).

SECÇÃO II – Apresentação de documentos e expediente interno

Artigo 73.º - Formas de apresentação de documentos pelos interessados

462. Este artigo é novo, sendo introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

463. Este artigo prevê que, em geral, os interessados possam apresentar documentos à administração fiscal por qualquer meio legalmente admitido, salvo o especialmente disposto na lei fiscal aplicável. Tal abrange nomeadamente petições, requerimentos, exposições, reclamações e recursos hierárquicos, incluindo os seus anexos.

Artigo 74.º - Recibo e data de entrega

464. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditados os n.ºs 4, 5 e 6 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

465. O n.º 1 deste artigo prevê que os interessados possam solicitar a emissão de um recibo que comprove a entrega de documentos à administração fiscal. Esse recibo deve mencionar os documentos apresentados e a data em que foram entregues.

466. O n.º 2 deste artigo prevê que a administração fiscal emita obrigatoriamente recibo de entrega das petições e de quaisquer requerimentos, exposições, reclamações ou recursos hierárquicos, que visem o exercício de garantias dos particulares. Esse recibo deve mencionar os documentos que os instruem e a data em que foram entregues.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

467. O n.º 3 deste artigo prevê que o recibo de entrega de documentos à administração fiscal possa ser passado no duplicado ou em cópia dos documentos apresentados.
468. O n.º 4 deste artigo prevê que, no caso de envio postal, é relevante a data da recepção, para o correio simples, e a data do registo, para o correio sob registo postal.
469. O n.º 5 deste artigo prevê que, para o envio por telefax, é relevante a data de envio, servindo de prova os registos de envio com indicação da data de envio.
470. O n.º 6 deste artigo prevê que, para o envio por via electrónica, é relevante a data de envio por este meio de comunicação remota, devendo a administração fiscal extrair registo da data de envio, para inclusão no processo administrativo fiscal.

Artigo 75.º - Registo, organização e arquivo dos processos administrativos fiscais

471. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminada a alínea 4) do n.º 2 deste artigo constante do Código Fiscal na versão inicial da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.
472. O n.º 1 deste artigo prevê que a administração fiscal organiza, regista e arquiva os processos administrativos fiscais instaurados. Este registo e arquivo, sempre que possível, deve ser feito em suporte informático.
473. O n.º 2 deste artigo prevê que os procedimentos administrativos se organizam de acordo com a sua natureza pelas seguintes categorias: (1) processo de reclamação ou recurso hierárquico; (2) processo de infracção administrativa em matéria fiscal; (3) processo administrativo de anulação e restituição de impostos; e (4) outros processos administrativos fiscais.
474. O n.º 3 deste artigo prevê que os procedimentos administrativos fiscais findos são arquivados no serviço administrativo que os tenha instaurado.

Artigo 76.º - Modelo dos impressos

475. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
476. O n.º 1 deste artigo prevê que os impressos a utilizar no procedimento administrativo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1
3
N

fiscal não informatizado obedecem a modelos aprovados pela administração fiscal e a serem publicados no *Boletim Oficial* da RAEM.

VF
23
FF

477. O n.º 2 deste artigo prevê que podem ser adoptados impressos em formato electrónico para serem transmitidos por meios electrónicos, nomeadamente tendo-se em vista que estes impressos fiscais em formato electrónico possam ser descarregados pelos utilizadores da página electrónica da administração fiscal.

Artigo 77.º - Publicação de editais, anúncios e avisos

✓

478. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 2 e 3 deste artigo da versão inicial foram eliminados pela versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 1 deste artigo do Código Fiscal na versão inicial da Proposta de Lei passou a número único.

✓

479. Este artigo prevê que, salvo disposição legal em contrário, os editais, anúncios e avisos são publicados em dois jornais da RAEM, um em língua chinesa, outro em língua portuguesa, bem como na página electrónica da administração fiscal.

q.
J

Artigo 78.º - Restituição de documentos

480. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditados os novos n.ºs 2 e 3 deste artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O número único deste artigo na versão inicial passou a constar do n.º 1 deste artigo na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

481. O n.º 1 deste artigo prevê que, após o termo do procedimento fiscal, os documentos são devolvidos aos interessados quando tal seja solicitado à administração fiscal. Para este efeito, deve seguir-se o disposto nos n.ºs 2 e 3 deste artigo.

482. O n.º 2 deste artigo prevê que, caso se tratem de cópias ou certidões de documentos arquivados em serviços ou entidades públicas, os documentos são restituídos, devendo ficar no processo a indicação do serviço ou entidade onde estes documentos estão arquivados.

483. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando não se aplique o previsto no n.º 2 deste artigo,

✓



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

o original do documento que seja restituído é substituído no processo administrativo fiscal por uma cópia do mesmo.

SECÇÃO III – Notificações

Artigo 79.º - Dever de notificar

484. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditadas as alíneas 1) a 4) ao n.º 1 deste artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 deste artigo do Código Fiscal na versão inicial da Proposta de Lei foi eliminado. O n.º 3 deste artigo na versão inicial passou a constar do n.º 2 deste mesmo artigo na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

485. O n.º 1 deste artigo prevê que estão sujeitos a notificação aos interessados os actos fiscais que afectem os seus direitos e interesses legítimos. Estão aqui incluídos os actos fiscais que: (1) imponham deveres, sujeições, encargos, sanções, ou causem prejuízos (cf. alínea 1) do n.º 1 deste artigo), (2) decidam pretensões apresentadas pelos interessados (cf. alínea 2) do n.º 1 deste artigo), (3) ofendam um direito ou interesse legalmente protegido, ou afectem as condições do seu exercício (por exemplo, recusa uma isenção ou benefício fiscal, ou a recusa de um pedido de revisão da matéria tributável formulado por um contribuinte) (cf. alínea 3) do n.º 1 deste artigo), ou (4) criem ou aumentem direitos ou interesses legalmente protegidos (cf. alínea 4) do n.º 1 deste artigo) (cf. artigo 68.º do Código do Procedimento Administrativo).

486. O n.º 2 deste artigo prevê que os actos fiscais referidos nas alíneas 1) a 3) do n.º 1 deste artigo só são eficazes em relação aos interessados após serem validamente notificados (cf. artigo 121.º, n.º 1º do Código do Procedimento Administrativo). Essa notificação deve seguir o regime da notificação fiscal previsto no Código Fiscal.

Artigo 80.º - Conteúdo da notificação

487. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

488. Este artigo prevê que as notificações devem conter o texto integral da decisão, a indicação da entidade que o praticou e a data da prática do acto, bem como os meios



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de defesa e prazo para reagir contra o acto notificado (sobre a notificação administrativa - cf. artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo).

Artigo 81.º - Notificação insuficiente

489. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

490. O n.º 1 deste artigo prevê que, quando a notificação da decisão não contiver a fundamentação legalmente exigida, a indicação dos meios de reacção contra o acto notificado ou outros requisitos legais (cf. artigo 80.º do Código Fiscal), o interessado pode requerer a notificação dos requisitos que tenham sido omitidos ou a passagem de certidão que os contenha, no prazo de 10 dias, sem custos para o interessado.

491. O n.º 2 deste artigo prevê que, caso o interessado use a faculdade prevista no n.º 1 deste artigo, o prazo para reclamação (cf. artigo 152.º do Código Fiscal) e para recurso hierárquico (cf. artigo 153.º do Código Fiscal) que da decisão caiba conta-se novamente a partir da notificação ou da entrega da certidão requerida.

492. O n.º 3 deste artigo prevê que, caso o interessado use a faculdade prevista no n.º 1 deste artigo, quando da decisão caiba recurso contencioso ou outro meio de impugnação judicial (por exemplo, acções em matéria fiscal sobre reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos e prestação de informação, consulta de processo ou passagem de certidão) (cf. artigos 154.º e 155.º do Código Fiscal), se suspenda o prazo para o exercício do meio de impugnação judicial cuja contagem se tenha iniciado até à notificação ou entrega da certidão que tenha sido requerida.

493. O n.º 4 deste artigo prevê que, quando o tribunal determine que o meio de reacção indicado na notificação não é o correcto (meio procedimental administrativo ou meio processual contencioso administrativo não adequado), pode o meio de reacção apropriado ser exercido no prazo de 30 dias a contar do trânsito em julgado da decisão judicial.

494. Em sentido próximo, para a notificação insuficiente no procedimento administrativo, veja-se artigo 27.º, n.º 2 do Código de Processo Administrativo Contencioso.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 82.º - Formas de notificação

495. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram eliminados os n.ºs 3, 4 e 5 deste artigo do Código Fiscal na versão inicial da Proposta de Lei.
496. O n.º 1 deste artigo prevê que, salvo disposição legal em contrário, as notificações dos actos fiscais são efectuadas sob registo postal sem aviso de recepção ou através de meios electrónicos.
497. O n.º 2 deste artigo prevê que se considera a notificação efectuada em forma electrónica, para efeitos do n.º 1 deste artigo, quando seja efectuada pela administração fiscal para o endereço electrónico declarado pelo sujeito passivo.

Artigo 83.º - Notificação electrónica

498. Este artigo é novo, sendo introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.
499. Este artigo prevê que as notificações em forma electrónica estão sujeitas às regras previstas na legislação da governação electrónica – veja-se, desde logo, a Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica), na versão da Lei n.º 13/2024.
500. Os meios electrónicos utilizados para efeitos de notificação fiscal, na opção do Código Fiscal, incluem o endereço electrónico disponibilizado ao sujeito passivo pela administração fiscal, a aplicação indicada pela administração fiscal ou tecnologia equivalente (cf. artigo 21.º, n.º 3 do Código Fiscal).

Artigo 84.º - Destino das notificações

501. Este artigo é novo, sendo introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.
502. O n.º 1 deste artigo prevê que as notificações são feitas para o domicílio fiscal do sujeito passivo (cf. artigo 21.º do Código Fiscal)
503. O n.º 2 deste artigo prevê que, em caso de pluralidade passiva (cf. artigo 25.º do Código Fiscal), as notificações são feitas para o domicílio fiscal de qualquer um dos sujeitos passivos. Veja-se ainda o artigo 26.º, n.º 8 da Proposta de Lei. Deve ser acautelado e declarado pelos sujeitos passivos para qual domicílio fiscal a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

administração fiscal deve enviar preferencialmente as notificações fiscais.

Artigo 85.º - Notificações dos mandatários

504. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

505. O n.º 1 deste artigo prevê que as notificações aos interessados que tenham constituído mandatário (cf. artigo 69.º do Código Fiscal) são feitas para o mandatário, sendo enviadas preferencialmente para o seu “escritório” (ou melhor, para o seu domicílio profissional). Caso não seja conhecido o escritório do mandatário, a notificação é enviada para o seu domicílio fiscal particular.

506. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando a notificação se destine a chamar um interessado que tenha constituído mandatário para a prática de acto pessoal, para além de ser notificado o mandatário, será notificado o próprio interessado, quando este tenha domicílio fiscal na RAEM.

Artigo 86.º - Notificação de pessoa colectiva ou entidade legalmente equiparada em fase de liquidação, falência ou insolvência

507. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

508. Este artigo prevê que as notificações das pessoas colectivas ou entidades legalmente equiparadas em fase de liquidação, falência ou insolvência sejam feitas para o escritório ou domicílio fiscal do liquidatário ou do administrador da falência ou da insolvência. A notificação será feita preferencialmente para o escritório (ou melhor para o respectivo domicílio profissional), quando este seja conhecido.

Artigo 87.º - Notificação de sujeito passivo residente no exterior da RAEM

509. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

510. O n.º 1 deste artigo prevê que quando o sujeito passivo tiver residência fiscal no exterior da RAEM, as notificações devem ser feitas para o escritório ou domicílio fiscal do representante fiscal (cf. artigo 22.º do Código Fiscal). A notificação será feita preferencialmente para o escritório do representante fiscal (ou melhor, para o seu



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

domicílio profissional), quando este seja conhecido.

511. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando o sujeito passivo estiver dispensado da designação de um representante fiscal nos termos do n.º 2 do artigo 22.º do Código Fiscal, as notificações sejam feitas em formato electrónico.

512. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando o sujeito passivo tiver residência fiscal no exterior da RAEM e não tenha designado um representante fiscal, sem que se tenha dispensado a designação de um representante fiscal nos termos do n.º 2 do artigo 22.º do Código Fiscal, salvo disposição legal em contrário, seja feita notificação edital. Essa notificação edital é feita mediante publicação de anúncio em dois números seguidos de um jornal da RAEM de língua chinesa ou de língua portuguesa, conforme a língua oficial que o sujeito passivo se expressa, ou em ambos, quando não se conheça a língua oficial utilizada pelo sujeito passivo, considerando-se o sujeito passivo notificado no dia seguinte ao dia da publicação do último anúncio de jornal.

513. O n.º 4 deste artigo prevê que, sem prejuízo do previsto no n.º 3 deste artigo, os anúncios também sejam publicados na página electrónica da administração fiscal.

514. O n.º 5 deste artigo prevê que os anúncios publicados nos termos do n.º 3 deste artigo sejam juntos aos respectivos processos administrativos fiscais, sendo indicado o título do jornal ou jornais, bem como a sua data e custo de publicação.

515. O n.º 6 deste artigo prevê que a publicação dos anúncios é cobrada como despesa.

516. O n.º 7 deste artigo prevê que, quando o sujeito passivo tiver designado um representante fiscal ou tiver sido dispensado de designar um representante fiscal nos termos do n.º 2 do artigo 22.º do Código Fiscal, mas exista um mandatário, a notificação fiscal seja feita para o mandatário. Tal implica também que caso haja representante fiscal e também um mandatário, a notificação seja feita para o escritório ou domicílio fiscal do mandatário (cf. artigo 85.º do Código Fiscal).

Artigo 88.º - Notificação de sujeito passivo sem domicílio fiscal conhecido

517. Este artigo é novo, sendo introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

518. No caso do domicílio fiscal do sujeito passivo não ser conhecido, procede-se à notificação edital prevista nos n.ºs 3 a 6 do artigo 87.º do Código Fiscal. Tal aplica-se



h g

quando não exista um representante fiscal ou mandatário do sujeito passivo.

Artigo 89.º - Perfeição das notificações efectuadas por via postal registada

519. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei

520. O n.º 1 deste artigo prevê que as notificações sob registo postal que sejam feitas pela administração fiscal se presumem como sendo feitas no quinto dia posterior ao dia do registo postal ou no primeiro dia útil seguinte ao quinto dia após o dia do registo postal, quando esse dia não seja um dia útil.

521. O n.º 2 deste artigo prevê que esta presunção de notificação possa ser ilidida pelo notificado quando prove que a recepção da notificação ocorra em data posterior à presumida, por razões que não sejam imputáveis ao notificado.

522. O n.º 3 deste artigo prevê que a notificação produza efeitos mesmo que a notificação seja devolvida pelos serviços postais, desde que a notificação por via postal registada tenha sido feita para o domicílio fiscal ou para o escritório, quando tal esteja legalmente previsto.

523. O regime da notificação ou aviso, sob registo postal, por virtude de legislação de natureza fiscal encontra-se actualmente previsto no Decreto-Lei n.º 16/84/M, de 24 de Março (este diploma legal será revogado pela lei que aprova o Código Fiscal – artigo 27.º, alínea 26) da Proposta de Lei).

Artigo 90.º - Perfeição das notificações efectuadas em forma electrónica

524. Este artigo é novo, sendo introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

525. O n.º 1 deste artigo prevê que as notificações por via electrónica da administração fiscal se presumem como sendo feitas no momento em que o notificado aceda ao correio electrónico ou à notificação enviada para o correio electrónico que tenha declarado para efeitos de notificação fiscal, nos termos do artigo 21.º, n.º 3 do Código Fiscal.

526. O n.º 2 deste artigo prevê que, em caso de ausência de acesso pelo notificado ao correio electrónico ou à notificação prevista no n.º 1 deste artigo, salvo quando se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

comprove que a impossibilidade de recepção da notificação não é imputável ao destinatário, a notificação presume-se efectuada no terceiro dia posterior ao dia do seu envio ou no primeiro dia útil seguinte a esse dia de envio quando esse não o seja.

527. O previsto neste artigo corresponde ao regime geral das notificações administrativas em forma electrónica, conforme previsto no artigo 23.º, n.ºs 2 e 3 da Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica). O Código Fiscal optou por seguir este regime geral em vários momentos, procurando uniformizar a solução legal.

Artigo 91.º - Dilação

528. Este artigo é novo, sendo introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

529. Este artigo prevê que não há lugar a nenhuma dilação quando interessado resida ou se encontre no exterior da RAEM. Tal visa afastar em especial o previsto no artigo 75.º do Código de Procedimento Administrativo.

Artigo 92.º - Obrigação de comunicar a alteração do domicílio fiscal

530. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe em língua chinesa deste artigo sofreu alterações.

531. O n.º 1 deste artigo prevê que os interessados que intervenham em quaisquer procedimentos a correr termos nos serviços da administração fiscal comuniquem, no prazo de 15 dias, qualquer alteração do seu domicílio fiscal. Esta comunicação da alteração do domicílio fiscal produz efeitos a partir do dia seguinte à sua recepção pela administração fiscal. Sobre o dever de comunicar o domicílio fiscal à administração fiscal, veja-se artigo 21.º, n.º 1 do Código Fiscal (veja-se também artigo 26.º, n.ºs 6 e 7 da Lei Preambular que aprova o Código Fiscal).

532. O n.º 2 deste prevê que, no âmbito do procedimento administrativo fiscal, a falta de recebimento de uma notificação em resultado do não cumprimento pelo interessado do previsto no n.º 1 deste artigo, não é oponível à administração fiscal, sem prejuízo ao previsto no Código Fiscal ou noutra lei quanto à obrigatoriedade da notificação pessoal. Em sentido próximo, veja-se artigo 21.º, n.º 4 do Código Fiscal. A administração fiscal pode proceder, em geral, oficiosamente à rectificação e actualização de um domicílio fiscal, quando tiver elementos que permitam concluir



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

com suficiente certeza pelo novo domicílio fiscal de um interessado.

CAPÍTULO IV - Marcha do procedimento

SECÇÃO I - Início do procedimento

Artigo 93.º - Início

533. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

534. O n.º 1 deste artigo prevê que o procedimento fiscal se inicia nos prazos e com os fundamentos que se encontram previstos na lei, seja por iniciativa dos interessados ou por iniciativa da administração fiscal.

535. O procedimento inicia-se normalmente por iniciativa do contribuinte com base na apresentação das suas declarações fiscais, dentro dos prazos legais (cf. artigo 108.º do Código Fiscal). Na falta de entrega da declaração fiscal, em caso de vício na mesma, ou quando a administração fiscal tomar conhecimento de factos relevantes não declarados, o procedimento de liquidação terá em conta todos os elementos conhecidos pela administração fiscal (cf. artigo 106.º do Código Fiscal).

536. O procedimento inicia-se por iniciativa da administração fiscal dentro dos prazos e fundamentos previstos na lei, sendo que a administração fiscal inicia oficiosamente o procedimento de liquidação sempre que tenha conhecimento de factos fiscais não declarados pelo sujeito passivo (cf. artigo 106.º, n.º 3 do Código Fiscal). Nesse caso, quaisquer elementos disponíveis pela administração fiscal podem servir de base ao procedimento fiscal. O procedimento de revisão oficiosa dos actos de fixação da matéria colectável e de liquidação nasce também da iniciativa da administração fiscal, tendo que se respeitar os prazos e fundamentos legais (cf. artigo 120.º do Código Fiscal).

537. O n.º 2 deste artigo prevê que o início do procedimento dirigido ao apuramento de uma situação fiscal deva ser comunicado aos interessados. Esta comunicação visa permitir aos interessados a utilização dos meios de intervenção no procedimento fiscal que a lei lhes atribui, tanto a nível de colaboração, como de oposição e controle da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

legalidade administrativa. A omissão da comunicação do início do procedimento fiscal constitui um vício procedimental que pode gerar a anulação da decisão que tenha iniciado um procedimento, sem comunicar esse facto aos interessados.

- 538.** O n.º 2 deste artigo prevê duas excepção a este dever geral de comunicação do início do procedimento fiscal: (1) quando a comunicação ao interessado não deva ocorrer por a mesma colocar em risco os efeitos úteis que a administração fiscal pretende obter no procedimento (o que poderá acontecer, por exemplo, com as acções de fiscalização) (cf. artigo 96.º, alínea b) do Código de Procedimento Administrativo); ou (2) quando o procedimento incida sobre situações fiscais em que os interessados não estão ainda devidamente identificados.

Artigo 94.º - Denúncia

- 539.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram eliminados os n.ºs 2 e 7 deste artigo na versão inicial do Código Fiscal. Os n.ºs 3, 4, 5, 6 e 8 deste artigo na versão alternativa da Proposta de Lei foram renumerados em conformidade.

- 540.** O n.º 1 deste artigo prevê que a denúncia da prática de uma infracção administrativa em matéria fiscal deva dar início ao procedimento fiscal, desde que o denunciante se identifique e não seja manifesto a falta de fundamento da denúncia apresentada. A falta de fundamento decorre da verificação simples pela administração fiscal da não existência da infracção denunciada. Caso o denunciante não se identifique, a denúncia pode dar início ao procedimento infraccional fiscal quando da mesma constem elementos de evidente relevância para o efeito.

- 541.** A comunicação à administração fiscal de factos que configurem infracções em matéria fiscal implica a instauração de um procedimento administrativo infraccional. Para além de servir de base à instauração de processos de averiguações relativas à infracção fiscal denunciada, a denúncia pode dar lugar a um procedimento fiscal, no caso de os factos denunciados poderem conduzir à liquidação de algum imposto.

- 542.** O n.º 2 deste artigo prevê que a denúncia verbal deve ser reduzida a escrito pela administração fiscal. O registo escrito da denúncia oral deve ser assinado pelo trabalhador que a recebeu (cf. também artigo 77.º do Código do Procedimento Administrativo). Tal implica que a denúncia possa ser feita oralmente ou por escrito.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

543. O n.º 3 deste artigo prevê que, caso a denúncia seja recebida por qualquer serviço público, esta denúncia deva ser levada ao conhecimento do serviço competente da administração fiscal para se proceder às diligências que sejam necessárias (cf. também artigo 36.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo).
544. O n.º 4 deste artigo prevê que o denunciante não é considerado parte ou interessado no procedimento fiscal, nem parte legítima para a interposição de reclamação ou recurso hierárquico ou impugnação contenciosa relacionados com os resultados da denúncia. Não é atribuído aos denunciante de infracções fiscais qualquer direito de intervenção no procedimento fiscal decorrente da denúncia apresentada, nem de impugnação da respectiva decisão da administração fiscal.
545. O n.º 5 deste artigo prevê que os dados pessoais do denunciante, quando conhecidos pela administração fiscal, tenham natureza secreta, apenas podendo ser partilhada com a pessoa alvo da denúncia o conteúdo da denúncia. O contribuinte terá, portanto, um direito a conhecer da existência de denúncias apresentadas à administração fiscal e também de ser informado sobre o seu teor, mas não terá a possibilidade de ser informado sobre quem apresenta estas denúncias.
546. O n.º 6 deste artigo prevê que, se no procedimento fiscal, recebida a denúncia, se apure a existência de factos que sejam puníveis ao abrigo da lei penal, deve tal ser comunicado ao Ministério Público, sem prejuízo do regime de queixa ou de acusação particular para efeitos do procedimento penal (cf. artigos 105.º a 109.º do Código Penal). Não existem actualmente ainda crimes fiscais na legislação de Macau.
547. Neste último caso haverá que acautelar também aspectos relativos ao regime do segredo de justiça pelo Ministério Público, nomeadamente para garantir o sucesso da investigação (a obtenção de prova), caso esteja em causa matéria penal.

SECÇÃO II – Instrução

Artigo 95.º - Ónus da prova

548. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
549. O n.º 1 deste artigo estabelece a regra de que o ónus da prova dos factos constitutivos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dos direitos invocados no procedimento fiscal corre sobre quem os invoque: a administração fiscal ou os sujeitos passivos. Sobre a administração fiscal vai recair o ónus da prova dos pressupostos dos factos constitutivos dos direitos que pretender exercer no procedimento fiscal perante os contribuintes e outros sujeitos da relação jurídica fiscal. Os sujeitos passivos vão ter o ónus de provar os factos que possam servir de suporte à concretização dos seus direitos no procedimento fiscal.

550. O ónus da prova apenas releva quando haja dúvida sobre a verificação de certos factos, sendo que nesse caso deve decidir-se contra a parte que não tenha satisfeito o respectivo ónus da prova. Aplica-se aqui, em geral, subsidiariamente o regime do ónus da prova previsto no direito civil (cf. artigo 335.º do Código Civil).

551. O n.º 2 deste artigo prevê que, em caso de determinação da matéria colectável por avaliação indirecta (cf. artigo 115.º do Código Fiscal), compete à administração fiscal o ónus da prova da verificação dos pressupostos da sua aplicação, cabendo ao sujeito passivo o ónus da prova do excesso na respectiva quantificação. A administração fiscal deve demonstrar a existência dos pressupostos que justificam a utilização da avaliação indirecta (cf. artigo 116.º do Código Fiscal) e fundamentar a fixação da matéria tributável. O interessado, no entanto, fica com o ónus da prova de que a matéria tributável presumida pela avaliação indirecta é excessiva. Sobre os vários elementos que, na impossibilidade de proceder à avaliação directa da matéria colectável, são relevantes para a determinação da matéria colectável por métodos indiciários ou presuntivos veja-se o artigo 117.º do Código Fiscal.

552. Este regime do ónus da prova no procedimento fiscal é complementado pela regra de salvaguarda, no recurso contencioso, segundo a qual o acto recorrido deva ser anulado sempre que a prova produzida determine uma dúvida fundada sobre a existência e quantificação do facto fiscal (cf. artigo 162.º do Código Fiscal).

Artigo 96.º - Meios de prova

553. Esta disposição corresponde, com alterações, ao artigo 91.º na versão inicial do Código Fiscal.

554. O n.º 1 deste artigo prevê que a administração fiscal pode utilizar, para o conhecimento dos factos necessários à decisão do procedimento fiscal, todos os meios de prova admitidos em direito. Os meios gerais de prova admitidos em direito estão



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

indicados no Código Civil e no Código de Processo Civil e são os seguintes: prova documental, prova por confissão, prova por inspecção e prova testemunhal.

555. O n.º 2 deste artigo prevê que, se os meios de prova de um facto estiverem em poder da administração fiscal, a sua prova se dá como sendo prestada com a sua indicação perante a administração fiscal. O ónus da prova que corra pelos sujeitos passivos (cf. artigo 95.º do Código Fiscal) estará satisfeito caso o interessado indique os meios de prova existentes na administração fiscal. A administração fiscal pode comprovar a ocorrência dos factos em causa através dos seus serviços.

Artigo 97.º - Presunções

556. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

557. O n.º 1 deste artigo prevê que as presunções consagradas nas normas de incidência fiscal admitem sempre prova em contrário (estas presunções legais podem ser ilididas mediante prova em contrário - cf. artigo 343.º do Código Civil).

558. O n.º 2 deste artigo presume como sendo correctas as declarações fiscais apresentadas pelos sujeitos passivos, bem como os dados e apuramentos constantes da contabilidade ou escrita, quando esta contabilidade esteja devidamente organizada, segundo as normas de contabilidade e nos termos legais aplicáveis. A declaração fiscal e os elementos de contabilidade subjacentes servem de base à determinação da matéria colectável (cf. artigo 106.º, n.º 2 do Código Fiscal).

559. O n.º 3 deste artigo prevê um conjunto de excepções à presunção prevista no n.º 2 deste artigo, que incluem situações em que as declarações fiscais apresentadas não sejam completas ou exactas, não se prestem os necessários esclarecimentos, ou se verificarem indícios que permitem concluir que as declarações fiscais, contabilidade ou escrita não reflectem fielmente a situação fiscal do sujeito passivo.

SECÇÃO III – Decisão

Artigo 98.º - Prazo para a decisão e presunção de indeferimento

560. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

deste artigo foi alterada em língua chinesa pela versão alternativa.

561. O n.º 1 deste artigo prevê que o procedimento fiscal deve ser concluído no prazo de 90 dias, salvo se outro prazo decorrer das leis fiscais aplicáveis ou for determinado por circunstâncias excepcionais devidamente fundamentadas (cf. artigo 61.º do Código do Procedimento Administrativo). Este artigo visa concretizar o princípio da celeridade, que é um dos princípios do procedimento fiscal (cf. artigo 56.º do Código Fiscal). O dever de celeridade, que exige que os órgãos administrativos devam sempre providenciar pelo rápido e eficaz andamento do procedimento administrativo, é também uma concretização do princípio da desburocratização e da eficiência (cf. artigos 12.º e 60.º do Código do Procedimento Administrativo). Sobre o regime dos prazos no procedimento administrativo, de aplicação subsidiária, veja-se os artigos 73.º e 74.º do Código do Procedimento Administrativo.

562. O n.º 2 deste artigo prevê que, caso não seja tomada uma decisão pela administração fiscal no prazo de 90 dias previsto no n.º 1 deste artigo, o interessado pode presumir indeferida a sua pretensão, para poder exercer o respectivo meio legal de impugnação (cf. artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo).

563. Esta regra de indeferimento tácito no procedimento fiscal, para efeitos de impugnação administrativa ou contenciosa, corresponde ao previsto no procedimento administrativo em geral. O regime da contagem do prazo para o indeferimento tácito previsto no procedimento administrativo (cf. artigo 102.º, n.º 3 do Código do Procedimento Administrativo) deve aplicar-se também para efeitos do n.º 2 do artigo 98.º do Código Fiscal. Em geral, a recorribilidade do indeferimento tácito cessa quando o acto expreso seja publicado ou notificado ao interessado (cf. artigo 32.º, n.º 1 do Código de Processo Administrativo Contencioso).

Artigo 99.º - Dever de fundamentação

564. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditada uma nova alínea 5) ao n.º 1 deste artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei.

565. O n.º 1 deste artigo prevê que as decisões fiscais devem ser fundamentadas sempre que, total ou parcialmente: (1) neguem, extingam, restrinjam ou afectem por qualquer modo direitos ou interesses legalmente protegidos, ou imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções; (2) decidam uma reclamação ou um recurso hierárquico; (3)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

decidam em contrário de pretensão formulada por interessado ou de parecer, informação ou proposta; (4) impliquem a revogação ou modificação de uma decisão anterior; e (5) decidam de modo diferente da prática habitualmente seguida na resolução de casos semelhantes, ou na interpretação e aplicação dos mesmos princípios ou preceitos legais (cf. artigo 114.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo). Acrescem ainda as situações em que a lei especialmente exija que uma decisão seja fundamentada.

566. O n.º 2 deste artigo prevê que a exposição dos fundamentos de facto e de direito que motivam a decisão deve ser clara, coerente e suficiente. A fundamentação da decisão fiscais visa permitir que os interessados conheçam as razões que motivaram a autoridade administrativa a agir, permitindo que possam optar conscientemente entre a aceitação da legalidade do acto e a sua impugnação. Esta exposição dos fundamentos da decisão fiscal pode consistir em mera declaração de concordância com os fundamentos de anteriores pareceres, informações ou propostas que constituem neste caso parte integrante do respectivo acto (cf. artigo 115.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo) e deve ser notificada aos interessados com a decisão respectiva. A eficácia da decisão fiscal que constitua deveres ou encargos para o interessado depende da sua notificação ao interessado (cf. artigo 79.º, n.º 2 do Código Fiscal; cf. artigo 121.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo).

567. O n.º 3 deste artigo prevê que a fundamentação dos actos de liquidação pode ser efectuada de forma sumária, devendo conter as disposições legais aplicadas, a qualificação dos factos fiscais e as operações de apuramento da matéria colectável e do imposto a pagar pelo sujeito passivo.

Artigo 100.º - Fundamentação do ajustamento da matéria colectável no caso de preços de transferência

568. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditada a alínea 2) a este artigo pela versão alternativa. As alíneas 2) e 3) deste artigo na versão inicial passaram a alíneas 3) e 4) deste artigo na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

569. Este artigo prevê a fundamentação da correcção da matéria colectável para situações onde existam relações especiais entre o contribuinte e outras pessoas (designadas de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

“partes relacionadas”), que tenham dado lugar ao estabelecimento de condições comerciais diferentes das que existem no mercado (não observância das regras da concorrência). Para estas decisões da administração fiscal relativas aos preços de transferência, a fundamentação deve obedecer a um conjunto adicional de requisitos, devendo mencionar ainda o seguinte: (1) a descrição da relação especial que exista entre o sujeito passivo e a entidade relacionada; (2) a descrição das transacções entre o sujeito passivo e a parte relacionada, nomeadamente o tipo de transacção, as condições da transacção e o processo empresarial subjacente à transacção; (3) a descrição dos elementos de comparação que permitem conhecer os termos em que normalmente decorrem operações da mesma natureza entre pessoas ou entidades não especialmente relacionadas e em idênticas circunstâncias; e (4) a descrição do método de preços de transferência adoptado e o ajustamento da matéria colectável efectuado segundo este mesmo método.

570. O artigo 113.º da versão inicial do Código Fiscal relativo aos preços de transferência foi retirado do Código Fiscal, sendo inseridas várias novas disposições no Imposto Complementar de Rendimentos pela Lei Preambular que aprova o Código Fiscal (cf. artigos 43.º-A a 43.º-I do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos).

Artigo 101.º - Fundamentação da tributação por avaliação indirecta

571. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações pela versão alternativa da Proposta de Lei.

572. Este artigo prevê que a fundamentação da decisão de se proceder à tributação por avaliação indirecta deve especificar os motivos da impossibilidade da comprovação e quantificação directas e exacta da matéria tributável (cf. artigo 116.º do Código Fiscal) e também indicar os critérios que sejam concretamente utilizados na avaliação da matéria tributável (cf. artigo 117.º do Código Fiscal). Neste caso, a administração fiscal não aceitou os elementos apresentados pelo contribuinte para a determinação da matéria colectável, devendo justificar especialmente porque decide utilizar métodos indirectos de avaliação, apontando os motivos concretos por que não aceita os elementos declarados e as razões apresentadas pelo contribuinte.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

CAPÍTULO V – Fiscalização

Artigo 102.º - Poderes de fiscalização

573. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

574. O n.º 1 deste artigo prevê que os serviços de fiscalização competentes podem proceder à fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais e ao apuramento da situação fiscal dos sujeitos passivos, nos termos da lei fiscal.

575. O n.º 2 do deste artigo enumera as acções de fiscalização que podem ser efectuadas pelos serviços de fiscalização competentes da administração fiscal. Esta enumeração é aberta e não taxativa, podendo estar previstas outras competências legais. Nos termos desta disposição legal os serviços de fiscalização da administração fiscal podem: (1) realizar exame à escrita do sujeito passivo (cf. artigo 103.º do Código Fiscal); (2) proceder a visitas de fiscalização ao local de exploração da actividade do sujeito passivo; (3) enviar ao sujeito passivo questionários para resposta, quanto a dados e factos de carácter específico, que sejam relevantes para o apuramento e controlo do imposto; (4) exigir do sujeito passivo a exibição ou remessa dos documentos ou facturas relativos a mercadorias, bens ou serviços adquiridos ou fornecidos, bem como a prestação de informações relevantes para o apuramento da sua situação fiscal (cf. artigo 104.º do Código Fiscal); (5) testar os programas informáticos utilizados na elaboração da contabilidade ou da escrita do sujeito passivo; (6) solicitar a colaboração de quaisquer serviços públicos ou entidades públicas ou privadas com vista ao correcto apuramento da situação fiscal do sujeito passivo (cf. artigo 61.º do Código Fiscal); e (7) requisitar aos órgãos judiciais, aos serviços dos registos e do notariado e a outros serviços públicos ou entidades públicas cópias e extractos de actos ou de documentos com relevância fiscal.

Artigo 103.º - Exame à escrita

576. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

577. O n.º 1 deste artigo prevê que a decisão de se proceder ao exame à escrita é tomada pela administração fiscal.

578. O n.º 2 deste artigo prevê que o exame à escrita deve ser comunicado ao respectivo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sujeito passivo com a antecedência mínima de 1 dia antes de se iniciar. A decisão que determine o exame à escrita deve delimitar o seu âmbito e extensão, indicando os nomes dos trabalhadores que devem ser encarregados de executar o exame à escrita em cada processo, bem como o serviço de fiscalização a que pertencem.

579. O n.º 3 deste artigo prevê que, após se ter concluído o exame à escrita relativo a um processo fiscal, no prazo de 30 dias, por uma vez prorrogável por mais 30 dias, deva ser elaborado um relatório pela autoridade fiscal com os resultados que foram apurados através da acção de fiscalização. Este relatório deve também conter uma exposição sumária das razões que indiciavam o incumprimento das leis fiscais aplicáveis e motivaram a realização do exame à escrita, se for o caso.

Artigo 104.º - Pedido de elementos ao sujeito passivo

580. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

581. O n.º 1 deste artigo prevê que o pedido ao sujeito passivo de elementos que possam ser relevantes para o apuramento da sua situação fiscal ou de outros factos fiscais relevantes (cf. alíneas 3) e 4) do n.º 2 do artigo 102.º do Código Fiscal) deva ser feito nos termos do regime das notificações fiscais previsto na Secção III do Capítulo III do Título IV do Código Fiscal (cf. artigos 79.º a 92.º do Código Fiscal). O sujeito passivo deve prestar os elementos solicitados pela administração fiscal no prazo de 15 dias após a perfeição da notificação (cf. artigos 89.º e 90.º do Código Fiscal).

582. O n.º 2 deste artigo prevê que o prazo para cumprimento do pedido de entrega de elementos tributários previsto no n.º 1 deste artigo possa ser prorrogado, por uma vez, por período não superior a 60 dias, quando tal seja solicitado pelo sujeito passivo, com base em dificuldade devidamente fundamentada na apresentação destes elementos no prazo inicial.

CAPÍTULO VI - Liquidação

SECÇÃO I - Disposições gerais



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 105.º - Competência para a liquidação

583. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

584. O n.º 1 deste artigo prevê que, em regra, os impostos sejam liquidados pela administração fiscal.

585. O n.º 2 deste artigo prevê que, em caso de autoliquidação, os impostos sejam liquidados pelo sujeito passivo, quando tal seja determinado por lei.

Artigo 106.º - Liquidação pela administração fiscal

586. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

587. O n.º 1 deste artigo prevê que o procedimento de liquidação se inicia com as declarações dos sujeitos passivos (cf. artigo 36.º, n.º 2, alínea 1) e artigo 108.º do Código Fiscal). Caso a declaração do contribuinte esteja em falta ou contenha erros ou omissões, a liquidação será efectuada com base em todos os elementos relevantes de que disponha a administração fiscal. As declarações apresentadas pelos sujeitos passivos nos termos da lei beneficiam de uma presunção legal de exactidão, que cessa quando ocorrerem omissões, erros, inexactidões ou outros indícios que permitam concluir que as declarações não reflectem correctamente a situação fiscal do sujeito passivo (cf. artigo 97.º, n.ºs 2 e 3 do Código Fiscal).

588. O n.º 2 deste artigo prevê que o apuramento da matéria tributável seja efectuado com base nas declarações dos sujeitos passivos, desde que as declarações fiscais sejam apresentadas nos termos previstos na lei fiscal e forneçam à administração fiscal os elementos que sejam indispensáveis à verificação da sua situação fiscal.

589. O n.º 3 deste artigo prevê que sempre que a administração fiscal tome conhecimento de factos fiscais não declarados pelo sujeito passivo, o procedimento de liquidação seja instaurado oficiosamente. Para o efeito é também necessário que a administração fiscal tenha conhecimento de elementos probatórios que permitam comprovar a verificação de factos fiscais relevantes não declarados.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 107.º - Espécies de liquidação

590. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

591. O n.º 1 deste artigo prevê que as liquidações sejam consideradas como sendo definitivas ou provisórias.

592. O n.º 2 deste artigo prevê que se consideram ser liquidações definitivas: (1) as liquidações praticadas após a determinação da matéria colectável pela administração fiscal (cf. artigos 114.º e seguintes do Código Fiscal); (2) as liquidações que sejam corrigidas dentro do prazo de caducidade do direito à liquidação, quando a administração fiscal tome conhecimento de novos elementos que afectam a matéria colectável (cf. artigo 48.º e artigo 119.º do Código Fiscal); e (3) as liquidações que sejam efectuadas com base na fixação da matéria colectável pela comissão competente, quando não exista impugnação da deliberação da fixação pelo sujeito passivo (reclamação para a comissão de revisão e recurso contencioso - cf. artigos 152.º, n.º 2, 153.º, n.º 2.º e 160.º, n.º 1, alínea 3) do Código Fiscal).

593. O n.º 3 deste artigo prevê que as liquidações parciais e as autoliquidações tenham carácter provisório.

SECÇÃO II - Declaração fiscal

Artigo 108.º - Declaração fiscal

594. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminado o n.º 5 deste artigo da versão inicial pela versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 6 deste artigo da versão inicial passou a n.º 5 deste artigo na versão alternativa. A epígrafe deste artigo em língua portuguesa foi alterada pela versão alternativa.

595. O n.º 1 deste artigo prevê que se considera como sendo uma declaração fiscal o acto pelo qual um sujeito passivo manifesta ou reconhece espontaneamente, perante a administração fiscal, a verificação de um facto fiscal, indicando as suas circunstâncias ou elementos integrantes.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

596. O n.º 2 deste artigo prevê que se considera também como sendo ainda uma declaração fiscal a apresentação de documentos que contenham ou constituam o facto fiscal.
597. O n.º 3 deste artigo prevê que a recepção da declaração fiscal não implica para a administração fiscal a aceitação da matéria colectável ou do imposto determinado nos termos apresentados nessa mesma declaração fiscal.
598. O n.º 4 deste artigo prevê que a declaração fiscal deva ser apresentada no prazo e com os elementos que sejam exigidos pelas leis fiscais. As declarações dos contribuintes devem ser apresentadas nos termos previstos na lei fiscal, bem como os dados e apuramentos inscritos na sua contabilidade ou escrita, quando estas estiverem organizadas de acordo com a legislação comercial e fiscal. A contabilidade deve ser organizada de acordo com o regime de contabilidade aplicável e com as especialidades decorrentes da lei fiscal.
599. O n.º 5 deste artigo prevê que a aceitação pela administração fiscal da validade de dados informatizados, que sirvam de suporte à declaração fiscal apresentada pelo sujeito passivo, depende do fornecimento de elementos relativos à sua análise que estejam de acordo com as regras determinadas pela administração fiscal. A administração fiscal poderá confirmar estes elementos informatizados e pode também procurar testar o funcionamento do sistema informático utilizado pelo sujeito passivo (cf. artigo 102.º, n.º 2, alínea 5) do Código Fiscal).

Artigo 109.º - Dever de investigação

600. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
601. O n.º 1 deste artigo prevê que a administração fiscal deva investigar os factos, actos, actividades e demais circunstâncias que originaram o facto fiscal.
602. O n.º 2 deste artigo prevê que este dever de investigação abranja, entre outros: (1) o facto fiscal que não tenha sido declarado pelo sujeito passivo; (2) o facto fiscal que tenha sido apenas parcialmente declarado pelo sujeito passivo; (3) os casos de autoliquidação pelo sujeito passivo; e (4) outros casos em que a administração fiscal tenha dúvidas fundadas sobre as declarações apresentadas pelos sujeitos passivos.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

603. O n.º 3 deste artigo prevê que a investigação se concretize por vários tipos de acções de fiscalização, nomeadamente: (1) mediante o exame de documentos, livros, ficheiros, facturas, justificativos e assentos de contabilidade principal ou auxiliar do sujeito passivo (mediante exame à escrita - cf. artigo 103.º do Código Fiscal), e (2) por inspecção de mercadorias e outros elementos que devam ser facultados à administração fiscal para o apuramento da situação fiscal do sujeito passivo. Para este efeito, há que ter em consideração o dever de colaboração e de prestação de informações que se exige aos sujeitos passivos (cf. artigos 61.º, 102.º, n.º 2, alínea 4) e 104.º do Código Fiscal).

SECÇÃO III - Determinação da matéria colectável

Artigo 110.º - Procedimentos para a determinação da matéria colectável

604. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminado o n.º 2 deste artigo da versão inicial pela versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 1 deste artigo na versão inicial passou a número único deste artigo na versão alternativa.

605. Este artigo prevê que a matéria colectável seja determinada através do procedimento de avaliação directa pela administração fiscal (cf. artigo 114.º do Código Fiscal) ou do procedimento de avaliação indirecta (cf. artigo 115.º do Código Fiscal).

Artigo 111.º - Competência para a avaliação

606. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

607. O n.º 1 deste artigo prevê que a avaliação directa e a avaliação indirecta sejam da competência da administração fiscal (cf. artigo 105.º, n.º 1 do Código Fiscal).

608. O n.º 2 deste artigo prevê que, nos casos de autoliquidação, seja o sujeito passivo a proceder à avaliação directa (cf. artigo 105.º, n.º 2 do Código Fiscal). A determinação da matéria colectável antecede ao acto de liquidação do imposto. Cabe, por isso, ao sujeito passivo a determinação da matéria colectável nos casos de autoliquidação.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

609. O n.º 3 deste artigo prevê que a determinação da matéria colectável compete a comissões de fixação ou de avaliação, sempre tal esteja previsto na lei fiscal.

Artigo 112.º - Fins da avaliação

610. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

611. O n.º 1 deste artigo prevê que a avaliação directa visa a determinação do valor real dos rendimentos ou bens sujeitos a tributação. Na avaliação directa é feita uma avaliação dos rendimentos ou bens alvo de tributação com base em elementos que permitem comprovar o valor real dos rendimentos ou bens tributáveis. Será possível determinar de forma exacta o valor desses rendimentos ou bens.

612. O n.º 2 deste artigo prevê que a avaliação indirecta visa a determinação do valor dos rendimentos ou bens tributáveis a partir de indícios, presunções ou outros elementos de que a administração fiscal disponha. Na avaliação indirecta não existem elementos fiáveis suficientes para determinar com exactidão o valor dos rendimentos ou bens tributáveis, tendo que se avaliar o valor desses rendimentos ou bens com base em indícios, presunções e outros dados de que a administração fiscal disponha. Apenas se procede à avaliação indirecta em casos em que não seja viável determinar a matéria colectável através da avaliação directa (cf. artigo 115.º do Código Fiscal).

Artigo 113.º - Critérios técnicos

613. Este artigo não sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 2, 3 e 4 deste artigo na versão inicial passaram, respectivamente, para os n.ºs 4, 2 e 3 do mesmo artigo na versão alternativa do Código Fiscal. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

614. O n.º 1 deste artigo prevê que a avaliação dos rendimentos ou bens sujeitos a tributação se baseia em critérios objectivos. A avaliação dos rendimentos ou valores sujeitos a tributação deve estar assente em critérios que tenham uma base técnica (critérios de base técnico-científica). Deve ser possível demonstrar o percurso lógico para se obter o resultado gerado, em termos do valor atribuído aos rendimentos ou bens sujeitos a tributação. Tal assume mais relevância na avaliação indirecta, para que as presunções e estimativas utilizadas para a fixação da matéria colectável possam ser



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

demonstráveis. A administração fiscal apenas pode fazer uso dos métodos indiciários ou presuntivos previstos no artigo 117.º do Código Fiscal.

615. O n.º 2 deste artigo prevê que o sujeito passivo que proceda à autoliquidação deve esclarecer os critérios utilizados e a sua aplicação na determinação dos valores que declarou, quando tal seja solicitado pela administração fiscal. Veja-se o dever de esclarecimento da situação fiscal, para beneficiar da presunção de exactidão das declarações fiscais apresentadas na alínea 2), n.º 3 do artigo 97.º do Código Fiscal.

616. Os n.ºs 3 e 4 deste artigo tratam de deveres especiais de fundamentação da administração fiscal. A fundamentação das decisões fiscais pode ser feita pela administração fiscal no próprio acto, mas também pode resultar da remissão para pareceres, informações ou propostas anteriores, nos termos do n.º 2 do artigo 99.º do Código Fiscal. A falta ou insuficiência da fundamentação constitui um vício de forma, que pode motivar a anulação do acto de avaliação, nos termos gerais.

617. O n.º 3 deste artigo prevê que a decisão que fixar matéria colectável divergente da resultante da declaração do sujeito passivo deve ser fundamentada, dando a conhecer as razões que motivaram essa diferença e como foi atingido o montante da matéria colectável que foi determinado pela administração fiscal.

618. O n.º 4 deste artigo prevê que a fundamentação da avaliação contém obrigatoriamente a indicação dos critérios utilizados e a ponderação dos factores que influenciaram a determinação do seu resultado. A indicação dos critérios e ponderação dos factores devem permitir conhecer o percurso seguido na avaliação dos rendimentos ou bens tributáveis para se obter o valor da matéria tributável que tenha sido fixado pela administração fiscal. Permitindo saber das razões por que, no caso concreto, foi atingido um certo valor de matéria colectável e não outro montante.

Artigo 114.º - Determinação da matéria colectável pela administração fiscal

619. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

620. Este artigo prevê que a administração fiscal determina a matéria colectável com base nas declarações fiscais e nos documentos apresentados pelo sujeito passivo, em quaisquer outros documentos ou registos relevantes obtidos administrativamente e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

nas informações fiscais obtidas através da troca de informações prevista nos acordos internacionais ou inter-regionais em matéria fiscal que vigoram na RAEM.

621. É clarificado que a administração fiscal pode dispor de outros elementos, para além das declarações e informações apresentadas pelo próprio sujeito passivo, que podem ser considerados para efeitos de avaliação directa. Assim são considerados relevantes os documentos ou registos obtidos por via administrativa, nomeadamente junto de entidades que mantenham relações económicas ou comerciais com o sujeito passivo (cf. artigo 61.º do Código Fiscal) ou que sejam obtidos por via de mecanismos de cooperação em matéria fiscal com outras jurisdições fiscais.

Artigo 115.º - Avaliação indirecta

622. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

623. O n.º 1 deste artigo prevê que a avaliação indirecta seja subsidiária da avaliação directa, salvo disposição legal em sentido contrário. Assim, a matéria tributável é preferencialmente avaliada ou calculada directamente segundo os critérios próprios de cada imposto previstos na lei fiscal, só podendo a administração fiscal proceder a avaliação indirecta nos casos e condições previstos no artigo 116.º do Código Fiscal – quando estiverem preenchidos os pressupostos da avaliação indirecta.

624. O n.º 2 deste artigo prevê que à avaliação indirecta se apliquem as regras da avaliação directa, sempre que tal seja possível e a lei não o impedir. A avaliação indirecta segue, em princípio, as mesmas regras da avaliação directa, excepto quando tal não seja possível, atendendo a que se faz uso de métodos indiciários ou presuntivos (cf. artigo 117.º do Código Fiscal), ou quando a lei fiscal preveja um regime próprio e diferente do que se encontra previsto para a avaliação directa.

Artigo 116.º - Pressupostos da avaliação indirecta

625. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A alínea 5) do n.º 2 deste artigo da versão inicial foi eliminada pela versão alternativa da Proposta de Lei. A alínea 4) do n.º 1 deste artigo foi aditada pela versão alternativa e a alínea 4) do n.º 1 deste artigo na versão inicial passou a alínea 5) do n.º 1 deste mesmo artigo na versão alternativa do Código Fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

626. O n.º 1 deste artigo prevê que a avaliação indirecta só deve ser efectuada em certas circunstâncias, nomeadamente por opção legal, quando não seja possível proceder-se à avaliação directa pelos elementos declarados pelo contribuinte não serem suficientes ou não merecem confiança ou quando haja uma discrepância evidente entre a matéria colectável declarada junto da administração fiscal e o nível de vida do sujeito passivo (cf. alíneas 1) e 4) do n.º 1 deste artigo). A enumeração das alíneas 1) a 5) do n.º 1 deste artigo pretende ser completa e exaustiva.

627. O n.º 2 deste artigo prevê um conjunto variado de circunstâncias que pode justificar que a administração fiscal entenda que não é possível comprovar de forma exacta e credível a matéria colectável por via da avaliação directa, tendo em vista a alínea 1) do n.º 1 deste artigo. Tal inclui a falta de apresentação de declarações fiscais nos termos da lei fiscal ou a apresentação da declaração fiscal com erros e omissões relevantes, a falta ou insuficiência da escrituração ou da contabilidade, a recusa de exibição, a ocultação ou a falsificação da contabilidade e outros documentos fiscais relevantes ou a recusa, resistência ou impedimento à actuação dos serviços de fiscalização da administração fiscal (cf. alíneas 1) a 4) do n.º 2 deste artigo).

Artigo 117.º - Determinação da matéria colectável por avaliação indirecta

628. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A alínea 4) deste artigo na versão inicial passou a constar da alínea 4) do n.º 1 do artigo 116.º na versão alternativa do Código Fiscal. Procedeu-se à renumeração das restantes alíneas deste artigo. A epígrafe do artigo sofreu alterações na versão alternativa.

629. A avaliação indirecta vai ter como base todos os elementos que sejam conhecidos da administração fiscal, que sejam relevantes e que permitam apurar a estimativa do valor dos rendimentos ou bens tributáveis (cf. artigo 112.º, n.º 2 do Código Fiscal). Na versão inicial deste artigo referia-se, em termos informativos, que se trataria da determinação da matéria colectável por métodos indiciários ou presuntivos.

630. É feita uma enumeração dos elementos que são relevantes para a determinação da matéria colectável por avaliação indirecta, sendo considerados nomeadamente os dados antecedentes disponíveis, as informações declaradas à administração fiscal ou fornecidos por terceiros que mantenham relações económicas ou comerciais com o sujeito passivo (cf. artigo 61.º do Código Fiscal), bem como vários factores de natureza



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

económica, como indicadores de rentabilidade, preços médios de mercado e avaliação de bens com base em valores de mercado (cf. alíneas 1) a 8) deste artigo).

SECÇÃO IV - Determinação do montante da colecta

Artigo 118.º - Taxas e colecta

- 631.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 632.** O n.º 1 deste artigo refere o conceito de colecta como sendo o montante do imposto a pagar que resulta da aplicação da taxa fiscal à matéria colectável.
- 633.** O n.º 2 deste artigo refere-se às taxas dos impostos, que são as que estejam previstas nas leis fiscais aplicáveis. Estas taxas dos impostos podem ser proporcionais ou progressivas, conforme a opção legal. Em regra, as taxas são proporcionais (a taxa é uma percentagem da matéria colectável) e são também progressivas (com uma taxa mais alta para quem tenha rendimentos mais elevados), para terem em vista a capacidade contributiva, como base da tributação (cf. artigo 7.º do Código Fiscal).
- 634.** O n.º 3 deste artigo prevê que também podem existir taxas liberatórias e especiais. As taxas liberatórias dispensam o sujeito passivo do pagamento de mais imposto (o seu pagamento dispensa o sujeito passivo de ter que declarar novamente o rendimento que foi alvo de uma taxa liberatória – não há englobamento do rendimento que foi sujeito a uma taxa liberatória). As taxas especiais surgem como criando um regime diferente (especial) perante o regime geral, previsto nas taxas normais (gerais) – um certo tipo de rendimento pode ser alvo de uma taxa especial (mais elevada ou mais reduzida) e não da taxa geral do imposto aplicável.
- 635.** O n.º 4 deste artigo prevê que à colecta possam ser efectuadas deduções, nos termos previstos nas leis fiscais aplicáveis, para se apurar o montante do imposto a pagar e a entregar no cofre da RAEM.

Artigo 119.º - Correção da liquidação

- 636.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditados os n.ºs 2, 5 e 6 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 2 e 3



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

deste artigo na versão inicial passaram a n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo na versão alternativa do Código Fiscal. A epígrafe deste artigo foi alterada.

637. O n.º 1 deste artigo prevê que se, após se ter liquidado o imposto, possa ter que se proceder a uma correcção, sendo de cobrar montantes cobrados a menos (por via de uma liquidação adicional) ou anular montantes cobrados a mais (cf. artigos 133.º e seguintes do Código Fiscal). Esta correcção da liquidação do imposto pode acontecer por iniciativa da administração fiscal ou por iniciativa do sujeito passivo. A correcção da liquidação resulta da alteração dos pressupostos em que assentou a liquidação. Aqui se incluindo a situação do erro administrativo na liquidação de um imposto (por exemplo, por erro no apuramento da matéria colectável pela administração fiscal) (cf. artigo 120.º do Código Fiscal).

638. O n.º 2 deste artigo prevê que a correcção da liquidação deve ser pedida pelo sujeito passivo dentro do prazo de reclamação para a comissão de revisão ou de recurso hierárquico, podendo a administração fiscal proceder à correcção da liquidação, por sua iniciativa, dentro do prazo de caducidade do direito à liquidação (cf. artigo 48.º do Código Fiscal).

639. O n.º 3 deste artigo prevê que se procede a uma liquidação adicional quando o valor antes liquidado pelo sujeito passivo for inferior ao legalmente devido.

640. O n.º 4 deste artigo refere-se ao mínimo de cobrança ou de restituição, não se procedendo a uma qualquer cobrança ou restituição se o valor pago a mais ou pago a menos for de montante inferior ao mínimo de cobrança previsto nas leis fiscais.

641. O n.º 5 deste artigo prevê que a correcção da liquidação pela administração fiscal pode ocorrer também em casos de autoliquidação, quando a liquidação do imposto é efectuada pelo sujeito passivo.

642. O n.º 6 deste artigo prevê que a correcção da autoliquidação que determine que o valor pago anteriormente era excessivo, implica o desconto do montante do imposto entregue a mais no valor a ser cobrado posteriormente do mesmo imposto. Se essa entrega posterior não existir, procede-se à anulação da diferença apurada. Se o imposto antes pago for insuficiente, procede-se a uma liquidação adicional.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

CAPÍTULO VII - Revisão oficiosa dos actos de fixação da matéria colectável e de liquidação

Artigo 120.º - Revisão oficiosa

643. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Este artigo absorveu a matéria prevista nos artigos 116.º e 117.º da versão inicial do Código Fiscal. Foram aditados os n.ºs 2 e 3 a este artigo pela versão alternativa do Código Fiscal. O número único deste artigo na versão inicial passou a n.º 1 deste artigo na versão alternativa.

644. Este artigo diferencia duas situações de revisão oficiosa do imposto: (1) a revisão a favor da RAEM (que será, em regra, o sujeito activo das relações jurídicas fiscais – cf. artigo 19.º do Código Fiscal), prevista no n.º 1 deste artigo; e (2) a revisão a favor do contribuinte (que será, em regra, o sujeito passivo das relações jurídicas fiscais – cf. artigo 20.º do Código Fiscal), regulada nos n.ºs 2 a 3 deste artigo.

645. Tanto para o n.º 1 como para o n.º 2 deste artigo está previsto que se possa rever: (1) os actos de fixação da matéria colectável (houve um erro ou omissão na aplicação do imposto perante os rendimentos ou bens visados pela lei fiscal); e (2) os actos de liquidação do imposto (houve um erro na verificação do facto fiscal, na aplicação das normas de incidência, na aplicação da taxa do imposto ou no cálculo do montante do imposto a pagar) (cf. artigo 70.º, alínea 2) do Código Fiscal).

646. O n.º 1 deste artigo regula a revisão a favor da RAEM, que deve ter como base a existência de novos elementos não considerados originalmente na fixação da matéria colectável ou na liquidação, que deve ser feita dentro do prazo de caducidade (cf. artigo 48.º do Código Fiscal). Neste caso vai haver uma liquidação adicional do imposto em falta (cf. artigo 119.º, n.º 3 do Código Fiscal).

647. O n.º 2 deste artigo permite a revisão a favor do contribuinte tendo como base: (1) um erro imputável à administração fiscal, devendo a correcção ser feita no prazo de 5 anos a contar da ocorrência do erro (cf. alínea 1) do n.º 2 deste artigo); ou (2) a duplicação da colecta (cf. artigo 3.º, alínea 8) do Código Fiscal), devendo a correcção ser feita no prazo de 5 anos, a contar da notificação do acto fiscal a rever ou no decurso de um processo de execução fiscal relativo ao acto a rever (cf. alínea 2) do n.º 2 deste



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

artigo). Nos casos da revisão a favor do contribuinte deve haver uma anulação do imposto cobrado a mais, em excesso do legalmente devido (cf. artigo 119.º, n.º 1 do Código Fiscal) (cf. artigos 133.º e seguintes do Código Fiscal).

648. O n.º 3 deste artigo prevê que o regime da revisão a favor do contribuinte (previsto no n.º 2 deste artigo) se aplica aos casos de autoliquidação, quando a administração fiscal proceda à correcção dos elementos constantes na declaração fiscal, que serviu de base à autoliquidação. A correcção da autoliquidação deve seguir o regime próprio para a correcção da liquidação no caso da autoliquidação que se encontra previsto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 119.º do Código Fiscal.

CAPÍTULO VIII - Cobrança

Artigo 121.º - Cobrança

649. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

650. Este artigo prevê que a cobrança dos impostos deve efectuar-se nos termos previstos nas leis fiscais.

Artigo 122.º - Fases de cobrança

651. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

652. O Código Fiscal prevê duas fases de cobrança dos impostos: (1) a cobrança voluntária (n.º 1 deste artigo): a cobrança que ocorra no prazo legal de pagamento do imposto previsto na lei, mas também ainda a cobrança do imposto nos 60 dias seguintes, com o pagamento de juros de mora e 3% de dívidas (cf. artigos 45.º e 46.º do Código Fiscal); e (2) a cobrança coerciva (n.º 2 deste artigo), que é a cobrança que seja feita no processo de execução fiscal e que se inicia com o relaxe da dívida fiscal (cf. n.º 1 do artigo 129.º do Código Fiscal).

Artigo 123.º - Tipos de cobrança

653. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa do Código Fiscal. Foi eliminado o n.º 4 deste artigo na versão alternativa do Código Fiscal.



h g

陸
輝
林

654. O Código Fiscal prevê dois tipos de cobrança dos impostos: (1) a cobrança virtual, onde um serviço da administração fiscal envia os elementos de cobrança ao serviço da administração fiscal que é legalmente responsável pela cobrança. Este serviço responsável pela cobrança fica constituído na obrigação de iniciar a cobrança do imposto devido junto do sujeito passivo (n.º 2 deste artigo); e (2) a cobrança eventual, onde o título de cobrança é apresentado pelo sujeito passivo no acto de pagamento, sendo o pagamento efectuado junto da administração fiscal (n.º 3 deste artigo).

655. Quando o pagamento não seja feito nos prazos previstos na lei (ou em prazo especial para pagamento), a cobrança eventual converte-se em cobrança virtual (aplica-se o regime do n.º 2 deste artigo) (cf. n.º 5 do artigo 126.º do Código Fiscal).

Artigo 124.º - Competência para a cobrança

656. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

657. Este artigo prevê que a cobrança dos impostos compete à administração fiscal. É também previsto que a administração fiscal possa celebrar protocolos de cobrança com instituições financeiras e outras entidades. Estes protocolos de cobrança devem regular as condições ao abrigo das quais se prestam os serviços de cobrança²¹.

J.

✓

q.

8

Artigo 125.º - Meios de pagamento

658. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminado o n.º 2 deste artigo da versão inicial. O n.º 1 deste artigo na versão inicial passou a número único do mesmo artigo na versão alternativa do Código Fiscal. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

659. Este artigo prevê os meios e formas de pagamento das dívidas fiscais. O pagamento dos impostos pode ser feito em numerário (em moeda com curso legal na RAEM - cf. artigo 2.º da Lei n.º 10/2023 (Regime jurídico da emissão monetária)), ordem de caixa ou cheque, cartão de crédito, cartão de débito, transferência bancária, débito em

²¹ Veja-se, em sentido próximo, a celebração de protocolos de cobrança pela Direcção dos Serviços de Finanças com instituições de crédito e outras entidades prevista no artigo 11.º do Regulamento Administrativo n.º 22/2008 (Regime dos meios de pagamento aceites pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau).

z



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

conta ou outro meio de pagamento do tipo e com as características dos utilizados pelas instituições financeiras ou previsto na lei²².

Artigo 126.º - Prazos de pagamento

660. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

661. O n.º 1 deste artigo prevê que os impostos devem ser pagos no prazo fixado nas leis fiscais. Na falta de previsão legal, o prazo de pagamento será de 30 dias, contado a partir da notificação da liquidação do imposto.

662. O n.º 2 deste artigo permite que os prazos de pagamento dos impostos referidos no n.º 1 deste artigo possam ser prorrogados nos termos previstos nas leis fiscais e ainda quando ocorra o encerramento ou o não funcionamento dos serviços públicos ou entidades públicas por razões de força maior. A prorrogação dos prazos de pagamento dos impostos deve ser feita por despacho do Chefe do Executivo.

663. O n.º 3 deste artigo prevê que, na cobrança eventual (cf. artigo 123.º, n.º 3 do Código Fiscal), o acto de pagamento corresponda com o acto de liquidação do imposto. Pode, no entanto, ser fixado um prazo especial para pagamento do imposto pela lei fiscal ou pela administração fiscal.

664. O n.º 4 deste artigo prevê que, na autoliquidação, o pagamento do imposto ocorre no dia da apresentação da declaração fiscal ou noutro prazo fixado pela lei fiscal ou pela administração fiscal para pagamento do imposto.

665. O n.º 5 deste artigo prevê que, caso não seja feito o pagamento do imposto nas situações dos n.ºs 3 e 4 deste artigo, a administração fiscal proceda à cobrança virtual (cf. artigo 123.º, n.º 2 do Código Fiscal). Neste caso, será notificado o sujeito passivo para efectuar o pagamento do imposto no prazo de cobrança voluntária que se encontra previsto no artigo 122.º, n.º 1 do Código Fiscal.

666. Por opção do proponente, foi eliminado o artigo 124.º da versão inicial do Código

²² Veja-se também o artigo 2.º, n.º 1 do Regulamento Administrativo n.º 22/2008 (Regime dos meios de pagamento aceites pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Fiscal que proibia a moratória, sob pena de responsabilidade tributária subsidiária do trabalhador que concedesse uma moratória sem autorização. Esta responsabilidade subsidiária do trabalhador dependia de uma prévia condenação em processo disciplinar²³. A versão alternativa da Proposta de Lei não contempla este regime.

Artigo 127.º - Sub-rogação

667. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

668. O n.º 1 deste artigo prevê que, para beneficiar da sub-rogação fiscal, o terceiro que queira pagar uma dívida de outrem antes de estar a decorrer o processo de execução fiscal deve requer uma autorização junto da administração fiscal. A autorização para a sub-rogação deve indicar o montante da dívida e os encargos legais.

669. O n.º 2 deste artigo prevê que, se já estiver pendente um processo de execução fiscal, o requerimento a pedir a sub-rogação seja apresentado junto do serviço de execução fiscal (actualmente perante a Repartição das Execuções Fiscais). A autorização para a sub-rogação deve abranger o montante da quantia exequenda e os encargos legais.

670. O n.º 3 deste artigo prevê que o pagamento por sub-rogação, que seja requerido no processo de execução fiscal após a venda dos bens, só pode ser autorizado pelo serviço de execução fiscal tendo em vista o remanescente da dívida exequenda.

671. O n.º 4 deste artigo prevê que o despacho que decida sob o pedido de autorização de sub-rogação seja notificação ao devedor da dívida e também ao requerente da sub-rogação – ao terceiro que pretenda pagar a dívida de outrem.

672. A sub-rogação só é possível após estar decorrido o prazo de pagamento do imposto, sendo também necessário requerer e obter previamente a autorização de sub-rogação nos termos deste artigo. O terceiro para ficar sub-rogado nos direitos da administração fiscal deve ainda obter o consentimento do devedor ou provar um interesse legítimo

²³ Em geral, a moratória (concessão de um prazo adicional para o pagamento de um imposto) só será possível nos termos previstos na lei fiscal. O respectivo regime de responsabilidade disciplinar será sempre aplicável ao trabalhador que conceder uma moratória sem estar legalmente habilitado ou autorizado para o efeito.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

no pagamento da dívida fiscal em causa²⁴. Sob as condições de sub-rogação veja-se o n.º 2 do artigo 43.º do Código Fiscal.

Artigo 128.º - Garantias da sub-rogação

673. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditados os números 2 e 4 a este artigo pela versão alternativa. O n.º 2 deste artigo na versão inicial passou a n.º 3 do mesmo artigo na versão alternativa do Código Fiscal. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

674. O n.º 1 deste artigo prevê que o pagamento da dívida pelo sub-rogado implica a transmissão para o sub-rogado das garantias e privilégios do crédito²⁵, vencendo a dívida fiscal paga juros pela taxa fixada nos termos do n.º 1 do artigo 552.º do Código Civil desde a data de pagamento da dívida. Tal implica que se mantenham as garantias dos créditos fiscais, mas que, em vez destas garantias beneficiarem a administração fiscal, passem a beneficiar o terceiro que procedeu ao pagamento da dívida fiscal e obteve a respectiva sub-rogação nos termos do Código Fiscal.

675. O n.º 2 deste artigo prevê que as partes possam acordar em sentido contrário do previsto no n.º 1 deste artigo. Em particular, as partes podem acordar em que a dívida não deva vencer juros pela taxa fixada na lei civil (cf. n.º 1 deste artigo).

676. O n.º 3 deste artigo prevê que o terceiro que tenha pago a dívida fiscal, tendo ficado sub-rogado nos direitos da administração fiscal, pode procurar obter o reembolso do que pagou (e dos respectivos juros civis – cf. n.º 1 deste artigo), podendo accionar os meios processuais ao seu dispor em processo civil. A execução da dívida é feita, nestes casos, perante os tribunais civis e por via do processo civil.

677. O n.º 4 deste artigo prevê que o despacho que autoriza a sub-rogação (cf. n.º 4 do artigo 127.º do Código Fiscal), acompanhado do documento comprovativo de

²⁴ Em geral, no direito civil, o terceiro que cumpre a obrigação só fica sub-rogado nos direitos do credor quando tiver garantido o cumprimento, ou quando, por outra causa, estiver directamente interessado na satisfação do crédito (cf. artigo 586.º do Código Civil).

²⁵ Em geral, no direito civil, o sub-rogado adquire, na medida da satisfação dada ao direito do credor, os poderes que a este competiam (cf. artigo 587.º, n.º 1 do Código Civil).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

pagamento, é um título executivo para cobrar do devedor o que for devido ao subrogado por via dos meios processuais civis (cf. n.º 3 deste artigo).

CAPÍTULO IX – Relaxe

Artigo 129.º - Quando se verifica o relaxe

678. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

679. O n.º 1 deste artigo prevê que, decorridos 60 dias sobre o termo do prazo legal de pagamento, sem que tenha sido pago o imposto se procede ao relaxe da dívida fiscal. Este prazo corresponde ao prazo de 60 dias para o pagamento do imposto com juros de mora e 3% de dívidas (cf. n.º 1 do artigo 122.º do Código Fiscal).

680. O n.º 2 deste artigo prevê que a administração fiscal deva notificar os sujeitos passivos para efectuar o respectivo pagamento pelo menos 15 dias antes do termo do prazo de pagamento previsto no n.º 1 deste artigo. Os sujeitos passivos são alertados para pagar o imposto em dívida e evitar o relaxe da dívida fiscal.

Artigo 130.º - Operações de relaxe

681. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 2, 3, 4, e 5 deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 5, 6 e 7 deste artigo na versão inicial passaram a constar dos n.ºs 2, 3 e 4 deste mesmo artigo na versão alternativa do Código Fiscal.

682. O n.º 1 deste artigo prevê que sejam emitidas certidões de relaxe pela administração fiscal, com base nos conhecimentos de cobrança e nas guias não pagas, de onde se possa concluir pelo não pagamento voluntário da dívida fiscal. Estas certidões de relaxe devem referir o último dia da cobrança voluntária do imposto e devem ser acompanhadas de uma relação de relaxe, sendo enviadas para o serviço de execução fiscal (actualmente para a Repartição das Execuções Fiscais).

683. O n.º 2 deste artigo prevê que as certidões de relaxe devem ser registadas no sistema informático do serviço de execução fiscal, antes de serem enviadas.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

684. O n.º 3 deste artigo prevê que o registo das certidões de relaxe pode ser feito em suporte de papel ou por via de registo electrónico.

685. O n.º 4 deste artigo prevê que as operações de relaxe, previstas neste artigo, devem estar concluídas no prazo de 5 dias úteis.

Artigo 131.º - Elementos essenciais das certidões de relaxe

686. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditada uma nova alínea 8) a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. A alínea 8) deste artigo na versão inicial passou a alínea 9) na versão alternativa. A epígrafe deste artigo sofreu ajustamentos de redacção em língua portuguesa.

687. Da certidão de relaxe deve constar um conjunto de indicações ou referências, que permitam identificar o devedor, as pessoas solidariamente ou subsidiariamente responsáveis, a proveniência da dívida e o seu montante, a data a partir da qual se vencem juros, entre outras informações relevantes para a execução fiscal.

Artigo 132.º - Pagamento após o relaxe

688. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 1 deste artigo na versão inicial passou a número único do mesmo artigo na versão alternativa.

689. Este artigo prevê que o pagamento da dívida fiscal e dos encargos legais pode ser feita pelo sujeito passivo após o relaxe junto do serviço de execução fiscal. Esse pagamento após o relaxe da dívida fiscal pode acontecer antes da certidão de relaxe ser enviada para o serviço de execução fiscal (actualmente para a Repartição das Execuções Fiscais).

690. Por opção do proponente, foi eliminado o artigo 131.º da versão inicial do Código Fiscal que previa que se aplicasse o previsto nos artigos anteriores, com as necessárias adaptações, também para as dívidas que não sejam de impostos e provenham de entidades a quem a lei confere a faculdade de recurso ao processo de execução fiscal para a cobrança dos seus créditos. Esta matéria passou a constar de um conjunto de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

outras disposições dispersas por vários artigos do Código Fiscal.

CAPÍTULO X - Emissão de título de anulação e restituição de imposto decorrentes da anulação de colecta

691. A designação do Capítulo X do Título IV do Código Fiscal sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

SECÇÃO I - Anulação da colecta

Artigo 133.º - Âmbito de aplicação

692. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

693. Este artigo prevê que o Capítulo X do Título IV do Código Fiscal se aplique às colectas de imposto que devam ser anuladas nos termos do Código Fiscal ou das leis fiscais. O regime deste Capítulo é similar, em muitos aspectos, ao previsto no Decreto-Lei n.º 16/85/M, de 2 de Março (Regime geral da anulação e restituição das contribuições e impostos), que é expressamente revogado pela Proposta de Lei (cf. artigo 27.º, alínea 27) da Proposta de Lei).

Artigo 134.º - Interessados

694. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

695. Este artigo prevê que, para efeitos do Capítulo X do Título IV do Código Fiscal, os interessados sejam os contribuintes e os seus sucessores.

Artigo 135.º - Quando tem lugar a anulação da colecta

696. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

697. O n.º 1 deste artigo prevê que a anulação parcial ou total da colecta ocorre nas seguintes circunstâncias: (1) se a anulação da colecta for decidida por uma decisão definitiva da administração fiscal ou em decorrência de decisão judicial transitada em julgado (cf. alínea 1) do n.º 1 deste artigo); ou (2) se houver um despacho da administração fiscal, emitido oficiosamente, a reconhecer que uma quantia foi liquidada indevidamente (cf. alínea 2) do n.º 1 deste artigo).

698. O n.º 2 deste artigo prevê que o despacho de anulação da administração fiscal, a reconhecer uma cobrança indevida de um imposto, conforme previsto na alínea 2) do n.º 1 deste artigo, deve ser notificado ao interessado, se houver lugar à emissão de título de anulação ou à restituição em dinheiro da importância anulada.

Artigo 136.º - Consequências da anulação nos casos de pagamento do imposto

699. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

700. Este artigo prevê que, uma vez anulada a colecta, e estando o imposto pago parcial ou totalmente, haja lugar: (1) à emissão de título de anulação; ou (2) à restituição das importâncias de imposto indevidamente pagas. Para o efeito aplica-se o regime legal que se encontra previsto no Capítulo X do Título IV do Código Fiscal.

Artigo 137.º - Emissão de título de anulação

701. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu ajustamentos em língua portuguesa pela versão alternativa da Proposta de Lei.

702. O n.º 1 deste artigo prevê que, nos casos em que tenha havido anulação parcial da colecta e o valor anulado seja inferior ao montante da importância em dívida à data da decisão de anulação da colecta, seja emitido um título de anulação.

703. O n.º 2 deste artigo prevê que se possa dispensar a emissão de um título de anulação, quando: (1) tal não implique prejuízo para a RAEM; e (2) haja vantagens reconhecidas para o sujeito passivo. Esta dispensa deve ser concedida por despacho do director da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Direcção dos Serviços de Finanças.

704. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando haja dispensa da emissão de título de anulação, nos termos do n.º 2 deste artigo, se proceda à restituição da importância de imposto anulada (cf. alínea 2) do n.º 1 do artigo 138.º do Código Fiscal).

Artigo 138.º - Restituição

705. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

706. O n.º 1 deste artigo prevê que a quantia de imposto indevidamente cobrada será restituída ao interessado nas seguintes circunstâncias: (1) caso se trate de uma colecta pela qual não se tenha formado um débito ao recebedor, esteja a importância a anular totalmente paga; ou (2) caso se trate de uma colecta pela qual se haja formado débito ao recebedor, não haja lugar à emissão de um título de anulação.

707. O n.º 2 deste artigo prevê que não há que emitir um título de anulação e também não há lugar à restituição da importância anulada quando, tratando-se de colecta pela qual se haja formado débito ao recebedor, o débito for igual ao montante da colecta anulada.

Artigo 139.º - Regularização contabilística das anulações

708. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

709. O n.º 1 deste artigo prevê que as decisões que anulem colectas pelas quais se tenha formado um débito ao recebedor, são suficientes para justificar o registo contabilístico da importância anulada e a restituição das importâncias cobradas a mais, caso tal ocorra.

710. O n.º 2 deste artigo prevê que, caso se tratem de anulações que, nos termos do artigo 137.º do Código Fiscal, determinem a emissão de títulos de anulação, o crédito ao recebedor será também documentado com os respectivos títulos de anulação.

711. O n.º 3 deste artigo prevê que o registo contabilístico das anulações previstas nos n.ºs



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1 e 2 deste artigo deve indicar os elementos que identifiquem as anulações.

SECÇÃO II - Títulos de anulação

Artigo 140.º - Emissão e levantamento dos títulos

712. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 2 e 4 deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 3 deste artigo da versão inicial passou a n.º 2 deste artigo na versão alternativa do Código Fiscal. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

713. O n.º 1 deste artigo prevê que os títulos de anulação são emitidos oficiosamente pela Direcção dos Serviços de Finanças, sendo o interessado imediatamente notificado para o levantamento do título de anulação, sendo informado dos prazos de levantamento e utilização do título (cf. n.º 2 deste artigo, n.º 2 do artigo 141.º e artigo 142.º do Código Fiscal).

714. O n.º 2 deste artigo prevê que o título de anulação seja entregue ao interessado mediante recibo. Este título deve ser levantado pelo interessado (contribuinte e sucessores – cf. artigo 134.º do Código Fiscal) até ao termo do segundo ano após a notificação para levantamento, sob pena de caducidade. Tal implica que exista um prazo de caducidade com um período variável, mas de pelo menos de 2 anos, contado da notificação para levantamento do título de anulação.

Artigo 141.º - Validade dos títulos

715. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

716. O n.º 1 deste artigo prevê que os títulos de anulação são nulos se contiverem qualquer emenda ou rasura.

717. O n.º 2 deste artigo prevê que o direito à utilização do título de anulação prescreve no termo do terceiro ano seguinte ao ano da notificação prevista no n.º 1 do artigo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

140.º do Código Fiscal. Existe, nestes termos, um prazo de prescrição variável, mas que será de pelo menos 3 anos, que se conta a partir da notificação para levantamento do título de anulação.

718. O n.º 3 deste artigo prevê que os prazos de caducidade e de prescrição sejam anotados no respectivo registo relativo aos títulos de anulação.

719. O n.º 4 deste artigo prevê a possibilidade da emissão de segundas vias de títulos de anulação, quando tal seja justificado por motivos ponderosos. Tal poderá acontecer quando os títulos de anulação se extraviem ou sejam danificados acidentalmente.

Artigo 142.º - Utilização dos títulos

720. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

721. Este artigo prevê que o título de anulação possa ser utilizado pelo interessado, durante o seu período de validade, para a compensação do pagamento da colecta do imposto que tiver dado origem à emissão do título. Tal implica que, na opção legislativa formulada, o título de anulação apenas possa ser utilizado para a compensação do pagamento de um imposto ou contribuição da mesma espécie.

Artigo 143.º - Restituição de imposto durante o período de validade dos títulos

722. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

723. O n.º 1 deste artigo prevê que, quando esteja integralmente paga a colecta de imposto que tiver dado origem à emissão do título referida no artigo 142.º do Código Fiscal, o interessado possa, durante o período de validade do título de anulação, requerer ao director da Direcção dos Serviços de Finanças a restituição da importância de imposto que tenha sido anulada.

724. O n.º 2 deste artigo prevê que o requerimento a solicitar a restituição da importância anulada, a que se refere o n.º 1 deste artigo, deva ser acompanhado do título de anulação em que o pedido de restituição em dinheiro se fundamenta.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

725. O n.º 3 deste artigo prevê que, ao processo de restituição da importância anulada previsto neste artigo, se aplique o previsto nos artigos 145.º a 149.º do Código Fiscal com as adaptações que forem necessárias.

SECÇÃO III - Restituição de imposto

726. A designação da Secção III do Capítulo X do Título III do Código Fiscal sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

Artigo 144.º - Pedido de restituição

727. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 2 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O número único deste artigo previsto na versão inicial passou a n.º 1 deste artigo na versão alternativa. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

728. O n.º 1 deste artigo prevê que a restituição da importância anulada prevista no artigo 138.º do Código Fiscal (mas também para efeitos do artigo 137.º, n.º 2 do Código Fiscal) normalmente seja da iniciativa oficiosa da administração Fiscal. A restituição da importância anulada também pode ser requerida pelo interessado, caso a administração fiscal não tenha conhecimento do facto que fundamente a anulação da colecta (aqui tem-se em vista a situação onde a anulação da colecta decorra de uma decisão judicial transitada em julgado – cf. n.º 2 deste artigo).

729. O n.º 2 deste artigo prevê que o requerimento do interessado a solicitar a restituição da importância anulada deva ser apresentado à administração fiscal até ao termo do terceiro ano seguinte ao trânsito em julgado da decisão judicial que determine a anulação da colecta (cf. artigo 135.º, n.º 1, alínea 1) do Código Fiscal).

Artigo 145.º - Processo de restituição

730. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 1 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2 e 3 da versão inicial passaram a n.ºs 1 e 2 da versão alternativa.

731. O n.º 1 deste artigo prevê que antes do processo de restituição ser submetido ao director da Direcção dos Serviços de Finanças para apreciação, deva ser obtida informação junto do serviço de execução fiscal (actualmente para a Repartição das Execuções Fiscais) para se confirmar se o interessado tem dívidas em processo de execução fiscal. Trata-se de uma norma de organização interna administrativa, devendo a administração fiscal obter esta confirmação da inexistência de dívidas pelo interessado antes do processo de restituição seguir para decisão superior.

732. O n.º 2 deste artigo prevê que, caso seja autorizada a restituição pelo director da Direcção dos Serviços de Finanças, deva ser processado a restituição da importância anulada. Fica salvaguardada a aplicação do artigo 146.º do Código Fiscal, relativo à situação onde existam dívidas do interessado no processo de execução fiscal.

Artigo 146.º - Dívidas em processo de execução fiscal

733. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

734. O n.º 1 deste artigo prevê que, quando houver dívidas do interessado em processo de execução fiscal, a restituição seja processada pela administração fiscal a favor do serviço de execução fiscal (actualmente para a Repartição das Execuções Fiscais), a seu pedido, até ao montante da importância que for devida pelo interessado.

735. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando a importância devida pelo interessado em processo de execução fiscal for inferior ao valor da importância a restituir, a diferença deva ser processada a favor do interessado, para que a mesma seja restituída.

Artigo 147.º - Prazo para restituição

736. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

737. O n.º 1 deste artigo refere o prazo para a restituição oficiosa é de 90 dias, que se conta da decisão definitiva da administração fiscal ou da decisão judicial transitada em julgado que determine a anulação total ou parcial da colecta para a restituição oficiosa, previsto no n.º 1 do artigo 135.º do Código Fiscal. Ficam aqui abrangidas as várias situações das alíneas 1) e 2) do n.º 1 do artigo 135.º do Código Fiscal. O n.º 1 deste



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

artigo terá em vista a restituição oficiosa (cf. n.º 2 deste artigo).

738. O n.º 2 deste artigo refere que este prazo de 90 dias para a restituição requerida pelo interessado (cf. artigos 143.º e 144.º do Código Fiscal) se conta a partir da data de apresentação do requerimento para a restituição.

Artigo 148.º - Registo das importâncias restituídas

739. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

740. Este artigo prevê que as importâncias restituídas são registadas electronicamente, sendo o registo individualizado por cada imposto.

Artigo 149.º - Selo de conhecimento

741. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

742. Este artigo prevê que a emissão de título de anulação ou a restituição da importância de imposto que tenha sido anulada implica também a anulação ou restituição, na devida proporção, do respectivo do selo de conhecimento que tenha sido aplicado sobre essas mesmas colectas.

CAPÍTULO XI – Reclamação

Artigo 150.º - Fundamentos da reclamação

743. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

744. Este artigo prevê que quem se considere lesado possa reclamar de um acto fiscal por ilegalidade ou inconveniência do mesmo, salvo disposição legal em contrário.

745. Em regra, qualquer acto fiscal pode ser reclamado por um interessado (por quem se considere lesado, e não apenas pelo sujeito passivo da relação jurídica fiscal). O procedimento de reclamação administrativa deve ter em vista a anulação total ou



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

parcial dos actos fiscais por iniciativa do contribuinte, dos substitutos fiscais ou dos responsáveis fiscais. A reclamação pode estar fundada somente numa questão de mérito. A reclamação permite a reapreciação do acto fiscal pela própria entidade administrativa que o praticou (autor do acto) e pode ser apresentada independentemente de suscitar ou não questões de legalidade. Tal resulta do regime da reclamação no procedimento administrativo, e também será assim para o recurso administrativo (cfr. artigos 145.º e 148.º do Código do Procedimento Administrativo).

Artigo 151.º - Regras fundamentais

746. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminada a alínea 2) do n.º 1 deste artigo na versão inicial pela versão alternativa da Proposta de Lei. As alíneas 3), 4) e 5) do n.º 1 deste artigo na versão inicial passaram a alíneas 2), 3) e 4) do n.º 1 deste artigo na versão alternativa do Código Fiscal.

747. O n.º 1 deste artigo prevê que a reclamação obedece às seguintes regras fundamentais: (1) a reclamação deve ser simples e célere (cf. alínea 1) do n.º 1 deste artigo); (2) é permitido o recurso a todos os meios de prova, nomeadamente aos elementos que a administração fiscal disponha (cf. alínea 2) do n.º 1 deste artigo); (3) a reclamação tenha um efeito suspensivo, nomeadamente ficando suspensa a liquidação do imposto decorrente do acto reclamado²⁶ (cf. alínea 3) do n.º 1 deste artigo); e (4) a reclamação é facultativa, podendo o interessado escolher interpor ou não uma reclamação, ou em alternativa um recurso hierárquico ou um recurso contencioso, conforme as circunstâncias (cf. alínea 4) do n.º 1 deste artigo).

748. O n.º 2 deste artigo prevê que a reclamação da fixação da matéria colectável, que seja feita pela comissão de fixação, seja apresentada para a comissão de revisão, nos termos das leis fiscais aplicáveis. Esta reclamação para a comissão de revisão é necessária e tem efeito suspensivo. Da decisão da comissão de revisão sobre esta reclamação cabe recurso contencioso²⁷.

²⁶ Tal implica nomeadamente que o contribuinte não tenha que proceder ao pagamento de um imposto, e a administração fiscal não possa executar o acto impugnado, enquanto estiver pendente a reclamação.

²⁷ O Código Fiscal designa esta impugnação da fixação da matéria colectável perante a comissão de revisão como



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 152.º - Prazos e formalidades

749. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

750. O n.º 1 deste artigo prevê que a reclamação deva ser apresentada no prazo de 15 dias após a notificação do acto reclamado, sendo dirigida ao autor do acto ou à comissão de revisão, quando tal resulte da lei fiscal (cf. artigo 151.º, n.º 2 do Código Fiscal). Veja-se o artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo.

751. O n.º 2 deste artigo prevê que a reclamação deva ser reduzida a escrito e entregue no serviço que praticou o acto reclamado, ou na Direcção de Serviços de Finanças, para a reclamação dirigida à comissão de revisão.

752. O n.º 3 deste artigo prevê que a reclamação deva ser decidida no prazo de 15 dias, ou no prazo previsto para o efeito nas leis fiscais para a reclamação dirigida à comissão de revisão. Veja-se o artigo 152.º do Código do Procedimento Administrativo.

753. Deve ser notado que da decisão que indefira a reclamação cabe recurso hierárquico necessário. Assim sendo, o acto reclamado não será susceptível de recurso contencioso, havendo primeiro impugnação administrativa obrigatória, pelo que o prazo do recurso contencioso só se começa a contar após a decisão que seja tomada no recurso hierárquico necessário (cf. artigo 154.º do Código Fiscal; cf. artigo 28.º, n.ºs 1 e 3 do Código de Processo Administrativo Contencioso).

CAPÍTULO XII - Recurso hierárquico necessário

754. A designação do Capítulo XII do Título IV do Código Fiscal sofreu alterações na versão

sendo uma “reclamação”, mas materialmente trata-se de um recurso administrativo (o órgão para o qual se recorre não é o autor do acto; não se trata, portanto de uma “reclamação”, mas de um “recurso”). Assim melhor se compreende que esta impugnação assuma uma natureza necessária, tenha efeito suspensivo, e da mesma haja recurso contencioso, como acontece para o recurso hierárquico no artigo 153.º do Código Fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

alternativa da Proposta de Lei.

Artigo 153.º - Interposição, prazos e efeitos do recurso hierárquico necessário

755. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu ajustamentos na versão em língua portuguesa pela versão alternativa da Proposta de Lei.

756. O n.º 1 deste artigo prevê que há recurso hierárquico necessário para o Chefe do Executivo: (1) da decisão tomada na reclamação, que seja total ou parcialmente desfavorável ao interessado e (2) de qualquer acto fiscal praticado pela administração fiscal (que não tenha sido alvo de uma reclamação). O recurso hierárquico pode ser apresentado com motivo na ilegalidade ou inconveniência do acto recorrido, aplicando-se o previsto no artigo 150.º do Código Fiscal. Este recurso hierárquico necessário deve ser interposto no prazo de 30 dias, a contar da notificação do acto fiscal que seja recorrido. Veja-se os artigos 153.º, 154.º e 155.º do Código do Procedimento Administrativo.

757. O n.º 2 deste artigo prevê que não há recurso hierárquico das decisões tomadas pelas comissões de revisão, nos termos das leis fiscais (cf. artigo 151.º, n.º 2 do Código Fiscal), que são alvo de recurso contencioso imediato. Tal decorre das comissões de revisão serem entidades administrativas independentes, não estando sujeitas à hierarquia administrativa. Pode haver outras situações onde a lei fiscal preveja um recurso contencioso imediato de certos actos fiscais.

758. O n.º 3 deste artigo prevê que o recurso hierárquico é decidido no prazo máximo de 90 dias. Veja-se o artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo.

759. O n.º 4 deste artigo prevê que o recurso hierárquico, sendo necessário, tenha efeito suspensivo. Veja-se o artigo 157.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 154.º - Garantia contenciosa

760. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

761. Este artigo prevê que a decisão tomada no recurso hierárquico é susceptível de recurso contencioso. A opção formulada pelo Código Fiscal passa, portanto, por um



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

regime de impugnação administrativa necessária, não sendo, como regra geral, possível impugnar um acto da administração fiscal junto dos tribunais, sem antes primeiro se ter obtido uma decisão definitiva por via de um recurso hierárquico.

762. Deve ser notado que, para efeito do recurso contencioso dos actos administrativos que sejam praticados no processo de execução fiscal, há algumas regras especiais sobre a tramitação do recurso que se encontram previstas nos artigos 310.º e 311.º do Código Fiscal. Acresce que pode haver outros meios processuais contenciosos a serem utilizados em sede de contencioso fiscal, para além do recurso contencioso.

TÍTULO V - Processo judicial fiscal

CAPÍTULO I - Disposições gerais

Artigo 155.º - Âmbito do processo judicial fiscal

763. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua portuguesa foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

764. Este artigo regula o âmbito do processo judicial fiscal, que inclui nomeadamente: (1) o recurso contencioso das decisões tomadas no recurso hierárquico necessário e da decisão da reclamação do acto de revisão da matéria colectável, que será da comissão de revisão (cf. alíneas 1) e 2) deste artigo); (2) as providências cautelares de natureza judicial, nomeadamente as providências cautelares que sejam necessárias para garantia da cobrança de créditos fiscais (que são no Código Fiscal: o arresto e o arrolamento) (cf. artigos 167.º a 172.º do Código Fiscal) (cf. alínea 3) deste artigo); (3) a impugnação judicial contenciosa dos actos praticados no processo de execução fiscal, que serão os actos administrativos que afectem os interesses dos particulares (cf. artigo 310.º do Código Fiscal) (cf. alínea 4) deste artigo); (4) os actos praticados no tribunal competente no âmbito da cobrança coerciva de dívidas no processo de execução fiscal, que incluem a oposição à execução, os embargos de terceiro, a verificação de créditos, a anulação de venda e outros incidentes processuais de natureza judicial (cf. alínea 5) deste artigo); e (5) o recurso para um tribunal superior dos actos jurisdicionais praticados no âmbito do processo judicial fiscal (cf. artigo 173.º e artigo 312.º do Código Fiscal) (cf. alínea 6) deste artigo).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

765. Na opção do Código Fiscal, o processo judicial fiscal inclui o processo administrativo contencioso em matéria fiscal, os actos processuais praticados no âmbito do processo de execução fiscal junto do tribunal competente e o recurso jurisdicional das decisões judiciais que sejam tomadas pelos tribunais competentes. O processo judicial fiscal não inclui o processo de execução fiscal que corre os termos no serviço de execução fiscal, que será ainda um procedimento de cariz administrativo (e não judicial).

766. O processo administrativo contencioso em matéria fiscal terá como meio processual mais habitual o recurso contencioso dos actos praticados pela administração fiscal no procedimento fiscal (cf. artigos 159.º a 162.º do Código Fiscal). O recurso contencioso é de mera legalidade e tem por finalidade a anulação dos actos recorridos (cf. artigo 20.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso). Existem outros meios processuais principais incluídos no processo judicial fiscal (cf. alínea 8), n.º 3 do artigo 30.º da Lei de Bases da Organização Judiciária, aprovada pela Lei n.º 9/1999), em particular: (1) acções em matéria fiscal sobre reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos (cf. artigo 100.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso); e (2) acções em matéria fiscal para a prestação de informação, consulta de processo ou passagem de certidão (cf. artigo 108.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso). E existem também ainda os seguintes procedimentos preventivos e conservatórios (cf. alíneas 3) e 4) do n.º 5 do artigo 30.º da Lei de Bases da Organização Judiciária, aprovada pela Lei n.º 9/1999): (1) pedidos de suspensão de eficácia dos actos administrativos dos actos praticados pela administração fiscal no procedimento fiscal (cf. artigo 120.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso); (2) pedidos de produção antecipada de prova formulados em processos judiciais fiscais (cf. artigo 138.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso); e (3) pedidos de intimação para um comportamento (cf. artigo 132.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso). Podem ainda existir outros meios processuais principais ou cautelares no processo administrativo contencioso em matéria fiscal, quando tal seja necessário à tutela de direitos subjectivos ou interesses legalmente protegidos.

767. Na falta de regras próprias, os meios processuais no processo judicial fiscal vão ser tramitados e processados nos termos gerais, conforme previsto no Código de Processo Administrativo Contencioso (cf. alínea 2) do artigo 5.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 156.º - Personalidade e capacidade judiciária fiscal

768. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

769. Este artigo trata da personalidade e capacidade judiciária fiscal, prevendo quem pode ser parte num litígio judicial relativo a relações jurídicas fiscais (cf. n.º 1 deste artigo), quem pode exercer os seus direitos pela via judicial, exercendo os direitos e garantias fiscais perante os tribunais (cf. n.º 2 deste artigo) e como se faz a representação em juízo dos incapazes (cf. n.º 3 deste artigo). Este artigo corresponde proximamente ao regime geral da personalidade e capacidade judiciária previsto Código do Processo Civil. Veja-se os artigos 16.º e 17.º do Código Fiscal e também artigo 66.º do Código Fiscal. E ainda os artigos 39.º e seguintes do Código de Processo Civil.

Artigo 157.º - Legitimidade

770. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

771. Este normativo refere-se à legitimidade no processo judicial fiscal, inclusive nas instâncias do processo de execução fiscal que corram junto dos tribunais competentes. Têm legitimidade para intervir no processo judicial fiscal: (1) a administração fiscal (parte passiva no recurso contencioso e noutros meios processuais do contencioso fiscal - cf. n.º 1 do artigo 161.º do Código Fiscal; também parte processual em outros meios processuais do processo judicial fiscal); (2) o serviço de execução fiscal (interveniente processual nas instâncias judiciais do processo executivo fiscal - cf. artigo 180.º do Código Fiscal); (3) os sujeitos passivos da relação jurídica fiscal (cf. n.º 1 do artigo 20.º do Código Fiscal) (parte activa no recurso contencioso e noutros meios processuais do contencioso fiscal - cf. artigo 154.º do Código Fiscal); (4) o Ministério Público (cf. n.º 3 do artigo 203.º e n.º 2 do artigo 205.º do Código Fiscal); e (5) outras pessoas que provem ter interesse legalmente protegido (cf. n.º 2 do artigo 20.º do Código Fiscal).

772. O Ministério Público também é chamado a se pronunciar, dando parecer ao tribunal (cf. artigo 163.º, n.º 2 e artigo 236.º, n.ºs 1 e 2 do Código Fiscal), não agindo aqui como parte, mas antes intervindo com imparcialidade e enquanto garante da legalidade, entre outras intervenções processuais previstas no Código Fiscal.



Artigo 158.º - Patrocínio

773. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

774. O n.º 1 deste artigo prevê que os interessados devam constituir advogado no processo judicial fiscal ²⁸ (veja-se o artigo 4.º, n.º 3 do Código de Processo Administrativo Contencioso). Em geral, os particulares podem beneficiar do regime de apoio judiciário previsto na Lei n.º 13/2012 (Regime geral de apoio judiciário), quando necessário, no âmbito do processo judicial fiscal. O n.º 1 deste artigo salvaguarda expressamente o disposto no n.º 2 deste mesmo artigo.

775. O n.º 2 deste artigo prevê que seja obrigatória a constituição de advogado para os particulares na oposição à execução e nos embargos de terceiro no processo de execução fiscal, quando o valor da causa exceda a alçada dos tribunais de primeira instância. A alçada dos tribunais de primeira instância para o contencioso fiscal é de 15 mil patacas (cf. n.º 3 do artigo 18.º da Lei de Bases da Organização Judiciária, aprovada pela Lei n.º 9/1999). A opção legislativa aponta, portanto, no sentido de nem todas as instâncias do processo executivo fiscal, que corram os seus termos junto do tribunal competente, obriguem à constituição de um advogado, sendo critério legal o valor da causa.

776. Na opção do Código Fiscal, os processos de execução fiscais vão correr os seus termos no serviço de execução fiscal (cf. artigo 179.º do Código Fiscal), não sendo necessário constituir advogado pelos particulares antes de se instaurar um meio processual junto do tribunal competente, passando a ser exigida a constituição de advogado só quando ocorra oposição à execução ou embargos de terceiro, para os processos de valor económico mais elevado (valor da causa acima de 15 mil patacas).

777. Tal visa permitir que os particulares possam optar por dispensar a constituição de um advogado em processos executivos fiscais de baixo valor económico (veja-se o artigo 74.º, n.º 1, alíneas c) e d) do Código de Processo Civil). Em geral, deve admitir-se a possibilidade de os particulares beneficiarem do regime de apoio judiciário previsto na Lei n.º 13/2012 (Regime geral de apoio judiciário), quando queiram constituir

²⁸ No procedimento fiscal não é exigido aos particulares a constituição de um advogado, nomeadamente no âmbito da apresentação de uma reclamação, no recurso hierárquico ou no processo de execução fiscal, que corra os seus termos no serviço de execução fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

advogado no âmbito do processo executivo fiscal, para defesa dos seus direitos, ainda que a constituição de advogado não seja obrigatória.

778. O n.º 3 deste artigo prevê que o patrocínio judiciário da administração fiscal, do serviço de execução fiscal e dos órgãos administrativos em geral possa ser exercido por advogado ou por licenciado em direito com funções de apoio jurídico, que seja expressamente designado para o efeito (cf. também artigo 4.º, n.º 3 do Código de Processo Administrativo Contencioso).

CAPÍTULO II - Recurso contencioso de actos fiscais

779. A designação do Capítulo II do Título V do Código Fiscal sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

SECÇÃO I - Disposições gerais

Artigo 159.º - Efeitos do recurso

780. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

781. Este artigo prevê que o recurso contencioso de actos fiscais não contempla um efeito suspensivo automático da eficácia do acto recorrido. Este efeito suspensivo do recurso contencioso de actos fiscais só ocorre excepcionalmente quando tenha sido prestada caução. Tal corresponde ao regime geral dos efeitos do recurso contencioso – cf. artigo 22.º do Código de Processo Administrativo Contencioso.

782. A caução deve ser prestada nos termos previstos pela lei de processo civil para a prestação de caução no procedimento cautelar comum. A opção do Código Fiscal passa por não formular um regime próprio para a prestação de caução, mas fazer aplicar o regime processual civil relativo ao procedimento cautelar comum e não remeter para



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

o regime geral da caução no recurso contencioso²⁹.

783. Não havendo este efeito suspensivo da eficácia do acto recorrido, por via da interposição de um recurso contencioso de actos fiscais e mediante a prestação de uma caução, é necessário fazer-se uso da suspensão de eficácia do acto recorrido, nos termos gerais (procedimento preventivo e conservatório de aplicação subsidiária), nos termos do artigo 5.º, alínea 2) do Código Fiscal – cf. artigo 120.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso; cf. alínea 3) do n.º 5 do artigo 30.º da Lei de Bases da Organização Judiciária, aprovada pela Lei n.º 9/1999).

Artigo 160.º - Prazos de interposição do recurso contencioso

784. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado uma nova alínea 4) ao n.º 1 deste artigo pela versão alternativa. Foi aditado um n.º 2 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 do artigo da versão inicial passou a n.º 3 deste mesmo artigo na versão alternativa do Código Fiscal. A epígrafe deste artigo em língua portuguesa foi alterada pela versão alternativa.

785. O n.º 1 deste artigo prevê que os prazos para interposição do recurso contencioso de anulação de actos fiscais são os seguintes: (1) 30 dias para o indeferimento expresso, no recurso hierárquico necessário; (2) 30 dias para o indeferimento expresso, para a comissão de revisão; (3) 365 dias para o indeferimento tácito; e (4) noutros prazos previstos na lei fiscal. Não se diferencia entre a situação em que o interessado esteja a residir na RAEM ou no exterior³⁰. Os prazos contam-se da notificação ou da formação do acto tácito de indeferimento, como acontece em geral no recurso contencioso – veja-se o artigo 26.º do Código de Processo Administrativo Contencioso.

786. O n.º 2 deste artigo prevê que, na contagem dos prazos de recurso contencioso

²⁹ O regime geral do contencioso administrativo prevê, em termos parcialmente similares, que a caução possa ser prestada por qualquer das formas previstas na lei de processo tributário ou, na sua falta, pela forma prevista na lei de processo civil para prestação de caução no procedimento cautelar comum (cf. artigo 22.º do Código de Processo Administrativo Contencioso).

³⁰ Ao contrário do que acontece no regime geral do recurso contencioso (cf. artigo 25.º, n.º 2 do Código de Processo Administrativo Contencioso). Tal é uma decorrência de se exigir a constituição de um representante fiscal para os sujeitos passivos residentes no exterior da RAEM (cf. artigo 22.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

previstos no n.º 1 deste artigo, não há lugar a nenhuma dilação quando o interessado resida ou se encontre no exterior da RAEM – tal visa afastar o previsto no artigo 75.º do Código de Procedimento Administrativo.

787. O n.º 3 deste artigo prevê que o recurso contencioso de actos fiscais nulos não caduca, podendo ser exercido a todo o tempo. O mesmo acontece para efeitos da declaração da inexistência jurídica de actos fiscais. Tal corresponde ao regime geral previsto no artigo 25.º, n.º 1 do Código de Processo Administrativo Contencioso.

Artigo 161.º - Remessa do processo administrativo

788. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

789. O n.º 1 deste artigo prevê a remessa do original do processo administrativo (conjunto de documentação e outros elementos que enformaram o procedimento administrativo fiscal até ao acto recorrido) para o tribunal. Esse envio da documentação administrativa relevante para o recurso contencioso em matéria fiscal ao tribunal competente deve ocorrer juntamente com a contestação ou até ao prazo para a contestação. Tal corresponde ao regime geral previsto no artigo 55.º, n.º 1 do Código de Processo Administrativo Contencioso³¹.

790. O n.º 2 deste artigo faz uma enumeração aberta dos documentos a serem enviados pela administração fiscal para o tribunal, incluindo: (1) os processos de reclamação e recurso hierárquico (al. 1), n.º 2 deste artigo); (2) a informação relativa à fiscalização fiscal (al. 2), n.º 2 deste artigo); (3) a informação sobre a colecta impugnada e outra matéria relevante para o pedido a ser apreciado (al. 3), n.º 2 deste artigo); e (4) outros documentos úteis relativos ao processo judicial interposto (al. 4), n.º 2 deste artigo). Em geral, todos os documentos que sejam relevantes ou pertinentes para a apreciação judicial da questão controvertida devem ser entregues ao tribunal, para serem

³¹ O regime geral da remessa do processo administrativo no contencioso administrativo sofreu modificações por via da Lei n.º 5/2022 (Envio de peças processuais e pagamento de custas por meios electrónicos), sendo alterado o artigo 55.º do Código de Processo Administrativo Contencioso, tendo em vista prever a possibilidade do envio do processo administrativo por meios electrónicos. Este regime legal que admite a remessa por meios electrónicos também se deve aplicar subsidiariamente para efeitos do recurso contencioso em matéria fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

consultados, na sua versão original (al. 4), n.º 2 deste artigo).

Artigo 162.º - Fundada dúvida sobre a existência e quantificação do facto fiscal

791. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

792. O n.º 1 deste artigo prevê que, quando haja uma dúvida fundada sobre a existência e quantificação do facto fiscal, o acto recorrido deva ser anulado pelo tribunal. Essa dúvida fundada deve estar assente na insuficiência da prova apresentada e produzida no recurso contencioso em matéria fiscal perante o tribunal competente. Aqui o ónus da prova deve correr pela administração fiscal, que fixou um valor para o rendimento ou bens tributados tendo como base os documentos e outros elementos à sua disposição. Nestes termos, a dúvida razoável sob a correcta qualificação e quantificação dos rendimentos, lucros, valores patrimoniais e outros factos fiscais relevantes constitui um fundamento especial de anulação do acto recorrido em matéria fiscal. Haverá outros fundamentos de anulação do acto recorrido, nos termos gerais do recurso contencioso.

793. O n.º 2 deste artigo trata deste regime de anulação do acto recorrido por dúvida fundada no contexto da utilização de métodos indirectos. Para efeitos da quantificação da matéria colectável por via do regime de avaliação indirecta (cf. artigo 117.º do Código Fiscal), não é suficiente, para se considerar existir uma dúvida fundada, o sujeito passivo não ter entregue a sua declaração fiscal ou não ter facultado à administração fiscal outros elementos ou documentos legalmente exigidos que sejam necessários para se aferir do valor real dos rendimentos ou bens sujeitos a tributação (cf. artigos 104.º e 108.º do Código Fiscal). E também não será fundamento de uma dúvida fundada, para este efeito, que os elementos ou documentos em causa tenham sido falsificados, ocultados ou destruídos.

794. O n.º 3 deste artigo prevê que o disposto no n.º 2 deste artigo não afasta que o interessado demonstre a verificação de um erro ou excesso evidente na quantificação da matéria colectável por via do regime de avaliação indirecta em sede de recurso contencioso em matéria fiscal. Tal terá que ser apreciado pelo tribunal, tendo em conta os elementos probatórios disponíveis no recurso contencioso em julgamento.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

SECÇÃO II – Incidentes da instância

795. A designação da Secção II do Capítulo II do Título V do Código Fiscal sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

Artigo 163.º - Incidentes

796. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 3 deste artigo na versão inicial passou a n.º 2 deste mesmo artigo na versão alternativa do Código Fiscal.

797. O n.º 1 deste artigo prevê que, no recurso contencioso de actos fiscais, são admitidos nomeadamente os seguintes incidentes: (1) assistência; e (2) habilitação de herdeiros.

798. O n.º 2 deste artigo prevê que o Ministério Público se deve pronunciar sobre a matéria em apreciação no incidente antes da decisão ser tomada pelo tribunal.

Artigo 164.º - Assistência no recurso contencioso do acto de liquidação

799. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

800. O n.º 1 deste artigo prevê que, no recurso contencioso relativo ao acto de liquidação, a assistência é admitida apenas em duas situações: (1) em caso de substituição, tanto para o substituto quando o recurso seja apresentado pelo substituído, como o seu oposto; e (2) em caso de responsabilidade subsidiária, para a intervenção do responsável subsidiário em recurso apresentado pelo contribuinte.

801. O n.º 2 deste artigo prevê que a decisão judicial também produz caso julgado perante o assistente relativamente ao objecto do recurso contencioso (anulando ou mantendo o acto recorrido em matéria fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 165.º - Habilitação de herdeiros

802. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

803. Este artigo admite a habilitação de herdeiros quando, no decurso do recurso contencioso, falecer o recorrente e o sucessor pretenda ocupar a sua posição processual.

Artigo 166.º - Processamento e julgamento dos incidentes

804. Este artigo sofreu alterações na versão chinesa pela versão alternativa da Proposta de Lei.

805. Este artigo prevê que os incidentes que ocorrem no âmbito do recurso contencioso fiscal são processados e julgados nos termos previstos no Código de Processo Civil relativamente aos incidentes de instância, naquilo que não estiver regulado no Código Fiscal.

CAPÍTULO III - Providências cautelares

Artigo 167.º - Providências cautelares admitidas

806. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

807. O n.º 1 deste artigo prevê que a administração fiscal possa intentar um procedimento cautelar judicial de (1) arresto ou (2) arrolamento.

808. O n.º 2 deste artigo prevê que a admissibilidade e manutenção das providências cautelares referidas no n.º 1 deste artigo não está dependente ou condicionada por qualquer outro processo judicial.

809. O n.º 3 deste artigo prevê que estas providências cautelares são de natureza urgente, nos termos do Código de Processo Civil.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 168.º - Arresto

810. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

811. O n.º 1 deste artigo prevê que a administração fiscal possa requer judicialmente o arresto de bens do devedor, ou do responsável fiscal solidário ou subsidiário, quando ocorram, simultaneamente, as seguintes circunstâncias: (1) exista fundado receio de diminuição da garantia de cobrança de créditos fiscais; e (2) O imposto esteja liquidado ou em fase de liquidação.

812. O n.º 2 deste artigo concretiza o que se entende ser o fundado receio de diminuição da garantia de cobrança de créditos fiscais, para efeitos da alínea 1) do n.º 1 deste artigo, que consiste na probabilidade séria da insuficiência do património do devedor ou do responsável solidário ou subsidiário para a cobrança da dívida fiscal.

813. O n.º 3 deste artigo concretiza quando se considera que o imposto está em fase de liquidação para os impostos periódicos, o que ocorre com o termo do ano civil ou do período a que os rendimentos se reportam.

814. O n.º 4 deste artigo concretiza quando se considera que o imposto está em fase de liquidação para os impostos de prestação única, o que ocorre a partir do momento da verificação do facto fiscal.

815. O n.º 5 deste artigo refere-se ao ónus processual que a administração fiscal deve satisfazer, alegando os factos que (1) demonstrem a existência da obrigação de imposto; e (2) os fundamentos do receio de diminuição das garantias de cobrança dos créditos fiscais, sendo relacionados estes créditos fiscais com os bens a serem arrestados. Existe um ónus da prova dos factos que sejam alegados para este efeito, que corre pela administração fiscal. Deve também ser demonstrado pela administração fiscal que o imposto está liquidado ou em fase de liquidação – verificação dos dois requisitos cumulativos previstos no n.º 1 deste artigo.

Artigo 169.º - Caducidade do arresto

816. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminada a alínea 4) deste artigo na versão inicial pela versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditadas as alíneas 5) e 6) ao n.º 1 deste artigo pela versão alternativa. Foi



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

aditado um novo n.º 2 a este artigo pela versão alternativa, passando o número único deste artigo na versão inicial para n.º 1 deste artigo na versão alternativa.

817. O n.º 1 deste artigo prevê as várias circunstâncias em que o arresto caduca, por não ser mais necessário para a garantia da cobrança dos créditos fiscais. O arresto caduca: (1) com o pagamento ou anulação integral da dívida fiscal; (2) quando não houver lugar a qualquer liquidação do imposto ou, no prazo de um ano após a interposição do procedimento cautelar de arresto, não seja praticado um acto de liquidação; (3) se for prestada garantia adequada de pagamento da dívida fiscal (nos termos do artigo 196.º do Código Fiscal); (4) na parte que exceder o necessário para garantir a dívida fiscal e os encargos legais; e (5) noutros casos previstos na lei.

818. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando se verificar uma das circunstâncias que motivam a caducidade do arresto, que se encontram previstas no n.º 1 deste artigo, o juiz determina o levantamento do arresto, dando o procedimento cautelar de arresto por extinto. Tal pode ser solicitado pelas partes processuais, sendo assegurado o contraditório antes do tribunal decidir sobre a caducidade do arresto.

Artigo 170.º - Arrolamento

819. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

820. Este artigo prevê que o procedimento cautelar de arrolamento possa ser intentado pela administração fiscal quando haja fundado receio de extravio ou dissipação de bens ou de documentos relativos a obrigações fiscais.

Artigo 171.º - Registo

821. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

822. Este artigo prevê que sempre que o tribunal decreta ou levante providências cautelares previstas no presente Capítulo, quando se tratem de providências sujeitas a registo, a administração fiscal remeta a certidão da decisão judicial aos serviços dos registos e do notariado para se proceder ao respectivo registo.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 172.º - Regime

823. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

824. Este artigo prevê que ao regime do arresto e do arrolamento se aplica o previsto no Código de Processo Civil, no que não estiver regulado no presente Capítulo do Código Fiscal. O regime processual subsidiariamente aplicável é, pois, o previsto Código de Processo Civil.

825. O tribunal competente será, em regra, o Tribunal Administrativo, nos termos da competência para conhecer dos pedidos de providências cautelares para garantia de créditos fiscais prevista no artigo 30.º, n.º 3, alínea 10) da Lei de Bases da Organização Judiciária, aprovada pela Lei n.º 9/1999.

CAPÍTULO IV - Recurso dos actos jurisdicionais

Artigo 173.º - Âmbito e direito aplicável

826. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

827. O n.º 1 deste artigo prevê que caiba recurso de todos os actos jurisdicionais praticados no processo judicial fiscal regulado pelo Código Fiscal. Trata-se de um princípio geral: as decisões dos tribunais em processos judiciais fiscais, incluindo as proferidas no âmbito do processo de execução fiscal (cf. artigo 312.º do Código Fiscal), são impugnáveis por meio de recurso. Veja-se, em lugar próximo, o artigo 148.º do Código de Processo Administrativo Contencioso. Pode haver limitações ao recurso ordinário, nomeadamente por via das alçadas (cf. artigo 18.º, n.º 3 da Lei de Bases da Organização Judiciária, aprovada pela Lei n.º 9/1999).

828. O n.º 2 deste artigo prevê que o regime aplicável para a interposição, processamento e julgamento dos recursos dos actos jurisdicionais no processo judicial fiscal corresponde, com as necessárias adaptações, ao previsto no Código de Processo Administrativo Contencioso para os recursos jurisdicionais (cf. artigos 148.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

829. Está aqui em causa o recurso de uma decisão de um tribunal, no processo judicial fiscal, para um tribunal superior de recurso. Esse recurso jurisdicional será normalmente um recurso ordinário (cf. artigos 150.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso). Excepcionalmente pode também haver um recurso com fundamento em oposição de acórdãos (cf. artigos 161.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso) ou um recurso de revisão (cf. artigos 169.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso).

TÍTULO VI - Processo de execução fiscal

CAPÍTULO I - Disposições gerais

SECÇÃO I - Âmbito

Artigo 174.º - Âmbito do processo de execução fiscal

830. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 2 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O número único deste artigo passou a n.º 1 do mesmo artigo na versão alternativa.

831. Este artigo determina que o processo de execução fiscal visa a cobrança coerciva de um conjunto abrangente de dívidas e não apenas de dívidas fiscais (cf. artigo 2.º, n.º 2 do Código Fiscal). As dívidas a serem cobradas no processo de execução fiscal são as seguintes: (1) tributos, que incluem os impostos, mas também as outras espécies tributárias, nomeadamente as taxas administrativas e outras contribuições financeiras que sejam devidas a entidades públicas, bem como os respectivos encargos legais (alínea 1) do n.º 1 deste artigo); (2) multas relativas a infracções administrativas (alínea 2) do n.º 1 deste artigo); (3) reembolsos ou reposições de importâncias a favor da RAEM, nos termos do direito público (alínea 3) do n.º 1 deste artigo); (4) dívidas equiparadas por lei aos créditos da RAEM (alínea 4) do n.º 1 deste artigo); (5) dívidas cuja obrigação de pagamento tenha sido expressamente reconhecida por despacho do Chefe do Executivo (alínea 5) do n.º 1 deste artigo); e (6) outras dívidas à RAEM e a serviços públicos e entidades públicas, desde que decorrentes do exercício de poderes públicos (alínea 6) do n.º 1 deste artigo).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

832. Em geral, existem várias disposições legais que remetem para o processo de execução fiscal para efeitos da cobrança de dívidas (execução para pagamento de quantia certa) a entidades públicas, nomeadamente conforme decorre do previsto no artigo 142.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 176.º, n.º 1 do Código de Processo Administrativo Contencioso. O mesmo decorre para a cobrança coerciva na falta de pagamento voluntário de multas administrativas do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 52/99/M de 4 de Outubro (Regime geral das infracções administrativas e respectivo procedimento). Veja-se também, entre outros, o artigo 5.º, n.º 5 da Lei n.º 5/2006 (Polícia Judiciária), o artigo 17.º, n.º 4 da Lei n.º 9/2012 (Regime de Garantia de Depósitos), o artigo 10.º, n.º 4 da Lei n.º 10/2015 (Regime de garantia de créditos laborais), o artigo 26.º, n.º 2 da Lei n.º 6/2019 (Regime jurídico das sociedades de locação financeira) e o artigo 10.º, n.º 2 da Lei n.º 16/2019 (Restrições ao fornecimento de sacos de plástico).

833. Em relação à cobrança de multas relativas a infracções administrativas (alínea 2) do n.º 1 deste artigo) não estão aqui incluídas as multas de natureza penal ou as multas contravencionais. E também não estão incluídas as custas e multas não penais e outras sanções pecuniárias fixadas em processo judicial.

834. Em relação à cobrança de quaisquer outras dívidas à RAEM e outras entidades públicas (alínea 6) do n.º 1 deste artigo), trata-se de uma referência legal de cariz residual, que pretende incluir situações que não se reconduzem às alíneas 1) a 5) do n.º 1 deste artigo, tendo em vista incluir a cobrança de dívidas também perante os serviços públicos e os organismos autónomos do sector público, como os institutos públicos e outras entidades públicas com autonomia - nomeadamente Comissariados, Tribunais, Ministério Público ou Assembleia Legislativa. As dívidas a serem cobradas são as decorrentes do exercício de poderes públicos por estas entidades públicas.

835. O n.º 2 deste artigo prevê que as dívidas a serem cobradas pelo processo de execução fiscal sejam de natureza pública. As dívidas de natureza privada não são cobradas pelo processo de execução fiscal regulado pelo Código Fiscal.

836. Em geral, as dívidas a serem cobradas pelo processo de execução fiscal devem resultar do regular exercício de poderes públicos, assumindo natureza pública, não se visando a cobrança de dívidas de natureza civil ou comercial. Não se abrangendo obrigações contratuais ou similares reguladas pelo direito privado. As dívidas em favor de entidades públicas de natureza privada devem ser cobradas pelos meios



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

processuais comuns e junto dos tribunais competentes em matéria civil.

Artigo 175.º - Matérias não conhecidas no processo de execução fiscal

837. Este artigo sofreu ajustamentos de redacção na versão alternativa.

838. Este artigo delimita o objecto do processo de execução fiscal, sendo previsto que no processo de execução fiscal não se pode conhecer: (1) da determinação da matéria colectável, e (2) da legalidade da liquidação das dívidas exequendas. Estas matérias serão conhecidas primeiro em recurso hierárquico e depois recurso contencioso de actos fiscais. E não são conhecidas no processo de execução fiscal. Este artigo excepciona os casos previstos na alínea 8) do n.º 1 do artigo 231.º do Código Fiscal – onde a ilegalidade da liquidação do imposto é fundamento da oposição à execução.

Artigo 176.º - Requisitos das dívidas cobradas em execução fiscal

839. Este artigo sofreu ajustamentos de redacção em língua chinesa na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

840. Este artigo prevê que as dívidas cobradas em execução fiscal devam ser certas, exigíveis e líquidas. A obrigação é certa quando está determinado em que consiste a prestação, é líquida quando está determinado o seu montante, e é exigível quando está sujeita a prazo, este já se venceu, ou sendo sujeito a condição, esta já se verificou.

841. Um dos requisitos essenciais do título executivo é que este refira o montante da dívida a ser executada, indicando o seu valor em dinheiro (cf. artigo 191.º, n.º 1, al. 6) do Código Fiscal). Caso tal esteja em falta deve ser devolvido à entidade que o tiver emitido (cf. artigo 191.º, n.º 2 do Código Fiscal).

Artigo 177.º - Processos de execução fiscal contra serviços ou organismos públicos da RAEM

842. Este artigo corresponde, com alterações, ao artigo 231.º da versão inicial.

843. Este artigo prevê que, caso as dívidas a serem cobradas em execução fiscal visem uma entidade que seja um serviço ou organismo do sector público, com autonomia



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

administrativa, financeira e patrimonial, o regime do processo de execução fiscal previsto no Título VI do Código Fiscal se aplica integralmente. Não há um regime diferenciado para os executados que sejam entidades públicas, sendo aplicado por igual e sem nenhuma especialidade o processo executivo fiscal.

Artigo 178.º - Aplicação das disposições gerais do processo judicial fiscal

844. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

845. Este artigo prevê que ao recurso dos actos praticados no processo de execução fiscal (cf. artigo 310.º do Código Fiscal), à oposição à execução, aos embargos de terceiro, à verificação e graduação de créditos, à anulação de venda e a todos os incidentes da instância previstos na lei de processo relativos às dívidas que não tenham natureza fiscal se aplica o disposto nos artigos 156.º a 158.º do Código Fiscal.

SECÇÃO II - Competências

Artigo 179.º - Competência do serviço de execução fiscal

846. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram eliminados os n.ºs 4 a 6 deste artigo na versão inicial pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

847. Este artigo regula a competência do serviço de execução fiscal, tendo em vista a sua intervenção no processo de execução fiscal. O n.º 1 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal (actualmente a Repartição das Execuções Fiscais) tem competência para iniciar e promover o processo de execução fiscal.

848. O n.º 2 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal tem competência, no âmbito do processo de execução fiscal, para ordenar a citação do executado para pagar a dívida exequenda, penhorar bens, convocar os credores, vender os bens penhorados, declarar extinta a execução fiscal e exercer as demais competências legais que lhe sejam legalmente atribuídas.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

849. O n.º 3 deste artigo prevê que os trabalhadores do serviço de execução fiscal gozam de poderes de autoridade pública e podem solicitar a colaboração das autoridades policiais e administrativas, quando tal seja necessário para o exercício de funções legalmente atribuídas no processo de execução fiscal³².

Artigo 180.º - Competência do Tribunal Administrativo

850. Este artigo sofreu ajustamentos de redacção em língua chinesa na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

851. Este artigo prevê que o Tribunal Administrativo é o tribunal competente para conhecer dos actos e questões relativas ao processo de execução fiscal nos termos previstos na Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária). A competência do serviço de execução fiscal fica delimitada assim de forma negativa, tendo que se confrontar com as competências legalmente previstas para o Tribunal Administrativo³³.

852. A alínea 7) do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária) prevê que o Tribunal Administrativo é competente para conhecer: (1) dos embargos de terceiros, (2) da oposição à execução, (3) da verificação e graduação de créditos, (4) da anulação de venda e (5) dos incidentes da instância previstos na lei de processo que se suscitem nos processos de execução fiscal.

853. O Tribunal Administrativo é ainda competente para conhecer dos pedidos de providências cautelares para garantia de créditos fiscais [cf. alínea 10), n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária)]. E há recurso contencioso para o Tribunal Administrativo dos actos praticados pela entidade competente dos serviços da administração fiscal nos processos de execução fiscal

³² Cf. artigo 3.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 36/99/M, de 26 de Julho (Define a titularidade do cargo de chefe da Repartição das Execuções Fiscais e o regime de recrutamento e selecção dos chefes auxiliares). Este diploma legal é integralmente revogado pela alínea 28) do artigo 27.º da Proposta de Lei.

³³ No artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 30/99/M, de 5 de Julho (Estabelece a nova lei orgânica da Direcção dos Serviços de Finanças), está actualmente previsto que: "À Repartição das Execuções Fiscais compete a prática de todos os actos de execução fiscal, que não sejam da competência do tribunal, previstos no Código das Execuções Fiscais, aprovado pelo Decreto n.º 38.088, de 12 de Dezembro de 1950".



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(alínea 6), n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária))
(cf. artigo 310.º do Código Fiscal).

SECÇÃO III - Legitimidade

Artigo 181.º - Legitimidade do exequente

854. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado o n.º 2 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O número único deste artigo na versão inicial passou a n.º 1 deste artigo na versão alternativa.

855. O n.º 1 deste artigo prevê que o exequente no processo de execução fiscal seja o credor da dívida - a entidade que figure como credora no título executivo.

856. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando a entidade que emitiu o título executivo não for a credora da dívida, será a entidade emissora do título executivo a exequente no processo de execução fiscal, em representação da entidade credora. Sobre os títulos executivos veja-se os artigos 190.º e 191.º do Código Fiscal.

857. Quem tem competência para iniciar e promover a execução das dívidas referidas no artigo 174.º do Código Fiscal, no processo de execução fiscal, é o serviço de execução fiscal (cf. artigo 179.º, n.º 1 do Código Fiscal).

Artigo 182.º - Legitimidade dos executados

858. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

859. No processo de execução fiscal são normalmente executados pelas dívidas referidas no artigo 174.º do Código Fiscal: (1) os devedores originários, (2) os responsáveis solidários e (3) os terceiros que prestem garantia às dívidas.

860. Deve ser notado que podem também ser executados os sucessores (ou os herdeiros) dos devedores originários (cf. artigos 183.º e 184.º do Código Fiscal). Por outro lado, a responsabilidade dos garantes só existe até ao limite da garantia prestada.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

861. Não se faz referência expressa neste artigo aos responsáveis subsidiários (cf. artigo 189.º do Código Fiscal), sendo que o regime regra e mais habitual é o da responsabilidade fiscal subsidiária (cf. n.º 2 do artigo 27.º do Código Fiscal).

Artigo 183.º - Legitimidade do cabeça-de-casal

862. Este artigo sofreu ajustamentos de redacção na versão alternativa.

863. Este artigo prevê que, se falecer o executado quando esteja a decorrer um processo de execução fiscal, são válidos todos os actos praticados pelo cabeça-de-casal, nos termos do Código Fiscal, independentemente de ter havido habilitação de herdeiros (cf. artigos 301.º e seguintes do Código de Processo Civil).

Artigo 184.º - Responsabilidade dos sucessores pelas dívidas

864. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminado o n.º 6 deste artigo da versão inicial pela versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 7 e 8 deste artigo na versão inicial passaram a n.ºs 6 e 7 deste mesmo artigo na versão alternativa. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

865. O n.º 1 deste artigo prevê que, tendo em vista a citação do executado, quando se verificar que o mesmo faleceu, deve ser informado no processo: (1) caso já tenha havido partilhas entre os sucessores do executado (normalmente a pessoa que figurar no título executivo como devedor), quais os herdeiros e as suas respectivas quotas da herança; ou (2) caso ainda não tenha havido partilhas, quais são os herdeiros, quando os mesmos sejam conhecidos, e se está a correr inventário.

866. O n.º 2 deste artigo prevê que os herdeiros respondem, até ao limite dos valores dos bens herdados, pela dívida a ser executada no processo de execução fiscal.

867. O n.º 3 deste artigo prevê que, tendo havido partilha entre os sucessores do executado, o serviço de execução fiscal fixa a quota-parte da dívida de cada herdeiro, a ser determinada em proporção dos bens recebidos por cada herdeiro. Os herdeiros são citados para se obter o pagamento da quota-parte da dívida por cada herdeiro.

868. O n.º 4 deste artigo prevê que, não tendo havido partilha entre os sucessores do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

executado, e consoante esteja ou não a correr inventário, o serviço de execução fiscal deve citar, se houver, o cabeça-de-casal ou qualquer um dos herdeiros para pagar a totalidade da dívida, sob cominação de nomeação de bens da herança à penhora.

869. O n.º 5 deste artigo prevê que os herdeiros incertos são citados mediante a publicitação do edital na página electrónica da Direcção dos Serviços de Finanças ou noutra página que seja indicada para o efeito pelo serviço de execução fiscal, bem como por via da publicação de anúncios em dois números seguidos de um jornal da RAEM em língua chinesa e de um outro jornal em língua portuguesa.

870. O n.º 6 deste artigo prevê que, se a herança for toda distribuída em legados, ou se os legatários tiverem que suportar as dívidas em virtude de a quota dos herdeiros não ser suficiente para pagar as dívidas, aplica-se, com as necessárias adaptações, para os legatários, o previsto nos n.ºs 1 a 5 deste artigo. Os legatários vão ser citados pelo serviço de execução fiscal para pagamento da sua quota-parte devida, na proporção dos bens recebidos em herança (se a herança for distribuída em legados), ou naquilo que seja necessário para pagar as dívidas (por insuficiência de quota dos herdeiros).

871. O n.º 7 deste artigo prevê que, estando a correr inventário, quando os bens a constar da relação de bens estiverem determinados, o tribunal competente deve remeter a listagem dos bens identificados no inventário, que constem da relação de bens, para o serviço de execução fiscal. O tribunal competente para o inventário judicial deverá ser o Tribunal Judicial de Base, Juízos de Família e de Menores (cf. artigos 963.º e seguintes do Código de Processo Civil).

Artigo 185.º - Falência ou insolvência do executado

872. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

873. Este artigo prevê que, se o serviço de execução fiscal verificar que o executado foi declarado em estado de falência ou de insolvência, a citação deva ser feita, respectivamente, na pessoa do administrador da falência ou da insolvência.

Artigo 186.º - Reversão

874. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

875. O n.º 1 deste artigo prevê que a reversão ocorre quando são chamados a intervir no processo de execução fiscal, como executados, os possuidores, fruidores ou proprietários (cf. artigo 187.º do Código Fiscal), os terceiros adquirentes de bens (cf. artigo 188.º do Código Fiscal) ou os responsáveis subsidiários (cf. artigo 189.º do Código Fiscal). A reversão no processo de execução fiscal deve ter como base um despacho fundamentado do chefe do serviço de execução fiscal.

876. O n.º 2 deste artigo prevê que a reversão contra os terceiros adquirentes de bens ou os responsáveis subsidiários só deve ocorrer depois da citação do executado originário. Nestas situações, a reversão deve ocorrer apenas quando o património do executado for insuficiente para o pagamento da dívida.

877. Este artigo não se refere expressamente ao direito de sequela para o caso da transmissão de bens para terceiros. O direito de sequela está materialmente contido no artigo 188.º do Código Fiscal - reversão contra terceiros adquirentes de bens.

Artigo 187.º - Reversão contra possuidores, fruidores ou proprietários

878. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 1 deste artigo na versão inicial passou a número único deste artigo na versão alternativa. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

879. Este artigo prevê que, para os impostos que incidem sobre bens móveis ou imóveis, quando se verificar que o executado constante do título executivo não era o possuidor, fruidor ou proprietário dos bens no período a que respeita a dívida, o serviço de execução fiscal deve reverter a execução fiscal contra quem era possuidor, fruidor ou proprietário dos bens no período a que respeita a dívida exequenda.

880. Neste caso não se apurou correctamente quem é o devedor originário da dívida exequenda, aquando da emissão do título executivo, sendo esse o motivo da reversão do processo de execução fiscal em curso (não se trata de uma situação de responsabilidade fiscal). A execução fiscal reverte contra o antigo possuidor, fruidor ou proprietário, ou quem no período alvo de tributação era o titular do bem sob o qual incidiu o imposto a pagar – seria o efectivo devedor fiscal original.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 188.º - Reversão contra terceiros adquirentes de bens

881. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

882. O n.º 1 deste artigo prevê que, na falta ou insuficiência de bens penhoráveis do devedor originário e dos responsáveis solidários (que são os executados referidos no artigo 182.º do Código Fiscal - aqui também surgem os garantes) (ou dos seus sucessores – cf. artigo 184.º do Código Fiscal) para a satisfação da dívida exequenda e encargos legais e se se tratar de dívida com privilégio (direito de sequência) sobre bens que se tenham transmitido a terceiros, o processo de execução fiscal reverte-se contra os terceiros adquirentes destes bens. Esta disposição aplica-se quando se trate de uma dívida com privilégio sobre bens que se tenham transmitido a terceiros.

883. O n.º 2 deste artigo prevê que os terceiros adquirentes de bens respondem apenas pelos impostos sobre os bens transmitidos e que só estes bens que se tenham transmitido a terceiros podem ser penhorados no processo de execução fiscal. Excepto se os terceiros adquirentes de bens designarem outros bens em sua substituição e o serviço de execução fiscal entender que tal não causa prejuízo à RAEM.

Artigo 189.º - Reversão contra responsáveis subsidiários

884. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminado o n.º 6 deste artigo da versão inicial pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

885. O n.º 1 deste artigo prevê que, na inexistência ou insuficiência de bens penhoráveis do devedor originário e dos responsáveis solidários para a satisfação da dívida exequenda e dos encargos legais, a execução fiscal reverte contra os responsáveis subsidiários. A responsabilidade fiscal subsidiária resulta de previsão legal (cf. artigo 27.º, n.º 1 do Código Fiscal e também em especial artigo 28.º do Código Fiscal).

886. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando a execução fiscal reverte contra vários responsáveis subsidiários (em caso de pluralidade de responsáveis subsidiários), o serviço de execução fiscal cita todos estes responsáveis subsidiários, após ter obtido informação no processo sobre as quantias por que respondem.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

887. O n.º 3 deste artigo prevê que a falta de citação de qualquer dos responsáveis subsidiários não prejudica o andamento da execução fiscal contra os restantes responsáveis subsidiários.

888. O n.º 4 deste artigo prevê que, havendo bens penhorados do devedor originário e dos responsáveis solidários, são primeiro executados os bens do devedor originário e dos responsáveis solidários e só depois os bens dos demais responsáveis subsidiários. A norma estabelece uma ordem na execução dos bens penhoráveis entre os responsáveis solidários e os responsáveis subsidiários – sendo que os responsáveis solidários devem responder primeiro que os responsáveis subsidiários. Veja-se, em sentido próximo, o n.º 2 do artigo 186.º do Código Fiscal.

889. O n.º 5 deste artigo prevê que, para as dívidas que não sejam impostos, se deva aplicar o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 28.º do Código Fiscal, sobre o regime da responsabilidade fiscal subsidiária, com as necessárias adaptações.

890. A versão alternativa do Código Fiscal eliminou o artigo 184.º da versão inicial do Código Fiscal que previa a reversão contra trabalhadores que intervissem no processo de execução fiscal e que comprometessem a cobrança de dívidas dolosamente. Por opção do proponente, a versão alternativa do Código Fiscal deixa de prever a responsabilidade subsidiária destes trabalhadores pela importância das dívidas que não pudessem ser cobradas em decorrência da sua conduta.

SECÇÃO IV - Títulos executivos

Artigo 190.º - Espécies de títulos executivos

891. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

892. Este artigo enumera os títulos executivos, que são utilizados no processo de execução fiscal (os títulos executivos que servem de base à execução fiscal).

893. As espécies de títulos executivos são as seguintes: (1) a certidão de relaxe para as dívidas fiscais (cf. artigos 130.º e 131.º do Código Fiscal) (alínea 1) deste artigo); (2) a certidão comprovativa de dívidas à RAEM ou a outras entidades públicas (alínea 2) deste artigo); (3) a certidão da decisão sancionatória definitiva relativa a uma infracção



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

administrativa (alínea 3) deste artigo); (4) a certidão dos encargos legais devidos pelo procedimento fiscal (alínea 4) deste artigo); (5) a certidão do acto administrativo ou da decisão judicial que determina a dívida a ser paga (alínea 5 deste artigo); e (6) qualquer outro título a que, por lei, seja atribuída força executiva (alínea 6) deste artigo).

894. Em geral, existe uma articulação entre as várias dívidas que estão previstas no artigo 174.º do Código Fiscal como sendo cobradas por via do processo de execução fiscal e os vários títulos executivos que são enumerados neste artigo.

Artigo 191.º - Requisitos essenciais do título executivo

895. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa. O n.º 3 deste artigo na versão inicial passou a n.º 2 deste artigo na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

896. O n.º 1 deste artigo considera como requisitos essenciais do título executivo: (1) os dados identificadores do credor e a menção da entidade competente para emitir o título executivo (alínea 1), n.º 1 deste artigo); (2) a assinatura da entidade emissora do título executivo, por qualquer forma legalmente admitida (nomeadamente por meio electrónico) (alínea 2), n.º 1 deste artigo); (3) a data em que o título executivo foi emitido (alínea 3), n.º 1 deste artigo); (4) os dados de identificação do devedor, incluindo nomeadamente o nome e o tipo e o número do documento de identificação para as pessoas singulares (alínea 4), n.º 1 deste artigo); (5) os dados de identificação do devedor, incluindo nomeadamente o número de contribuinte, o número do registo comercial ou número do registo da associação ou fundação, para as pessoas colectivas (alínea 5), n.º 1 deste artigo); e (6) a proveniência e montante da dívida (alínea 6), n.º 1 deste artigo).

897. Este artigo deve ser articulado com os elementos essenciais da certidão de relaxe para as dívidas de natureza fiscal previstos no artigo 131.º do Código Fiscal: para a certidão de relaxe os requisitos essenciais do título executivo na execução fiscal devem abranger os elementos essenciais da certidão de relaxe, que inclui a data a partir da qual os juros fiscais são cobrados (cf. alínea 8) do artigo 131.º do Código Fiscal).

898. O n.º 2 deste artigo prevê que, caso falem os requisitos essenciais no título executivo,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

conforme referidos no n.º 1 deste artigo, o serviço de execução fiscal deve devolver o título executivo à entidade que o tiver emitido. A entidade emissora do título executivo para a execução fiscal deve proceder à indicação dos elementos essenciais que estejam em falta no título executivo. O serviço de execução fiscal só procede à citação do executado após tal acontecer, dado que a falta dos requisitos essenciais do título executivo é uma causa de nulidade dos actos praticados no processo de execução fiscal (cf. n.º 1 do artigo 192.º do Código Fiscal).

SECÇÃO V - Nulidades processuais

Artigo 192.º - Nulidades

899. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. As alíneas do n.º 1 deste artigo na versão inicial foram eliminadas pela versão alternativa. O n.º 4 deste artigo da versão inicial foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei.

900. O n.º 1 deste artigo prevê que sejam fonte de nulidade dos actos praticados no processo de execução fiscal: (1) a falta de citação (cf. n.º 1 do artigo 214.º do Código Fiscal), quando essa falta de citação possa prejudicar o direito de defesa do interessado; e (2) a falta de requisitos essenciais do título executivo (cf. n.º 1 do artigo 191.º do Código Fiscal), quando esta falta não possa ser suprida por prova documental. Estas nulidades são de conhecimento oficioso e podem também ser arguidas pelos interessados até ao termo da execução fiscal.

901. O n.º 2 deste artigo prevê que as nulidades dos actos referidas no n.º 1 deste mesmo artigo implicam a anulação de todos os actos afectados por aquelas nulidades no processo de execução fiscal. Admite-se, no entanto, o aproveitamento dos documentos que sejam úteis para o apuramento dos factos. Veja-se o artigo 147.º do Código de Processo Civil para as regras gerais sobre a nulidade dos actos.

902. O n.º 3 deste artigo prevê que, se o curador do inabilitado por prodigalidade tiver sido citado, a nulidade por falta de citação do inabilitado só invalida os actos posteriores à penhora (cf. artigos 240.º e seguintes do Código Fiscal). Os inabilitados são assistidos por um curador (cf. artigo 135.º do Código Civil). O regime da curadoria



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

está previsto no artigo 89.º e seguintes do Código Civil.

SECÇÃO VI - Incidentes

Artigo 193.º - Incidentes

903. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

904. Este artigo prevê que podem ser suscitados todos os incidentes previstos no Código de Processo Civil no processo de execução fiscal. Devem ser admitidos no processo de execução fiscal nomeadamente os seguintes incidentes: (1) embargos de terceiros (cf. artigo 268.º do Código Fiscal); (2) habilitação de herdeiros (cf. artigo 165.º do Código Fiscal); e (3) apoio judiciário (cf. n.º 2 do artigo 158.º do Código Fiscal). Os incidentes processuais civis, que sejam suscitados no processo de execução fiscal, devem ser regulados nos termos contidos no Código de Processo Civil, com as necessárias adaptações, excepto no que estiver previsto no Código Fiscal.

SECÇÃO VII - Suspensão, interrupção e extinção do processo de execução fiscal

Artigo 194.º - Suspensão da execução fiscal

905. Este artigo sofreu alterações em língua chinesa na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

906. A suspensão da execução fiscal apenas é admitida nos casos previstos na lei. Está prevista a suspensão da execução fiscal mediante a constituição ou prestação de garantia no artigo 195.º do Código Fiscal e a suspensão da execução fiscal em virtude de acção judicial sobre os bens penhorados no artigo 198.º do Código Fiscal. Veja-se também o artigo 233.º do Código Fiscal sobre a suspensão da execução fiscal.



Artigo 195.º - Suspensão da execução fiscal em caso de recurso contencioso ou oposição à execução

907. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram introduzidas alíneas no n.º 1 deste artigo pela versão alternativa. Foram eliminados os n.ºs 2, 4, 5 e 8 deste artigo da versão inicial pela versão alternativa. Procedeu-se à renumeração dos números deste artigo na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa.

908. O n.º 1 deste artigo prevê que a execução fiscal fica suspensa até ao trânsito em julgado da decisão final de recurso contencioso ou oposição à execução, nos seguintes casos: (1) tenha sido constituída uma garantia especial, que consiste num penhor ou hipoteca legal, nos termos do artigo 220.º do Código Fiscal; (2) tenha sido prestada uma garantia idónea, nos termos do artigo 196.º do Código Fiscal; (3) a penhora de bens realizada seja apta a garantir a totalidade da dívida exequenda e encargos legais, o que deve constar do processo (cf. artigos 240.º e seguintes do Código Fiscal); ou (4) o executado tenha sido dispensado da prestação de garantia, nos termos do artigo 197.º do Código Fiscal. Nestes termos, não basta estar pendente um recurso contencioso que tenha como objecto um acto fiscal, ou a oposição à execução, para se suspender uma execução fiscal, será ainda necessário assegurar a garantia da totalidade da dívida exequenda e dos encargos legais. É reconhecida como excepcional a situação de isenção da prestação da garantia.

909. A execução fiscal também fica suspensa, em lugar próximo, em caso de pagamento da dívida no regime de pagamento em prestações (cf. artigo 221.º do Código Fiscal) e do cumprimento do disposto no artigo 224.º do Código Fiscal relativo à garantia. Tal implica que a adesão ao regime de pagamento em prestação, acompanhado da prestação de uma garantia idónea, ou da autorização do pagamento em prestações com isenção da prestação da garantia, suspenda a execução fiscal.

910. O n.º 2 deste artigo prevê que, se não houver ainda garantia constituída ou prestada, nem penhora, ou quando os bens penhorados não sejam de valor suficiente para garantir a dívida exequenda e os encargos legais, a execução fiscal só será suspensa após a prestação de uma garantia adequada ou idónea a assegurar o pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais. Admite-se também novamente a possibilidade de ter sido dispensada a prestação de garantia.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

911. O n.º 3 deste artigo prevê que, se a garantia constituída ou prestada não garante suficientemente a dívida exequenda e encargos legais, é notificado o executado para, no prazo de 30 dias, proceder ao reforço da garantia, sob pena de, não o fazendo, cessar a suspensão da execução fiscal.

912. O n.º 4 deste artigo prevê que a garantia constituída ou prestada, bem como os bens que estejam penhorados como garantia, podem ser substituídos, a pedido do executado, por uma nova garantia idónea. A substituição da garantia apenas será possível se tal não causar prejuízo para o processo de execução fiscal.

913. O n.º 5 deste artigo prevê que a garantia só pode ser reduzida nos casos de anulação parcial da dívida exequenda. Tal pode também ocorrer em caso de pagamento parcial como acontece no caso do pagamento em prestações, à medida que os pagamentos forem efectuados e se tornar manifesta a desproporção entre o montante da garantia e a dívida restante (cf. artigo 224.º, n.º 7 do Código Fiscal).

Artigo 196.º - Prestação de garantia idónea

914. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

915. Este artigo regula a garantia idónea, que se encontra referida nomeadamente no artigo 195.º do Código Fiscal, e que consiste em: (1) garantia bancária à primeira solicitação, (2) caução ou (3) qualquer outro meio susceptível de assegurar o cumprimento da dívida exequenda e dos encargos legais. Os outros meios de garantia podem incluir nomeadamente o seguro-caução e também o penhor ou a hipoteca voluntária (cf. artigo 220.º do Código Fiscal – relativo à constituição de penhor ou hipoteca legal sobre bens do executado).

Artigo 197.º - Isenção da prestação ou do reforço da garantia

916. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditados os n.ºs 2 e 3 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

917. O n.º 1 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal possa, a requerimento do executado, dispensar a prestação de uma garantia, ou dispensar o reforço da garantia (cf. n.º 3 do artigo 195.º do Código Fiscal). Para o efeito, a prestação da garantia, ou o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

reforço da garantia, deve causar prejuízos irreparável ao executado ou verificar-se uma manifesta falta de meios económicos do executado, que o impossibilita de prestar uma garantia, a ser revelada pela falta de bens penhoráveis.

918. O n.º 2 deste artigo prevê que o pedido de isenção da prestação de garantia, ou do reforço da garantia, deve ser apresentado por escrito, devidamente fundamentado e acompanhado da prova documental necessária para o efeito, no prazo de 30 dias após a data em que ocorrer, respectivamente, a citação ou a notificação.

919. O n.º 3 deste artigo prevê que o pedido de isenção de prestação de garantia, ou do reforço da garantia, será decidido no prazo de 30 dias após a sua apresentação.

Artigo 198.º - Suspensão da execução fiscal em virtude de acção judicial sobre os bens penhorados

920. Este artigo sofreu ajustamentos de redacção em língua chinesa na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

921. Este artigo prevê que a acção judicial que tenha por objecto a propriedade ou posse dos bens penhorados suspenda a execução fiscal quanto a esses bens, sem prejuízo de a execução fiscal continuar quanto a outros bens do executado.

Artigo 199.º - Impossibilidade de deserção do processo

922. A epígrafe deste artigo sofreu ajustamentos em língua portuguesa na versão alternativa da Proposta de Lei.

923. Este artigo prevê que a interrupção do processo de execução fiscal não dá causa à deserção. Não se regula a interrupção do processo de execução fiscal, nem a deserção no processo de execução fiscal –aqui deve ser aplicado, subsidiariamente, o previsto no Código de Processo Civil (cf. artigo 5.º, alínea 2) do Código Fiscal).

Artigo 200.º - Extinção do processo

924. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditada a alínea 4) ao n.º 2 deste artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

925. O n.º 1 deste artigo prevê que o processo de execução fiscal se extingue: (1) por pagamento da quantia exequenda e encargos legais, (2) por anulação da dívida ou do próprio processo executivo e (3) por qualquer outra forma prevista na lei.

926. O n.º 2 deste artigo prevê que, nas execuções por multas aplicadas em procedimento de infracções administrativas, o processo de execução fiscal se extingue também (para além das causas de extinção do processo previstas no n.º 1 deste artigo): (1) por morte do infractor, (2) por amnistia da infracção administrativa, (3) por prescrição das multas e (4) por anulação do procedimento de infracção administrativa (cf. artigos 118.º e 119.º do Código de Processo Administrativo Contencioso - Meios processuais relativos a infracções administrativas).

Artigo 201.º - Conhecimento oficioso da prescrição

927. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

928. Este artigo prevê que a prescrição das dívidas é conhecida oficiosamente pelo serviço de execução fiscal, se o exequente não a tiver apreciado - o exequente será o credor da dívida (cf. artigo 181.º do Código Fiscal).

929. As dívidas fiscais prescrevem no prazo de 15 anos, em regra (cf. n.º 1 do artigo 49.º do Código Fiscal), o que corresponde ao prazo geral de prescrição de 15 anos previsto pela lei civil (cf. artigo 302.º do Código Civil).

930. A prescrição da dívida exequenda é um fundamento da oposição à execução (cf. artigo 231.º, n.º 1, al. 4) do Código Fiscal).

931. A caducidade do direito à liquidação do imposto deve também ser de conhecimento oficioso do serviço de execução fiscal. Veja-se o artigo 50.º do Código Fiscal.

CAPÍTULO II - Tramitação processual

SECÇÃO I - Disposições gerais



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 202.º - Apensação de execuções fiscais

932. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.
933. O n.º 1 deste artigo prevê que se contra o mesmo executado estiverem a correr várias execuções fiscais, essas execuções fiscais são apensadas, oficiosamente ou a requerimento do próprio executado, quando houver vantagens na apensação.
934. O n.º 2 deste artigo prevê que a apensação seja feita ao processo mais antigo de entre as várias execuções fiscais que corram contra o mesmo executado.
935. O n.º 3 deste artigo prevê que a apensação não deve ser feita quando a mesma possa prejudicar o cumprimento de formalidades especiais ou, por qualquer outro motivo, possa comprometer a eficácia da execução fiscal.
936. O n.º 4 deste artigo prevê que se procede à desapensação de qualquer dos processos de execução apensados, sempre que, em relação a esse processo de execução, se verifique que da sua apensação possa resultar prejuízo para o andamento dos restantes processos de execução. Tal pode ser feito oficiosamente, por iniciativa do serviço de execução fiscal, ou a requerimento do executado.

Artigo 203.º - Efeitos da declaração de falência ou insolvência na execução fiscal

937. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.
938. O n.º 1 deste artigo prevê que, uma vez declarada a falência ou insolvência do executado pelo tribunal competente, sejam sustados os processos de execução fiscal que se encontrem pendentes e todos os processos de execução fiscal que de novo vierem a ser instaurados contra aquele executado.
939. O n.º 2 deste artigo prevê que o juiz ordena a remessa dos processos de execução fiscal pendentes e a correr os seus termos no serviço de execução fiscal, os quais são contados, antes de serem remetidos ao tribunal competente, sendo feito o cálculo dos respectivos encargos legais a serem devidos pelo executado.
940. O n.º 3 deste artigo prevê que os processos de execução fiscal são apensados ao



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

processo de falência ou de insolvência, onde o Ministério Público reclama o pagamento dos respectivos créditos. O Ministério Público vai reclamar o pagamento dos respectivos créditos que estavam a ser cobrados no processo de execução fiscal, no processo de falência ou de insolvência.

941. O n.º 4 deste artigo prevê que os processos de execução fiscal são devolvidos ao serviço de execução fiscal após o trânsito em julgado da sentença do processo de falência ou de insolvência.

942. O n.º 5 deste artigo prevê que, após a devolução dos processos de execução fiscal ao serviço de execução fiscal, nos termos do n.º 4 deste artigo, se em qualquer altura o falido, o insolvente ou os responsáveis subsidiários vierem a adquirir bens, o processo de execução fiscal prossegue para cobrança do crédito que se mostre em dívida, desde que a dívida não tenha ainda prescrito.

Artigo 204.º - Deveres do administrador da massa falida ou da massa insolvente

943. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

944. O n.º 1 deste artigo prevê que declarada a falência ou insolvência, nos termos referidos no n.º 1 do artigo 203.º do Código Fiscal, o respectivo administrador da massa falida ou da massa insolvente requer ao juiz do processo de falência ou insolvência, no prazo de cinco dias a contar da notificação da sentença, a citação da Direcção dos Serviços de Finanças e do serviço de execução fiscal.

945. O n.º 2 deste artigo prevê que os administradores da massa falida ou da massa insolvente requerem, no requerimento de citação previsto no n.º 1 deste artigo, a remessa dos processos em que o falido ou o insolvente sejam executados ou responsáveis e que se encontrem pendentes no serviço de execução fiscal, a fim de serem apensados, consoante o caso, ao processo de falência ou de insolvência.

Artigo 205.º - Impossibilidade da declaração de falência ou insolvência

946. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

947. O n.º 1 deste artigo prevê que no processo de execução fiscal não possa ser declarada



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a falência ou insolvência do executado. Isso terá que ocorrer no processo de falência ou de insolvência (cf. artigo 1043.º e seguintes e 1185.º e seguintes do Código de Processo Civil).

948. O n.º 2 deste artigo prevê que, sem prejuízo da prossecução da execução fiscal contra os responsáveis solidários ou subsidiários, quando os houver, o serviço de execução fiscal, em caso de concluir pela inexistência ou fundada insuficiência de bens penhoráveis do executado para o pagamento da dívida exequenda e encargos legais, deve comunicar esse facto ao Ministério Público, para que este requeira a declaração da falência ou insolvência do executado no tribunal competente.

Artigo 206.º - Local da prestação e levantamento de garantia

949. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 5 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações em língua portuguesa pela versão alternativa da Proposta de Lei.

950. O n.º 1 deste artigo prevê que, se houver lugar à prestação de qualquer forma de garantia, esta garantia deva ser prestada no processo de execução fiscal, junto do serviço de execução fiscal (cf. artigo 196.º do Código Fiscal - que se refere às modalidades de garantia idónea na execução fiscal).

951. O n.º 2 deste artigo prevê que a garantia pode ser levantada oficiosamente ou a requerimento de quem a haja prestado, quando preencher cumulativamente os seguintes requisitos: (1) do processo que a determinou, tenha transitado em julgado decisão favorável a quem tenha prestado a garantia ou haja pagamento da dívida exequenda e encargos legais, e (2) não existam quaisquer outras dívidas à RAEM.

952. O n.º 3 deste artigo prevê que o levantamento da garantia pode ser total ou parcial, consoante o conteúdo da decisão ou o pagamento efectuado (conforme resulta do referido no n.º 2 deste artigo).

953. O n.º 4 deste artigo prevê que, caso o levantamento da garantia seja requerido por quem a tenha prestado, o serviço de execução fiscal deve decidir sobre o pedido de levantamento da garantia prestada no prazo de 10 dias. Caso este pedido seja aceite, o serviço de execução fiscal deve diligenciar para que o levantamento da garantia



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

esteja concluído no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do requerimento.

954. O n.º 5 deste artigo prevê que se o levantamento da garantia for solicitado pelos herdeiros de quem a tenha prestado, estes devem provar essa qualidade - devem provar que são os sucessores legais de quem tenha prestado a garantia.

Artigo 207.º - Registo dos processos de execução fiscal

955. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 1 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O número único da versão inicial deste artigo passou a constar do n.º 2 deste mesmo artigo na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

956. O n.º 1 deste artigo prevê que, antes de se remeter o título executivo ao serviço de execução fiscal, o exequente deve inserir todos os elementos do título executivo no sistema informático do serviço de execução fiscal (cf. artigo 130.º, n.º 2 do Código Fiscal, para as operações de registo informático do relaxe de dívida fiscal).

957. Deste registo electrónico deve constar os elementos constantes do título executivo (cf. artigo 191.º do Código Fiscal para os requisitos essenciais do título executivo; cf. artigo 131.º do Código Fiscal para os elementos essenciais da certidão de relaxe).

958. O n.º 2 deste artigo prevê que, uma vez recebido o título executivo pelo serviço de execução fiscal, este deve proceder ao registo dos processos de execução fiscal no seu sistema informático (cf. artigo 309.º, n.º 1 do Código Fiscal para o registo informático da extinção da execução fiscal pelo serviço de execução fiscal).

959. A opção tomada pelo Código Fiscal é, portanto, no sentido de se passar a fazer uso de um registo dos processos de execução fiscal por meios electrónicos. Não há registo destes processos, para futuro, em formato de papel ou em livros de registo.

Artigo 208.º - Tratamento de dados pessoais

960. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

961. Este artigo prevê que, para efeitos de tratamento de dados pessoais, o serviço de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

execução fiscal deva seguir o regime previsto no artigo 60.º do Código Fiscal, com as necessárias adaptações.

Artigo 209.º - Dever de colaboração

962. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditados novos n.ºs 2 e 3 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei.

963. O n.º 1 deste artigo prevê que as entidades privadas (as pessoas singulares ou colectivas, inclusive as entidades legalmente equiparadas), bem como os serviços públicos e outras entidades públicas têm o dever de praticar os actos e diligências solicitadas pelo serviço de execução fiscal, desde que tal decorra do cumprimento de normas legais previstas no Código Fiscal. Este dever de colaboração, dirigido a todas as entidades públicas e privadas, formulado de forma abrangente, apenas visa o processo de execução fiscal (finalidade a ser prosseguida).

964. O n.º 2 deste artigo prevê que os administradores, directores, gerentes ou representantes legais de quaisquer pessoas colectivas ou entidades legalmente equiparadas e demais contribuintes proprietários de estabelecimentos em nome individual estão obrigados a facultar a entrada e permanência dos trabalhadores do serviço de execução fiscal nos locais de exercício da respectiva actividade. Estes particulares estão também obrigados a apresentar todas as informações ou elementos solicitados pelo serviço de execução fiscal que identifiquem bens que possam ser penhoráveis no processo de execução fiscal. Para este efeito, os trabalhadores do serviço de execução fiscal devem apresentar o respectivo despacho de penhora. Este dever de colaboração, que permite o acesso a estabelecimentos comerciais e outros locais de exercício da actividade, visa somente a identificação de bens eventualmente penhoráveis pelo serviço de execução fiscal.

965. O n.º 3 deste artigo prevê que o incumprimento do dever de colaboração previsto no n.º 2 deste artigo consista num crime de desobediência simples (cf. artigo 312.º do Código Penal).

966. Este artigo determina um dever especial de colaboração de várias entidades perante o serviço de execução fiscal para a execução dos procedimentos previstos no processo de execução fiscal e na identificação de bens dos executados que possam ser penhoráveis em sede de execução fiscal. Em lugar próximo, para o dever colaboração



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

do executado no procedimento de penhora de bens, veja-se o artigo 240.º, n.º 4 do Código Fiscal. Sobre o dever de colaboração perante a administração fiscal, veja-se também o artigo 61.º do Código Fiscal.

Artigo 210.º - Exclusão do dever de sigilo

967. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

968. O n.º 1 deste artigo prevê que ficam excluídos do dever de sigilo as instituições financeiras (inclusive seguradoras, bancos e outras instituições de crédito – cf. artigo 3.º da Lei n.º 13/2023 (Regime jurídico do sistema financeiro)), os advogados, os advogados estagiários, os solicitadores, os contabilistas e as sociedades de contabilistas, os mediadores e os agentes imobiliários, quando lhes seja solicitada pelo serviço de execução fiscal, de forma devidamente fundamentada, a disponibilização de elementos que permitam proceder ao arresto (cf. artigo 237.º do Código Fiscal) ou à penhora (cf. artigo 240.º do Código Fiscal) dos bens do executado, no âmbito do processo de execução fiscal. Tal terá em vista somente identificar e localizar os bens penhoráveis do executado.

969. O n.º 2 deste artigo prevê que, para efeitos do n.º 1 deste artigo, os advogados, os advogados estagiários e os solicitadores possam recusar o pedido de disponibilização de elementos que permitam a identificação dos bens penhoráveis do executado com fundamento no previsto no n.º 2 do artigo 62.º do Código Fiscal. O n.º 2 do artigo 62.º do Código Fiscal resguarda as comunicações profissionais de natureza confidencial entre advogados, advogados estagiários ou solicitadores e os seus clientes.

970. O n.º 3 deste artigo prevê que, para efeitos do arresto ou penhora dos bens do executado, possa ser solicitada às instituições financeiras (inclusive seguradoras, bancos e outras instituições de crédito) as informações que sejam necessárias para a efectivação das providências de arresto ou de penhora dos bens do executado. A informação a ser solicitada às instituições financeiras pode ser relativa ao número das contas do executado e sobre os respectivos saldos.

971. Esta norma dirige-se à obtenção pelo serviço de execução fiscal de elementos abrangidos por um dever de sigilo, tendo em vista identificar os bens penhoráveis do executado no processo de execução fiscal. Esta norma tem, por isso, um âmbito de aplicação mais limitado do que o previsto no artigo 62.º do Código Fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 211.º - Consulta e confiança do processo de execução fiscal

972. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

973. O n.º 1 deste artigo prevê que todos os interessados (e não apenas os executados – cf. artigo 182.º do Código Fiscal) ou os seus representantes legais têm direito à consulta no serviço de execução fiscal dos processos de execução fiscal que lhes digam respeito. Estes processos podem ser integralmente consultados (podendo ser obtida certidão) tanto pelos próprios executados, como também por quem os representa, e ainda também por outros interessados na execução fiscal.

974. O n.º 2 deste artigo prevê que os mandatários judiciais constituídos pelos interessados possam solicitar, por escrito ou verbalmente, que os processos pendentes no serviço de execução fiscal lhe sejam confiados para consulta fora do serviço de execução fiscal, com observância das normas do Código de Processo Civil (cf. artigos 119.º a 125.º, e artigo 614.º do Código de Processo Civil).

SECÇÃO II - Instauração e citação

Artigo 212.º - Instauração e autuação da execução fiscal

975. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 3 e 4 deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa da Proposta de Lei, sendo autonomizados no novo artigo 213.º do Código Fiscal.

976. O n.º 1 deste artigo prevê que a execução fiscal é instaurada mediante despacho do chefe do serviço de execução fiscal. Esse despacho deve ser emitido no prazo de dois dias úteis a contar do registo do processo de execução fiscal pelo serviço de execução fiscal (cf. artigo 207.º do Código Fiscal).

977. O n.º 2 deste artigo prevê que a execução fiscal se considera iniciada com a autuação, cujos efeitos se reportam à data do despacho do chefe do serviço de execução fiscal referido no n.º 1 deste artigo.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 213.º - Encargos legais do processo de execução fiscal por dívidas que não sejam de impostos

978. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

979. O n.º 1 deste artigo prevê que o início do processo de execução fiscal por dívidas, que não sejam dívidas de impostos, determina o pagamento dos encargos legais, excepto os 3% de dívidas (cf. artigo 46.º do Código Fiscal).

980. O n.º 2 deste artigo prevê que, aos juros de mora por dívidas não fiscais, se aplica o regime dos juros de mora previstos nos n.ºs 2 a 4 do artigo 45.º do Código Fiscal, com as necessárias adaptações. Por opção do Código Fiscal, o juro de mora a ser cobrado para a cobrança coerciva de dívidas não fiscais no processo de execução fiscal será, portanto, de 1% ao mês, contando-se no prazo máximo de três anos.

Artigo 214.º - Citação do executado

981. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 1 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei. Procedeu-se à renumeração dos restantes números deste artigo.

982. O n.º 1 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal cita o executado para, no prazo de 30 dias, pagar a dívida exequenda e encargos legais, sob pena de penhora e demais ulteriores termos (cf. artigo 240.º do Código Fiscal). O executado é informado na citação que, no mesmo prazo de 30 dias, pode também: (1) deduzir oposição à execução (cf. artigos 230.º a 236.º do Código Fiscal); (2) requerer o pagamento em prestações (cf. artigos 221.º a 225.º do Código Fiscal); (3) requerer a dação em cumprimento (cf. artigos 221.º e 226.º a 229.º do Código Fiscal); ou (4) nomear bens à penhora (cf. artigos 240.º e seguintes do Código Fiscal). A citação é o acto destinado a dar conhecimento ao executado de que foi requerida contra ele determinada execução fiscal ou a chamar a esta, pela primeira vez, pessoa interessada na causa.

983. O n.º 2 deste artigo prevê que a certidão da citação do executado deve conter as indicações previstas no n.º 1 deste artigo e também o previsto nas alíneas 1) e 4) a 6) do n.º 1 do artigo 191.º do Código Fiscal. Esta certidão da citação do executado deve também ser acompanhada de cópia do título executivo.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

984. O n.º 3 deste artigo prevê que o despacho de citação pode ser proferido mediante todos os meios legalmente admitidos (tendo também em vista a eventual utilização de meios electrónicos para o efeito pelo serviço de execução fiscal).

985. Por opção do proponente, foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de lei o artigo 208.º da versão inicial do Código Fiscal que previa um regime de prioridade na citação dos processos de execução fiscal de valor mais elevado.

Artigo 215.º - Citação pessoal

986. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 2, 3 e 4 deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa da Proposta de Lei. Procedeu-se à renumeração dos restantes números deste artigo.

987. O n.º 1 deste artigo prevê que a citação pessoal do executado é feita nos termos do presente artigo e do Código de Processo Civil, a ser aplicado sempre com as necessárias adaptações. Em geral, a citação pessoal é feita nos termos do Código de Processo Civil, em tudo o que não for especialmente regulado no presente artigo.

988. O n.º 2 deste artigo prevê que as pessoas colectivas e as entidades legalmente equiparadas são citadas na pessoa de um dos seus administradores, directores, gerentes ou outras pessoas que exerçam funções de administração, direcção ou gestão, ainda que somente de facto, devendo a citação ser enviada para a sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável, residência ou qualquer lugar onde se encontrem as pessoas a serem citadas no processo de execução fiscal.

989. O n.º 3 deste artigo prevê que, não sendo possível efectuar a citação na pessoa dos administradores, gerentes ou representantes legais ou de facto, referido no n.º 2 deste artigo, por não poder ser encontrada, a citação é feita na pessoa de qualquer empregado que se encontre na sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável daquelas pessoas colectivas ou entidades legalmente equiparadas, que seja capaz de transmitir os termos do acto – este empregado deve comunicar a citação aos administradores, directores, gerentes ou outros responsáveis de facto.

990. O n.º 4 deste artigo prevê que o disposto no n.º 3 deste artigo não é aplicável se a pessoa colectiva se encontrar em fase de liquidação ou falência, caso em que a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

diligência é efectuada na pessoa do liquidatário ou do administrador da massa falida.

Artigo 216.º - Citação edital

991. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 1, 2, 4, 5 e 6 deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa da Proposta de Lei. A versão alternativa da Proposta de Lei introduziu novos n.ºs 1, 2, 4, 5, 6 e 7 a este artigo.

992. O n.º 1 deste artigo prevê que, não sendo possível a citação pessoal, se proceda à citação edital nos termos previstos neste artigo. Sendo desconhecido o domicílio do executado, prestada a informação de que o interessado reside em parte incerta ou devolvida a carta registada com aviso de recepção com a indicação de que o executado não foi encontrado ou de que a carta não foi reclamada, é efectuada a citação por meio de edital, nos termos do presente artigo.

993. O n.º 2 deste artigo prevê que a citação edital é feita por meio de edital afixado, pelo período de 30 dias na porta de entrada do domicílio fiscal do executado ou, caso este não exista, na última residência ou sede do executado. A citação edital é feita também pela publicação de anúncios em dois números seguidos de um jornal da RAEM de língua chinesa ou de língua portuguesa, conforme a língua oficial em que o executado presumivelmente se expressa, ou em ambos, quando esta presunção não seja possível ou o executado se expresse em língua não oficial.

994. O n.º 3 deste artigo prevê que os editais são também publicados simultaneamente, na página electrónica da Direcção dos Serviços de Finanças ou noutra página electrónica a ser designada pelo serviço de execução fiscal.

995. O n.º 4 deste artigo prevê que o edital referido no n.º 3 deste artigo deve reproduzir os conteúdos indicados no n.º 2 do artigo 214.º do Código Fiscal.

996. O n.º 5 deste artigo prevê que os anúncios referidos no n.º 2 deste artigo devem reproduzir o teor do edital, identificando o executado, o respectivo processo de execução fiscal e os locais onde se encontra afixado o edital.

997. O n.º 6 deste artigo prevê que o custo com a publicação dos anúncios referidos no n.º 2 deste artigo devem ser cobrados como despesa no processo de execução fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

998. O n.º 7 deste artigo prevê que ao processo de execução fiscal se junte uma cópia do edital, com a indicação do dia e lugar em que se procedeu à sua afixação, bem como dos anúncios, com indicação do título do jornal e data de publicação.

Artigo 217.º - Data da realização da citação edital

999. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1000. Este artigo prevê que a citação edital se considera feita no dia que se publica o último anúncio, conforme previsto no artigo 216.º do Código Fiscal.

Artigo 218.º - Notificação

1001. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditados os novos n.ºs 1 e 3 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. O número único deste artigo na versão inicial passou a n.º 2 deste artigo na versão alternativa da Proposta de Lei.

1002. O n.º 1 deste artigo prevê que a notificação dos interessados no processo de execução fiscal seja feita para o domicílio fiscal declarado junto da administração fiscal ou para o endereço indicado junto do serviço de execução fiscal, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 82.º a 84.º, 89.º e 90.º do Código Fiscal. Aplica-se, portanto, grande parte do regime das notificações dos actos no procedimento fiscal para a notificação dos interessados no processo executivo fiscal, inclusive sendo permitido o uso de meio electrónicos (cf. artigo 82.º do Código Fiscal), com a presunção das notificações efectuadas por via postal registada (cf. artigo 89.º do Código Fiscal) ou por via electrónica (cf. artigo 90.º do Código Fiscal).

1003. Quando um interessado (que pode não ser só um executado – cf. artigo 182.º do Código Fiscal) indique um endereço junto do serviço de execução fiscal para efeitos de notificação num determinado processo de execução fiscal, deve ser respeitada essa indicação e feita a notificação preferencialmente para esse endereço.

1004. O n.º 2 deste artigo prevê que se aplique também, com as necessárias adaptações, o previsto nos artigos 85.º e 86.º do Código Fiscal às notificações dos interessados no processo de execução fiscal. Remete-se, portanto, também para o regime da notificação dos mandatários e dos liquidatários ou administradores da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

massa falida ou da massa insolvente, dando-se preferência à notificação para o escritório profissional (ou melhor, para o respectivo domicílio profissional).

- 1005.** O n.º 3 deste artigo prevê que quando não exista um domicílio fiscal declarado junto da administração fiscal, ou um endereço indicado junto do serviço de execução fiscal, nem exista um mandatário constituído, as notificações sejam efectuadas para qualquer endereço que seja conhecido do interessado.

Artigo 219.º - Dilações

- 1006.** Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

- 1007.** O n.º 1 deste artigo prevê que se aplica o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 199.º do Código de Processo Civil (que atribui uma dilação de 30 dias) à citação de pessoa que se encontre fora da RAEM e à citação edital (cf. artigo 216.º do Código Fiscal).

- 1008.** O n.º 2 deste artigo prevê que, à notificação de pessoa cujo endereço se encontre fora da RAEM, se aplica também os prazos de dilação previstos no artigo 75.º do Código do Procedimento Administrativo.

SECÇÃO III - Garantias especiais

Artigo 220.º - Constituição de penhor ou hipoteca legal

- 1009.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado o novo n.º 4 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

- 1010.** O n.º 1 deste artigo prevê que, quando se revele necessário à cobrança efectiva da dívida, o serviço de execução fiscal, pode fundamentadamente constituir penhor ou hipoteca legal sobre bens do executado.

- 1011.** O n.º 2 deste artigo prevê que a hipoteca legal seja constituída mediante pedido de registo aos serviços dos registos e do notariado pelos meios legalmente admitidos.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1012. O n.º 3 deste artigo prevê que o penhor seja constituído por auto lavrado por um trabalhador do serviço de execução fiscal, notificando-se o executado e eventuais outros interessados, nos casos legalmente admitidos.

1013. O n.º 4 deste artigo prevê que, quando se trate de penhor sujeito a registo, o serviço de execução fiscal deva apresentar aos serviços dos registos e do notariado os documentos em que se fundamenta a constituição do penhor, para efeitos de registo.

SECÇÃO IV - Pagamento em prestações e dação em cumprimento

Artigo 221.º - Pedido de pagamento em prestações e de dação em cumprimento

1014. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram aditados novos n.ºs 1 e 3 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 1 e 3 deste artigo na versão inicial passaram respectivamente a n.ºs 2 e 4. Os restantes números deste artigo foram renumerados em conformidade.

1015. O n.º 1 deste artigo prevê que, após a citação, o executado possa, até à venda dos bens penhorados (cf. artigo 279.º do Código Fiscal), apresentar um pedido de pagamento em prestações ou solicitar a dação em cumprimento.

1016. O n.º 2 deste artigo prevê que o pedido de dação em cumprimento possa ser cumulado com o pedido de pagamento em prestações.

1017. O n.º 3 deste artigo prevê que, no caso previsto no n.º 2 deste artigo, a apreciação pelo serviço de execução fiscal do pedido de pagamento em prestações fica suspensa, até que seja decidido o pedido de dação em cumprimento pelo Chefe do Executivo (cf. artigo 226.º do Código Fiscal).

1018. O n.º 4 deste artigo prevê que, tendo sido autorizado o pedido de dação em cumprimento, se os bens oferecidos em dação em cumprimento não forem suficientes para o pagamento integral da dívida exequenda e encargos legais, pode ainda ser autorizado o pagamento em prestação sobre o remanescente da dívida exequenda.

1019. O n.º 5 deste artigo prevê que, no caso de indeferimento dos pedidos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

apresentados ao abrigo do presente artigo, se notifique o executado de que se prossegue com o processo de execução fiscal, nos termos gerais.

- 1020.** O n.º 6 deste artigo prevê que, nos casos de suspensão do processo de execução fiscal pela pendência de recurso contencioso ou oposição à execução (cf. artigo 195.º do Código Fiscal) o executado possa, no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão neles proferida, requerer o pagamento em prestações ou a dação em cumprimento. Caso não o faça, a garantia que tenha sido prestada será executada.

Artigo 222.º - Pagamento em prestações

- 1021.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram eliminados os n.ºs 4 e 5 da versão inicial e aditado o novo n.º 5 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. Procedeu-se à renumeração dos números deste artigo.
- 1022.** O n.º 1 deste artigo prevê que as dívidas exigíveis em processo de execução fiscal possam ser pagas em prestações mensais, iguais e sucessivas, mediante requerimento a apresentar no serviço de execução fiscal
- 1023.** O n.º 2 deste artigo prevê que o disposto no n.º 1 deste artigo não seja aplicável às dívidas liquidadas pela administração fiscal por falta de entrega, dentro dos respectivos prazos legais, do imposto retido na fonte ou legalmente repercutido a terceiros.
- 1024.** O n.º 3 deste artigo prevê que o pagamento em prestações deva ser autorizado desde que se verifique uma notória dificuldade financeira do executado para solver a dívida de uma só vez. No pagamento em prestações, o número das prestações não deve exceder 60 e o valor de cada prestação não deve ser inferior a 1 000 patacas.
- 1025.** O n.º 4 deste artigo prevê que a importância a dividir em prestações não compreenda os juros de mora, que continuam a se vencer em relação ao remanescente da dívida exequenda e até integral pagamento.
- 1026.** O n.º 5 deste artigo prevê que os encargos legais sejam pagos após o pagamento integral da dívida exequenda.
- 1027.** O n.º 6 deste artigo determina que o disposto neste artigo não se possa aplicar ao pagamento por terceiro (cf. artigo 43.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 223.º - Requisitos do pedido e pagamento da primeira prestação

- 1028.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.
- 1029.** O n.º 1 deste artigo prevê que, no requerimento para o pagamento em prestações, o executado indica a forma como se propõe efectuar o pagamento (podendo indicar o número e valor das prestações mensais que pretende pagar) e os fundamentos do pedido (apresentando os elementos comprovativos da notória dificuldade económica do requerente – cf. artigo 222.º, n.º 3 do Código Fiscal).
- 1030.** O n.º 2 deste artigo prevê que o requerimento, devidamente instruído com as informações referidas no n.º 1 deste artigo, seja decidido no prazo de 15 dias. A decisão sobre o pedido de pagamento em prestações é notificada ao requerente.
- 1031.** O n.º 3 deste artigo prevê que o pagamento da primeira prestação seja efectuado no mês seguinte ao mês em que o requerente for notificado do despacho que autorizou o pagamento em prestações.

Artigo 224.º - Garantia

- 1032.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram eliminados os n.ºs 2 e 7 da versão inicial e aditado os novos n.ºs 6, 7 e 8 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. Procedeu-se à renumeração dos números deste artigo.
- 1033.** O n.º 1 deste artigo prevê que com o pedido de pagamento em prestações o executado deva oferecer uma garantia idónea (conforme está prevista nos termos do artigo 196.º do Código Fiscal).
- 1034.** O n.º 2 deste artigo prevê que a garantia referida no n.º 1 deste artigo é constituída para cobrir todo o período de tempo que seja concedido para efectuar o pagamento em prestações e apresentada no prazo de 10 dias a contar da notificação do despacho que autoriza o pagamento em prestações. Este prazo para apresentar a garantia pode ser prorrogado até 30 dias, no caso de prestação de garantia que, pela sua natureza, necessite de um período de tempo mais lato para ser finalizada.
- 1035.** O n.º 3 deste artigo prevê que, após o decurso dos prazos referidos no n.º 2 deste



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

artigo, sem que tenha sido prestada a garantia, caduca a autorização para pagar a dívida em prestações.

1036. O n.º 4 deste artigo prevê que, em caso de caducidade da garantia, o chefe do serviço de execução fiscal, informa ao executado que deve oferecer uma nova garantia, no prazo de 30 dias. Caso tal não aconteça, caduca a autorização para pagar a dívida em prestações, aplicando-se o previsto no n.º 3 deste artigo.

1037. O n.º 5 deste artigo prevê que, quando seja manifesta a insuficiência económica do executado, o chefe do serviço de execução fiscal pode autorizar o pagamento em prestações com dispensa da prestação da garantia. Para o efeito, o executado deve requer fundamentadamente a isenção de prestação da garantia e instruir este pedido com a prova documental que seja necessária. Veja-se, em lugar próximo, a isenção da prestação da garantia prevista no artigo 197.º do Código Fiscal, em geral.

1038. O n.º 6 deste artigo prevê que a garantia prestada possa ser substituída por outra garantia idónea, a pedido do executado, desde que da substituição da garantia não resulte prejuízo para o processo de execução fiscal. Veja-se, em lugar próximo, a substituição da garantia prevista no n.º 4 do artigo 195.º do Código Fiscal.

1039. O n.º 7 deste artigo prevê que a garantia prestada só possa ser reduzida em caso de anulação parcial ou pagamento parcial da dívida exequenda. Veja-se, em lugar próximo, a redução da garantia prevista no n.º 5 do artigo 195.º do Código Fiscal.

1040. O n.º 8 deste artigo prevê que a execução fiscal fica suspensa com a prestação de garantia ou com a autorização da isenção da prestação da garantia.

Artigo 225.º - Consequência da falta de pagamento das prestações

1041. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

1042. O n.º 1 deste artigo prevê que a falta de pagamento de qualquer uma das prestações mensais importa o vencimento imediato das seguintes (de todas as prestações mensais ainda não pagas), prosseguindo o processo de execução fiscal e os seus termos. A opção legislativa tomada é no sentido de ser suficiente a falta de pagamento de uma das prestações mensais, para que todas as prestações se considerem vencidas. No mesmo sentido, veja-se o artigo 44.º, n.º 2 do Código Fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- 1043.** O n.º 2 deste artigo prevê que a entidade que tiver prestado a garantia é citada para, no prazo de 30 dias, efectuar o pagamento da dívida ainda existente e encargos legais, até ao montante da garantia prestada, sob pena de ser executada no processo. Está aqui em causa o accionamento da garantia por incumprimento do plano de pagamento em prestações, dado que toda a dívida é dada como vencida.

Artigo 226.º - Dação em cumprimento

- 1044.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1045.** Este artigo prevê que o executado ou terceiro possam requerer a extinção da dívida exequenda e encargos legais com a dação em cumprimento de bens imóveis. Para o efeito o requerente deve identificar os bens imóveis com os elementos da descrição e inscrição na Conservatória do Registo Predial e atribuir um valor a estes mesmo bens imóveis. Este requerimento deve ser dirigido ao Chefe do Executivo, sendo entregue no serviço de execução fiscal (cf. artigo 227.º, n.º 1 do Código Fiscal).
- 1046.** Na opção do Código Fiscal a dação em cumprimento só será possível com bens imóveis – não se permite a entrega de bens móveis. Admite-se a possibilidade de um terceiro, e não apenas o executado, procederem ao pagamento da dívida exequenda por via da dação em pagamento. A decisão sobre o pedido de dação em cumprimento no processo executivo fiscal compete ao Chefe do Executivo.

Artigo 227.º - Tramitação da dação em cumprimento

- 1047.** Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1048.** O n.º 1 deste artigo prevê que o pedido de autorização da dação em cumprimento no processo de execução fiscal deve ser entregue no serviço de execução fiscal.
- 1049.** O n.º 2 deste artigo prevê que, no prazo de 30 dias após a recepção do requerimento para a dação em cumprimento, a comissão de avaliação de imóveis da Direcção dos Serviços de Finanças procede à verificação do valor dos bens imóveis atribuídos pelo requerente (que pode ser o executado ou um terceiro, conforme decorre dos termos do artigo 226.º do Código Fiscal). Esta avaliação do valor dos bens



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

imóveis para a dação em cumprimento deve ser efectuada pelo valor de mercado dos bens imóveis, tendo em conta a maior ou menor possibilidade da sua realização, em caso de venda no mercado. Caso seja atribuído um valor ao bem imóvel pela competente comissão de avaliação de imóveis que seja diferente do valor inicialmente atribuído pelo requerente da dação em cumprimento, será notificado este mesmo requerente do valor apurado nessa avaliação dos bens imóveis.

1050. O n.º 3 deste artigo prevê que da avaliação do valor dos bens imóveis para a dação em cumprimento prevista no n.º 1 deste artigo não caiba reclamação, podendo o requerente desistir do pedido de dação em cumprimento que tenha apresentado.

1051. O n.º 4 deste artigo prevê que, no caso de o exequente ser um serviço público ou um organismo autónomo, que não pertença à administração directa, antes do processo ser enviado para decisão junto do Chefe do Executivo, o serviço de execução fiscal remete a avaliação dos bens imóveis prestados para dação em cumprimento pela comissão de avaliação de imóveis da Direcção dos Serviços de Finanças, nos termos do n.º 2 deste artigo, ao exequente. Este serviço ou organismo autónomo, na qualidade de exequente, deve pronunciar-se e emitir parecer sobre o pedido de dação em cumprimentos, no prazo de 10 dias.

1052. O n.º 5 deste artigo prevê que, após a avaliação dos bens imóveis prestados para dação em cumprimento pela comissão de avaliação de imóveis da Direcção dos Serviços de Finanças, nos termos do n.º 2 deste artigo, ou quando haja lugar a um parecer de um serviço ou organismo autónomo, nos termos do n.º 4 deste artigo, tendo sido recebido o parecer, ou tendo terminado o prazo para o efeito, o serviço de execução fiscal, no prazo de 20 dias, remete o pedido de autorização da dação em cumprimento para decisão pelo Chefe do Executivo.

1053. Este mesmo n.º 5 deste artigo também prevê que o processo a ser enviado para decisão pelo Chefe do Executivo deva ser instruído com os seguintes elementos: (1) requerimento apresentado pelo interessado; (2) informação relevante relativa ao processo de execução fiscal em causa; (3) certidão de direitos, ónus e encargos que incidam sobre os bens apresentados para dação em cumprimento; (4) parecer do serviço ou organismo autónomo (previsto no n.º 4 deste artigo), caso exista; (5) avaliação dos bens imóveis prestados para dação em cumprimento pela comissão de avaliação de imóveis da Direcção dos Serviços de Finanças (prevista no n.º 2 deste artigo); e (6) parecer sobre a conveniência da dação em cumprimento.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1054. O n.º 6 deste artigo prevê que, após ter recebido o processo, o Chefe do Executivo deva apreciar o pedido de dação em cumprimento. Caso tal seja necessário, o Chefe do Executivo pode determinar a junção de outros elementos, no prazo de 15 dias, sob pena de, não sendo os mesmos juntos ou sendo apresentados tardiamente, o pedido de autorização da dação em cumprimento não ter seguimento, salvo se o atraso não for imputável ao executado.
1055. O n.º 7 deste artigo prevê que o despacho que autoriza a dação em cumprimento deve definir os termos da entrega dos bens imóveis oferecidos, podendo seleccionar, de entre os bens oferecidos (havendo vários bens imóveis a serem apresentados), os bens escolhidos para o cumprimento da dívida exequenda e encargos legais.
1056. O n.º 8 deste artigo prevê que a dação em cumprimento se efectua através de termo lavrado no processo executivo, a ser elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 795.º do Código de Processo Civil, que vale como título de transmissão.
1057. O n.º 9 deste artigo prevê que sejam lavrados tantos termos quantos os bens imóveis seleccionados para efeitos da dação em cumprimento.
1058. O n.º 10 deste artigo prevê que, uma vez lavrado o termo da dação em cumprimento, o bem seleccionado seja integrado no património do credor, salvo disposição legal em contrário.

Artigo 228.º - Registo da dação em cumprimento

1059. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.
1060. Este artigo prevê que o serviço de execução fiscal deva entregar à Conservatória do Registo Predial, para registo dos bens, o despacho do Chefe do Executivo que autoriza a dação em cumprimento e o respectivo termo lavrado no processo.

Artigo 229.º - Desistência da dação em cumprimento

1061. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1062. Este artigo prevê que o executado ou o terceiro possam desistir do pedido de dação em cumprimento até ao momento da notificação do despacho do Chefe do Executivo que autoriza essa mesma dação em cumprimento.

SECÇÃO V - Oposição à execução

Artigo 230.º - Prazo

1063. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
1064. O n.º 1 deste artigo prevê, como regra geral, que a oposição à execução deva ser deduzida no prazo de 30 dias a contar da citação. Este mesmo n.º 1 deste artigo também prevê, como excepção, que, caso o facto que sirva de fundamento para a oposição à execução for superveniente, a oposição à execução deva ser deduzida no prazo de 30 dias após a ocorrência desse mesmo facto de verificação posterior à citação ou do conhecimento superveniente do mesmo pelo executado.
1065. O n.º 2 deste artigo prevê que, havendo vários executados, o prazo para a oposição à execução corra independentemente para cada um deles.

Artigo 231.º - Fundamentos

1066. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 3 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei.
1067. O n.º 1 deste artigo prevê que possam ser fundamentos da oposição à execução: (1) a ilegalidade da dívida exequenda pela não previsão do imposto nas leis aplicáveis à data dos factos a que respeita a obrigação ou por não estar autorizada a sua cobrança à data em que tiver ocorrido a respectiva liquidação; (2) a ilegitimidade da pessoa citada por esta não ser o próprio devedor que figura no título executivo (nem o seu sucessor) ou, sendo o devedor que figura no título executivo (ou o seu sucessor), não ter sido durante o período a que respeita a dívida exequenda o possuidor, fruidor ou proprietário dos bens que a originaram ou por não figurar no título executivo e não ser o responsável pelo pagamento da dívida; (3) a falsidade do título executivo; (4) a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Handwritten signature

prescrição da dívida exequenda; (5) a falta de notificação da liquidação do imposto no prazo de caducidade; (6) o pagamento ou a anulação da dívida exequenda; (7) a duplicação da colecta; (8) a ilegalidade da liquidação do imposto, sempre que a lei não assegure meio judicial de impugnação contra o acto de liquidação; ou (9) Quaisquer fundamentos não referidos nas alíneas anteriores, a provar apenas por documento, desde que não envolvam a apreciação da legalidade da liquidação do imposto, nem representem interferência em matéria da exclusiva competência da entidade que tiver extraído o título executivo.

Handwritten signature

1068. Há duplicação da colecta para efeitos da alínea 7) do n.º 1 deste artigo quando, estando pago por inteiro um imposto, se exigir da mesma pessoa ou de diferente pessoa um outro imposto de igual natureza, referente ao mesmo facto fiscal e ao mesmo período de tempo (cf. artigo 3.º, alínea 8) do Código Fiscal).

1069. A oposição com base na ilegalidade da liquidação do imposto, nos termos da alínea 8) do n.º 1 deste artigo, pode não ser baseada apenas em questão de direito. Podendo ser necessário produzir prova de factos em audiência de julgamento (podem ser ouvidas testemunhas ou recorrer ao testemunho de peritos).

Handwritten signature

1070. O n.º 2 deste artigo prevê que os fundamentos da oposição à execução constantes no n.º 1 deste artigo, que têm em vista as dívidas fiscais, são aplicáveis, com as devidas adaptações, a quaisquer outras dívidas que sejam cobradas no processo executivo fiscal, nos termos do Código Fiscal (cf. artigo 174.º do Código Fiscal).

Handwritten signature

Artigo 232.º - Requisitos e local de apresentação da petição

1071. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi eliminado o n.º 3 deste artigo na versão inicial pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

1072. O n.º 1 deste artigo prevê que a oposição à execução deva ser deduzida em petição articulada com indicação expressa dos fundamentos e das conclusões. A petição de oposição à execução deve ser apresentada juntamente com os respectivos meios de prova – o executado deve oferecer todos os documentos, arrolar as testemunhas e requerer as demais provas permitidas por lei.

1073. O n.º 2 deste artigo prevê que a petição seja entregue no serviço de execução

Handwritten signature



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

fiscal para ser remetida juntamente com o processo pelo serviço de execução fiscal para o tribunal competente no prazo de 15 dias. Trata-se de um meio judicial de impugnação. A petição inicial será apresentada no órgão da execução fiscal onde pender a execução fiscal, mas é dirigida ao tribunal competente (actualmente será o Tribunal Administrativo). Havendo oposição à execução, o processo passa a ser apreciado judicialmente, deixando de correr os seus termos no serviço de execução fiscal – será o tribunal a decidir, no caso concreto, se os fundamentos da oposição à execução devem prevalecer. A petição deve ser apresentada no serviço de execução fiscal no prazo previsto para a oposição à execução no artigo 230.º do Código Fiscal (no prazo de 30 dias a contar da citação, em regra geral).

Artigo 233.º - Suspensão da execução fiscal

1074. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

1075. Este artigo prevê que o recebimento da oposição à execução suspende a execução fiscal, quando seja prestada garantia nos termos do artigo 196.º do Código Fiscal. A suspensão da execução fiscal mediante a prestação de garantia está prevista, nomeadamente para a oposição à execução, no n.º 1 do artigo 195.º do Código Fiscal. A prestação de uma garantia é, pois, um requisito da suspensão da execução fiscal.

Artigo 234.º - Indeferimento liminar

1076. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

1077. O n.º 1 deste artigo prevê que o juiz indefere liminarmente a oposição à execução quando: (1) a oposição for deduzida fora de prazo (cf. n.º 1 do artigo 230.º do Código Fiscal); (2) não tenha sido alegado algum dos fundamentos da oposição à execução previstos no n.º 1 do artigo 231.º do Código Fiscal; ou (3) for manifesta a improcedência da oposição do executado.

1078. O n.º 2 deste artigo prevê que, se o fundamento alegado for o fundamento previsto na alínea 9) do n.º 1 do artigo 231.º do Código Fiscal (outros fundamentos não antes referidos, a provar apenas por prova documental), a oposição à execução também pode ser indeferida quando não se encontre junto à petição, nem junto ao processo, o documento necessário para fazer prova do fundamento que seja alegado.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Em geral, a oposição à execução deve ser indeferida, em sede de indeferimento liminar, por falta de um requisito legal. Neste caso, a oposição à execução será rejeitada quando à petição se não juntem o documento ou documentos necessários.

- 1079.** Trata-se de uma apreciação meramente liminar. O tribunal terá sempre que avaliar se os documentos apresentados são os necessários para sustentar os fundamentos alegados, só se devendo proceder à rejeição liminar quando os documentos necessários estejam manifestamente em falta. Caso a questão não seja de verificação evidente, não se trata já de uma causa para um indeferimento liminar, mas será antes uma questão para ser apreciada na decisão final do tribunal.

Artigo 235.º - Notificação do exequente

- 1080.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1081.** Este artigo prevê que, uma vez recebida a oposição à execução, o tribunal notifica o exequente para contestar e oferecer os respectivos meios de prova no prazo de 30 dias. Na opção do Código Fiscal, será notificado o exequente para contestar, que é o credor da dívida (cf. artigo 181.º do Código Fiscal), e não o serviço de execução fiscal, que promove a execução fiscal. O tribunal competente para conhecer da oposição à execução será o Tribunal Administrativo – cf. alínea 7) do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária).

Artigo 236.º - Tramitação subsequente

- 1082.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 4 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. Este novo n.º 4 deste artigo na versão alternativa corresponde ao teor do artigo 227.º na versão inicial da Código Fiscal, o qual foi eliminado pela versão alternativa. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.
- 1083.** O n.º 1 deste artigo prevê que, uma vez recebida a contestação do exequente ou decorrido o prazo para contestar e após ter sido produzida a prova, o juiz remeta o processo ao Ministério Público para dar vista. Antes da vista do Ministério Público deve ocorrer a produção de prova (são admitidos os meios gerais de prova). A vista do Ministério Público é uma etapa processual necessária, devendo o tribunal remeter o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

processo para consulta e emissão de parecer ao Ministério Público, antes de o processo estar concluso para o juiz decidir.

1084. O n.º 2 deste artigo prevê que as partes processuais devem ser ouvidas, ao abrigo do princípio do contraditório, quando tal seja necessário, nomeadamente caso o Ministério Público suscite novas questão que obstem ao conhecimento do pedido.

1085. O n.º 3 deste artigo prevê que, após a vista do Ministério Público, o processo deve ser concluso ao juiz para decisão. A decisão deve ser notificada ao exequente (e não ao serviço de execução fiscal, na opção legal formulada) e ao executado.

1086. O n.º 4 deste artigo prevê que, após o trânsito em julgado desta decisão e tendo sido feito o pagamento das custas, quando as mesmas forem devidas, o processo de execução fiscal e o processo de oposição à execução devem ser devolvidos ao serviço de execução fiscal.

1087. Por opção do proponente, foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de lei os artigos 226.º e 227.º da versão inicial do Código Fiscal. O artigo 226.º da versão inicial remetia para o processo civil para efeitos de produção da prova, do regime das alegações e das sentenças. Em geral, o regime do Código de Processo Civil será de aplicação subsidiária, nos termos do artigo 5.º, alínea 2) do Código Fiscal.

CAPÍTULO III - Apreensão de bens

SECÇÃO I - Arresto

Artigo 237.º - Fundamentos do arresto

1088. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 3 e 4 deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações pela versão alternativa.

1089. O n.º 1 deste artigo prevê que, havendo justo receio de falência ou insolvência do executado, ou de ocultação ou alienação de bens por parte do executado, o serviço de execução fiscal pode requer ao tribunal competente o arresto de bens suficientes para garantir a dívida exequenda e encargos legais.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1090. Na opção legislativa do Código Fiscal, o arresto no processo executivo fiscal terá como fundamento o justo receio de falência ou insolvência do executado, o que implica que haja receio da perda da garantia patrimonial, mas também poderá ser uma reacção a uma conduta do executado, que quer ocultar ou alienar os seus bens, para evitar ser responsabilizado pelo pagamento da dívida exequenda.

1091. O arresto é um procedimento judicial de natureza cautelar, sendo requerido junto do tribunal competente pelo órgão de execução fiscal. O tribunal competente para conhecer do arresto de bens actualmente será o Tribunal Administrativo – cf. alínea 10) do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária). Em lugar próximo, para o arresto no processo judicial fiscal (providência cautelar que terá como fundamento o justo receio da diminuição da garantia da cobrança de créditos fiscais) veja-se o artigo 168.º do Código Fiscal.

1092. O n.º 2 deste artigo prevê que as circunstâncias previstas no n.º 1 deste artigo se presumem como estando verificadas, no caso de dívidas por impostos que o executado tenha retido (cf. artigo 29.º do Código Fiscal - Responsabilidade no caso de substituição fiscal com retenção na fonte) ou repercutido a terceiros (cf. artigo 20.º, n.º 2, al. 1) do Código Fiscal), e não tenha entregue nos prazos legais. Havendo esta presunção legal deixa de ser necessário ao requerente demonstrar o receio invocado para requer o arresto, havendo uma presunção legal da sua ocorrência, nestes casos.

Artigo 238.º - Caducidade do arresto

1093. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1094. O n.º 1 deste artigo prevê que o arresto caduca: (1) com o pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais; (2) com a anulação integral da dívida exequenda; (3) com a prestação de garantia idónea (nos termos do artigo 196.º do Código Fiscal); (4) se o arresto tiver sido decretado durante o procedimento fiscal e o executado não tenha sido citado no prazo de 1 ano a contar da autuação do processo de execução fiscal; (5) se o arresto tiver sido decretado durante o procedimento fiscal e não seja efectuada citação no prazo de 1 ano (cf. artigo 169.º do Código Fiscal); (6) na parte que exceder o montante suficiente para garantir a dívida exequenda e os encargos legais; e (7) noutros casos previstos na lei.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1095. O n.º 2 deste artigo prevê que o juiz declara a extinção do procedimento e determina o levantamento do arresto a pedido do serviço de execução fiscal ou a pedido do requerido, com prévia audiência do serviço de execução fiscal, quando se verifique alguma das circunstâncias previstas no n.º 1 deste artigo.

Artigo 239.º - Registo do arresto e seu cancelamento

1096. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.
1097. Este artigo prevê que, se o juiz tiver decretado ou levantado o arresto, nos termos desta Secção I do Capítulo III do Título VI do Código Fiscal, o serviço de execução fiscal remete, pelos meios legalmente admitidos, a certidão da decisão aos serviços dos registos e do notariado para efeitos de registo. Esta regra terá em vista o arresto de bens que sejam alvo de registo, como acontece com os bens imóveis.
1098. Para efeitos do arresto ou penhora dos bens do executado, pode ser requerida às instituições financeiras informação sobre os bens do executado, no âmbito do processo de execução fiscal, nomeadamente acerca do número das suas contas e respectivos saldos (cf. artigo 210.º, n.º 3 do Código Fiscal). Apenas se deve arrestar ou penhorar o montante necessário para garantir o pagamento da dívida exequenda e não a totalidade dos saldos das contas dos executados.
1099. O arresto efectuado nos termos do artigo 237.º do Código Fiscal ou antes da instauração do processo de execução, no procedimento administrativo fiscal (cf. artigo 168.º do Código Fiscal), será convertido em penhora se o pagamento não tiver sido efectuado no prazo legal aplicável (cf. artigo 241.º do Código Fiscal).

SECÇÃO II – Penhora

SUBSECÇÃO I - Disposições gerais

Artigo 240.º - Procedimento de Penhora

1100. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 3 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 3, 4 e 5



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

deste artigo na versão inicial passaram a n.ºs 4, 5 e 6 deste mesmo artigo na versão alternativa. A epígrafe deste artigo sofreu alterações pela versão alternativa.

1101. O n.º 1 deste artigo prevê que, findo o prazo de citação referido no n.º 1 do artigo 214.º do Código Fiscal (prazo de 30 dias após a citação), o chefe do serviço de execução fiscal deve proferir despacho que ordene a penhora de bens do executado, sempre que o executado não tiver (1) efectuado o pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais, (2) deduzido oposição à execução, (3) requerido o pagamento em prestações ou (4) requerido a dação em cumprimento.

1102. O executado pode, nesse mesmo prazo de 30 dias após a citação, também nomear bens à penhora, indicando os bens sobre os quais a penhora há-de recair (cf. n.º 1 do artigo 214.º do Código Fiscal), devendo os bens indicados ser penhoráveis e suficientes para pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais (cf. n.º 1 do artigo 717.º do Código de Processo Civil).

1103. O n.º 2 deste artigo prevê que, tendo em vista a penhora de bens no processo de execução fiscal, se o executado não tiver nomeado bens à penhora, ou os bens que forem indicados não forem suficientes para o pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais, o serviço de execução fiscal procede à investigação oficiosa dos bens penhoráveis do executado, para serem nomeados à penhora. Caso sejam encontrados bens penhoráveis do executado, esses bens são nomeados à penhora.

1104. O n.º 3 deste artigo prevê que o despacho que ordena a penhora, bem como a própria efectivação da penhora de bens, sejam notificados ao executado.

1105. O n.º 4 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal possa determinar que o executado preste as informações que se mostrem necessárias à efectivação da penhora. O executado deve, nestes termos, colaborar com a realização da penhora dos seus bens, informando sobre os bens penhoráveis, para que possam ser alvo de penhora. Este mesmo n.º 4 deste artigo também prevê que incorra no crime de desobediência simples quem não colabore para este efeito. Em lugar próximo, veja-se o previsto no artigo 209.º, n.ºs 2 e 3 do Código Fiscal.

1106. O n.º 5 deste artigo prevê que, quando no acto da penhora, o executado ou outra pessoa declarar que os bens a penhorar pertencem a terceiros, deve ser exigido que se declare a que título os bens se acham em poder do executado e se apresente a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

respectiva prova. Efectuando-se a penhora dos bens na mesma em caso de não ter sido apresentada prova de que os bens não pertencem ao executado.

- 1107.** O n.º 6 deste artigo prevê que, estando verificada a situação referida no n.º 5 deste artigo, e os bens nomeados pelo executado não sejam susceptíveis de penhora, cabe ao serviço de execução fiscal exercer o direito de nomear bens à penhora. O serviço de execução fiscal pode admitir que a penhora seja feita noutros bens indicados à penhora pelo executado, desde que daí não resulte prejuízo para a RAEM. O direito de nomear bens à penhora considera-se sempre devolvido ao serviço de execução fiscal, mas o órgão da execução fiscal poderá admiti-la, nos termos da lei, nos bens indicados pelo executado, desde que daí não resulte inconveniente.

Artigo 241.º - Conversão do arresto em penhora

- 1108.** Este artigo corresponde ao artigo 229.º da versão inicial da Proposta de Lei.
- 1109.** O n.º 1 deste artigo prevê que o arresto efectuado nos termos do artigo 237.º do Código Fiscal, ou decretado antes da instauração do processo de execução fiscal (cf. artigo 168.º do Código Fiscal), é convertido em penhora, se o executado não tiver efectuado o pagamento no prazo previsto no n.º 1 do artigo 214.º do Código Fiscal (prazo de 30 dias para pagar a dívida exequenda e encargos legais sob pena de penhora; podendo também neste prazo deduzir oposição à execução, requerer pagamento em prestações ou dação em cumprimento ou nomear bens à penhora). A conversão do arresto em penhora é decretada oficiosamente por via de um despacho do chefe do serviço de execução fiscal.
- 1110.** O n.º 2 deste artigo prevê que, quando o bem penhorado esteja sujeito a registo, o serviço de execução fiscal requeira aos serviços dos registos e do notariado o averbamento no respectivo registo (quando o arresto tenha sido registado, passando a constar a penhora do bem do respectivo registo na conservatória – cf. artigo 239.º do Código Fiscal).
- 1111.** O n.º 3 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal comunique ao tribunal competente (que será actualmente o Tribunal Administrativo) que converteu o arresto em penhora, para que o tribunal tome conhecimento desta conversão. A conversão do arresto em penhora opera-se por via administrativa e não judicial, em decorrência do termo do prazo para pagamento da dívida exequenda, sendo decidida pelo órgão da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

execução fiscal (por despacho do chefe do serviço da execução fiscal – cf. n.º 1 deste artigo) e não pelo tribunal competente. Tal implica que, na opção do Código Fiscal, o tribunal ordena o arresto de bens (cf. artigo 237.º do Código Fiscal), mas não intervém depois quando o arresto se converte em penhora de bens.

Artigo 242.º - Registo da penhora

1112. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1113. O n.º 1 deste artigo prevê que os despachos do chefe do serviço de execução fiscal de penhora (cf. artigo 240.º, n.º 1 do Código Fiscal) e de conversão do arresto em penhora (cf. artigo 241.º, n.º 1 do Código Fiscal) sirvam de título de registo nos serviços dos registos e do notariado, desde a data em que estes mesmos despachos se tenham tornado inimpugnáveis.

1114. O n.º 2 deste artigo prevê que o requerimento para registo, passagem de certidão de registo e de certidão de direitos, ónus ou encargos seja instruído com o título de registo referido no n.º 1 deste artigo e demais documentos que se mostrem necessários, podendo ser efectuado por qualquer meio legalmente admitido.

1115. O n.º 3 deste artigo prevê que, no prazo de 15 dias, os serviços dos registos e do notariado devam efectuar o registo da penhora, ou da conversão do arresto em penhora, e remeter as certidões referidas no n.º 2 deste artigo ao serviço de execução fiscal, a fim de serem juntas ao processo de execução fiscal.

1116. O n.º 4 deste artigo prevê que o registo provisório da penhora de bens imóveis não obste a que o serviço de execução fiscal, ponderados os motivos da provisoriedade, possa prosseguir com a execução fiscal, não se fazendo, porém, a adjudicação dos bens penhorados, a consignação dos seus rendimentos ou a respectiva venda, sem que o registo da penhora de bens imóveis se tenha convertido em definitivo.

Artigo 243.º - Extensão da penhora

1117. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O número único deste artigo na versão inicial foi dividido em dois números do mesmo artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

alterada pela versão alternativa.

1118. O n.º 1 deste artigo prevê que a penhora seja feita nos bens previsivelmente suficientes para o pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais. Não se penhora a totalidade dos bens do executado, mas apenas os bens que sejam bastantes e suficientes para pagamento integral da dívida e encargos legais.

1119. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando os bens penhorados forem insuficientes para pagamento da dívida exequenda e encargos legais, a execução fiscal prossegue em relação a outros bens. Quando o produto dos bens penhorados for insuficiente para pagamento da execução, a penhora visa ainda outros bens do executado.

Artigo 244.º - Bens prioritariamente a penhorar pelo serviço de execução fiscal

1120. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 4 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1121. O n.º 1 deste artigo prevê que, aquando da nomeação dos bens a penhorar pelo serviço de execução fiscal, a penhora deve começar prioritariamente pelos bens cujo valor pecuniário seja de mais fácil realização e se mostre adequado ao montante da dívida.

1122. O n.º 2 deste artigo prevê que, sem prejuízo do disposto no n.º 1 deste artigo (os critérios do n.º 1 deste artigo prevalecem), quando a dívida tenha garantia real a onerar bens do executado, a penhora começa prioritariamente por esses bens. Só se prosseguindo a penhora de outros bens quando os bens onerados com garantia real não sejam suficientes para pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais.

1123. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando se trata de dívida com privilégio, e na falta dos bens onerados com garantia real a que se refere o n.º 2 deste artigo, a penhora começa prioritariamente pelos bens a que o privilégio respeitar, se estes bens ainda pertencerem ao executado. Fica salvaguardado o previsto no n.º 2 do artigo 188.º do Código Fiscal, relativamente à reversão contra terceiros adquirentes de bens.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 245.º - Penhora de bens comuns do casal

1124. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa foi alterada pela versão alternativa.

1125. O n.º 1 deste artigo prevê que, na execução fiscal movida contra um só dos cônjuges, podem ser penhorados os bens comuns do casal. Nesse caso, no entanto, o serviço de execução fiscal cita o cônjuge do executado para que este possa requerer a separação de bens, junto do tribunal competente. Tal visa permitir que apenas os bens do executado, após a separação dos bens comuns, respondam pela execução fiscal (e não também os bens do seu cônjuge).

1126. O n.º 2 deste artigo prevê que qualquer dos cônjuges possa requerer, dentro do prazo de 15 dias após a citação, a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência da acção em que a separação já tenha sido requerida, sob pena de a execução fiscal prosseguir sobre os bens penhorados.

1127. O n.º 3 deste artigo prevê que a execução fiscal prossegue também se, na acção na qual a separação de bens tiver sido requerida por um dos cônjuges, a instância se suspender por inércia ou negligência do requerente em promover os seus termos processuais. Prosseguindo, nesse caso, a execução sobre os bens comuns penhorados.

1128. Em lugar próximo, sobre a penhora de bens comuns do casal, na execução movida contra um só dos cônjuges, no processo civil, veja-se o artigo 709.º do Código de Processo Civil. Veja-se também o artigo 755.º, n.º 1, al. a) e o artigo 1030.º (Processo para a separação de bens em casos especiais) do Código de Processo Civil.

Artigo 246.º - Inexistência de bens penhoráveis

1129. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

1130. Este artigo prevê que, se ao executado não forem encontrados bens penhoráveis e em caso de inexistência de bens penhoráveis dos responsáveis solidários ou subsidiários, o serviço de execução fiscal lavra uma certidão da diligência para proceder à declaração em falhas da dívida exequenda e dos encargos legais (que se encontra prevista no artigo 298.º do Código Fiscal). Este artigo excepciona o regime previsto no artigo 299.º do Código Fiscal, que trata do prosseguimento da execução



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

fiscal da dívida declarada em falhas quando haja conhecimento posterior que o executado ou os responsáveis possuem bens penhoráveis.

Artigo 247.º - Responsabilidade dos depositários

1131. Este artigo corresponde, com alterações, ao artigo 241.º da versão inicial do Código Fiscal.

1132. O n.º 1 deste artigo prevê que o depositário possa ser executado pela importância respectiva, no processo de execução fiscal em causa, em caso de incumprimento do dever de apresentação dos bens a que está sujeito. Tal acresce ainda a responsabilidade criminal que ao caso couber.

1133. O n.º 2 deste artigo prevê que o depositário possa ser oficiosamente removido por despacho do chefe do serviço de execução fiscal.

Artigo 248.º - Verificação da prestação de contas pelo depositário

1134. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1135. Este artigo prevê que, após a prestação de contas pelo depositário, o serviço de execução fiscal, quando tal seja necessário, possa nomear um perito para verificação das contas, que proceda a uma avaliação prudente da correcção das contas apresentadas pelo depositário. A nomeação de um perito para verificação das contas não acontece sempre, mas apenas ocorre em casos devidamente justificados, onde haja indícios de irregularidades. Normalmente as contas apresentadas pelo depositário, estando em ordem, serão aceites pelo serviço de execução fiscal.

Artigo 249.º - Exclusão do levantamento da penhora

1136. Este artigo corresponde ao artigo 242.º da versão inicial do Código Fiscal.

1137. Este artigo prevê que a penhora não é levantada durante a paragem da execução fiscal, ainda que o processo se encontre parado por motivo não imputável ao executado. O levantamento da penhora surge posteriormente no contexto da extinção do processo de execução fiscal (cf. artigo 308.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 250.º - Caducidade da penhora

- 1138.** Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1139.** Este artigo prevê que a penhora caduca logo que esteja extinta a execução fiscal.
- 1140.** Caducando a penhora, o interessado ou o serviço de execução fiscal deve solicitar junto dos serviços dos registos e do notariado, o cancelamento do registo quando tiver sido efectuado o registo da penhora - veja-se o artigo 308.º do Código Fiscal sobre o levantamento da penhora e cancelamento do registo.

SUBSECÇÃO II - Penhora de bens móveis

Artigo 251.º - Modo de efectuar a penhora

- 1141.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. As alíneas 1), 2) e 3) deste artigo na versão inicial passaram a n.ºs 1, 2 e 3 deste mesmo artigo na versão alternativa. As alíneas 4) a 8) deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1142.** O n.º 1 deste artigo prevê que a penhora de bens móveis se faz com apreensão efectiva dos bens. Sobre a penhora de bens móveis, veja-se os artigos 734.º e seguintes do Código de Processo Civil.
- 1143.** O n.º 2 deste artigo prevê que a penhora de veículos motorizados se faz com a apreensão dos veículos e dos seus documentos. A apreensão dos veículos pode ser efectuada por qualquer autoridade administrativa ou policial.
- 1144.** O n.º 3 deste artigo prevê que a penhora de navios, aeronaves e outros bens móveis sujeitos a registo é feita nos termos do Código de Processo Civil e de lei especial. Veja-se, em particular, o artigo 713.º (Penhora de navio ou de mercadorias carregadas em navio já despachado para viagem) e o artigo 738.º (Modo de fazer navegar o navio penhorado) do Código de Processo Civil.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 252.º - Especificidades da penhora de veículos automóveis de aluguer

- 1145.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 2 a este artigo pela versão alternativa. O n.º 2 deste artigo na versão inicial passou a n.º 3 da versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua portuguesa foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1146.** O n.º 1 deste artigo prevê que a penhora de veículos automóveis de aluguer³⁴ ou de veículos automóveis de transporte de passageiros (táxis)³⁵ seja feita com a apreensão dos veículos e dos seus documentos (em sentido próximo, para a penhora de veículos motorizados em geral, veja-se o artigo 251.º, n.º 2 do Código Fiscal).
- 1147.** O n.º 2 deste artigo prevê que, no caso da penhora de veículos automóveis de transporte de passageiros (táxis), sempre que seja legalmente admitida a transmissão do respectivo alvará, a penhora será feita também por via da apreensão do alvará (para além da efectiva apreensão dos veículos)³⁶.
- 1148.** O n.º 3 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal deva comunicar a penhora e a venda dos veículos às entidades competentes para efeitos do registo.

Artigo 253.º - Depositário dos bens

- 1149.** Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

³⁴ Este normativo refere-se à penhora dos veículos automóveis licenciados para o exercício da indústria de aluguer de veículos automóveis sem condutor. Cf. Decreto-Lei n.º 52/84/M, de 16 de Junho (Regula o exercício da indústria de aluguer de veículos automóveis sem condutor).

³⁵ Este normativo refere-se à penhora dos veículos automóveis da indústria do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer. Cf. Lei n.º 3/2019 (Regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer).

³⁶ Este normativo só se refere à penhora do alvará dos veículos automóveis de transporte de passageiros (táxis). Os veículos motorizados licenciados para o exercício da indústria de aluguer de veículos motorizados sem condutor são licenciados (cf. art. 9.º do Decreto-Lei n.º 52/84/M), estando previsto que as licenças são canceladas em caso de penhora dos respectivos veículos (cf. art. 15.º do Decreto-Lei n.º 52/84/M).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1150. O n.º 1 deste artigo prevê que os bens móveis penhorados sejam confiados à guarda de um depositário idóneo, salvo se puderem ser removidos, sem inconveniente, para o serviço de execução fiscal ou para qualquer depósito público.

1151. O n.º 2 deste artigo prevê que o depositário seja nomeado pelo serviço de execução fiscal, podendo a nomeação como depositário recair sobre o executado. O depositário é nomeado de entre pessoas de reconhecida idoneidade para o efeito.

Artigo 254.º - Diligências da penhora

1152. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei. Este artigo corresponde ao previsto nas alíneas 4) a 8) do artigo 251.º da versão inicial do Código Fiscal que foram eliminadas pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1153. O n.º 1 deste artigo prevê que a penhora seja feita por dois trabalhadores do serviço de execução fiscal, sendo lavrado auto da penhora do qual consta: (1) o dia, hora e local do acto da penhora; (2) o valor da execução fiscal; (3) a descrição sucinta dos bens penhorados, que seja necessária para a sua correcta identificação; (4) o estado de conservação e o valor presumível dos bens penhorados; e (5) as obrigações e responsabilidades a que fica sujeito o depositário. Veja-se, em lugar próximo, o artigo 735.º do Código de Processo Civil.

1154. O n.º 2 deste artigo prevê que o auto da penhora deva ser lido, e depois assinado pelo depositário, pelos dois trabalhadores do serviço de execução fiscal que procederam à penhora e pelo executado, quando este esteja presente.

1155. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando o executado não esteja presente no acto da penhora, este seja notificado do auto de penhora.

1156. O n.º 4 deste artigo prevê que, quando o executado esteja presente e se recuse a assinar o auto de penhora, nos termos do n.º 2 deste artigo, ou não saiba ou não possa assinar, se mencione esse facto no auto de penhora.

1157. O n.º 5 deste artigo prevê que ao depositário seja entregue uma cópia do auto de penhora.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 255.º - Penhora de dinheiro, títulos de crédito, pedras e metais preciosos

- 1158.** Este artigo corresponde, com alterações, ao previsto no artigo 237.º da versão inicial do Código Fiscal.
- 1159.** O n.º 1 deste artigo prevê que o dinheiro, os títulos de crédito, as pedras e metais preciosos apreendidos sejam depositados numa instituição financeira da RAEM, à ordem do serviço de execução fiscal. Veja-se, em lugar paralelo, o artigo 743.º (Penhora de direitos incorporados em títulos de crédito) do Código de Processo Civil.
- 1160.** O n.º 2 deste artigo prevê que os bens apreendidos de que não seja necessário fazer uso e que não sofram deterioração por estarem fechados, são encerrados em caixas lacradas com selo para efeitos de depósito.
- 1161.** O n.º 3 deste artigo prevê que, no caso de bens que necessitem de ser utilizados regularmente ou requeiram cuidados especiais, os mesmos sejam confiados à guarda de um depositário idóneo. Este depositário idóneo deve ser nomeado pelo serviço de execução fiscal.

Artigo 256.º - Penhora de bens móveis sujeita a registo

- 1162.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1163.** O n.º 1 deste artigo prevê que, quando a penhora de bens móveis estiver sujeita a registo, o serviço de execução fiscal deve requerer o registo da penhora e a passagem de certidão de registo e da certidão de direitos, ónus ou encargos junto dos serviços dos registos e do notariado.
- 1164.** O n.º 2 deste artigo prevê que os serviços dos registos e do notariado devem efectuar o registo da penhora de bens móveis no prazo de 15 dias. Concluído o registo, os serviços dos registos e do notariado remetem ao serviço de execução fiscal as certidões referidas no n.º 1 deste artigo (certidão de registo e certidão de direitos, ónus ou encargos), para serem juntas ao processo de execução fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

SUBSECÇÃO III - Penhora de bens imóveis

Artigo 257.º - Modo de efectuar a penhora

1165. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 3, 5, 6 e 7 deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa. Os novos n.ºs 3 e 5 deste mesmo artigo foram introduzidos pela versão alternativa da Proposta de Lei. Procedeu-se à renumeração dos números deste artigo em conformidade. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa.
1166. O n.º 1 deste artigo prevê que o despacho para penhora de bens imóveis seja assinado pelo chefe do serviço de execução fiscal e notificado ao executado.
1167. O n.º 2 deste artigo prevê que a penhora seja feita mediante termo no processo, lavrando-se um termo por cada prédio a ser penhorado.
1168. O n.º 3 deste artigo prevê que no termo seja identificado o executado e sejam indicados todos os elementos necessários à inscrição da penhora no registo predial.
1169. O n.º 4 deste artigo prevê que o depositário possa ser nomeado pelo serviço de execução fiscal de entre os trabalhadores qualificados para o efeito do serviço de execução fiscal. Também se pode indicar como depositário o executado.
1170. O n.º 5 deste artigo prevê que os bens imóveis penhorados se consideram entregues ao depositário por via do termo previsto no n.º 2 deste artigo.
1171. O n.º 6 deste artigo prevê que o termo seja assinado pelo depositário, sendo entregue ao depositário uma relação dos bens penhorados.
1172. Por opção do proponente, foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei o artigo 245.º da versão inicial do Código Fiscal que previa a aplicação das disposições relativas à penhora de bens móveis.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

SUBSECÇÃO IV - Penhora de direitos

Artigo 258.º - Penhora de créditos

- 1173.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1174.** O n.º 1 deste artigo prevê que a penhora de créditos consista na notificação ao devedor do crédito do executado de que o crédito fica à ordem do serviço de execução fiscal, nomeando-se como depositário o devedor do executado ou o seu representante.
- 1175.** O n.º 2 deste artigo prevê que, para efeitos da penhora de créditos, seja elaborado um auto do qual conste se o devedor do crédito do executado reconhece a existência da obrigação, a data em que a mesma se vence, as garantias que a acompanham e quaisquer outras circunstâncias relevantes para a execução fiscal.
- 1176.** O n.º 3 deste artigo prevê que, se a obrigação reconhecida pelo devedor do crédito do executado for de pagamento imediato, ou caso não haja prazo para o pagamento, se deva notificar o devedor de que, para o cumprimento da obrigação, deve depositar o crédito do executado à ordem do serviço de execução fiscal, no prazo de 30 dias. A notificação ao devedor do crédito do executado deve também referir que, caso não seja feito o depósito no prazo devido, este devedor do crédito será executado pela importância respectiva no processo de execução fiscal.
- 1177.** O n.º 4 deste artigo prevê que, se a obrigação reconhecida pelo devedor do crédito do executado tiver um prazo para o pagamento, se deva aguardar até ao termo desse mesmo prazo, para depois se proceder nos termos do n.º 3 deste artigo.
- 1178.** O n.º 5 deste artigo prevê que, na notificação ao devedor do crédito do executado, se deva advertir que o pagamento do crédito ao credor (ao executado) não será de natureza liberatória, não o exonerando da obrigação de crédito.
- 1179.** O n.º 6 deste artigo prevê que, inexistindo o crédito do executado ou sendo o seu valor insuficiente para assegurar o pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais, o serviço de execução fiscal notifica o devedor do crédito do executado da penhora de créditos futuros até ao valor da dívida exequenda e dos encargos legais.
- 1180.** O n.º 7 deste artigo prevê que, no caso de litígio sobre a existência do crédito do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

executado, deva ser instaurada a respectiva acção declarativa, tendo em vista aferir da existência do crédito, prosseguindo a execução fiscal em outros bens.

Artigo 259.º - Penhora de direitos ou expectativas de aquisição

1181. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.

1182. O n.º 1 deste artigo prevê que à penhora de direitos ou expectativas de aquisição de bens pelo executado se aplica, com as adaptações necessárias, o previsto no artigo 258.º do Código Fiscal (relativo à penhora de créditos).

1183. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando o objecto a adquirir pelo executado for uma coisa que esteja na posse ou detenção do executado, se aplique ainda o previsto para a penhora de bens móveis (cf. artigo 251.º do Código Fiscal) ou imóveis (cf. artigo 257.º do Código Fiscal), conforme se trate de um bem móvel ou imóvel.

1184. O n.º 3 deste artigo prevê que uma vez adquiridos os bens pelo executado, a penhora passe a incidir sobre estes mesmos bens.

Artigo 260.º - Penhora do direito a bens em comunhão

1185. Este artigo corresponde, com alterações, ao previsto no artigo 244.º da versão inicial do Código Fiscal.

1186. O n.º 1 deste artigo prevê que a penhora que tiver por objecto o direito do executado a bens em comunhão consiste na notificação do facto ao administrador dos bens, caso exista, e aos titulares dos bens em comunhão.

1187. O n.º 2 deste artigo prevê que da penhora do direito a bens em comunhão seja lavrado um auto, com a indicação da quota do executado, a identificação dos bens, se forem determinados, e a identificação dos titulares dos bens em comunhão.

1188. O n.º 3 deste artigo prevê que o depositário seja nomeado pelo serviço de execução fiscal, que deve nomear preferencialmente o administrador dos bens, caso exista. Na falta do administrador dos bens, pode ser nomeado o executado.

1189. O n.º 4 deste artigo prevê que, uma vez obtidos os elementos necessários junto



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

da Direcção dos Serviços de Finanças e dos serviços dos registos e do notariado, o registo da penhora, quando o bem em comunhão penhorado esteja sujeito a registo, seja efectuado nos termos do artigo 242.º do Código Fiscal.

1190. O n.º 5 deste artigo prevê que uma vez efectuada a penhora de direito a herança indivisa, quando ainda decorra o inventário, o serviço de execução fiscal comunica o facto ao tribunal e solicita que seja informado sobre os bens que sejam adjudicados ao executado. Após essa comunicação ao tribunal, a execução fiscal pode ser suspensa por período não superior a um ano.

1191. O n.º 6 deste artigo prevê que uma vez concluída a partilha da herança, a penhora se transfere para os bens que couberem ao executado por força da partilha.

Artigo 261.º - Penhora de empresa comercial

1192. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 2 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. Procedeu-se à renumeração dos números deste artigo em conformidade. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.

1193. O n.º 1 deste artigo prevê que a penhora da empresa comercial se efectue por via de um auto, no qual se relacionam os bens que a integram.

1194. O n.º 2 deste artigo prevê que, se da empresa fizerem parte créditos, se aplica, para além do disposto no n.º 1 deste artigo, ainda o que se encontra previsto para a penhora de créditos (cf. artigo 258.º do Código Fiscal).

1195. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando tal seja considerado conveniente, o serviço de execução fiscal determina a avaliação do valor da empresa por um perito, tendo em vista o apuramento do valor da empresa para efeitos de trespasse.

1196. O n.º 4 deste artigo prevê que a penhora da empresa comercial não impede que a empresa possa prosseguir com o seu funcionamento, sob gestão do executado, nomeando o serviço de execução fiscal, sempre que necessário, quem a fiscalize e aplicando-se ao executado, com as necessárias adaptações, os artigos 729.º e 740.º do Código de Processo Civil, relativos ao depositário.

1197. O n.º 5 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal se pode opor, de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

forma devidamente fundamentada, a que o executado prossiga na gestão da empresa penhorada. Nesse caso, o serviço de execução fiscal designa um administrador, com poderes para proceder à respectiva gestão ordinária.

1198. O n.º 6 deste artigo prevê que, caso a actividade da empresa penhorada esteja paralisada ou a sua actividade deva ser suspensa, o serviço de execução fiscal nomeia um depositário para a mera administração dos bens nela compreendidos.

1199. O n.º 7 deste artigo prevê que a penhora da empresa comercial não afecta a penhora anteriormente realizada sobre os bens que a integrem, mas impede a penhora posterior sobre os bens compreendidos na empresa cujos bens foram penhorados no processo de execução fiscal.

1200. O n.º 8 deste artigo prevê que, se estiverem compreendidos na empresa bens ou direitos cuja oneração a lei sujeita a registo, o serviço de execução fiscal deva promover o respectivo registo, nos termos gerais, quando pretenda impedir que sobre estes mesmos bens ou direitos sujeitos a registo possa recair penhora ulterior.

Artigo 262.º - Penhora de parte social ou de quota em sociedade comercial

1201. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 3 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1202. O n.º 1 deste artigo prevê que a penhora de parte social ou de quota em sociedade comercial seja efectuada por auto notificado à respectiva sociedade comercial. Nesse auto deve ser indicado o objecto da penhora e o valor resultante do último balanço.

1203. O n.º 2 deste artigo prevê que, se não for possível indicar no auto de penhora o valor do último balanço (cf. n.º 1 deste artigo), esse valor seja fixado oficiosamente pelo serviço de execução fiscal, antes de se proceder à venda da parte social ou da quota penhorada em sociedade comercial.

1204. O n.º 3 deste artigo prevê que seja preferencialmente nomeado como depositário da parte social ou da quota penhorada em sociedade comercial um dos administradores ou gerentes da sociedade comercial.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 263.º - Penhora de dinheiro ou de outros valores depositados

- 1205.** Este artigo corresponde, com alterações, ao previsto no artigo 239.º da versão inicial do Código Fiscal.
- 1206.** O n.º 1 deste artigo prevê que a penhora de dinheiro ou de outros valores depositados é precedida de averiguações oficiais pelo serviço de execução fiscal sobre: (1) a identidade do depositário, (2) a quantia ou os objectos depositados e (3) o valor presumível dos mesmos.
- 1207.** O n.º 2 deste artigo prevê que a penhora de dinheiro ou de outros valores depositados seja efectuada por via da notificação ao depositário. Nessa notificação devem ser indicadas as quantias em dinheiro ou valores depositados que ficam à ordem do serviço de execução fiscal. A penhora de dinheiro ou de outros valores depositados deve ser do valor do saldo suficiente para a satisfação do valor em dívida, e não da totalidade do saldo da conta do executado, se este for de valor superior.
- 1208.** O n.º 3 deste artigo prevê que, tratando-se de depósito em instituição financeira, se deva aplicar o previsto no artigo 749.º do Código de Processo Civil, com as necessárias adaptações. O artigo 749.º do Código de Processo Civil regula a penhora de depósitos bancários. Este regime processual civil será aplicável, com as adaptações que sejam necessárias, para a penhora de dinheiro ou de outros valores depositados em instituição financeira, e não apenas em instituições de crédito, a ser promovida pelo serviço de execução fiscal no âmbito da execução fiscal.
- 1209.** O n.º 4 deste artigo prevê que, quando se verificarem novas entradas de dinheiro ou de outros valores em nome do executado junto do depositário, este depositário deva comunicar estes novos depósitos ao serviço de execução fiscal, para que se possa proceder imediatamente à sua penhora, quando tal seja necessário.
- 1210.** Em geral, a instituição detentora do depósito penhorado pode ter que comunicar, em certos casos, a inexistência ou impenhorabilidade da conta ou saldo do executado (cf. artigo 708.º do Código de Processo Civil).

Artigo 264.º - Penhora de quaisquer abonos, vencimentos ou pensões

- 1211.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. As alíneas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1) a 3) deste artigo na versão inicial passaram a n.ºs 1 a 3 deste mesmo artigo na versão alternativa. Foi aditado um novo n.º 4 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1212. O n.º 1 deste artigo prevê que, sem prejuízo do disposto no artigo 707.º do Código de Processo Civil (que regula os bens parcialmente impenhoráveis), quando a penhora recair sobre abonos, vencimentos ou pensões, se solicitem os respectivos descontos à entidade encarregada de processar os pagamentos.

1213. O n.º 2 deste artigo prevê que os descontos, referidos no n.º 1 deste artigo, à medida que forem feitos, sejam depositados numa instituição financeira da RAEM, à ordem do serviço de execução fiscal.

1214. O n.º 3 deste artigo prevê que a entidade processadora do pagamento, referida no n.º 1 deste artigo, envia um comprovativo de depósito ao serviço de execução fiscal, para que este comprovativo seja junto ao processo de execução fiscal.

1215. O n.º 4 deste artigo prevê que, quando ocorra a extinção da execução fiscal (cf. artigo 309.º do Código Fiscal), o serviço de execução fiscal notifique esse facto à entidade processadora do pagamento referida no n.º 1 deste artigo.

Artigo 265.º - Penhora de rendimentos periódicos

1216. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

1217. O n.º 1 deste artigo prevê que, para efeitos da penhora de rendimentos periódicos, nomeadamente para a penhora de rendas e juros, se deve proceder a uma penhora sucessiva, sendo penhorados o número de períodos de rendimentos que sejam suficientes para o pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais. O respectivo devedor dos rendimentos periódicos deve ser nomeado como depositário dos rendimentos penhorados.

1218. O n.º 2 deste artigo prevê que as importâncias vencidas devam ser depositadas numa instituição financeira da RAEM, à ordem do serviço de execução fiscal.

1219. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando ocorra a extinção do processo de execução fiscal, se notifique o depositário. A penhora de rendimentos periódicos caduca logo que esteja extinta a execução fiscal, o que é comunicado ao depositário.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 266.º - Penhora de rendimentos

1220. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. As alíneas 2) e 3) do n.º 1 deste artigo na versão inicial foram eliminadas pela versão alternativa. As alíneas 1), 4) e 5) do n.º 1 deste artigo na versão inicial passaram a n.ºs 1, 2 e 3 deste artigo na versão alternativa do Código Fiscal. O n.º 2 deste artigo na versão inicial passou a n.º 4 deste artigo na versão alternativa da Proposta de Lei.

1221. O n.º 1 deste artigo prevê que, na penhora de rendimentos, se notifica o devedor dos rendimentos de que não fica desonerado da obrigação caso pague ao executado. Essa menção deve constar do auto de penhora.

1222. O n.º 2 deste artigo prevê que, caso o estabelecimento comercial ou industrial, cujo direito à exploração tenha sido penhorado, se encontrar paralisado, procede-se à cedência do direito à exploração do mesmo pela melhor oferta e por prazo não superior a um ano. Este prazo será renovável, por períodos sucessivos de um ano, até ao pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais.

1223. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando os rendimentos penhorados não forem pagos no seu vencimento, o respectivo devedor será executado no processo de execução fiscal pelas importâncias que não sejam pontualmente depositadas.

1224. O n.º 4 deste artigo prevê que o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 265.º do Código Fiscal, relativo à penhora de rendimentos periódicos, seja aplicável também ao depósito de rendimentos penhorados a que se refere este artigo.

Artigo 267.º - Disposições aplicáveis à penhora de direitos

1225. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

1226. Este artigo prevê que à penhora de direitos seja subsidiariamente aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no Código Fiscal para a penhora de bens móveis (cf. artigos 251.º e seguintes do Código Fiscal) ou imóveis (cf. artigos 257.º e seguintes do Código Fiscal), conforme seja mais adequado às circunstâncias.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

SECÇÃO III – Embargos de terceiro

Artigo 268.º - Dedução dos embargos de terceiro

- 1227.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1228.** O n.º 1 deste artigo prevê que, quando o arresto, a penhora ou outra diligência ofenda a posse ou qualquer outro direito incompatível com a realização ou o âmbito dessas diligências, de que seja titular quem não é parte na causa, o lesado se possa opor à diligência em causa por meio de embargos de terceiro.
- 1229.** O n.º 2 deste artigo prevê que, nos embargos de terceiro, a petição seja entregue no serviço de execução fiscal, sendo depois oficiosamente remetida à apreciação do tribunal competente (que será o Tribunal Administrativo – cf. alínea 7) do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária)).
- 1230.** O n.º 3 deste artigo prevê que o prazo para dedução dos embargos de terceiro seja de 30 dias, sendo este prazo contado a partir do dia em que foi praticado o acto ofensivo da posse ou direito ou da data em que o embargante tiver conhecimento da ofensa, mas nunca depois de os respectivos bens terem sido vendidos.
- 1231.** O n.º 4 deste artigo prevê que, antes da apreciação do pedido relativo aos embargos de terceiros, o tribunal cita o serviço de execução fiscal, o exequente e o executado para se pronunciarem no prazo de 30 dias.
- 1232.** O n.º 5 deste artigo regula a tramitação processual dos embargos de terceiro, fazendo aplicar, em tudo o que não estiver previsto neste artigo, as disposições relativas à oposição à execução (cf. artigo 230.º do Código Fiscal).

Artigo 269.º - Eficácia do caso julgado

- 1233.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1234.** Este artigo prevê que a decisão de mérito nos embargos de terceiro constitua caso julgado no âmbito dos processos do contencioso fiscal quanto à existência e titularidade dos direitos invocados pelo embargante e embargado. Tal abrange não



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

apenas o processo de execução fiscal, mas também outros processos judiciais fiscais.

CAPÍTULO IV - Convocação dos credores e verificação dos créditos

Artigo 270.º - Citação dos credores com garantia real e do cônjuge do executado

1235. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa. O n.º 1 deste artigo na versão inicial passou a constar dos n.ºs 1 e 2 deste artigo na versão alternativa. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1236. O n.º 1 deste artigo prevê que, depois de efectuada a penhora pelo serviço de execução fiscal e uma vez que esteja junta a certidão dos direitos, ónus ou encargos que incidem sobre os bens penhorados, se deva citar os credores preferentes com garantia real sobre os bens penhorados.

1237. O n.º 2 deste artigo prevê que, no caso de penhora de bens comuns do casal (previsto no artigo 245.º do Código Fiscal) ou quando a penhora incida sobre bens imóveis ou bens móveis sujeitos a registo, seja ainda citado o cônjuge do executado.

Artigo 271.º - Citação edital dos credores desconhecidos com garantia real e de sucessores

1238. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1239. O n.º 1 deste artigo prevê que os credores desconhecidos com garantia real e os sucessores não habilitados dos credores com garantia real são citados por edital, nos termos do n.º 5 do artigo 184.º do Código Fiscal.

1240. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando a dívida exequenda for inferior a 15 mil patacas, o serviço de execução fiscal possa dispensar a publicação de anúncios. Neste caso será apenas publicitado edital na página electrónica da Direcção de Serviços de Finanças e noutra página electrónica que seja indicada pelos serviços de execução



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

fiscal, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 184.º do Código Fiscal.

Artigo 272.º - Dispensa da citação dos credores

- 1241.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1242.** O n.º 1 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal possa dispensar a citação dos credores quando a penhora incida apenas sobre abonos, vencimentos ou pensões, ou havendo penhora de bens móveis não sujeitos a registo e de reduzido valor, não conste do processo que sobre qualquer deles incidam direitos reais de garantia.
- 1243.** O n.º 2 deste artigo prevê que, o disposto no n.º 1 deste artigo, não impeça que o credor preferente com garantia real intervenha espontaneamente no processo de execução fiscal e reclame o seu crédito até à transmissão dos bens penhorados.

Artigo 273.º - Reclamação de créditos

- 1244.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1245.** O n.º 1 deste artigo prevê que os credores com garantia real sobre os bens penhorados possam reclamar os seus créditos, no prazo de 15 dias após a citação.
- 1246.** O n.º 2 deste artigo prevê que o crédito exequendo não carece de ser reclamado.

Artigo 274.º - Certidões de dívidas

- 1247.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 2, 4 e 5 deste artigo na versão inicial foram eliminados na versão alternativa. A epígrafe deste artigo sofreu ajustamentos em língua portuguesa pela versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1248.** O n.º 1 deste artigo prevê que, após a realização da penhora, o serviço de execução fiscal deva solicitar uma certidão relativa às dívidas do executado ou do casal a que respeitem os bens penhorados junto da Direcção de Serviços de Finanças. Essa certidão visa informar o serviço de execução fiscal sobre a existência de dívidas com garantia real sobre os bens penhorados em que tenha decorrido o prazo de cobrança



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

voluntária e ainda não tenha ocorrido a remessa para cobrança coerciva. Esta certidão de dívidas deve ser enviada ao serviço de execução fiscal pela Direcção de Serviços de Finanças no prazo de 10 dias.

- 1249.** O n.º 2 deste artigo prevê que, uma vez obtida a certidão das dívidas com garantia real sobre os bens penhorados, o serviço de execução fiscal passa uma nova certidão onde reproduz o teor da certidão de dívidas referida no n.º 1 deste artigo e indica os processos de execução fiscal que se encontrem pendentes, a importância de cada dívida e os encargos legais, a proveniência da dívida, os bens sobre que recaem, e o período de tempo a que respeitam.

Artigo 275.º - Remessa do processo ao tribunal

- 1250.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 2 a este artigo pela versão alternativa. O número único deste artigo na versão inicial passou a constar do n.º 1 deste artigo na versão alternativa. A epígrafe deste artigo em língua portuguesa foi alterada pela versão alternativa.

- 1251.** O n.º 1 deste artigo prevê que, havendo reclamação de créditos, o serviço de execução fiscal remete, no prazo de 20 dias após o termo do prazo para reclamar (referido no artigo 273.º do Código Fiscal), o processo de execução fiscal, as reclamações de crédito e a certidão de dívidas passada pelo serviço de execução fiscal, nos termos do n.º 2 do artigo 274.º do Código Fiscal, ao tribunal competente, para verificação e graduação de créditos. O tribunal competente para a verificação e graduação de créditos na execução fiscal será o Tribunal Administrativo (cf. alínea 7) do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária)).

- 1252.** O n.º 2 deste artigo prevê que as reclamações de créditos sejam autuadas por apenso ao processo de execução fiscal.

Artigo 276.º - Pedido de elementos

- 1253.** Este artigo corresponde, com alterações, ao previsto no n.º 1 do artigo 263.º da versão inicial do Código Fiscal.

- 1254.** Este artigo prevê que, quando o tribunal não possa efectuar a liquidação por não dispor dos elementos necessários, deva solicitar ao serviço de execução fiscal e aos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

credores reclamantes que os forneçam em prazo a fixar.

Artigo 277.º - Aplicação subsidiária

1255. Este artigo corresponde, com alterações, ao previsto no artigo 262.º da versão inicial do Código Fiscal.

1256. Este artigo prevê que em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Capítulo IV do Título VI do Código Fiscal, para efeitos da regulação da reclamação, verificação e graduação de créditos no processo de execução fiscal, se aplica, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 755.º e seguintes do Código de Processo Civil (regula a convocação dos credores e verificação dos créditos).

Artigo 278.º - Devolução dos processos ao serviço de execução fiscal

1257. Este artigo corresponde, em grande parte, ao previsto no n.º 2 do artigo 263.º da versão inicial do Código Fiscal.

1258. Este artigo prevê que os processos de execução fiscal e de verificação e graduação de créditos sejam devolvidos ao serviço de execução fiscal, após o trânsito em julgado da decisão judicial sobre a graduação de créditos.

CAPÍTULO V - Venda dos bens penhorados

Artigo 279.º - Realização da venda

1259. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.

1260. O n.º 1 deste artigo prevê que a venda se inicia após a decisão judicial de verificação e graduação de créditos transitar em julgado ou, no caso de não ter havido reclamação de créditos, findo o prazo para a sua apresentação (cf. artigo 273.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1261. O n.º 2 deste artigo prevê que a venda possa não se realizar quando o valor dos créditos reclamados pelos credores com garantia real sobre os bens penhorados seja muito superior ao valor da dívida exequenda e dos encargos legais. O que pode causar uma impossibilidade manifesta de se pagar total ou parcialmente a dívida exequenda e os encargos legais. Esta decisão de não realizar a venda pelo chefe do serviço de execução fiscal deve ser devidamente fundamentada.

1262. O n.º 3 deste artigo prevê que, no caso referido no n.º 2 deste artigo, a execução fiscal possa prosseguir em relação a outros bens.

Artigo 280.º - Modalidades de venda

1263. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 3 a este artigo pela versão alternativa. A epígrafe deste artigo sofreu ajustamentos em língua portuguesa pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1264. O n.º 1 deste artigo prevê que a venda deva ser feita por meio de propostas em carta fechada.

1265. O n.º 2 deste artigo prevê que se pode recorrer às modalidades de venda extrajudicial referidas no n.º 3 do artigo 779.º do Código de Processo Civil, com as necessárias adaptações, quando: (1) tendo sido determinada a venda por meio de propostas em carta fechada, no dia designado para a abertura das propostas, se verificar a inexistência de proponentes ou quando todas as propostas forem de valor inferior ao valor anunciado para a venda; (2) os bens a vender forem valores mobiliários com cotação em bolsa; (3) haja especial urgência na venda; ou (4) os bens a vender forem de reduzido valor.

1266. O n.º 3 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal, ouvido o exequente e o executado, quando tal seja necessário, determina por qual das modalidades efectua a venda dos bens penhorados. O n.º 3 do artigo 779.º do Código de Processo Civil refere-se à venda extrajudicial nas modalidades de venda directa, de venda por negociação particular e de venda em empresa de leilão.

Artigo 281.º - Determinação do valor dos bens para a venda

1267. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

um novo n.º 3 a este artigo pela versão alternativa. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.

1268. O n.º 1 deste artigo prevê que o valor base para venda dos bens seja determinado da seguinte forma: (1) para os bens imóveis, inscritos ou omissos na matriz, pelo valor que for fixado pelo serviço de execução fiscal, podendo a fixação ser precedida de parecer técnico da comissão de avaliação competente da Direcção dos Serviços de Finanças e do perito indicado pelo executado para a avaliação dos bens, caso exista; (2) para os bens móveis, pelo valor que lhes tenha sido atribuído no auto de penhora, salvo se outro valor for apurado pelo serviço de execução fiscal, podendo esse apuramento do valor ser precedido de parecer solicitado tanto pelo serviço de execução fiscal como pelo executado a um perito com conhecimentos técnicos especializados.

1269. O n.º 2 deste artigo prevê que o valor a anunciar para a venda seja, em regra, igual a 70% do valor base dos bens determinado nos termos do n.º 1 deste artigo. Em casos devidamente fundamentados, o chefe do serviço de execução fiscal pode fixar outra percentagem para determinação do valor a anunciar para a venda.

1270. O n.º 3 deste artigo prevê que não cabe recurso da decisão do chefe do serviço de execução fiscal sobre o valor a anunciar para venda referida no n.º 2 deste artigo.

Artigo 282.º - Determinação do dia e da hora da venda

1271. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1272. Este artigo prevê que o dia e a hora da venda sejam determinados com a antecipação necessária para se dar à venda a maior publicidade possível. A venda deve ocorrer apenas após terem decorrido, pelo menos, 30 dias sobre a data da publicação do edital referido no n.º 1 do artigo 285.º do Código Fiscal.

Artigo 283.º - Notificação

1273. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

1274. O n.º 1 deste artigo prevê que o executado e os credores com garantia real



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

relativamente aos bens penhorados que tenham reclamado créditos são notificados do dia, hora e local fixado para a venda, bem como do valor dos bens a vender.

- 1275.** O n.º 2 deste artigo prevê que os titulares do direito de preferência na alienação dos bens a vender e os titulares do direito de remição são também notificados, a fim de poderem exercer o seu direito no próprio acto, se alguma proposta for aceite para a venda dos bens penhorados.

Artigo 284.º - Remição

- 1276.** Este artigo corresponde ao artigo 274.º da versão inicial do Código Fiscal.

- 1277.** Este artigo prevê que o direito de remição é reconhecido nos termos previstos nos artigos 806.º a 809.º do Código de Processo Civil, com as necessárias adaptações.

Artigo 285.º - Publicidade da venda

- 1278.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foram eliminados os n.ºs 3, 4 e 5 deste artigo na versão inicial pela versão alternativa. Foi aditado um novo n.º 6 a este artigo pela versão alternativa. Procedeu-se à renumeração dos restantes números deste artigo em conformidade. O n.º 4 deste artigo na versão alternativa passou a conter alíneas. A epígrafe deste artigo foi alterada na versão alternativa da Proposta de Lei.

- 1279.** O n.º 1 deste artigo prevê que a venda seja publicitada mediante a publicação de edital na página electrónica da Direcção dos Serviços de Finanças ou noutra página electrónica que seja designada para o efeito pelo serviço de execução fiscal. Também se procede à publicação de anúncios em dois números seguidos de um jornal da RAEM de língua chinesa e de um jornal de língua portuguesa (cf., em lugar próximo, o previsto no artigo 184.º, n.º 5 do Código Fiscal).

- 1280.** O n.º 2 deste artigo prevê que, no caso de a venda de bens visar prédios urbanos, se deva afixar também um edital na porta de entrada de cada um dos prédios.

- 1281.** O n.º 3 deste artigo prevê que, nas execuções por dívidas até 50 mil patacas, o serviço de execução fiscal possa dispensar a publicação dos anúncios relativos à venda dos bens (cf. em lugar próximo o artigo 271.º, n.º 2 do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1282. O n.º 4 deste artigo prevê que o edital deva incluir: (1) a designação do órgão onde corre o processo; (2) o nome ou a designação do executado; (3) a identificação sumária dos bens a vender; (4) o local, o prazo e as horas em que os bens possam ser examinados; (5) o valor a anunciar para a venda; (6) a data e a hora, o início e o limite para a recepção das propostas e a data, a hora e o local da abertura das propostas, no caso de venda por meio de propostas em carta fechada; e (7) todos os elementos que possam influenciar o valor do bem a vender.

1283. O n.º 5 deste artigo prevê que, caso esteja pendente recurso ou oposição à execução, tal deve também ser mencionado no edital.

1284. O n.º 6 deste artigo prevê que os anúncios reproduzam o teor do edital e publicitam o local onde está afixado o edital para consulta pública.

Artigo 286.º - Dever de mostrar os bens

1285. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1286. O n.º 1 deste artigo prevê que, no prazo e horas indicados no edital, o depositário é obrigado a mostrar os bens a quem pretenda examiná-los. Este período de examinação dos bens deve decorrer durante pelo menos 15 dias.

1287. O n.º 2 deste artigo prevê que, antes de fixar as horas em que os bens possam ser examinados, o serviço de execução fiscal ouça o depositário, tendo em devida consideração a sua disponibilidade e preferência para o efeito.

Artigo 287.º - Local da entrega e abertura das propostas em carta fechada

1288. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada na versão alternativa da Proposta de Lei.

1289. Este artigo prevê que, aquando da venda por meio de propostas em carta fechada, a entrega das propostas e a abertura das mesmas ocorram em local a indicar pelo serviço de execução fiscal. Tal visa assegurar que o local de abertura das propostas tenha as condições necessárias para acolher os interessados.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 288.º - Abertura das propostas em carta fechada

- 1290.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo foi alterada na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1291.** O n.º 1 deste artigo prevê que as propostas em carta fechada sejam abertas no dia e hora designados (cf. artigo 280.º, n.º 2, alínea 1) do Código Fiscal), podendo assistir à abertura o executado, o exequente, os proponentes, os reclamantes de créditos com garantia real sobre os bens a vender citados (cf. artigo 273.º do Código Fiscal) e quem puder exercer o direito de preferência ou de remição (cf. artigo 284.º do Código Fiscal sobre o direito de remição para efeitos da execução fiscal).
- 1292.** O n.º 2 deste artigo prevê que, se o preço mais elevado, dentro do limite mínimo do valor anunciado para a venda (cf. n.º 2 do artigo 281.º do Código Fiscal), for oferecido por mais do que um proponente, ocorre imediatamente uma licitação entre os proponentes que ofereçam o mesmo preço mais elevado, excepto quando estes declarem pretender adquirir os bens em propriedade.
- 1293.** O n.º 3 deste artigo prevê que, estando presente só um dos proponentes do mesmo preço mais elevado, pode este proponente cobrir a proposta dos outros proponentes e, se nenhum dos proponentes do maior preço estiver presente ou nenhum quiser cobrir a proposta dos outros proponentes, procede-se a sorteio para determinar a proposta que deve prevalecer.
- 1294.** O n.º 4 deste artigo prevê que as propostas que sejam apresentadas só podem ser retiradas se a abertura for adiada por mais de 90 dias, contados do primeiro dia designado para a abertura das propostas em carta fechada.

Artigo 289.º - Depósito do preço

- 1295.** Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei. Este artigo absorve, em parte, o teor do artigo 271.º da versão inicial do Código Fiscal, que foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1296.** O n.º 1 deste artigo prevê que o proponente deposita à ordem do serviço de execução fiscal, a totalidade do preço ou parte do preço, nesse último caso desde que o depósito não seja inferior a um terço do seu valor.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1297. O n.º 2 deste artigo prevê que, não sendo o preço depositado na totalidade, o restante deve ser depositado no prazo máximo de 15 dias.
1298. O n.º 3 deste artigo prevê que, uma vez efectuado o depósito, o proponente deve juntar ao processo de execução fiscal um comprovativo de depósito.
1299. O n.º 4 deste artigo prevê que o proponente, ainda que demonstre a qualidade de credor, não deve ser dispensado da obrigação de depósito do preço.
1300. O n.º 5 deste artigo prevê que a RAEM, em regra geral, não está sujeita à obrigação de depósito do preço. Só haverá uma obrigação de depósito do preço pela RAEM se o depósito for necessário para pagamento de credores mais graduados do que a RAEM na sentença de graduação de créditos.

Artigo 290.º - Adjudicação dos bens

1301. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.
1302. O n.º 1 deste artigo prevê que os bens apenas são adjudicados e entregues ao proponente após se mostrar integralmente pago o preço e cumpridas as obrigações fiscais inerentes à transmissão dos bens (especialmente de Imposto do Selo).
1303. O n.º 2 deste artigo prevê que, uma vez proferido o despacho de adjudicação dos bens pelo chefe do serviço de execução fiscal, seja entregue ao adquirente um título de transmissão dos bens, no qual se identificam os bens adjudicados, se declara a data em que os bens lhe foram adjudicados e se certifica o pagamento do preço e o cumprimento das obrigações fiscais.
1304. O n.º 3 deste artigo prevê que o registo dos bens seja solicitado pelo adquirente dos bens adjudicados, mediante apresentação do despacho de adjudicação e do título de transmissão dos bens (cf. n.º 2 deste artigo).

Artigo 291.º - Auto da venda

1305. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1306. O n.º 1 deste artigo prevê que, das vendas de bens móveis efectuadas no mesmo dia e no mesmo processo, se deva lavrar somente um único auto, de onde deve constar a identificação de cada adquirente, e a identificação dos bens móveis e o preço pelo qual cada bem móvel ou lotes de bens móveis foram vendidos.

1307. O n.º 2 deste artigo prevê que, nas vendas de bens imóveis deva ser lavrado um auto por cada prédio, de onde conste a identificação do adquirente, bem como o número da matriz predial, o número da descrição na Conservatória do Registo Predial e o preço pelo qual o bem imóvel foi vendido.

Artigo 292.º - Entrega dos bens

1308. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1309. Este artigo prevê que o adquirente dos bens possa, com fundamento no despacho de adjudicação dos bens pelo chefe do serviço de execução fiscal (cf. artigo 290.º do Código Fiscal), requerer no tribunal competente, o prosseguimento da execução contra o detentor dos bens, nos termos prescritos para a execução para entrega de coisa certa (cf. artigos 821.º e seguintes do Código de Processo Civil).

Artigo 293.º - Inexistência de proponentes ou não aceitação das propostas em carta fechada

1310. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. As alíneas 1) a 4) deste artigo na versão inicial passaram a n.ºs 1 a 4 deste artigo na versão alternativa. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa.

1311. O n.º 1 deste artigo prevê que o Chefe do Executivo possa, mediante despacho de autorização, adquirir os bens para a RAEM quando, na venda por meio de propostas em carta fechada, se verificar a inexistência de proponentes ou a não aceitação de qualquer proposta apresentada por o valor de todas as propostas ser inferior ao valor dos bens anunciado para a venda. Para o efeito, deve observar-se o regime de aquisição previsto nos n.ºs 2 a 4 deste artigo.

1312. O n.º 2 deste artigo prevê que os bens podem, em regra, ser adquiridos até ao valor da dívida exequenda e dos encargos legais. Se o valor base dos bens



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(determinado nos termos do n.º 1 do artigo 281.º do Código Fiscal) for inferior ao valor total da dívida, os bens devem ser adquiridos por um preço que não exceda o valor anunciado para a venda (referido n.º 2 do artigo 281.º do Código Fiscal).

1313. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando se tratar de prédio ou outro bem que esteja onerado com encargos mais privilegiados do que as dívidas à RAEM, a aquisição dos bens para a RAEM possa ainda ser efectuada, quando o montante daqueles encargos mais privilegiados do que as dívidas à RAEM for inferior ao valor anunciado para a venda (cf. n.º 2 do artigo 281.º do Código Fiscal).

1314. O n.º 4 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal deva proceder ao pedido de registo e ao pedido de passagem de certidões, mediante o despacho de autorização do Chefe do Executivo e o título de transmissão (que se encontra referido no n.º 2 do artigo 290.º do Código Fiscal).

Artigo 294.º - Impedimentos

1315. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 1 a este artigo pela versão alternativa. O número único deste artigo na versão inicial passou a constar do n.º 2 deste artigo na versão alternativa.

1316. O n.º 1 deste artigo prevê, em geral, que os intervenientes no processo de execução fiscal a qualquer título, nomeadamente quem intervenha como perito ou qualquer outra qualidade na execução fiscal, ou os trabalhadores da administração fiscal, não possam ser proponentes (tanto por si, como por interposta pessoa).

1317. O n.º 2 deste artigo prevê, em especial, que também os magistrados e os trabalhadores que exerçam funções no serviço de execução fiscal não podem ser proponentes (tanto por si, como por interposta pessoa) na execução fiscal.

Artigo 295.º - Invalidade da venda

1318. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 1 e 2 deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa. O n.º 3 deste artigo na versão inicial passou a número único deste artigo na versão alternativa. A epígrafe deste artigo foi alterada pela versão alternativa da Proposta de Lei.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1319. Este artigo prevê que se aplique à invalidade da venda, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 802.º a 805.º do Código de Processo Civil, com as especificidades previstas no artigo 296.º do Código Fiscal.

Artigo 296.º - Tramitação da anulação da venda

1320. O n.º 1 deste artigo corresponde, com alterações, ao n.º 1 do artigo 275.º da versão inicial, que foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 2 e 3 deste artigo correspondem aos n.ºs 4 e 5 do artigo 275.º da versão inicial.

1321. O n.º 1 deste artigo prevê que, para efeitos da anulação da venda, a petição seja entregue no serviço de execução fiscal para ser remetida, juntamente com o processo de execução fiscal, à apreciação do tribunal competente, por qualquer meio legalmente admitido. O Tribunal Administrativo será actualmente competente para a conhecer da anulação da venda no processo executivo fiscal (cf. alínea 7) do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária)).

1322. O n.º 2 deste artigo prevê que, antes da apreciação do pedido de anulação da venda, o tribunal deva citar o serviço de execução fiscal, para que este possa responder no prazo de 30 dias – para assegurar o contraditório.

1323. O n.º 3 deste artigo prevê que à tramitação processual da anulação da venda seja aplicável, em tudo o que não estiver previsto neste artigo, as disposições relativas à oposição à execução (cf. artigo 230.º do Código Fiscal)

Artigo 297.º - Restituição do remanescente apurado nas execuções fiscais

1324. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.

1325. Este artigo prevê que a restituição ao executado (ou seus sucessores) do remanescente do produto de quaisquer bens vendidos ou liquidados em processo de execução fiscal ou de importâncias nele penhoradas deve ser efectuada pelo serviço de execução fiscal no prazo de 60 dias. Este prazo conta-se a partir do momento em que se comprove a inexistência de outras dívidas pelo serviço de execução fiscal.

1326. Este artigo deve aplicar-se, com as necessárias adaptações, também para efeitos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

da aquisição dos bens penhorados pela RAEM, que agora passa a ser possível nos termos do artigo 293.º do Código Fiscal. Havendo um remanescente do produto desta venda, o mesmo deve ser restituído ao executado (ou seus sucessores).

CAPÍTULO VI - Declaração em falhas

Artigo 298.º - Declaração em falhas

- 1327.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.
- 1328.** Este artigo prevê que o serviço de execução fiscal declara em falhas a dívida exequenda e os encargos legais quando se verifique: (1) a falta de bens penhoráveis do executado e dos demais responsáveis ou (2) o devedor do crédito do executado encontrar-se ausente em parte incerta, quando o executado e os demais responsáveis não possuem bens penhoráveis. O serviço de execução fiscal deve procurar averiguar oficiosamente a existência de eventuais bens penhoráveis.

Artigo 299.º - Prosseguimento da execução fiscal da dívida declarada em falhas

- 1329.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.
- 1330.** O n.º 1 deste artigo prevê que a execução fiscal por dívida declarada em falhas deva prosseguir novamente, sem necessidade de nova citação e a todo o tempo, salvo prescrição da dívida, logo que haja conhecimento pelo serviço de execução fiscal de que o executado ou os demais responsáveis possuem bens penhoráveis.
- 1331.** O n.º 2 deste artigo prevê que o serviço de execução fiscal faz prosseguir a execução fiscal, oficiosamente ou a requerimento do exequente, nos casos previstos no n.º 1 deste artigo.

CAPÍTULO VII - Extinção da execução fiscal

SECÇÃO I - Extinção por pagamento coercivo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Artigo 300.º - Levantamento da quantia necessária para o pagamento da dívida

- 1332.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa. O n.º 1 deste artigo na versão inicial passou a número único deste artigo na versão alternativa.
- 1333.** Este artigo prevê que, quando a penhora for de dinheiro ou de títulos convertíveis em dinheiro, nos termos dos artigos 255.º e 263.º do Código Fiscal, o serviço de execução fiscal solicita à respectiva instituição financeira que deposite a quantia à ordem do serviço de execução fiscal.

Artigo 301.º - Suficiência da importância arrecadada para pagamento total da dívida

- 1334.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 2 e 3 deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa. O n.º 1 deste artigo na versão inicial passou a número único deste artigo na versão alternativa. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.
- 1335.** Este artigo prevê que, quando em virtude da penhora ou da venda, as importâncias arrecadadas forem suficientes para solver a dívida exequenda e os encargos legais, a execução fiscal seja declarada extinta depois de feitos os respectivos pagamentos.

Artigo 302.º - Pagamentos parciais

- 1336.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Foi aditado um novo n.º 2 a este artigo pela versão alternativa. O n.º 4 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa da Proposta de Lei. Procedeu-se à renumeração dos números deste artigo em conformidade.
- 1337.** O n.º 1 deste artigo prevê que quando, em virtude da penhora ou da venda, as importâncias arrecadadas forem insuficientes para solver integralmente a dívida exequenda e os encargos legais, estas importâncias arrecadadas sejam aplicadas, em primeiro lugar, no pagamento da dívida exequenda, depois no pagamento dos juros de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

mora e, tratando-se de impostos, no pagamento dos 3% de dívidas, e por fim no pagamento dos outros encargos legais que possam existir.

1338. O n.º 2 deste artigo prevê que, quando houver custas referentes ao processo de verificação e graduação de créditos ainda a pagar, se deva pagar primeiro as custas judiciais, depois a dívida exequenda e finalmente os encargos legais.

1339. O n.º 3 deste artigo prevê que, se a totalidade da dívida abranger vários processos de execução fiscal e a quantia arrecadada apenas for suficiente para pagar integralmente uma das dívidas, seja paga essa mesma dívida em primeiro lugar.

1340. O n.º 4 deste artigo prevê que, se a quantia não chegar para pagar uma dívida integralmente ou se paga uma dívida por inteiro, sobrar qualquer importância, se proceda com o valor remanescente ao pagamento por conta da dívida que for mais antiga. Caso as dívidas sejam da mesma data deve ser paga parcialmente a dívida que for de menor valor e, em igualdade de circunstâncias, se proceda ao pagamento parcial de qualquer das dívidas.

1341. O n.º 5 deste artigo prevê que os juros de mora sejam contados, relativamente à parte da dívida que for paga, até ao mês em que se tiver concluído a venda dos bens ou, se a penhora for de dinheiro ou de títulos convertíveis em dinheiro, até à data do despacho de penhora.

Artigo 303.º - Guia para pagamento coercivo

1342. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei.

1343. Este artigo prevê que o pagamento coercivo seja efectuado por via guia de pagamento ou outro meio equivalente que seja legalmente admitido.

SECÇÃO II - Extinção por pagamento voluntário

Artigo 304.º - Pagamento voluntário em processo de execução fiscal

1344. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. Os n.ºs 2



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

e 3 deste artigo na versão inicial foram eliminados pela versão alternativa. Os novos n.ºs 2, 3 e 4 deste artigo foram aditados pela versão alternativa da Proposta de Lei. O novo n.º 2 deste artigo absorve, através de uma norma remissiva, o regime do artigo 286.º da versão inicial do Código Fiscal, que é eliminado pela versão alternativa. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.

1345. O n.º 1 deste artigo prevê que a execução fiscal se extingue se o executado ou um terceiro pagar a dívida exequenda e os encargos legais.

1346. O n.º 2 deste artigo prevê que, para o caso de o pagamento ser feito por um terceiro, se possa aplicar o regime da sub-rogação que se encontra previsto no n.º 2 do artigo 43.º e nos artigos 127.º e 128.º do Código Fiscal.

1347. O n.º 3 deste artigo prevê que, após o pagamento da dívida exequenda e dos encargos legais, o interessado receba um comprovativo de pagamento.

1348. O n.º 4 deste artigo prevê que o pagamento que seja requerido depois da venda não susta o concurso de credores, e só pode ter lugar, na parte da dívida exequenda que não seja paga, após se ter aplicados no pagamento dos créditos graduados, conforme os casos, o produto da venda dos bens penhorados, o dinheiro penhorado e o dinheiro obtido por via dos títulos convertíveis penhorados.

Artigo 305.º - Pagamento por conta da execução fiscal

1349. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 3 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa. Os novos n.ºs 2 e 3 deste artigo foram aditados pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1350. O n.º 1 deste artigo prevê que, sem prejuízo do andamento do processo, pode ser feito qualquer pagamento por conta da dívida exequenda e dos encargos legais, desde que o pagamento não seja inferior a mil patacas. Em caso de pagamento parcial por conta da execução fiscal aplica-se o previsto no artigo 302.º do Código Fiscal.

1351. O n.º 2 deste artigo prevê que não será possível proceder ao pagamento por conta da execução fiscal, quando o valor da dívida exequenda for inferior a mil patacas (montante do valor mínimo de pagamento previsto no n.º 1 deste artigo).

1352. O n.º 3 deste artigo prevê que o montante entregue para pagamento por conta



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

da dívida exequenda e dos encargos legais seja depositado em instituição financeira da RAEM à ordem do serviço de execução fiscal.

Artigo 306.º - Pagamento requerido no acto da venda

1353. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 5 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.

1354. O n.º 1 deste artigo prevê que, se o pagamento for requerido no acto da venda, o chefe do serviço de execução fiscal suspende a venda em curso, devendo o requerente depositar, de imediato, a importância considerada necessária para solver a dívida exequenda e os encargos legais, sob pena de prosseguir a venda.

1355. O n.º 2 deste artigo prevê que feito o depósito da importância considerada necessária para solver a dívida exequenda e os encargos legais, o serviço de execução fiscal verifica a conta do processo de execução fiscal no prazo de 1 dia útil.

1356. O n.º 3 deste artigo prevê que, quando a importância depositada no acto da venda for inferior ao montante apurado na conta do processo de execução fiscal, o serviço de execução fiscal notifica o requerente para, no prazo de 20 dias úteis, depositar a diferença, sob pena de prosseguir a execução fiscal.

1357. O n.º 4 deste artigo prevê que, havendo sobras após o pagamento da dívida exequenda e os encargos legais, o requerente seja notificado para, no prazo de 20 dias, receber a importância remanescente após o pagamento, sob pena de, não o fazendo, o valor remanescente constituir receita da RAEM.

SECÇÃO III - Extinção por anulação da dívida

Artigo 307.º - Extinção da execução fiscal por anulação da dívida

1358. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa. O n.º 1 deste artigo na versão inicial passou a número único da versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1359. Este artigo prevê que o serviço de execução fiscal deva, por sua iniciativa e oficiosamente, declarar extinta a execução fiscal quando se verifique a anulação da dívida exequenda. O executado poderá também solicitar a extinção da execução fiscal junto do serviço de execução fiscal em caso de anulação da dívida exequenda.

SECÇÃO IV - Levantamento da penhora e cancelamento do registo

1360. Esta Secção IV do Capítulo VII do Título VI do Código Fiscal é nova, tendo sido introduzida pela versão alternativa do Código Fiscal. A secção seguinte foi renumerada em conformidade.

Artigo 308.º - Tramitação do levantamento da penhora e cancelamento do registo

1361. Este artigo corresponde, com alterações, ao previsto nos artigos 284.º e 290.º da versão inicial do Código Fiscal.
1362. O n.º 1 deste artigo prevê que quando se verificar uma das causas de extinção do processo de execução fiscal, o chefe do serviço de execução fiscal deva, no prazo de 15 dias, proferir um despacho comprovativo da extinção ou inexistência da dívida exequenda e ordenar oficiosamente o levantamento de eventual penhora.
1363. O n.º 2 deste artigo prevê que, com o despacho referido no n.º 1 deste artigo, o serviço de execução fiscal deva ainda solicitar junto dos serviços dos registos e do notariado, o cancelamento do registo da penhora, quando a penhora tiver sido registada, bem como o cancelamento dos registos dos direitos reais que caducam, nos termos do n.º 2 do artigo 814.º do Código Civil.
1364. O n.º 3 deste artigo prevê que o executado e o adquirente possam solicitar ao serviço de execução fiscal ou aos serviços dos registos e do notariado o cancelamento dos registos referidos no n.º 2 deste artigo.
1365. O n.º 4 deste artigo prevê que, no prazo de 15 dias, os serviços dos registos e do notariado devam cancelar os registos e remeter certidão ao serviço de execução fiscal,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a fim de ser junta ao processo de execução fiscal.

1366. O n.º 5 deste artigo prevê que, em caso de venda de bens penhorados no processo de execução fiscal, o cancelamento referido no n.º 2 deste artigo só possa ser feito depois de efectuado o registo da venda, nos serviços dos registos e do notariado.

1367. O n.º 6 deste artigo prevê que o cancelamento dos registos solicitado nos termos deste artigo esteja isento de emolumentos.

SECÇÃO V - Extinção, registo e arquivo da execução fiscal

Artigo 309.º - Extinção, registo e arquivo

1368. Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. O n.º 2 deste artigo na versão inicial foi eliminado pela versão alternativa. Foram aditados os novos n.ºs 2 e 3 a este artigo pela versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo em língua chinesa sofreu alterações na versão alternativa.

1369. O n.º 1 deste artigo prevê que a execução fiscal seja declarada extinta pelo chefe do serviço de execução fiscal, sendo feito o registo da extinção da execução fiscal no sistema informático do serviço de execução fiscal e procedendo-se ao arquivamento do processo de execução fiscal extinto.

1370. O n.º 2 deste artigo prevê que na declaração de extinção da execução fiscal deva constar que foram cumpridas todas as formalidades legais, designadamente as formalidades da conta e as formalidades dos pagamentos.

1371. O n.º 3 deste artigo prevê que a declaração de extinção da execução fiscal não seja alvo de notificação.

CAPÍTULO VIII - Recurso dos actos praticados no processo de execução fiscal



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- 1372.** A epígrafe do Capítulo VIII do Título VI do Código Fiscal foi alterada pela versão alternativa do Código Fiscal para se passar a referir a todos os actos praticados no processo de execução fiscal e não apenas aos actos do serviço de execução fiscal.

Artigo 310.º - Recurso dos actos administrativos

- 1373.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações na versão alternativa.

- 1374.** O n.º 1 deste artigo prevê, como garantia de defesa dos particulares, que os actos administrativos que, no processo de execução fiscal, afectem os interesses legítimos do executado ou de terceiro sejam susceptíveis de recurso contencioso. Este recurso contencioso segue o regime previsto no artigo 311.º do Código Fiscal.

- 1375.** Estão aqui incluídos os actos administrativos praticados no âmbito da execução fiscal pelo serviço de execução fiscal, pelo chefe do serviço de execução fiscal (cf. artigos 241.º, 247.º e 290.º do Código Fiscal), pela comissão de avaliação de imóveis da Direcção dos Serviços de Finanças (cf. artigo 227.º do Código Fiscal), pelo Chefe do Executivo (cf. artigos 226.º, 227.º e 293.º do Código Fiscal) ou por outras entidades que pratiquem actos no processo executivo fiscal que possam ser lesivos.

Artigo 311.º - Prazo e tramitação do recurso

- 1376.** Este artigo sofreu alterações na versão alternativa da Proposta de Lei. A epígrafe deste artigo sofreu alterações na versão alternativa.

- 1377.** O n.º 1 deste artigo prevê que o recurso contencioso referido no artigo 310.º do Código Fiscal seja interposto no prazo de 30 dias a contar da notificação do acto. O recurso deve indicar expressamente os fundamentos e incluir conclusões.

- 1378.** O n.º 2 deste artigo prevê que o recurso contencioso possa, em alternativa, ser apresentado no serviço de execução fiscal (nesse caso será depois remetido ao tribunal competente pelo serviço de execução fiscal) ou interposto directamente no próprio tribunal. Este recurso contencioso segue o regime previsto no Código de Processo Administrativo Contencioso (cf. artigo 20.º e seguintes do Código de Processo Administrativo Contencioso), com as necessárias adaptações e com as especificidades constantes deste mesmo artigo.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1379. O recurso contencioso dos actos administrativos praticados nos processos de execução fiscal será normalmente interposto no Tribunal Administrativo (cf. alínea 6) do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária)). O recurso contencioso dos actos praticados pelo Chefe do Executivo, no âmbito do processo executivo fiscal, será da competência do Tribunal de Segunda Instância (cf. alínea 8) do artigo 36.º da Lei n.º 9/1999 (Lei de Bases da Organização Judiciária)).

1380. O n.º 3 deste artigo prevê que seja citada a entidade recorrida para contestar no prazo de 30 dias (e não no prazo geral de 20 dias - cf. artigo 52.º do Código de Processo Administrativo Contencioso).

1381. O n.º 4 deste artigo prevê que o recurso siga as regras aplicáveis aos processos urgentes (previstas no artigo 6.º do Código do Processo Administrativo Contencioso), quando o recurso se fundamentar numa das seguintes ilegalidades: (1) inadmissibilidade da penhora dos bens concretamente apreendidos ou da extensão com que foi realizada a penhora dos bens; (2) imediata penhora dos bens que só subsidiariamente respondem pela dívida exequenda; (3) incidência da penhora sobre bens que, não respondendo pela dívida exequenda, nos termos do direito substantivo aplicável, não deviam ter sido abrangidos pela penhora de bens; e (4) determinação da prestação de garantia indevida ou superior à devida no processo executivo fiscal.

Artigo 312.º - Recurso dos actos jurisdicionais

1382. Este artigo é novo, tendo sido introduzido pela versão alternativa da Proposta de Lei.

1383. Este artigo prevê que, aos actos jurisdicionais praticados no âmbito do processo de execução fiscal por dívidas que não sejam de impostos, se aplique o disposto nos Capítulos I (Disposições gerais) e IV (Recurso dos actos jurisdicionais) do Título V (Processo judicial fiscal) do Código Fiscal, com as necessárias adaptações.

1384. O Capítulo I (Disposições gerais) do Título V (Processo judicial fiscal) do Código Fiscal é composto pelo artigo 155.º (que regula o âmbito do processo judicial fiscal), pelo artigo 156.º (que regula a personalidade e capacidade judiciária fiscal), pelo artigo 157.º (que regula a legitimidade no processo judicial fiscal) e pelo artigo 158.º (que regula o regime do patrocínio no processo judicial fiscal) do Código Fiscal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- 1385.** O Capítulo IV (Recurso dos actos jurisdicionais) do Título V (Processo judicial fiscal) do Código Fiscal é composto apenas pelo artigo 173.º do Código Fiscal, que remete para o regime do Código do Processo Administrativo Contencioso relativo aos recursos jurisdicionais, não prevendo um regime especial para o efeito.
- 1386.** Esta norma remissiva visa a execução fiscal para dívidas que não sejam impostos, inclusive por dívidas decorrentes de outros tributos, como as taxas administrativas, as multas, os reembolsos ou reposições de quantias à RAEM, ou outras dívidas de natureza pública a entidades públicas (cf. artigo 174.º do Código Fiscal).
- 1387.** Para as dívidas fiscais a serem cobradas na execução fiscal já se aplicaria directamente o Título V (Processo judicial fiscal) do Código Fiscal, dado que a delimitação do âmbito do processo judicial fiscal inclui as decisões tomadas pelo tribunal competente sobre a oposição à execução, os embargos de terceiro, a verificação e graduação de créditos, a anulação da venda e os incidentes da instância previstos nas leis de processo (cf. alínea 5) do artigo 155.º do Código Fiscal), as providências cautelares de natureza judicial tomadas no âmbito do processo executivo fiscal (cf. alínea 3) do artigo 155.º do Código Fiscal) e o recurso dos actos jurisdicionais tomados na execução fiscal (cf. alínea 6) do artigo 155.º do Código Fiscal).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

V – Conclusão

1388. Em conclusão, apreciada e analisada a Proposta de Lei, a Comissão:

- a) É de parecer que a versão alternativa da Proposta de Lei reúne os requisitos necessários para apreciação e votação, na especialidade, pelo Plenário;
- b) Sugere que, na reunião plenária destinada à votação na especialidade da presente Proposta de Lei, o Governo se faça representar, a fim de poderem ser prestados os esclarecimentos necessários.

Macau, 10 de Dezembro de 2024.

A Comissão,

Vong Hin Fai

(Presidente)

Leong Sun lok

(Secretário)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

10

Si Ka Lon

11
12

José Maria Pereira Coutinho

Leong On Kei

13

14

Zheng Anting

15
16

Lei Chan U



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa



Wang Sai Man



Chan Hou Seng



Kou Kam Fai



Lam U Tou

W

辛

✓

辛
東

子



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ANEXO

**Mapa das opiniões recolhidas sobre a Proposta
de Lei intitulada “Aprovação do Código Fiscal”**

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large 'W' at the top, followed by several other marks and a cluster of signatures at the bottom right.

Proposta de Lei intitulada “Aprovação do Código Tributário”

SÍNTESE DAS OPINIÕES RECOLHIDAS 01 de Abril de 2022

A 3.ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa iniciou, em 13 de Janeiro de 2022, o processo de recolha de opiniões que durou dois meses, tendo recebido um total de 8 textos, dos quais 1 foi apresentado pelo Conselho dos Magistrados Judiciais¹, 1 foi apresentada pelo Gabinete do Procurador do Ministério Público, 1 foi apresentado pela Associação de Advogados de Macau, 3 foram apresentados por associações do sector da contabilidade e 2 por particulares. Um total de 80 opiniões e sugestões foram apresentadas nesta recolha de opiniões.

Apresenta-se de seguida o resumo das opiniões e sugestões recolhidas:

1.OPINIÕES E SUGESTÕES SOBRE A LEI PREAMBULAR DA PROPOSTA DE LEI		
ARTIGOS	OPINIÕES E SUGESTÕES APRESENTADAS POR:	RESUMO DAS OPINIÕES E SUGESTÕES
Artigo 18.º Alteração de referências	PARTICULAR	Discordando da solução consagrada no artigo 18.º da lei preambular, sugere-se que se opte pela alteração directa das referências, no sentido de facilitar a leitura e clarificar o conteúdo de cada actualização da legislação fiscal.
Artigo 22.º Entrada em vigor	ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU	A entrada em vigor do artigo 22.º da lei preambular da proposta de lei deveria ser mais completa, sendo uma norma que pode suscitar dúvidas na aplicação da lei nova.

¹ Este conselho não apresentou nenhuma sugestão ou opinião concreta.

Ap. 2022/01/01
1



2. OPINIÕES E SUGESTÕES SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO A SER APROVADO PELA PROPOSTA DE LEI

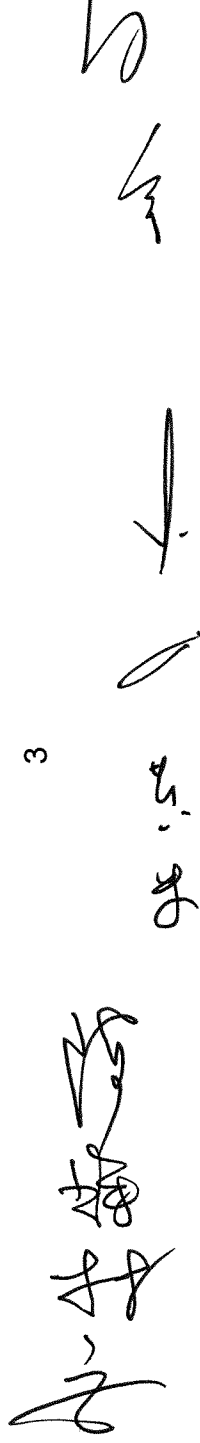
ARTIGOS	OPINIÕES E SUGESTÕES APRESENTADAS POR:	RESUMO DAS OPINIÕES E SUGESTÕES
Título I - Ordem tributária (artigos 1.º a 14.º)		
Artigo 3.º Estabelecimento estável	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	<p>Sugere-se tomar como referência na definição de estabelecimento estável adoptada pela proposta de lei a nova versão utilizada no Modelo de Convenção Fiscal sobre o Rendimento e o Património da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE); por exemplo, a definição constante da proposta de lei é mais abrangente do que a da Convenção Modelo, quando inclui: “as instalações criadas por entidades que organizem exposições, convenções, conferências e feiras comerciais ou industriais”; por outro lado, surge também a expressão “場所” (“estabelecimento”), em vez de “設施” (“instalação”), dando origem a uma situação de inconsistência na definição.</p> <p>Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Código Tributário, considera-se que existe um estabelecimento estável se o período de duração do local e do seu funcionamento exceder seis meses, mas segundo o disposto nos artigos 8.º e 9.º do Regulamento da Contribuição Industrial, apenas as entidades criadas fora de Macau que prestem os serviços indicados nesses artigos do Regulamento da Contribuição Industrial é que devem efectuar a inscrição na contribuição industrial, bem como declarar os rendimentos que obtêm em Macau, pelo que difere na ausência do requisito de um período de actividade superior a seis meses.</p> <p>Sugere-se, assim, que se considere o aditamento da norma sobre as formalidades fiscais para os estabelecimentos estáveis, e se pudere o impacto que a aplicação prática</p>

李海林

11
 12
 13
 14

		dessa norma da proposta de lei terá sobre os artigos 8.º e 9.º do Regulamento da Contribuição Industrial.
	ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS CHINESES DE MACAU ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS FEMININAS DE MACAU ²	A alínea 2) do n.º 3 do artigo 5.º do Protocolo relativo ao «Acordo entre a China Continental e a Região Administrativa Especial de Macau para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento» prevê a prestação de serviços na definição de “estabelecimento estável”, sendo essa uma condição (prestação de serviços) que não consta da norma da proposta de lei em análise; Além disso, o disposto no n.º 7 deste artigo sobre o agente independente também é diferente da disposição acima referida. Propõe-se que a articulação entre a definição de “estabelecimento estável” e o conteúdo de convenções inter-regionais ou internacionais para evitar a dupla tributação com outros países ou regiões, por forma a evitar conflitos de leis.
Artigo 4.º Direito aplicável	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	No artigo 4.º do Código Tributário não se faz referência expressa à situação de aplicação do Código Comercial, sugere-se a introdução de uma referência em conformidade.
Artigo 5.º Espécies de tributos	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Propõe-se a distinção entre as definições de “tributos” e “parafiscais”.
Artigo 11.º Insusceptibilidade de integração analógica	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE	Entende que, em caso de existência de lacunas nas leis fiscais, elas devem ser preenchidas por novas leis e não por analogia com situações semelhantes.

²A Associação de Contabilistas Chineses de Macau e a Associação de Contabilistas Femininas de Macau apresentaram, respectivamente, em nome de cada uma das duas associações, opiniões e sugestões, cujo conteúdo é praticamente idêntico, pelo que não se faz referência às mesmas em separado. No entanto, as opiniões e sugestões de cada uma das associações são consideradas individualmente para efeito da contabilização das opiniões e sugestões recebidas.



	CONTABILIDADE DE MACAU	
<p align="center">Artigo 13. ° Aplicação no espaço</p>	<p align="center">UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU</p>	<p>Sugere-se que se tome como referência a prática das regiões vizinhas onde se aplica também o princípio da territorialidade (princípio da limitação territorial da tributação) para a cobrança de impostos, e que se proceda à classificação dos rendimentos abrangidos pelo princípio da territorialidade, para efeitos de emissão de instruções e de exemplos concretos.</p> <p>No âmbito do Imposto Complementar de Rendimentos, o Governo afirmou que existem critérios diferentes para a cobrança de impostos sobre os lucros gerados no exterior pelas empresas e sobre os rendimentos gerados por activos patrimoniais localizados no exterior (por exemplo, rendimentos de natureza financeira na forma de dividendos e juros). No entanto, tendo em conta que as retribuições têm a mesma natureza e resultam de investimentos feitos fora da RAEM pelos contribuintes de Macau, mas sujeitos a diferente tributação, propõe-se uma análise mais detalhada, a nível técnico, sobre a adequabilidade das respectivas disposições.</p> <p>No âmbito do Imposto Complementar de Rendimentos, propõe-se a clarificação sobre qual o método a adoptar no futuro para retirar da matéria colectável os lucros gerados no exterior:</p> <p>1) Que, com base nas alterações introduzidas ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos pela lei preambular que aprova o Código Tributário, os lucros gerados no exterior da RAEM não sejam directamente incluídos na matéria colectável, ou</p> <p>2) Se atribua uma isenção de tributação dos lucros gerados no exterior, por via de uma norma adicional de isenção fiscal para estes rendimentos.</p> <p>Considera-se que o método do ponto 2 é mais viável, mas é necessário estabelecer as condições e os pormenores para cada isenção.</p>














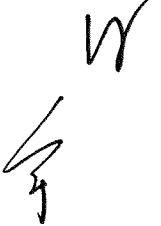

		<p>Tendo em conta o facto de Hong Kong não cobrar impostos sobre os rendimentos provenientes do exterior (como juros e prémios) é possível que ocorra uma situação de “dupla não tributação” e, por conseguinte, a RAEM possa ser incluída na lista de observação em matéria de cooperação fiscal da União Europeia; o Governo deve ter este aspecto em consideração, e prestar atenção quanto à possibilidade de a aplicação do princípio da territorialidade (princípio da limitação territorial da tributação) constituir, ou não, potencialmente uma situação de “dupla não tributação”.</p>
ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS CHINESES DE MACAU	<p>A redacção do artigo não indica claramente que em Macau se aplica o princípio da territorialidade (princípio da limitação territorial da tributação).</p>	
ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS FEMININAS DE MACAU	<p>Como se interpreta a expressão “factos tributários ocorridos na RAEM” no articulado do Código Tributário, nomeadamente para efeitos da sua articulação com a jurisprudência dos tribunais de Macau relativamente aos “rendimentos auferidos no Território” previstos no artigo 2.º do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos.</p> <p>Considerando que a inexistência de regulamentação sobre a proveniência dos lucros no Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos e no Regulamento do Imposto Profissional, e que, por isso, o futuro Código Tributário prevê a aplicação do princípio de territorialidade, assim, tendo em conta a jurisprudência do Tribunal sobre essa matéria, pode suscitar-se dúvidas sobre a aplicação prática do princípio de territorialidade.</p>	
	<p>Propõe-se a clarificação do princípio de tributação dos rendimentos auferidos fora de Macau.</p>	
	<p>Propõe-se a elaboração de instruções para a implementação da lei, tendo como referência Hong Kong, explicando a prática da Administração Tributária em determinadas situações e fornecendo orientações aos contribuintes e aos contabilistas de como devem agir.</p>	







		Sugere-se a adopção de orientações com vista à definição dos princípios de tributação, ou não, dos lucros obtidos no exterior em Macau, a fim de responder rapidamente aos mais recentes desenvolvimentos internacionais de fiscalização tributária.
Título II - Relação jurídica tributária (artigos 15.º a 53.º)		
Artigo 17.º Gestão de negócios	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Em relação ao n.º 2 do artigo 17.º do Código Tributário, se a gestão de negócios não for ratificada, quais são os direitos e deveres dos sujeitos passivos na relação jurídica tributária?
		Em relação ao n.º 3 do artigo 17.º do Código Tributário, qual é a duração do termo do prazo legal?
		Será que os contabilistas, ao prestar o seu serviço, vão tornar-se gestores de negócios?
		No Código Tributário deve-se regular de forma mais detalhada a gestão de negócios, por exemplo, as formas, os direitos e os deveres do gestor de negócios.
		Nota-se a ausência de uma definição clara no artigo 21.º do Código Tributário quanto à expressão "com residência habitual na RAEM".
Artigo 21.º	UNIÃO DAS	Propõe-se uma definição clara quanto ao estatuto de representante legal, especificando também os direitos, deveres, responsabilidades e consequências em caso de violação das normas aplicáveis.
		Que tipo de serviços que os contabilistas prestam, ou em que circunstâncias é que estes serão considerados como representantes fiscais, ou gestor de bens ou direitos dos seus clientes? Por exemplo: se o contribuinte tiver o seu endereço fiscal registado como sendo o endereço do local de exercício da profissão do contabilista, presume-se que o proprietário do estabelecimento ou o contabilista que ocupa o estabelecimento é o seu

Representante fiscal	ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	mandatário judicial?
<p>Tendo em conta o disposto no n.º 3 do artigo 31.º do Código Tributário sobre a presunção do representante fiscal como sendo o gestor de bens ou direitos com a consequente responsabilidade solidária, propõe-se que se incluam no Código Tributário regulação mais detalhada sobre a forma de exercício do cargo de representante fiscal, e que disponha também sobre a criação de um serviço competente responsável pelos procedimentos, atribuições e registo (ex: Direcção dos Serviços de Finanças), e as condições de desistência ou de destituição destas funções.</p> <p>Deve haver um impresso próprio para que o representante fiscal designado pelo sujeito passivo possa dispor de um instrumento de comunicação para declaração expressa das responsabilidades a serem assumidas, e proceder ao registo, alteração ou desistência, segundo um mecanismo de comunicação estabelecido.</p> <p>Por outro lado, propõe-se que, na ausência de vínculo com o contribuinte, seja permitido ao mandatário judicial pedir a demissão destas funções.</p>		


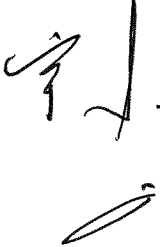











	<p>ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS CHINESES DE MACAU</p> <p>ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS FEMININAS DE MACAU</p>	<p>Quando os clientes dos contabilistas se encontram no exterior, os contabilistas tornam-se os seus “representantes fiscais”; no entanto, na prática podem perder o contacto de alguns clientes que ainda não tenham cumprido as suas obrigações fiscais, o que impede esses contabilistas de assumirem a sua representação fiscal, e de cumprirem as respectivas obrigações fiscais. Nos termos do Código Tributário, os contabilistas (representantes fiscais) devem assumir as responsabilidades fiscais dos clientes (sujeitos passivos).</p> <p>Propõe-se que, quando a omissão do próprio sujeito passivo impeça o representante legal de cumprir as suas obrigações fiscais, este deve poder, sem assumir qualquer responsabilidade, renunciar unilateralmente à respectiva representação fiscal.</p>
<p>Artigo 28.º Responsabilidade no caso de substituição tributária sem retenção na fonte</p>	<p>UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU</p>	<p>No caso previsto no n.º 1 deste artigo, se se tratar de Imposto Profissional e se, em substituição do trabalhador, o empregador retiver na fonte o imposto ao abrigo das taxas aplicáveis e já o entregou ao Governo, mas o trabalhador tem outros rendimentos colectáveis do Imposto Profissional no ano em causa cujo pagamento se verificou necessário depois de efectuada a avaliação, a responsabilidade será do próprio trabalhador?</p> <p>Olhando apenas para o artigo 28.º, não se vê qualquer disposição sobre a parte que é responsável nessa situação. Propõe-se que seja estipulada expressamente no articulado o âmbito da respectiva responsabilidade.</p>
<p>Artigo 29.º Responsabilidade dos membros dos corpos sociais e responsáveis</p>	<p>UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU</p>	<p>A definição de responsável subsidiário constante do n.º 1 do artigo 29.º do Código Tributário é demasiado ampla, sugerindo-se a delimitação ou clarificação da definição para cada cargo, nomeadamente quanto o exercício de funções “mesmo que seja de facto”.</p> <p>Em relação aos contabilistas habilitados a exercer a profissão ou aos contabilistas que</p>

8



técnicos		<p>possam prestar serviços de contabilidade e fiscalidade, nos termos legais e contratuais, não está prevista a sua responsabilidade de fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais por parte dos clientes, sendo essa uma função excluída do âmbito das suas competências.</p> <p>Propõe-se a eliminação, nesse artigo, da responsabilidade atribuída aos contabilistas habilitados a exercer a profissão ou aos contabilistas que possam prestar serviços de contabilidade e fiscalidade.</p> <p>Na prática, os contabilistas não têm competência para fiscalizar os clientes, exigindo-lhes o cumprimento das suas obrigações fiscais, e apenas podem lembrar os clientes sobre assuntos relevantes na forma lembretes.</p> <p>O presente artigo define genericamente que, no futuro, os contabilistas serão solidariamente responsáveis pela violação das obrigações fiscais dos seus clientes, podendo incorrer os contabilistas em riscos desnecessários.</p> <p>Propõe-se a clarificação das situações em que os contabilistas são solidariamente responsáveis.</p> <p>Propõe-se que, quando os contabilistas prestam apenas serviços de contabilidade, de fiscalidade ou de auditoria, não devem assumir, solidariamente, as responsabilidades fiscais dos clientes.</p> <p>Os contabilistas prestam serviços fiscais apenas para auxiliar os contribuintes a fixarem o rendimento colectável, mas não têm nenhum dever de fiscalização sobre o pagamento ou não do imposto por parte dos contribuintes, e a norma é injusta se eventualmente exigir que os contabilistas respondam conjuntamente com os contribuintes pelos impostos em dívida.</p>
	<p>ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS CHINESES DE MACAU</p> <p>ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS FEMININAS DE MACAU</p>	
	PARTICULAR	









<p>Artigo 31.º Responsabilidade dos gestores de bens ou direitos de sujeitos passivos que residem no exterior</p>	<p>ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS CHINESES DE MACAU</p> <p>ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS FEMININAS DE MACAU</p>	<p>Em resultado do artigo em análise, os profissionais ou instituições que exercem serviços de representação fiscal vão assumir um risco elevado e, por conseguinte, tal vai reduzir a prestação de serviços aos investidores e comerciantes estrangeiros que vêm investir em Macau.</p> <p>Esta medida impossibilita não apenas o desenvolvimento a longo prazo do sector da representação fiscal de Macau, como também resultará na diminuição da procura de investimento por parte dos referidos investidores e comerciantes.</p> <p>Sugere-se que, ao designar o representante fiscal, o contribuinte indique, obrigatoriamente, o gestor, ou comunique a sua inexistência, em vez de se presumir que o representante fiscal é o gestor de bens ou direitos.</p>
<p>Artigo 34.º Obrigações do sujeito passivo</p>	<p>UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU</p>	<p>O n.º 2 do artigo 34.º do Código Tributário prevê as obrigações acessórias do sujeito passivo, o qual inclui o dever de conservação de informações, livros de contabilidade e relatórios financeiros, mas, no Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, é permitido que os contribuintes do Grupo B não tenham contas completas, o que está contrária o exigido nessa norma.</p> <p>Propõe-se que se considere o impacto da aplicação desse artigo do Código Tributário na aplicação prática do regime previsto no Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos.</p>
<p>Artigo 35.º Juros compensatórios</p>	<p>ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU</p>	<p>O Código Tributário prevê em favor dos cofres da RAEM a cobrança de juros compensatórios, juros de mora e 3% de dívidas (artigos 35.º, 43.º e 44.º do Código Tributário), pelo que se deve permitir a compensação pelas mesmas formas de protecção os contribuintes que sejam lesados por aplicação incorrecta ou abusiva das normas de incidência e de avaliação de rendimentos.</p>
<p>Artigo 36.º Juros indemnizatórios</p>	<p>ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU</p>	<p>Em face de casos de ilegalidade na aplicação dos tributos, o contribuinte só pode beneficiar dos juros indemnizatórios, mas a condição final de previsão legal de tais juros torna excepcional para al possa ocorrer, podendo mesmo tornar impossível que tal se</p>





[Handwritten signatures and initials]

		verifique.
		Por uma questão de justiça, quando um acto tributário é anulado pela autoridade administrativa ou órgão judicial, para além do reembolso do valor de imposto indevidamente cobrado, devem ser igualmente indemnizados aos contribuintes os juros vencidos desde a data da cobrança indevida.
Artigo 38.º Tributação de rendimentos ou actos ilícitos	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Será que, nos termos do artigo 38.º do Código Tributário, a tributação também incide também sobre os rendimentos ou bens mesmo que ilícitos? Sugere-se uma clarificação do articulado sobre essa matéria.
Artigo 46.º Caducidade do direito à liquidação	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	O n.º 3 deste artigo do Código Tributário não é claro, por isso, propõe-se o aditamento de mais esclarecimentos, por exemplo, sobre a forma de cálculo do período de seis meses após a notificação.
Artigo 47.º Prescrição	ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU	Não se descortinam os motivos para que o prazo (20 anos) tenha uma duração superior em 5 anos ao prazo de prescrição geral fixado em 15 anos previsto no artigo 302.º o Código Civil, nem tão pouco porque não deverão estar sujeitos a um prazo mais curto de prescrição de 5 anos algumas das realidades dos tributos - designadamente as dívidas de juros - em termos idênticos ao artigo 303.º do Código civil.
Artigo 51.º Frustração de créditos tributários	ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU	Relativamente ao representante da "Fazenda Pública da RAEM" referido no artigo, nem esse cargo nem a unidade orgânica existem no ordenamento jurídico de Macau, devendo ser eliminadas as referidas referências, a menos que já se encontrem em curso as alterações à respectiva estrutura orgânica.

[Handwritten signatures and initials]

Título III - Procedimento tributário (artigos 54.º a 151.º)

Artigo 57.º Obrigatoriedade de pronúncia e de decisão	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Quando, no n.º 1 do artigo 57.º, se utiliza a expressão “pronunciar-se”, no fundo, isto equivale à tomada de decisão sobre essas reclamações ou recursos? Propõe-se a utilização de expressões jurídicas coerentes com a norma sobre o princípio da decisão constante do Artigo 11.º do Código do Procedimento Administrativo.
Artigo 59.º Tratamento de dados pessoais	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Aquando da aplicação dessa norma, será necessário que as autoridades competentes assegurem a proteção dos direitos dos contribuintes.
Artigo 61.º Exclusão do dever de sigilo	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Sugere-se o esclarecimento sobre as situações em que se considera a solicitação de elementos fiscais como tendo sido devidamente fundamentada. Propõe-se o aditamento das restrições com efeito vinculativo ao âmbito das informações que possam ser prestadas, no sentido de evitar a possibilidade de a abrangência do âmbito ser demasiado ampla, por exemplo, a possibilidade de estar também incluídas as informações financeiras sobre os accionistas e titulares dos órgãos de administração do sujeito passivo.
Artigo 71.º Fixação de prazos	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Considerando que os prazos previstos são curtos, propõe-se que seja fixado um mínimo de 10 dias úteis, mas não superior a 30 dias úteis.
Artigo 72.º Passagem de certidões e prazo	ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS CHINESES DE MACAU	Considerando os vários tipos de certidões fiscais, se todas as certidões têm igualmente a validade de seis meses, tal nem sempre se adequa à realidade. Sugere-se que a fixação de diferentes prazos de validade das certidões para os diversos tipos de impostos.


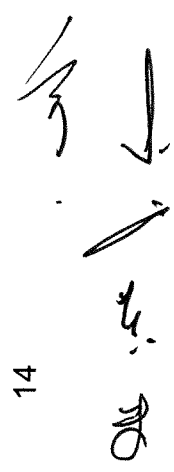





	ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS FEMININAS DE MACAU	
Artigo 76.º Publicação de editais, anúncios e avisos	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	<p>Propõe-se que a proposta de lei clarifique que, quando apenas se trata de assuntos tributários, é que os encargos de publicação dos editais, anúncios e avisos serão considerados como encargos a serem cobrados aos respectivos contribuintes.</p> <p>Caso contrário, essa disposição da norma poderá originar ambiguidade na cobrança dos referidos encargos, quando, no futuro, o Governo publicar avisos para os contribuintes pagarem os impostos, alertando-os para a declaração anual de rendimentos.</p>
Artigo 83.º Notificação de sujeito passivo residente no exterior da RAEM	ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS CHINESES DE MACAU ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS FEMININAS DE MACAU	<p>Propõe-se que, para além da notificação formal por via postal, se acrescente o aviso prévio por meio de e-mail ou mensagem SMS.</p>
Artigo 88.º Denúncia	ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS CHINESES DE MACAU ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS FEMININAS DE MACAU	<p>Nos termos do n.º 6 deste artigo (o denunciado pode solicitar a identificação e o conteúdo da denúncia) irá diminuir, sem dúvida, a vontade de se apresentar denúncias e, ao mesmo tempo, contrariar o princípio da boa fé consagrado no Código do Procedimento Administrativo.</p>

[Handwritten signature]

[Handwritten marks and signature]

Artigo 94.º Fundamentação da correção da matéria colectável	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Uma disposição que, na realidade, consiste em ajustamento dos preços de transferência. Nesse artigo da proposta de lei não está especificado se a “lei tributária” que surge mencionada na norma em questão se refere ao Código Tributário ou a outras legislações tributárias, e também não se define claramente se tanto o contribuinte como a Direcção dos Serviços de Finanças vão poder efectuar reajustamentos dos preços de transferência, pelo que há necessidade de um melhor esclarecimento sobre essa questão.
Artigo 97.º Exame à escrita	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	A ordem do exame à escrita deve ser comunicada ao sujeito passivo pelo menos 30 dias antes do início daquele, e propõe-se dever ser também devidamente fundamentada quanto à sua finalidade e âmbito.
Artigo 98.º Pedido de elementos ao sujeito passivo	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Se for solicitada uma grande quantidade de elementos, o prazo fixado pode não ser suficiente, mesmo caso se acrescente 15 dias ao prazo inicial de 15 dias para resposta nos termos desse artigo do Código Tributário. Sugere-se assim a prorrogação do prazo por um período não superior a 30 dias, podendo o mesmo ser renovado duas vezes, no máximo, por igual período, em casos especiais.
Artigo 105.º Procedimentos para a determinação da matéria colectável	ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU	Nos termos do artigo 105.º do Código Tributário prevê a avaliação do rendimento colectável dos contribuintes pela aplicação de métodos directos e indirectos, estes últimos com métodos presuntivos ou indiciários, o que representa um risco para a certeza jurídica que as normas avulsas providenciam neste momento.
Artigo 111.º Pressupostos da avaliação indirecta	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE	No presente artigo não se verifica a necessidade de notificação da respectiva decisão ao contribuinte. No futuro, quando for feita uma avaliação indirecta, propõe-se que sejam especificadas na notificação da avaliação fiscal as razões justificativas da fixação dos




	MACAU	valores, para conhecimento do contribuinte.
Artigo 113.º Preços de transferência	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	<p>Relativamente ao despacho referido no n.º 5 do artigo 113.º do Código Tributário, propõe-se que o texto preliminar do referido despacho seja colocado a consulta junto do sector. Na elaboração do despacho do Chefe do Executivo sobre preços da transferência, pode tomar-se como referência a regulamentação de Hong Kong, e ao ponderar-se sobre a definição das respectivas condições, deve-se evitar o aumento dos encargos das pequenas e médias empresas de Macau.</p> <p>Por outro lado, quanto a entidades relacionadas com o sujeito passivo, quando se trata de um país ou região que tenha celebrado com Macau um acordo para evitar a dupla tributação ("DTA"), a administração tributária pode proceder a um ajustamento fiscal através do mecanismo de preços de transferência. No entanto, se a entidade em causa for um país ou território que não tenha celebrado o acordo DTA, a administração tributária deve considerar como poderá conseguir a justiça na arrecadação das receitas fiscais, através do mecanismo de fixação de preços de transferência.</p>
	ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS CHINESES DE MACAU ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS FEMININAS DE MACAU	<p>No âmbito da construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau, haverá mais empresas multinacionais a estabelecerem-se quer em Macau quer na referida Zona para desenvolverem as suas actividades, as quais vão ter implicações com o regime do preço de transferência.</p> <p>Sugere-se que se tome como referência as orientações emitidas pelas autoridades tributárias de Hong Kong, listando as condições gerais e os requisitos reconhecidos pelos serviços competentes sobre os preços de transferência.</p> <p>Além disso, sugere-se a referência às Orientações da OCDE em matéria de preços de transferência para as Empresas Multinacionais e as Administrações Fiscais, para definir os preços normais das transacções, de modo a permitir que os contribuintes possam conhecer claramente as respectivas condições.</p>

[Handwritten signature]

15

[Handwritten signature]

Artigo 122.º Meios e formas de pagamento dos tributos	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Sugere-se a possibilidade de se incluir também a transferência bancária e, além disso, como os cheques actualmente que excedam 50 000 patacas precisam de ser cheques certificados, assim, propõe-se a dispensa desse requisito para simplificação dos procedimentos administrativos.
Artigo 149.º Prazos da reclamação	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	Tendo em conta a introdução na proposta de lei de novos princípios fiscais e a sua complexidade, propõe-se o aumento do prazo de reclamação de 15 para 30 dias, a contar da data da notificação do acto, o que também é justificado pela sua articulação com o artigo 98.º do Código Tributário.
Título IV - Processo judicial tributário (artigos 152.º a 169.º)		
Artigo 157.º Prazo de interposição de recurso contencioso	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU	<p>Quanto ao disposto nas alíneas 1) e 3) do n.º 1 deste artigo, é definido que os prazos de interposição de recurso contencioso têm início, respectivamente, desde o indeferimento do recurso hierárquico necessário e da deliberação da comissão de revisão.</p> <p>Esses artigos não têm em conta o tempo decorrido entre a decisão da Administração e a notificação ao contribuinte, daí que se sugere o início da contagem do prazo após a tomada de deliberação pela Administração, seguida da notificação do contribuinte.</p>
Título V - Processo de execução fiscal (artigos 170.º a 293.º)		
Artigo 173.º Competência e poderes da REF	ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU	Relativamente ao chefe da Divisão de Execução referido neste artigo, esse cargo e a unidade orgânica respectiva não existem no ordenamento jurídico de Macau, devendo estas referências ser eliminadas, a não ser que se esteja a proceder a alterações à respectiva estrutura orgânica.

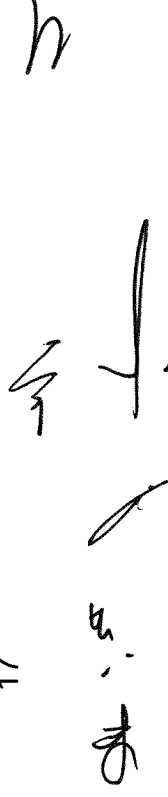




<p>Artigo 204.º Exclusão do dever de sigilo</p>	<p>UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU</p>	<p>Para a exclusão do dever de sigilo é necessária, em regra, a autorização pelo cliente ou a ordem de autoridade judicial</p> <p>O presente artigo da proposta de lei dispõe que, para o afastamento do dever de sigilo, apenas é necessária a solicitação do Chefe do Departamento de Execuções Fiscais, devidamente fundamentada.</p> <p>Assim, haverá alguma razão especial para a existência de diferenças entre o regime em causa e o regime actualmente vigente?</p> <p>Em relação a essa solicitação pelo Chefe do Departamento de Execuções Fiscais para a exclusão do dever de sigilo, propõe-se que seja exigido para esse efeito o consentimento de órgãos administrativos de nível superior, ou a necessidade de verificação e autorização da autoridade judicial, com vista à exclusão o dever de sigilo.</p>
--	---	---

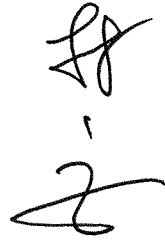

3. OUTRAS OPINIÕES E SUGESTÕES

<p>UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DE MACAU</p>	<p>Além de acordos prévios sobre preços de transferência, propõe-se ainda tomar em consideração o previsto noutras jurisdições tributárias de referência no que respeita à introdução no sistema fiscal do mecanismo de decisões prévias tributárias.</p> <p>Quanto à aplicação da taxa mínima de imposto de 15% definida no plano mundial contra a erosão da base tributária, tendo em conta que essa taxa mínima de imposto efectiva entrará em vigor em 2023, é provável que a sua aplicação ocorra num momento próximo ao da aprovação do Código Tributário, por isso, é necessário que se tenha em consideração também o impacto da taxa mínima de imposto efectiva no processo de produção ou de revisão legislativas.</p>
---	--





<p>ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU</p>	<p>Tendo em conta a vasta abrangência das matérias reguladas pelo Código Tributário a ser aprovado pela proposta de lei em apreciação, tal constitui um factor de perturbação na aplicação das legislação avulsa, por isso, foi sugerida que a actual proposta de lei se deveria limitar ao processo de execução fiscal, como forma de resolução do problema relacionado com a aplicação do Decreto n.º 30088 de 12 de Dezembro, sem embargo de novas iniciativas legislativas que pudessem modernizar outras áreas dos impostos, a exemplo do que tem sido feito com a revisão do Imposto do Selo e do Imposto Complementar de Rendimentos.</p> <p>Numa Região Administrativa Especial como Macau, onde vigora uma política de baixa tributação nos termos dos artigos 106.º e 110.º da Lei Básica, é desnecessária a introdução de mecanismos de direito substantivo internacional, como seja o de residente fiscal e de representante fiscal.</p> <p>Na apresentação da presente proposta de lei deveria ter-se considerado os critérios de oportunidade legislativa, visto que, em resultado da pandemia, muitos devedores em cobrança coerciva depararam-se falta de liquidez para pagamentos avultados, acrescidos de juros e outras penalidades.</p> <p>A aprovação, neste momento, do Código Tributário, com a instituição de um regime agressivo de penhoras como aquele que é agora proposto, irá ter um profundo impacto sobre esses devedores.</p>
<p>GABINETE DO PROCURADOR – MINISTÉRIO PÚBLICO</p>	<p>A presente proposta de lei tem por objectivo reunir num diploma jurídico o conteúdo fundamental, bem como os princípios e os trâmites que se devem respeitar nos procedimentos tributários, cuja regulamentação vigente, de momento, se encontra dispersa em diferente legislação tributária avulsa.</p> <p>Porém, o mesmo não terá acontecido com o enquadramento normativo referente a infracções administrativo-tributárias, bem como com o respectivo procedimento sancionatório, o que significa que os referidos ilícitos e penalidades fiscais vão ser</p>

	<p>sujeitos ainda a legislação tributária avulsa.</p> <p>No entanto, no enquadramento legal vigente, pode-se constatar que as diversas legislações tributárias contêm, cada qual, as suas próprias normas sancionatórias para as infracções administrativas em matéria fiscal, designadamente, quanto ao prazo de prescrição para a efectivação de responsabilidade, multa e definição do conceito de reincidência de infracções administrativas no domínio fiscal.</p> <p>Na legislação tributária vigente em Portugal, realça-se a norma fiscal prosseguida com a aprovação do Regime Geral das Infracções Tributárias no qual estão reunidas as normas gerais e os princípios relativos a infracções e penalidades em matéria fiscal (como por exemplo: âmbito de aplicação, competência das autoridades tributárias, sanções acessórias, e prazos de prescrição do procedimento e das sanções), procedendo assim à uniformização da disciplina em matéria fiscal e procedimental.</p> <p>Sugere-se, por isso, que se tome como o exemplo o caso português na uniformização dos procedimentos administrativos e processuais e, através da proposta de lei, e que se proceda a uma norma integrada das normas gerais de procedimento sancionatório em matéria tributária.</p>
PARTICULAR	<p>Seria da mais absoluta justiça que fossem deduzidos dos impostos que os cidadãos pagam os gastos com o ensino primário e secundário, com os cuidados psiquiátricos do Hospital Conde S. Januário e com os vales de saúde, enquanto que os impostos sobre o jogo seriam cobrados pelo Governo.</p>

